U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO
RAMO HISTÓRIA DA ARTE, PATRIMÓNIO E CULTURA VISUAL

Do Sagrado ao Profano

a reutilização adaptativa nos mosteiros portugueses – Mosteiro de Santa Maria do Bouro, Mosteiro de São Bento da Vitória e Mosteiro de Santo Tirso

Renan Marinho de Morais Soares

M

2021



Renan Marinho de Morais Soares

Do Sagrado ao Profano
a reutilização adaptativa nos mosteiros portugueses – Mosteiro de Santa Maria do Bouro, Mosteiro de São Bento da Vitória e Mosteiro de Santo Tirso

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pela Professora Doutora Maria Leonor Botelho e pelo Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Renan Marinho de Morais Soares

Do Sagrado ao Profano
a reutilização adaptativa nos mosteiros portugueses – Mosteiro de Santa Maria do Bouro, Mosteiro de São Bento da Vitória e Mosteiro de Santo Tirso

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pela Professora Doutora Maria Leonor Botelho e pelo Professor Doutor Manuel Joaquim Moreira da Rocha

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

A todos que se fizeram presentes

– de perto ou de longe.

Sumário

Declaração de honra 5
Agradecimentos 6
Resumo 8
Abstract 9
Lista de abreviaturas e siglas 10
Introdução 11
Objetivos e problemáticas 14
Estado da Arte 15

Parte I - A reutilização adaptativa em contexto 20

1. Do Sagrado ao Profano: a reutilização adaptativa do património religioso 21
    1.1 Reutilização adaptativa: conceito e práticas 21
    1.2 A reutilização adaptativa do património religioso como fenómeno global 24
2. O caso dos mosteiros portugueses 46
    2.1 A Extinção das Ordens Religiosas no contexto internacional 46
    2.2 A Extinção das Ordens Religiosas em Portugal e suas repercussões nos complexos monásticos 50
    2.3 A evolução de uma consciência em defesa do património 59
    2.4 As novas funções dos complexos monásticos 68
    2.5 As novas funções dos mosteiros portugueses traduzidas em números: uma análise estatística 81

Parte II - A reutilização adaptativa em análise 87

3. O mosteiro de Santa Maria do Bouro e a memória da ruína 90
    3.1 Enquadramento: o espaço e o tempo 90
    3.2 A intervenção em análise: de mosteiro à pousada 96
4. O mosteiro de São Bento da Vitória e o caráter multifuncional 123
    4.1 Enquadramento: o espaço e o tempo 123

4.2 A intervenção em análise: os novos usos, a fragmentação do espaço e o contraste material 134
5. O mosteiro de São Bento em Santo Tirso e o diálogo com uma nova volumetria ... 157
5.1 Enquadramento: o espaço e o tempo 157
5.2 A intervenção em análise: de mosteiro à escola agrícola e museu 169

Considerações Finais 191
Fontes, Referências, Legislação e Doutrina Internacional 199
Índice de Figuras 215
Anexos 223
Anexo I 225

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 25 de setembro de 2021

Renan Marinho de Morais Soares

Agradecimentos

O estudo a seguir é resultado do percurso de um investigador estrangeiro acerca de uma realidade portuguesa. O natural distanciamento do autor no que se refere a esse contexto resultou ora em aspetos positivos, ora em obstáculos para a investigação: se por um lado possibilitou-se uma abordagem através de uma ótica distanciada e ausente de construções nostálgicas, ligadas a traços afetivos e pré-concebidos, por outro foi necessário um grande esforço para a compreensão do panorama histórico nacional, até então pouco conhecido por quem vos escreve.

Nesse sentido, o auxílio prestado pela instituição de acolhimento, nomeadamente pelas figuras do professor Dr. Manuel Joaquim Moreira da Rocha e da professora Dra. Maria Leonor Botelho, foi essencial para a realização do trabalho. Agradeço-lhes por terem aceitado as funções de orientação neste estudo e por terem acompanhado esta jornada com reconhecidos empenho, dedicação e disponibilidade. O trabalho aqui consolidado é fruto das contribuições de cada um destes mestres que, individual e conjuntamente, deram o tom necessário à narrativa idealizada e que, com suas palavras, reduziram a distância oceânica que me separava deste universo.

Uma palavra de agradecimento especial à minha família pelo apoio e que, mesmo de longe, fez-se presente nos tempos difíceis que atravessamos.

Aos meus colegas de curso, Mariana, Maria e Mauro, pelas conversas, desabafos e por partilharem seus percursos comigo durante este ano.

Uma nota especial de agradecimento às instituições que viabilizaram a realização das visitas de campo aos mosteiros abordados neste estudo e que assim me permitiram um contacto mais próximo sobre aquilo que antes apenas via por fotografias: a Pousada Mosteiro Amares, o Arquivo Distrital do Porto, o Museu Municipal Abade Pedrosa e o Museu Internacional de Escultura Contemporânea.

A todos os investigadores que contribuíram direta ou indiretamente com esta investigação, através de seus pensamentos e horas dedicadas à escrita, mas em especial à Eva Sofia Trindade Dias por ter se mostrado tão solícita a contribuir com meu percurso.

E por fim, à vida, que além de ter-me possibilitado esta experiência de enriquecimento académico e profissional, apresentou-me lugares e pessoas que irei guardar em minha memória.

Resumo

O presente trabalho, produto da investigação realizada no âmbito do mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, tem como objetivo investigar o fenómeno da reutilização adaptativa do património religioso, especificamente no contexto português. Ocorrendo nas mais diversas culturas e sob diferentes enquadramentos, a atribuição de novos usos a espaços religiosos é um fenómeno em expansão e neste trabalho pretende-se analisar suas causas e, sobretudo, seus efeitos no território nacional, mantendo como foco específico a tipologia monástica.

A fim de caracterizar o panorama nacional acerca da temática, serão exploradas as novas funções atribuídas aos edifícios como forma de investigar as tendências de uso atuais destes espaços. O estudo baseia-se em duas análises, sendo a primeira de cunho estatístico, quantificando os novos usos conferidos a estes espaços em Portugal, e a segunda centrada em intervenções contemporâneas realizadas em três casos de estudos: o mosteiro de Santa Maria do Bouro, em Amares, cujo projeto de intervenção é de autoria do arquiteto Eduardo Souto de Moura; a requalificação do mosteiro de São Bento da Vitória, no Porto, por Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro; e o mosteiro de São Bento, em Santo Tirso, cujo projeto é de Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura.

Através da análise dos processos de conversão funcional dos espaços estudados, intenciona-se criar uma reflexão acerca das intervenções realizadas por meio de uma perspetiva comparativa, buscando pontos de contato e de distanciamento entre os diferentes objetos de estudo.

Palavras-chave: Reutilização adaptativa; Mosteiro de Santa Maria do Bouro; Mosteiro de São Bento da Vitória; Mosteiro de Santo Tirso.

Abstract

This work is the result of the research developed during the Master in Art History, Heritage and Visual Culture, and aims to investigate the phenomenon of the adaptive reuse in religious heritage, specifically in the Portuguese context. Occurring in the most diverse cultures and under different circumstances, the allocation of new uses in religious spaces is an expanding phenomenon and this work intends to analyze its causes and, above all, its effects in the national territory, keeping the monastic typology as the specific focus.

In order to characterize the national panorama on the subject, the new functions attributed to the buildings will be explored as a way to investigate the current use trends of these spaces. The study is based on two analyses: the first one is statistical and quantifies the new uses given to these spaces in Portugal; and the second focused on contemporary interventions carried out in three case studies: Santa Maria do Bouro monastery, in Amares, whose intervention project was designed by the architect Eduardo Souto de Moura; the requalification of São Bento da Vitória monastery, in Porto, by Carlos Guimarães and Luís Soares Carneiro; and São Bento monastery, in Santo Tirso, whose project is designed by Álvaro Siza Vieira and Eduardo Souto de Moura.

By analyzing the processes of functional conversion in the studied spaces, this research intends to create a reflection about the architectural interventions through a comparative perspective, seeking similarities and differences between the approached objects.

Key-words: Adaptive reuse; Santa Maria do Bouro monastery; São Bento da Vitória monastery; Santo Tirso monastery.

Lista de abreviaturas e siglas

Abreviaturas

a.C. - antes de Cristo
artº. - artigo
coord.- coordenação
D. - Dom/Dona
dir. - direção
et al. - *et alia* (e outros)
fl./fls. - fólio/fólios
nº. - Número
org. - organização
P. / pp. - Página / Páginas
S. - São
séc. - século
s.n. - *sine nomine* (editor desconhecido)
s.d. – sem data
trad. - tradução
vd. - *vide* (ver)
Vol. – Volume

Siglas

ADP – Arquivo Distrital do Porto
DGEMN - Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
ENATUR - Empresa Nacional de Turismo
EPACSB - Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento
EPI - Escola Prática de Infantaria
GNR - Guarda Nacional Republicana
IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico
IPPC - Instituto Português do Património Cultural
PSP - Polícia de Segurança Pública
SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
TNSJ – Teatro Nacional São João
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

A reutilização adaptativa do património, através da qual se atribuem novos usos às construções pré-existentes, é uma prática consolidada há muitos séculos e transversal às diversas culturas. São inúmeros os casos de antigos espaços que foram reutilizados, como por exemplo os templos gregos e romanos que foram posteriormente cristianizados e assumiram novos cultos. A sociedade contemporânea continua a vivenciar este fenómeno com as mais diversas tipologias de edifícios, motivada por fatores de ordem económica e pelas crescentes preocupações acerca da sustentabilidade ambiental.

No contexto contemporâneo, a reutilização adaptativa toma forma em antigas fábricas, armazéns, e até reservatórios de água que perderam sua função original e se tornaram objetos obsoletos na paisagem cultural. Contudo, essa conversão de usos assume um caráter distinto quando se trata do património religioso. De forma geral, espaços religiosos são imbuídos de semiótica espiritual e repletos de simbologia, de forma que a sua adaptação para usos «profanos», ou não-sacros, pode ser interpelada em muitos casos como uma rutura de paradigmas. É precisamente esta temática que despertou a motivação pessoal para o desenvolvimento deste trabalho, que procura investigar o uso da arquitetura religiosa para outros fins em diversos níveis.

Este trabalho tem como objetivo compreender o fenómeno da reutilização do património religioso, tendo como principal foco o património monástico em Portugal. Para a melhor fundamentação temática, o estudo busca compreender o caso dos mosteiros portugueses em seus aspetos histórico-temporal, social e arquitetónico. Pretende-se investigar as tendências de usos atuais desses espaços e compreender as transformações dadas a esta tipologia arquitetónica a nível espacial, material e estrutural, através da análise de três intervenções realizadas, nomeadamente, no mosteiro de Santa Maria do Bouro (1994-1999), de autoria do arquiteto Eduardo Souto de Moura, no mosteiro de São Bento da Vitória (1984-2001), por Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro, e no mosteiro de São Bento (2012-2016), em Santo Tirso, por Eduardo Souto de Moura e Álvaro Siza Vieira.

Para tal efeito, o presente trabalho estrutura-se metodologicamente em duas partes. A primeira, intitulada «A reutilização adaptativa em contexto», organiza-se em dois capítulos que buscam conceituar e caracterizar o fenómeno a nível mundial. Após a

observação do fenómeno por meio de uma perspetiva alargada, o estudo parte para a compreensão desta prática numa conjuntura mais específica, abordando o caso da reutilização adaptativa dos mosteiros portugueses. Assinala-se o percurso deste fenómeno em Portugal pontuando-se os principais acontecimentos e motivações de âmbito político e socioeconómico que levaram à consolidação deste fenómeno no país.

Uma vez realizada esta contextualização de cunho histórico, a primeira parte do estudo conclui-se com a caracterização da reutilização adaptativa no cenário português a nível estatístico. Através da sistematização e análise de dados do Inventário do Património Arquitetónico do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico[1], apontam-se os principais novos usos atribuídos ao património monástico português. A informação colhida permitiu analisar quais são as funções predominantes nos mosteiros reutilizados, proporcionando também a identificação de tendências de utilização separadamente nos complexos de propriedade pública e de propriedade privada.

A segunda parte desta dissertação, intitulada «A reutilização adaptativa em análise», avança com o estudo desta prática nos mosteiros portugueses, fazendo uma leitura crítica das questões espaciais, materiais e volumétricas. Nesse sentido, são selecionados como casos de estudo três mosteiros adaptados a novos usos através de intervenções arquitetónicas, conforme identificado anteriormente. A análise das intervenções irá fomentar uma reflexão crítica através de uma perspetiva comparativa acerca dos projetos, apresentada ao fim do trabalho.

O objetivo desta parte é fazer uma leitura espacial do estado atual destes objetos. Para tal, pontuam-se seus percursos cronológicos individuais, as suas relações com as respetivas envolventes e identificam-se os diferentes usos que estas edificações tiveram ao longo do tempo. A partir desta fundamentação, analisam-se os objetos em suas configurações atuais, identificando-se os autores e encomendantes das intervenções. Busca-se compreender o processo de conversão de usos a nível espacial, assinalando-se as funções anteriores e atuais dos complexos monásticos a fim de perceber relações funcionais entre passado e presente para melhor compreender e analisar as opções tomadas pelos arquitetos.

[1] [online] Disponível em : <http://www.monumentos.gov.pt/> [Acedido a 1 de setembro de 2021].

A seleção dos objetos ocorreu com base na sua relevância no contexto nacional e pertinência ao estudo, considerando-se aspetos-chave como o reconhecimento nacional e internacional dos autores das novas intervenções, assim como, sobretudo, a quantidade e qualidade do material científico já produzido acerca das obras.

A seleção da amostra considerou também a diversidade dos novos usos, sendo priorizado que os objetos tivessem funções distintas entre si, uma vez que o nosso estudo busca realizar uma abordagem das novas funções atribuídas sob um espectro diverso a fim de enriquecer o debate proposto. O estudo procura também, e sobretudo, perceber como os tratamentos dados ao património impactaram na transformação dos espaços de formas distintas. Desta forma, escolheu-se o mosteiro de Santa Maria do Bouro, de uso hoteleiro, o mosteiro de São Bento da Vitória usado em parte como arquivo e em parte como espaço para receber eventos culturais e recreativos, e o mosteiro de São Bento em Santo Tirso, de função educacional e cultural, acolhendo dois museus. Contudo, para a pertinência da análise comparativa, é fundamental que os objetos da amostra compartilhem de semelhanças, de forma que foram escolhidos mosteiros masculinos de grande escala, localizados no norte de Portugal e propriedade do Estado português.

Foram feitas visitas aos objetos em estudo para a realização de trabalho de campo, a fim de adquirir maior domínio sobre os mosteiros selecionados e construir uma visão pessoal e crítica acerca das intervenções realizadas. Durante as visitas foram realizados amplos levantamentos fotográficos de forma a registar pormenores das intervenções e perceber de maneira sólida as opções tomadas pelos arquitetos. As nossas fotografias foram incluídas no trabalho por meio de uma associação com as plantas dos edifícios, nas quais se indica o local exato da captura de cada imagem através de cones de vista para promover uma leitura rigorosa dos espaços e suas articulações, bem como favorecer a perceção dos materiais aplicados.

Em síntese, esta investigação aborda a transição dos usos dos espaços monásticos e suas implicações de caráter histórico, sociocultural, religioso e arquitetónico. No âmbito histórico, contextualizam-se as transições de uso e os acontecimentos políticos que justificaram as mudanças funcionais. No aspeto sociocultural, busca-se entender os hábitos dos antigos usuários do espaço assim como os novos comportamentos e necessidades a eles incorporados pela sociedade contemporânea. No aspeto religioso, busca-se investigar a natureza simbólica dos espaços e a permanência ou rutura desta

memória por meio das novas funções. E por fim, através da análise arquitetónica busca-se traçar uma análise comparativa e crítica das transformações realizadas nos casos estudados, ressaltando seus aspetos positivos e negativos. Assim, intenciona-se caracterizar o processo de reutilização adaptativa do património monástico português em diferentes níveis a fim de alimentar o debate acerca desta temática que se encontra em discussão em contexto internacional.

Objetivos e problemáticas

O fenómeno da reutilização adaptativa do património religioso apresenta-se em expansão e revela-se como um tema da atualidade. Este aspeto ressalta a pertinência do assunto central desta dissertação, fator que possibilita que a mesma continue a ser relevante a curto e médio prazo, evitando assim sua breve obsolescência e servindo como fonte de estudo para outras pesquisas num futuro próximo.

Ao longo da investigação foi possível ter contato com teses e dissertações que tratam o tópico em diferentes países sob diversas óticas de abordagem. Assim, o tema destaca-se como um fenómeno de interesse científico e de natureza transversal à sociedade contemporânea, reforçando sua pertinência.

As fontes bibliográficas sobre as causas históricas do fenómeno no cenário português, assim como em outros países, são vastas, e desta forma contribuem para o enriquecimento do trabalho no sentido da sua fundamentação teórica.

Assim, o presente estudo tem como objetivo principal investigar o processo de reutilização adaptativa do património monástico português, contribuindo desta forma para a inserção da realidade portuguesa no debate realizado à volta desta prática a nível internacional. Nesse sentido, o trabalho busca caracterizar o caso português traçando problemáticas em diferentes âmbitos, como se aponta a seguir.

Que acontecimentos de cunho político e social levaram à atribuição de novas funções às casas monásticas em Portugal? Quais foram as causas destes acontecimentos e suas consequências para o património arquitetónico e artístico?

No âmbito funcional, quais são os novos usos atribuídos aos edifícios adaptados? Dentre as novas funções, existem funções mais recorrentes?

Acerca dos agentes responsáveis pela prática da reutilização adaptativa: de quem é a propriedade dos espaços adaptados? A adaptação destes espaços a novos usos é uma iniciativa predominante do setor público ou privado? Quais são as funções em predominância sob a propriedade pública e sob a privada? Existem diferenças entre as funções atribuídas sob propriedade pública e privada?

E por fim, no que diz respeito aos aspetos espaciais das intervenções selecionadas para o estudo: quem são os seus encomendantes? Quem são os autores das transformações e ampliações realizadas? São estes arquitetos de reconhecimento nacional ou internacional? Os profissionais dos organismos públicos estão envolvidos no processo de conversão em algum nível? Há o envolvimento de outros agentes, como as universidades? Em que medida as intervenções afetam o património existente anteriormente?

Estado da Arte

A reutilização do património religioso é um tema que abrange várias áreas do conhecimento, como a arquitetura, estudos patrimoniais e história. Nesse sentido, foram consideradas fontes bibliográficas de diferentes áreas a fim de consolidar a fundamentação da pesquisa. Para a elaboração do estado da arte serão reunidas as referências-chave resultado do levantamento bibliográfico que norteou o percurso investigativo, apresentando-as de forma sistematizada pela temática abordada seguindo a ordem de cada capítulo.

A primeira parte do trabalho, intitulada «A reutilização adaptativa em contexto», reúne dois capítulos que têm como principal objetivo conceituar a temática do estudo e ilustrá-la através de exemplos. Estes capítulos têm como foco realizar um enquadramento do fenómeno estudado a nível internacional e nacional.

Para definir o conceito de reutilização adaptativa, a investigação vale-se das contribuições de Liliane Wong em *Adaptive Reuse – Extending the Lives of Buildings*[2], de 2017. Em sua obra, a autora busca definir esta prática e situar suas origens cronologicamente, ressaltando, contudo, que se trata de um conceito amplo e utilizado por autores de maneira aberta sob diferentes óticas. Sua obra destaca-se ainda por definir

[2] WONG, Liliane (2017) – *Adaptive Reuse – Extending the Lives of Buildings*. Basel: Birkhaüser.

de maneira atualizada o extenso léxico referente aos tipos de intervenção que se realizam no património construído, estabelecendo as diferenças entre as metodologias aplicadas em cada tipo de intervenção.

A fim de contextualizar o fenómeno no cenário internacional, buscou-se uma bibliografia atual acerca do fenómeno em diferentes partes do mundo. Nesse sentido, as principais referências são as obras de Thomas Coomans, professor de História da Arquitetura e Conservação do Património do Departamento de Arquitetura da universidade de KU Leuven, na Bélgica. Coomans tem dedicado considerável parte do seu percurso científico como investigador do processo de reutilização de espaços religiosos, nomeadamente igrejas e mosteiros. Em sua obra de 2018, intitulada *Life Inside the Cloister*[3], Coomans busca entender a arquitetura monástica, tendo o claustro como ponto focal, interpretando-o como realidade construída e como metáfora para a vida religiosa que ocorria em seu interior. O autor também aborda a patrimonialização da arquitetura monástica e seu novo destino na chamada «sociedade secularizada do mundo ocidental».

Outra referência-chave é o texto *Reuse of Sacred Places: Perspectives for a Long Tradition*[4]*,* contribuição de Coomans para o livro *Loci Sacri: Understanding Sacred Places*, do qual o autor também fez parte da equipa organizadora. Em sua exposição, Coomans percorre o trajeto histórico do reuso de igrejas e abadias, sobretudo no continente europeu, apontando as diversas conjunturas e particularidades nas quais o fenómeno ocorreu. O texto é ilustrado com exemplos de reutilização em diferentes países e cronologias, abordando também o processo de degradação sofrido por estas construções quando expostas à ação de diferentes agentes.

Choay (2001), em *A Alegoria do Património*[5], faz uma abordagem do percurso do reconhecimento dos monumentos históricos. Trata-se de uma obra essencial para o entendimento da evolução das questões patrimoniais e do surgimento dos primeiros

---

[3] COOMANS, Thomas (2018) – *Life Inside the Cloister - Understanding Monastic Architecture: Tradition, Reformation, Adaptative Reuse*. Bélgica: Leuven University Press.

[4] COOMANS, Thomas (2012) – *Reuse of Sacred Places: Perspectives for a Long Tradition*. In COOMANS, Thomas; DIJN, Herman De; MAYER, Jan de; HEYNINCKX, Rajseh; VERSCHAFFEL, Bart *ed. - Loci Sacri: Understanding Sacred Places*. Bélgica: Leuven University Press, pp.221-280.

[5] CHOAY, Françoise (2001) - *A alegoria do património* (Luciano Vieira Machado, Trad.). São Paulo: Editora Estação Liberdade. (Obra originalmente publicada em 1992).

museus. No contexto da pesquisa, a sua obra tem como contributo a fundamentação teórica geral acerca do património, na qual são discutidos conceitos relevantes à investigação como a modernização, reutilização, a *mise-en-scène* e a conservação estratégica, além de explorar a construção de uma consciência acerca da salvaguarda patrimonial, decorrente de marcos como o movimento romântico e a Revolução Francesa (1789).

O segundo capítulo do presente estudo volta-se ao percurso das questões patrimoniais em Portugal, que por sua vez estão intimamente ligadas à Extinção das Ordens Religiosas (1834) e ao consequente processo de reutilização dos mosteiros no território nacional.

No que diz respeito ao fenómeno no contexto português, a dissertação de mestrado de Rebelo (2001), *Da clausura ao século: o destino de dois espaços conventuais do Porto. Materialidades, memórias e património*[6], realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, traz como contributo para a investigação a exposição do panorama português no reconhecimento do património e no desenvolvimento de mecanismos de proteção. Ao longo da dissertação, discorre-se sobre acontecimentos-chave relacionados ao património religioso em Portugal e seus desdobramentos.

intervenções, o trabalho tem como referência metodológica a investigação de Ferreira (2015), *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real*[7]*,* na qual a autora se utiliza de um levantamento fotográfico para o reconhecimento espacial do objeto em análise, registando a sua leitura através da associação das fotografias com a planta do edifício e indicando os locais onde foram capturadas as imagens por meio de cones de vista. A combinação das fotografias com a cartografia confere aos desenhos de arquitetura uma nova dimensão interpretativa do espaço, contribuindo para a perceção e análise do objeto.

Como primeiro caso de estudo, seleciona-se o Mosteiro de Santa Maria do Bouro, em Amares, no distrito de Braga, que foi convertido em pousada. Entre a bibliografia

---

[6] REBELO, Elvira Maria Almeida (2001) - *Da clausura ao século : o destino de dois espaços conventuais do Porto. Materialidades, memórias e património*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[7] FERREIRA, Teresa Cunha (2015) – *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real. Reconhecimento, análise, interpretação*. Guimarães: Lab2PT, Escola de Arquitectura, Universidade do Minho.

relevante acerca do tema, destaca-se a dissertação de mestrado de Brandão (2001), *Pousadas de Portugal – Três Estudos de Caso: Pousadas de D. Diniz, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro*[8], realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que caracteriza a história do objeto, o papel dos organismos estatais na sua conservação e a natureza da intervenção realizada no edifício pelo arquiteto Eduardo Souto de Moura. O trabalho conta ainda com uma vasta gama de fontes documentais que corroboram para o entendimento do processo de intervenção. Ainda sobre este estudo de caso, destaca-se o livro de Mota (2006), *Cistercienses, camponeses e economia rural no Minho na época do antigo regime: o Mosteiro de Santa Maria de Bouro e o seu domínio*[9], que estuda a comunidade cisterciense através de uma abordagem associada à história económica local.

O segundo caso de estudo selecionado é o Mosteiro de São Bento da Vitória, na cidade do Porto, espaço de uso originalmente monástico e que atualmente incorpora funções como arquivo e espaço para eventos e espetáculos. Dentre as fontes bibliográficas que discorrem sobre a história do mosteiro, o quotidiano monástico e os novos usos assumidos pela edificação, destaca-se as obras de Moreno (1997), *O Mosteiro de S. Bento da Vitória 400 anos*[10]. A dissertação de mestrado de Dias (1999), *O Mosteiro de São Bento da Vitória - espaço e música: 1597-1800*[11], realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, traz como parte do trabalho uma pertinente abordagem acerca da fixação beneditina no território português, permitindo-nos ter uma visão alargada do funcionamento e da dinâmica da Ordem no território nacional. Os novos usos assumidos pela casa monástica a partir da Extinção das Ordens Religiosas e a intervenção contemporânea nele realizada é tratada criticamente por Pereira (2007) em sua dissertação de mestrado intitulada *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e*

---

[8] BRANDÃO, Mariana (2001) - *Pousadas de Portugal – Três Estudos de Caso: Pousadas de D. Diniz, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro*. Vol. I. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

[9] MOTA, Salvador Magalhães (2006) - *Cistercienses, camponeses e economia rural no Minho na época do antigo regime*: *o Mosteiro de Santa Maria de Bouro e o seu domínio*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

[10] MORENO, Humberto Baquero*, dir.* (1997) - *O Mosteiro de S. Bento da Vitória 400 anos*. Porto: [s.n.].

[11] DIAS, Anacleto Pereira (1999) - *O Mosteiro de São Bento da Vitória: espaço e música: 1597-1800*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

reutilização[12], realizada pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto e orientada pelo Prof. Doutor Carlos Guimarães.

Para o último caso de estudo selecionado, o mosteiro de São Bento, em Santo Tirso, que atualmente incorpora uma escola agrícola e dois museus, o trabalho utiliza-se de uma bibliografia específica a respeito do percurso cronológico do mosteiro e das suas relações com os elementos da envolvente. Acerca desta temática, as principais contribuições para a investigação partem da obra de Correia (2009), *O Mosteiro de Santo Tirso de 978 a 1588*[13]. Dias (2018) faz uma abordagem cronológica das obras realizadas no mosteiro em sua tese de doutoramento intitulada *Renovação Arquitetónica dos Mosteiros e Colégios da Congregação de São Bento de Portugal (Séculos XVI-XIX)*[14]. Em sua investigação, a autora também aborda outros mosteiros beneditinos, entre os quais o mosteiro de São Bento da Vitória, sistematizando cronologicamente as etapas de construção e informações sobre acontecimentos fundamentais da trajetória do mosteiro. Trata-se de uma referência essencial para o entendimento das transformações espaciais ocorridas nas casas monásticas em estudo, bem como para a perceção dos novos usos introduzidos a estes espaços ao longo do tempo. No que diz respeito à intervenção contemporânea em Santo Tirso, a principal fonte consultada é a obra de Couto (2006), *Museu Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso, Museu Municipal Abade Pedrosa*[15], assim como a própria Memória Descritiva[16] do projeto, na qual se elucidam as estratégias tomadas pelos arquitetos para a concretização da intervenção.

Os títulos aqui apresentados constituem, assim, peças-chave de apoio para a investigação. Contudo, ressalta-se também a existência de uma vasta bibliografia complementar exposta nas referências bibliográficas ao final do trabalho.

---

[12] PEREIRA, Ana Cristina da Cunha (2007) – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
[13] CORREIA, Francisco Carvalho (2009) - *O Mosteiro de Santo Tirso de 978 a 1588*. Volume I. Santo Tirso: Câmara de Santo Tirso.
[14] DIAS, Eva Sofia Trindade (2018) – *Renovação Arquitetónica dos Mosteiros e Colégios da Congregação de São Bento de Portugal (Séculos XVI-XIX)*. Vol. 1. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
[15] COUTO, Joaquim (2016) – *Museu Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso, Museu Municipal Abade Pedrosa. Projeto e Obra*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.
[16] *Memória Descritiva do Projeto de Arquitetura.* [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021].

Parte I

A reutilização adaptativa em contexto

1. Do Sagrado ao Profano: a reutilização adaptativa do património religioso

1.1 Reutilização adaptativa: conceito e práticas

A reutilização adaptativa, ou reuso adaptativo – do inglês *adaptive reuse* – do património edificado consolida-se como uma prática estratégica nos dias atuais[17]. Em sua essência, é através deste processo que as estruturas abandonadas ou subutilizadas que tenham perdido seu uso original são readequadas para uma nova função a fim de atender as necessidades espaciais da sociedade[18]. Apesar de não ser uma conceção contemporânea, nos últimos anos esta prática tem-se concretizado de forma alargada como um meio de lidar com estas construções que permaneceram na paisagem, tendo como alvo variadas tipologias arquitetónicas, dentre as quais fábricas, estações ferroviárias, torres de água, mosteiros e conventos.

O conceito de reutilização adaptativa envolve tanto a adequação funcional como estrutural, de forma que o edifício é intervencionado a fim de se estabelecerem condições que atendam aos requisitos técnicos e funcionais contemporâneos compatíveis ao seu novo propósito[19].

Apesar de ser uma prática de origem imprecisa, Wong[20] afirma que, ao longo dos anos, emergiria uma nova variante deste tipo de intervenção, representada por projetos que adotariam uma abordagem de cunho artístico e poético sobre o património intervencionado. Esta nova abordagem diante do património encontra como um de seus exemplos a intervenção de 1957 de Carlo Scarpa no Castelvecchio, na qual se realizou a introdução de espaços de exposição ao castelo bombardeado durante a II Guerra Mundial, em Verona. De acordo com a autora, até à segunda metade do século XX, os casos de reutilização adaptativa representados por tais projetos eram tidos como únicos e foram venerados como obras de arte irreplicáveis, até que nas últimas décadas, com as progressivas preocupações ambientais acerca das mudanças climáticas e da conservação

[17] Durante o desenvolvimento do presente trabalho observou-se que, de forma geral, este conceito tem sido referido na produção académica portuguesa na forma de «reutilização adaptativa» ou «reuso adaptativo», não tendo sido detetada uma prevalência significativa do uso de uma grafia em detrimento da outra.
[18] WONG, 2017: 6.
[19] MOREIRA, 2019.
[20] WONG, 2017: 6.

de recursos, esta prática seria levada para outro patamar. Diante desta conjuntura, passaram a ser crescentes os esforços para a aplicação da reutilização adaptativa não somente em edifícios de valor patrimonial, mas também em construções consideradas de menor relevância histórica ou arquitetónica[21].

A reutilização adaptativa consolidar-se-ia na contemporaneidade como uma resposta económica ao evitar gastos com extensas demolições e novas construções, na medida em que tira partido das qualidades arquitetónicas da construção existente, concretizando-se por meio de adequações que, em muitos casos, podem ser mínimas ou de pequena escala, e por vezes até subtis. Assim, apesar de ocorrerem casos amplamente celebrados e reconhecidos de reutilização adaptativa em bens patrimoniais, é importante enfatizar que a maior parte dos exemplos desta prática está usualmente presente no quotidiano através de ocorrências fundamentadas por razões principalmente económicas: escolas convertidas em condomínios, prisões em hotéis, fábricas em ateliês de artistas, entre outros[22].

Esta prática se estabelece como uma solução pertinente no atual contexto em que as preocupações acerca da sustentabilidade dos edifícios estão em ascensão[23], relacionando-se, por exemplo, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável debatidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente no que se refere às cidades e comunidades sustentáveis e à salvaguarda do património cultural. Conforme aponta o relatório do estadunidense *Preservation Green Lab at National Trust for Historic Preservation*[24]*,* uma nova edificação, incorporando processos de eficiência energética, pode levar de dez a oitenta anos para superar os impactos negativos relacionados às mudanças climáticas decorrentes do seu processo de construção. Neste enquadramento, a reutilização adaptativa consolida-se como uma alternativa, tendo o seu sentido de sustentabilidade refletido na redução dos impactos ambientais e dos resíduos provenientes do processo de uma nova construção ou de demolição.

No entanto, ainda há certa inexatidão na definição da reutilização adaptativa enquanto conceito. O emprego do termo e as discussões à volta dele podem parecer muitas

[21] *Idem*, *Ibidem*: 6.
[22] *Idem*, *Ibidem*: 33.
[23] LUEG, 2011.
[24] NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, 2011: 8.

vezes imprecisos, uma vez que sua aplicação pode englobar diferentes tipos de intervenção: conservação, restauro, remodelação, renovação, reabilitação, conversão e *retrofit*. Cada um desses tipos de intervenção diz respeito a um contexto distinto acerca das alterações a serem realizadas em um determinado edifício, variando das mais subtis às mais profundas e, consequentemente, modificando o seu estado original em diferentes escalas[25]. Assim, enquanto alguns defendem que a reutilização adaptativa é o processo de adaptação de um edifício para novos usos enquanto conserva os seus valores históricos[26], para outros a definição do termo limita-se principalmente aos aspetos relacionados à sustentabilidade e à extensão do ciclo de vida do edifício[27]. É importante ressaltar que, no contexto luso-brasileiro, o léxico relativo a estas intervenções foi uniformizado pela Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada de 1995, que não só buscou estabelecer uma linguagem comum como também definir os princípios que norteiam cada tipo de intervenção e os caminhos para a sua aplicação[28].

Apesar da referida inexatidão no que se refere ao âmbito do seu conceito, a reutilização adaptativa tem sido relevante no que diz respeito à conservação do património construído. Ao prover um edifício de uma nova função com a consequente ocupação por novos usuários, viabilizada por um programa de reabilitação e transformação, o processo de degradação do património decorrente de seu abandono cessa e o mesmo passa a ter sua vida útil prolongada, mantendo-se vivo (porque em uso), e distanciando-se de uma recordação nostálgica do passado para que possa integrar o presente.

---

[25] Para uma abordagem detalhada acerca das diferentes definições referentes ao léxico dos tipos de intervenção, consultar WONG, 2017: 13-28.

[26] O «valor histórico» do monumento, segundo afirma Alois Riegl, está intimamente ligado à sua capacidade documental, que não apenas o momento da sua criação, mas também o seu trajeto pela história. Para o autor, todo acontecimento do passado seria um elo insubstituível e irremovível de uma corrente evolutiva, sendo os elos mais representativos possuidores de «valor histórico». No contexto patrimonial, o respeito pelo valor histórico fundamentar-se-ia em manter o documento o mais inalterado possível após a sua criação, conservando a sua integridade, a fim de viabilizar a investigação histórico-artística. Sobre o assunto, verificar RIEGL, 2014.

[27] VOS & STOGAARD, 2018: 190.

[28] *Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada*. 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, 1995.

1.2 A reutilização adaptativa do património religioso como fenómeno global

Quando se trata do património edificado religioso na sociedade ocidental, no qual se incluem igrejas, conventos e mosteiros, a atribuição de novos usos pode ser controversa, dependendo particularmente da tipologia afetada e da natureza da nova utilização. A delicadeza deste tema decorre sobretudo da função religiosa e da relevância histórica destas tipologias arquitetónicas, bem como da relação destes edifícios com o contexto espacial e social onde se inserem. Trata-se, portanto, de um património envolto em valores complexos e que carrega qualidades intangíveis pelo que representa[29].

Apesar de os espaços de culto terem valores sacros mais facilmente identificados, também é necessária a compreensão do tipo de sacralidade presente nos espaços habitados pelas comunidades religiosas. Veilleux[30] defende que nada é sagrado em si, mas que pode vir a ser sacralizado pelos valores que lhe são atribuídos. Para definir o sagrado e o profano, o autor, que também foi abade, relembra o mito bíblico da Criação, no Livro do *Génesis*, no qual Deus atribui tudo ao zelo do homem e que, portanto, tudo seria profano, mas que poderia ser sacralizado quando usado pelo homem para expressar sua reverência a Deus. Aplicando este conceito para a arquitetura monástica, entende-se que ela não é sacralizada devido aos seus aspetos estéticos ou materiais, mas sobretudo por seus significados e pelo que era, ou ainda é, lá vivido e praticado. Estes espaços eram habitados por homens ou mulheres que faziam de sua vida uma adoração a Deus numa constante reverência, e que, em alguns casos, até foram santificados. O objetivo espiritual escolhido para ser vivido por estes religiosos e presente em seus hábitos diários imprimiriam um nível de sacralidade ao lugar onde viviam, sendo este um espaço edificado consoante as necessidades do espírito e do corpo[31].

O espaço monástico está repleto de simbologia que reflete a sua sacralização, assumindo-se como uma verdadeira escola de Cristo, a *Jerusalem sancta*, o *paradisus claustri*[32]. De acordo com Santiago Sebastián, o claustro e seu jardim, tidos como o coração do mosteiro, seriam concebidos como um microcosmo, um espaço sacralizado,

[29] LENS, 2011: 1.
[30] VEILLEUX, 2012: 29-34.
[31] MARTINS, 2006: 87.
[32] LINS, 2002: 101.

de planta quadrada, uma forma primordial[33]. Eva Dias[34] ressalta que tal forma é referida no livro do *Génesis*, onde se afirma que Deus criou o Homem num quadrado perfeito, o Paraíso, sendo este um jardim dividido por quatro rios (Gn 2, 8-14.). Assumindo-se como uma metáfora do Paraíso, o jardim do claustro incorpora um significado escatológico ao ser experienciado pelos monges como o reino celestial de Cristo, onde os religiosos se aproximam da ordem estabelecida antes do pecado de Adão e Eva[35].

No mosteiro, o claustro configura-se como uma cidade sagrada, a Jerusalém celeste, descrita no livro do Apocalipse (Ap 21, 10-23), tendo o seu centro assinalado geralmente por uma fonte, poço ou obelisco, que segundo Sebastián uniria simbolicamente três níveis cósmicos: o mundo subterrâneo, representado pelas sepulturas dos que eram ali enterrados, a superfície terrestre e o mundo celestial[36]. Coberto pela cúpula celeste e sendo simbolicamente um ponto de contacto entre o céu e a terra, este espaço seria assumido como ideal para o aperfeiçoamento e preparação dos monges para a eternidade[37] [38]. Contudo, é importante enfatizar que o mosteiro era composto por um conjunto de espaços com diferentes funções destinados ao cumprimento da disciplina monástica. Nesse sentido, alguns destes espaços eram dedicados a suprir as necessidades do Homem enquanto ser espiritual, tendo, portanto, um caráter sacro mais evidente, enquanto outros eram voltados ao cultivo do intelecto ou ao exercício corporal, o qual se refletia no trabalho como forma de subsistência coletiva a fim de perfazer as necessidades do Homem enquanto ser material[39].

No que diz respeito ao contexto religioso contemporâneo, as mudanças socioculturais das últimas décadas têm tido grande impacto no uso e na ocupação dos edifícios. No caso particular das igrejas é notável o gradativo encolhimento das congregações. Com a redução do número de fiéis e o consequente declínio do apoio financeiro, muitas congregações têm enfrentado dificuldades na manutenção destes edifícios, tendo em vista os altos custos decorrentes do envelhecimento destas estruturas.

---

[33] SEBÁSTIAN, 1991: 404.
[34] DIAS, 2010: 53.
[35] SEBÁSTIAN, 1991: 406.
[36] *Idem*, *Ibidem*: 404.
[37] DIAS, 2010: 54.
[38] Acerca deste tema, consultar ROCHA, 2011: 36-67.
[39] DIAS, 2010: 59.

Em muitos casos, a quantidade destes edifícios passou a ser excessiva e redundante face ao número de praticantes, fazendo com que muitas congregações não consigam encontrar uma solução satisfatória para lidar com os edifícios que já não se encontram em uso[40]. Nos Estados Unidos da América há casos em que congregações se mudam para edifícios menores, abandonando as igrejas que ocupavam originalmente. Na Alemanha, ocasionalmente, algumas congregações reduzidas podem-se unir a fim de formar uma congregação maior e assim decidem dentre as igrejas anteriormente ocupadas qual permanecerá com o uso religioso, assim como quais serão os destinos das demais[41].

Outro fator que pode constituir uma ameaça no que diz respeito à conservação de igrejas de relevância patrimonial é a sua localização central na malha urbana. Nestas situações o valor do terreno é muitas vezes superior ao da construção em si, a qual torna-se alvo de interesse por parte de investidores e, consequentemente, passa a ter seu futuro em risco quando as condições de venda e reutilização do imóvel não regulamentam a sua proteção[42].

A reutilização de espaços sacros atravessa séculos. De facto, muitos exemplares de arquitetura religiosa sofreram transformações ao longo do tempo e, durante esse processo, partes relevantes desses edifícios desapareceram completamente, de maneira que muitas dessas construções que sobrevivem até os dias de hoje só podem ser contempladas graças às reutilizações sofridas neste decurso. Por vezes, estas adaptações espaciais foram realizadas para uma nova prática de cunho igualmente religioso, sendo muitas destas transferências de culto decorridas de conflitos militares, conquistas de territórios ou mudanças de poder político. Nestas situações, era recorrente a adaptação das peças do mobiliário existente para a nova liturgia, bem como a adição de novos símbolos e elementos arquitetónicos ao edifício a fim de afirmar a identidade do novo culto instalado. Esta reapropriação do espaço consistiu numa sobreposição de elementos e na gradativa construção de uma estratigrafia arquitetónica[43].

São diversos os casos historicamente conhecidos deste tipo de reutilização: a *Hagia Sophia*, em Istambul, construída pelo imperador bizantino Justiniano I entre 532 e

---

[40] LUEG, 2011: 1.
[41] *Idem*, *Ibidem*: 3.
[42] *Idem*, *Ibidem*.
[43] COOMANS, 2012 : 223.

537, seria sede da Igreja Ortodoxa por quase mil anos e em 1453 seria convertida em mesquita após a conquista pelo Império Otomano; o Partenon, em Atenas, construído entre 447 e 431 a.C. como templo de Atena, tornar-se-ia igreja bizantina no século VI, passaria à templo católico no século XIII, até finalmente ser utilizado como mesquita em 1456; o Panteão, construído por volta de 125 como templo de todos os deuses na Roma Antiga, seria convertido à igreja cristã em 609; na Palestina, muitas igrejas erguidas pelos cruzados no século XII seriam convertidas em mesquitas após a derrota dos cristãos; o fenómeno inverso se sucederia na região da Andaluzia, em Espanha, com a cristianização da mesquita de Córdoba no século XIII[44].

Nesse sentido, em Portugal, pode-se destacar o caso da igreja Matriz de Mértola, que outrora fora utilizada como mesquita e passou por profunda remodelação durante as primeiras décadas do século XVI. O edifício ainda traz consigo evidências do seu passado, sobretudo pela presença do *mihrab,* onde se situa a atual capela-mor, sendo um exemplar de complexa estratigrafia marcado pelas épocas tardomedieval, moderna e contemporânea[45].

Durante o século XVI, no contexto da Reforma da Igreja, a Europa assistiu às igrejas sofrerem a transferência de um tipo de culto para outro numa escala nunca vista. No entanto, nos países Anglicanos e Luteranos, o reuso das igrejas paroquiais, colegiais e das catedrais pelas comunidades reformistas implicou em pouca ou nenhuma adaptação à liturgia. Os conventos e mosteiros, por outro lado, sofreram intervenções mais incisivas, tendo sido alvo de dissoluções e destruições. A Reforma Calvinista, por sua vez, seria marcada pela iconoclastia e por importantes adaptações litúrgicas, resultando numa transformação profunda dos interiores das igrejas, que agora seriam esvaziados. As ideias de Calvino iriam alimentar as ondas iconoclastas que se sucederam nos Países Baixos e na Alemanha ao longo do século XVI (vd. Figuras 1 e 2.). Os coros e transeptos das igrejas foram muitas vezes destruídos ou convertidos na moradia do pastor ou em local de sepultamento, tendo em vista que estes elementos não teriam mais uso religioso na nova liturgia. Os exteriores das igrejas, contudo, permaneceriam praticamente inalterados. Em Hulst, nos Países Baixos, por exemplo, a basílica gótica de St Willibrord

[44] *Idem*, *Ibidem*.
[45] MARTÍNEZ *et al.*, 2009 : 416-417.

sofreria a transferência do culto católico para o protestante, e uma vez que não se encontrava uma utilidade litúrgica para o coro e o transepto, seria construída uma parede interna de modo a transformar tais espaços em locais de armazenamento e sepultamento[46].



Figura 1 – *O motim calvinista iconoclasta de 20 de agosto de 1566,* de Franz Hogenberg, ilustra o movimento iconoclasta e a destruição da arte religiosa do interior das igrejas. São representados ataques à estatuária e aos vitrais.
Fonte: [online] Disponível em: < https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4a/Frans_Hogenberg_-_The_Calvinist_Iconoclastic_Riot_of_August_20%2C_1566_-_WGA11470.jpg > [Acedido a 27 de fevereiro de 2021]



Figura 2 – Retábulo do altar da catedral de Utrecht, datado do século XV, apresenta imagens destruídas durante o movimento iconoclasta *Beeldenstorm*, nos Países Baixos.
Fonte: [online] Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Beeldenstorm#/media/Ficheiro:UtrechtIconoclasm.jpg > [Acedido a 27 de fevereiro de 2021]

[46] *Idem*, *Ibidem*.

No século XVI, como consequência da Reforma da Igreja, foram dissolvidas todas as abadias e conventos masculinos e femininos dos Países Baixos, do norte da Alemanha, Inglaterra e Escandinávia, sendo a maioria dos edifícios submetida à venda ou à destruição. Particularmente em Inglaterra e no País de Gales o monaquismo seria profundamente erradicado: entre 1530 e 1540 cerca de oitocentos e cinquenta casas religiosas foram suprimidas e mantidas sob a posse do rei, ou vendidas e distribuídas para seus amigos e apoiantes, resultando numa intensa secularização da paisagem[47]. Muitas dessas propriedades foram convertidas em mansões ou palácios, tornando-se a sede de novos poderes seculares. Nestas reapropriações, o principal interesse não era no significado sagrado destes espaços, mas sim no simbolismo secular como uma sede do poder e de controlo territorial. Contudo, o governo defendia preferencialmente a destruição destas construções ao seu restauro, de forma que, em muitos casos, a demolição era vista como um meio de impossibilitar o retorno das comunidades religiosas a estes sítios, bem como forma de obtenção de recursos através da venda de seus materiais[48].

Nos Países Baixos do Norte, durante as guerras religiosas, a destruição de mosteiros e conventos urbanos aconteceria de forma que os materiais deles advindos foram reaproveitados na construção de novas fortificações e no reforço das muralhas que cercavam os núcleos urbanos. Os espaços liberados na malha urbana decorrentes das demolições destas casas religiosas deram origem às novas ruas, mercados ou foram parcelados e integrados à especulação[49]. Fenómeno semelhante aconteceu também em Portugal, como por exemplo na cidade do Porto, onde o Convento de São Domingos teve muitos dos seus espaços cedidos à malha urbana ao longo de sua existência. No caso do convento dominicano, perderam-se não apenas parcelas da sua cerca como também partes do próprio edifício que deram lugar à abertura de vias. A horta do convento deu lugar à inicialmente designada rua da Rosa, ou das Rosas, em 1523[50] e esta dinâmica repetir-se-

[47] WOODWARD, 1972.
[48] ASTON, 1993: 143-144.
[49] COOMANS, 2012: 227.
[50] AFONSO, 2014 : 43.

ia até séculos mais tarde, em 1935, quando a igreja conventual foi demolida para a abertura da Rua de Ferreira Borges[51].

No período entre a Revolução Francesa (1789) e a Concordata de 1801 celebrada entre Napoleão Bonaparte e o Papa Pio VII, notou-se na Europa uma segunda grande onda de profanação de edifícios religiosos com o consequente encerramento de não somente conventos e mosteiros, mas também igrejas paroquiais e catedrais. A partir de 1794, o novo regime tentou impor novas práticas religiosas de cunho cívico, centradas no culto da razão proveniente de raízes iluministas. Estas visavam promover conceitos sociais e abstratos como o de juventude, liberdade, igualdade e fraternidade, a fim de retornar aos princípios fundamentais da República Romana e suprimir os valores monárquicos[52]. A disseminação dos valores anticlericais e a descrença na Igreja iria se concretizar na destruição sofrida pela abadia de Cluny, que após os ataques sofridos durante a Revolução, seria vendida como bem nacional e gradativamente degradada entre 1798 e 1823, sendo boa parte do edifício convertida impunemente em material de construção ao longo dos anos[53]. Neste período muitas igrejas foram convertidas em «templos da razão», dos quais restam poucos vestígios materiais sobreviventes ao processo sistemático de «reconsagração» realizado nestes espaços após a Concordata, celebrada a fim de promover a restauração da Igreja Católica na França pós-revolução[54].

É durante a Revolução Francesa, que os bens do clero seriam colocados «à disposição da nação», sendo um dos primeiros atos jurídicos da Constituinte, em 2 de outubro de 1789. Essa transferência de propriedade e sua consequente perda de destino ocorria numa escala sem precedentes[55]. Foi especialmente com a lei de dissolução das comunidades religiosas de 1796 que seriam lançados no mercado milhares de conventos, abadias e, inclusivamente, peças de suas respetivas mobílias[56]. Este fenómeno verificou-se primeiro em França e Bélgica, repercutindo mais tarde em Itália, Suíça, Espanha e Alemanha. O Estado francês confiscaria todas as propriedades das casas religiosas

---

[51] SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00005515. «Convento de São Domingos do Porto / Edifício Douro». [online] Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5515> [Acedido a 26 de março de 2021].
[52] LE GOFF & RÉMOND, 1991: 511-526.
[53] CHOAY, 2001: 106.
[54] COOMANS, 2012: 224.
[55] CHOAY, 2001: 98.
[56] BEURDELEY, 1981.

suprimidas, usando aquelas que estivessem em melhores condições para abrigar quartéis militares, oficinas, depósitos, além de espaços de função educativa, judicial ou administrativa[57].

É fundamental ressaltar que o reuso de muitas destas estruturas antecedeu os primeiros debates de conservação e restauro e, portanto, não seguiam os princípios patrimoniais atualmente conhecidos. Desta forma, muitas igrejas sofreram reutilizações tendo como base razões puramente económicas e ideológicas, consistindo em experiências conduzidas por pragmatismos e sem qualquer interesse patrimonial nos elementos que compunham a organização interior destes edifícios. No caso das abadias, apenas as peças então consideradas como obras de arte foram selecionadas pelos comissários da República Francesa para integrar os acervos dos museus nacionais, enquanto outros objetos artísticos e simbólicos do recheio destas propriedades religiosas, como altares, órgãos e púlpitos eram geralmente vendidos a quem oferecesse a maior oferta durante os leilões, salvo algumas exceções em que foram adquiridas por paróquias[58].

Uma vez que o número de casas religiosas excedia em muito as necessidades do Estado francês, muitos destes edifícios foram cedidos às autoridades municipais e, em alguns casos, sofreram demolições para dar lugar às novas construções e infraestruturas urbanas[59]. Por volta de 1800 todos os edifícios religiosos restantes seriam vendidos em leilões públicos, fornecendo ao Estado os recursos necessários para o financiamento das guerras em curso[60].

Após sofrerem desapropriação, as diferentes partes dos mosteiros e conventos europeus tiveram, em muitos casos, fins distintos. De forma geral, os moinhos e as áreas de uso agrícola simplesmente mudavam de proprietário, enquanto as residências dos abades eram convertidas em mansões. Já a exploração das igrejas, claustros e suas alas, muitas vezes restringiu-se ao valor dos próprios materiais de construção destes edifícios, sendo comum a comercialização de tudo o que era possível, desde componentes metálicos empregados nas coberturas, até peças de madeira da estrutura dos telhados, pavimentos,

[57] COOMANS, 2012: 228.
[58] *Idem, Ibidem*: 231.
[59] VAN DE VIJVER, 2007: 225-234.
[60] KLAARENBEEK, 2019: 238.

vitrais, pedras esculpidas, entre outros elementos. Naturalmente, esta prática de reaproveitamento ou reciclagem destes materiais resultou numa grande perda do património arquitetónico religioso europeu, de forma que grande parte das ruínas remanescentes consistem de consequências destes atos de demolição e vandalismo[61].

A conservação destas ruínas a partir da primeira metade do século XIX seria resultado direto das contribuições do Romantismo. No enquadramento do movimento romântico, é inevitável destacar a figura de Victor Hugo que não só cantava e defendia a arte gótica, como também militava contra o vandalismo, como é expresso em «Guerra aos Demolidores!», no qual o escritor seria um dos precursores na atribuição de um sentido de dimensão nacional à arquitetura gótica. O escritor, que posteriormente faria parte do Comité de Artes e Monumentos, o qual tinha como objetivo realizar um inventário dos monumentos franceses e enviar informação arqueológica e instruções para as províncias[62], também endorsaria o discurso contra o vandalismo do Abade Grégoire, que por sua vez já havia introduzido tal termo ao léxico patrimonial através de seus *Rapports sur le vandalisme* no contexto revolucionário[63]. De facto, a conservação dos monumentos históricos em França, englobando seu aparelho jurídico e técnico, seria antecipada pelas instâncias revolucionárias através de seus decretos e instruções que se repercutiriam posteriormente, em 1830, na abordagem e procedimentos desenvolvidos por Vitet, Merimée e pela primeira *Comission des Monuments Historiques*[64].

Em Inglaterra, a salvaguarda dos testemunhos medievais dar-se-ia em circunstâncias diferentes, nas quais os antiquários desempenhariam um papel particular. Nesse enquadramento, destaca-se a *Monasticon Anglicanum*, primeira história ilustrada da arquitetura medieval, de autoria dos antiquários ingleses William Dugdale († 1684) e Roger Dodsworth (1585-1654). Retratando os mosteiros daquele país numa sequência cronológica, bem como mosteiros satélites na Escócia, na Irlanda e em França, esta obra é reconhecida pela profunda pesquisa histórica e por sua riqueza iconográfica[65].

Contudo, naquele país, os antiquários não se limitaram à observação e descrição dos monumentos góticos, como ocorria em França. As associações desses agentes se

[61] COOMANS, 2005: 47-57.
[62] SCHILDGEN, 2008: 138.
[63] CHOAY, 2011: 143.
[64] CHOAY, 2001: 95.
[65] BOTELHO, 2010: 34.

tornaram as verdadeiras guardiãs da herança patrimonial, uma vez que os estudos por eles desenvolvidos ultrapassariam a sensibilização e alcançariam a necessidade de classificação da arte medieval, avançando para a criação de uma terminologia específica para designar o estilo em questão e colocando em termos claros a questão do restauro de seus monumentos nacionais. O vandalismo praticado durante a Reforma seria visto com indignação, sendo os danos causados aos monumentos religiosos medievais tidos como um atentado contra obras vivas da nação e ao sentimento nacionalista. Assim é criada uma estrutura de proteção de natureza privada e cívica, que logo recebe o apoio da imprensa, em contraponto à posterior experiência francesa, na qual o Estado assumiria esse papel[66].

Aqui é importante distinguir os diferentes destinos dados ao património arquitetónico religioso. Apesar de uma parte considerável resumir-se às ruínas e ter sofrido degradações decorrentes do abandono ou do interesse económico em reaproveitar os seus materiais, há uma parcela significativa que é reutilizada. As razões que alimentam o interesse na reutilização destes espaços fundamentam-se não apenas nas suas qualidades arquitetónicas, sendo também importante ter em conta que estas propriedades se situam, por vezes, em localizações estratégicas a nível regional ou urbano, além de ter importante papel na memória e no imaginário coletivo[67].

A conversão de mosteiros e conventos oferece oportunidades espaciais particulares e sensivelmente diferentes quando comparada com a de igrejas, dada a sua configuração arquitetónica voltada para o espaço interior e composta por diversos edifícios e dependências reunidos em torno de um claustro[68]. A transformação destes espaços é um fenómeno que atravessa séculos. Ao longo da história, abades e abadessas conduziram a modificação dos seus mosteiros por razões religiosas, organizacionais ou estéticas. Estas últimas ocorriam geralmente em busca de uma mudança ou «atualização» de estilo arquitetónico. Desta forma, estes edifícios representam o resultado material destas reestruturações em resposta às reorganizações das missões espirituais ao longo do

[66] CHOAY, 2001: 92.
[67] COOMANS, 2018: 7.
[68] *Idem, Ibidem*.

tempo[69], o que resulta numa estratigrafia arquitetónica expressa na multiplicação de espaços e nas várias linguagens presentes nos edifícios.

Tal aspeto verifica-se, por exemplo, no Mosteiro dos Jerónimos de Santa Maria de Belém, onde a estética manuelina, presente na igreja, claustro, sacristia e refeitório, convive com a linguagem de aspeto clássico da capela-mor e revivalista da sala do capítulo e antigo dormitório[70]. Entre as substituições estéticas sofridas pelo complexo construído, destaca-se a capela-mor da igreja monástica que anteriormente apresentava-se em consonância artística com o transepto e as naves da igreja e fora substituída por uma nova construção de gosto classicista[71].

Em Tomar, o Convento de Cristo também revela várias camadas cronológicas: o românico se faz expresso na Charola poligonal, parte integrante da igreja que consiste numa alusão mítica ao Santo Sepulcro de Jerusalém[72]; a estética manuelina predomina no corpo da igreja, bem como na janela da Sala do Capítulo; a linguagem clássica faz-se presente no Claustro D. João III marcado por arcos de volta inteira, vãos retangulares e colunas da ordem dórica e jónica, e também nos extenso corredor dos dormitórios coberto por uma abóboda de berço em madeira apainelada[73].

Em momentos de conflito militar e desordem, muitos mosteiros e conventos foram e ainda são utilizados como quartéis, prisões e hospitais. Os exemplos são diversos: a famosa abadia do Monte Saint-Michel, na Normandia, em França, foi utilizada como prisão por mais de um século[74] (vd. Figura 3); a abadia de Clairvaux, originalmente mosteiro cisterciense, seria comprada por Napoleão em 1808 e transformada na maior penitenciária francesa de seu tempo[75]; em território português são diversos os exemplos, entre os quais destaca-se o mosteiro da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, que passaria

---

[69] LENS, 2011: 2.
[70] SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00006543. «Mosteiro de Santa Maria de Belém / Mosteiro dos Jerónimos / Igreja Paroquial de Belém / Igreja de Santa Maria». Atualizado em 2004. [online] Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6543> [Acedido a 7 de março de 2021].
[71] ROCHA, 2017: 85.
[72] BENTO, 2014: 127.
[73] SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00004718. «Convento de Cristo / Mosteiro de Cristo». Atualizado em 2006. [online] Disponível em < http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4718> [Acedido a 27 de março de 2021].
[74] COOMANS, 2012: 232.
[75] ABBAYE DE CLAIRVEAUX (s.d.) - *Histoire de Clairvaux-abbaye*. Disponível em <https://www.abbayedeclairvaux.com/>. [Acedido a 2 de fevereiro de 2021].

a aquartelamento militar em virtude das guerras liberais e das invasões francesas[76] (vd. Figura 4); no Porto, o mosteiro de São Bento da Vitória tornou-se hospital militar, quartel de diversos batalhões, tribunal e prisão militar, deixando de estar ao serviço do exército apenas em 1977[77].



Figura 3 – A abadia do Monte Saint-Michel, em França, foi utilizada como prisão.
Fonte: [online] Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Le_Mont-Saint-Michel#/media/Fichier:Mont-Saint-Michel_vu_du_ciel.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021]



Figura 4 – O mosteiro da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, passaria a abrigar um quartel em virtude de conflitos militares.
Fonte: [online] Disponível em: < https://www.culturanorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/Mosteiro-da-Serra-do-Pilar_pilar_6_47247182054edc0535e83f-720x460.jpg?x69634> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021]

[76] SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00005358. «Mosteiro da Serra do Pilar». [online] Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5358> [Acedido a 2 de fevereiro de 2021].
[77] DIAS, 1997: 168.

Em França, durante a Revolução, diversos conventos foram destinados a fins educativos, transformando-se em escolas laicas (liceus e ateneus). Dentre estes, destaca-se o *Lycée Henri-IV*, em Paris, o qual ocupa a abadia de *Sainte-Geneviève*[78]. Um caso mais recente é o antigo convento dos Penitentes, na cidade de Louviers, também em França. Construído por Franciscanos entre 1646 e 1659, o convento abrigou uma prisão e teve a sua igreja convertida em tribunal, sendo posteriormente destruída. O edifício, parcialmente amputado ao longo dos anos, começa a ser usado como escola de música a partir de 1990 e em 2012 passa por uma grande intervenção para abrigar um novo programa: vinte e quatro salas de aula, uma biblioteca de partituras e duas grandes salas de orquestra. Para receber o extenso programa fez-se necessária a criação de ampliações ao edifício, as quais assumem estética contemporânea e dominam a estrutura pré-existente[79] (vd. Figuras 5 e 6).



Figura 5 – Escola de música de Louviers no Claustro dos Penitentes, em Louviers, França.
Fonte: [online] Disponível em: <https://images.adsttc.com/media/images/5166/f813/b3fc/4b50/8800/0027/large_jpg/louviers_3_-_credit_-_Luc_BOEGLY.jpg?1365702673> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021]

[78] COOMANS, 2012: 235.
[79] ARCHDAILY BRASIL (2013) - *Louviers Music School Rehabilitation and Extension / Opus 5 Architectes*. «ArchDaily», 22 de abril de 2013. [online] Disponível em < https://www.archdaily.com.br/br/01-109902/reabilitacao-e-ampliacao-da-escola-de-musica-de-louviers-slash-opus-5-architectes>. [Acedido a 14 de fevereiro de 2021].



Figura 6 – Escola de música de Louviers no Claustro dos Penitentes, em Louviers, França.
Fonte: [online] Disponível em: <https://images.adsttc.com/media/images/5166/f813/b3fc/4b50/8800/0027/large_jpg/louviers_3_-_credit_-_Luc_BOEGLY.jpg?1365702673> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021]

Atualmente, é muito recorrente que casas religiosas abriguem museus e galerias de arte. As origens desse fenómeno nascem em Paris, onde surge o primeiro convento convertido a museu público, o *Couvent des Petits-Augustins*, historicamente conhecido por abrigar, a partir de 1795, o *Musée des Monuments Français* (vd. Figura 7). França vivia os primeiros anos da Revolução Francesa quando Alexandre Lenoir se encarregou de armazenar todas as esculturas confiscadas das comunidades religiosas, reunindo-as no *Dépôt des Petits-Augustins,* que anos mais tarde se tornaria museu público[80]. De facto, este tipo de reutilização se propagaria amplamente em conventos e igrejas, sobretudo quando se trata da arte religiosa, sendo um uso comumente aceite na cultura ocidental e inclusive pela Igreja Católica Romana[81]. O *Schnütgen Museum*, em Colónia, e a *Oude Kerk*, em Amsterdam, exemplificam este tipo de reutilização em espaços de culto. Enquanto o primeiro reúne um acervo de arte religiosa medieval na Igreja de Santa Cecília[82] (vd. Figura 8), o segundo funciona permanentemente como museu de arte

[80] SCHAER, 1993: 51-73.
[81] COOMANS, 2012: 237.
[82] MUSEUM SCHNUETGEN (s.d.) - *Museum Schnuetgen – The Museum*. [online] Disponível em < https://www.museum-schnuetgen.de/The-museum>. [Acedido a 9 de fevereiro de 2021].

contemporânea no edifício mais antigo da cidade holandesa, o qual também continua a ser usado como espaço de reunião da congregação protestante aos domingos[83] (vd. Figura 9).



Figura 7 – Sala do *Musée des Monuments Français* situada na antiga capela do *Couvent des Petits-Augustins,* em Paris.
Fonte: [online] Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Musée_des_Monuments_français_(1795)#/media/Fichier:Jean-Lubin_Vauzelle_-_La_Salle_d'introduction_du_musée_des_Monuments_français.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021]



Figura 8 – O *Schnütgen Museum*, em Colónia, Alemanha, tem seu acervo de arte religiosa exposto na Igreja de Santa Cecília.
Fonte: [online] Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Schnütgen_Museum#/media/File:Museum_Schnütgen_-_Innenaufnahmen-6428.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021]

[83] OUDE KERK (s.d.) - *Oude Kerk Amsterdam*. [online] Disponível em < https://oudekerk.nl/en/>. [Acedido a 9 de fevereiro de 2021].



Figura 9 – Exposição de arte contemporânea no interior da *Oude Kerk*, em Amsterdam.
Fonte: [online] Disponível em: <https://oudekerk.nl/wp-content/uploads/2017/03/002.OUDE-KERK-SARAH-VAN-SONSBEECK-2017-PH.GJ_.vanROOIJ-1.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021]

Em território espanhol este tipo de reutilização se verifica na igreja de *San Román*, em Toledo, que abriga o *Museo de los Concilios y la Cultura Visigoda* desde 1969 (vd. Figura 10). O museu expõe vestígios da antiga capital do Reino Visigótico de Toledo, entre os quais lápides e coroas votivas. A arquitetura do edifício apresenta clara influência islâmica em seus arcos de ferradura, pilares e janelas, consistindo de um caso no qual a narrativa da exposição se mescla com a história do edifício, cujas origens podem remontar ao período visigótico, segundo apontam as descobertas realizadas no decurso do seu restauro em 1968[84].

[84] CASTILLA-LA MANCHA (s.d.) - *Museo de los Concilios y la Cultura Visigoda*. [online] Disponível em < https://cultura.castillalamancha.es/museos/nuestros-museos/museo-de-los-concilios/>. [Acedido a 7 de março de 2021].



Figura 10 – Sala de exposição no *Museo de los Concilios y la Cultura Visigoda*, em Toledo, Espanha.
Fonte: [online] Disponível em: <https://cultura.castillalamancha.es/sites/cultura.castillalamancha.es/files/2018-08/MU-CONCL-TO-2.jpg> [Acedido a 7 de março de 2021]

Outro exemplar de arquitetura religiosa convertida para fins museológicos na Península Ibérica é o Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa (vd. Figura 11). O museu instala-se na igreja do Convento do Carmo, edifício emblemático da paisagem lisboeta, cuja história está intimamente associada à figura do seu fundador, o herói medieval D. Nuno Álvares Pereira. Após sofrer intensa destruição decorrente do terramoto de 1755 e do posterior incêndio que degradou o seu interior, o edifício seria alvo de obras de reconstrução que seriam interrompidas em 1834 em decorrência da extinção das Ordens Religiosas em Portugal. O gosto romântico do século XIX pela apreciação da ruína iria fundamentar a opção por conservar o edifício sem cobertura, deixando as naves da igreja a céu aberto. Em 1864, as ruínas seriam cedidas à Real Associação dos Arquitetos e Arqueólogos Portugueses que, preocupada com a salvaguarda do património nacional, iria ali iniciar um projeto museológico liderado por Joaquim Possidónio Narciso da Silva, o qual resultaria no primeiro museu de arte e

arqueologia do país[85]. A parte adjacente ao edifício que hoje abriga o Museu Arqueológico do Carmo e a sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses também passaria por uma reutilização funcional, mas de natureza distinta: o Convento do Carmo seria destinado ao longo dos anos às funções de cunho militar, sendo ocupado atualmente pelo Comando Geral da Guarda Nacional Republicana (GNR)[86].



Figura 11 – Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, Portugal.
Fonte: [online] Disponível em: <https://offloadmedia.feverup.com/lisboasecreta.co/wp-content/uploads/2019/10/16102118/1641047433_93e5e0e884_h-1024x684.jpg> [Acedido a 7 de março de 2021]

A reutilização da arquitetura religiosa para estabelecimentos de fins comerciais também é uma realidade. É o caso da livraria Dominicanen, em Maastricht, nos Países Baixos, que ocupa uma igreja monástica de estilo gótico (vd. Figura 12). A igreja perdeu sua função eclesiástica em 1796 e desde então passou a ter uma diversidade de novos usos, dentre os quais estábulo, bicicletário, espaço de exposições e salão para festas. Na intervenção para abrigar a livraria mantiveram-se os vitrais, arcos e afrescos, a fim de preservar a incidência de luz, o pé-direito e a estética do edifício[87]. O espaço, que tem

[85] SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00006521. «Igreja do Convento do Carmo / Museu Arqueológico do Carmo» [online] Disponível em < http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=6521> [Acedido a 7 de março de 2021].
[86] SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00005069. «Convento do Carmo / Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, GNR, do Carmo». [online] Disponível em < Convento do Carmo / Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, GNR, do Carmo> [Acedido a 7 de março de 2021].
[87] BOEKHANDEL DOMINICANEN (s.d.) - *History of Bookshop Dominicanen*. Fonte: [online] Disponível em <https://libris.nl/dominicanen/history-of-bookshop-dominicanen/>. [Acedido a 14 de fevereiro de 2021].

essa função desde 2006, é um exemplo de reutilização onde os elementos arquitetónicos originais convivem com componentes contemporâneos.



Figura 12 – Livraria Dominicanen, em Maastricht, Países Baixos.
Fonte: [online] Disponível em: <https://static.dezeen.com/uploads/2007/12/2007_000190.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021]

Um destino semelhante teve a igreja de Santiago, em Óbidos. Situada junto à muralha da cerca do castelo da vila, a igreja não era utilizada como espaço de culto há alguns anos, sendo pelas últimas duas décadas usada como espaço multiusos. A partir de 2013 o edifício abrigaria a Livraria de Santiago, iniciativa da Câmara para tornar a vila uma nova centralidade literária e atrair um novo público. O espaço seria apenas o primeiro dos onze que iriam compor o projeto de uma rede literária para a vila, o qual receberia legitimação em 2015 através do reconhecimento da UNESCO com a classificação de Óbidos como Cidade Criativa[88]. Uma das diretrizes da intervenção na igreja de Santiago foi a elaboração de um mobiliário que não tocasse o edifício construído, a fim de interferir

[88] GONÇALVES, Mara (2018) - *Quando os loucos sonham uma vila para a literatura.* «Público», 21 de abril de 2018. [online] Disponível em <https://www.publico.pt/2018/04/21/fugas/noticia/obidos-quando-os-loucos-sonham-uma-vila-para-a-literatura-1810646>. [Acedido a 7 de março de 2021].

minimamente na arquitetura. O projeto, de autoria da arquiteta Rita Zina, que na altura trabalhava no Gabinete Técnico Local, consiste em estantes que preenchem o interior do edifício numa estrutura em dois níveis, executada de forma a não tocar as paredes interiores[89] (vd. Figura 13).



Figura 13 – A Livraria de Santiago ocupa o interior da igreja, em Óbidos.
Fonte: Acervo do autor.

A arquitetura religiosa chega à contemporaneidade com uma pluralidade de novos usos, para além dos até aqui listados. As capelas privadas, apesar de estarem submetidas às particularidades e diferentes dinâmicas, também passam pelo processo de reutilização. Em certos casos, a adaptação interior destes edifícios resulta numa leitura espacial completamente distinta, onde se concretiza uma tensão entre estéticas do passado e elementos contemporâneos. Tal aspeto verifica-se no Centro Nacional de Supercomputação de Barcelona, o qual abriga seu supercomputador numa capela datada

[89]FERREIRA, Fátima (2012) - *Grande Livraria de Santiago vai nascer em Óbidos*. «Gazeta das Caldas», 17 de fevereiro de 2012. [online] Disponível em <https://gazetadascaldas.pt/sociedade/grande-livraria-de-santiago-vai-nascer-em-obidos/>. [Acedido a 14 de fevereiro de 2021].

da década de 1940. A capela, nomeada *Torre Girona*, foi construída como parte da residência particular de verão do presidente da câmara Manuel Girona, sendo usada para fins religiosos até 1970, quando foi desconsagrada por decreto do ditador Francisco Franco. A construção atualmente abriga o computador mais poderoso de Espanha[90] (vd. Figura 14).



Figura 14 – Supercomputador *MareNostrum* na capela de *Torre Girona*, em Barcelona, Espanha.
Fonte: [online] Disponível em: <https://www.bsc.es/sites/default/files/public/gallery/2017_bsc_superordenador_marenostrum-4_barcelona-supercomputing-center.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021]

Constata-se, assim, que a reutilização adaptativa de espaços religiosos é um processo contínuo e diverso que ocorre nas mais distintas conjunturas ao redor do globo e chega aos dias de hoje: em 2020, a Catedral de São João, o Divino, em Manhattan, Nova Iorque, teve sua nave e cripta convertidas em um hospital de campanha para pelo menos duzentos pacientes, numa ocupação efémera durante o contexto pandémico da COVID-

[90] AJUNTAMENT DE BARCELONA (2015) - *The Torre Girona, from family home to UPC rectorate*. [online] Disponível em <https://ajuntament.barcelona.cat/guardiaurbana/en/noticia/my-new-post-10418_146385>. [Acedido a 14 de fevereiro de 2021].

19[91]. Este tipo de uso não consiste de uma novidade para estes espaços, sendo esta uma longa tradição histórica. Em tempos de crise, igrejas, mosteiros e conventos se voltaram para o tratamento de doentes, tal como ocorrido em 1918 nos Estados Unidos da América, quando igrejas foram usadas como hospitais durante a epidemia de Gripe Espanhola, ou como já se verificava em espaços religiosos desde a Idade Média, nas enfermarias e hospitais associados a mosteiros e conventos, que conheceram a Peste Negra[92]. Processo semelhante ocorreu também durante I Guerra Mundial (1914-1918), quando França assistiu à utilização de espaços sagrados para o tratamento de feridos de guerra (vd. Figura 15).



Figura 15 – Igreja ao norte de França dedicada ao tratamento de feridos de guerra durante a I Guerra Mundial (1914-1918).
Fonte: [online] Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/73/Hospital_Unpreparedness_NGM-v31-p343.jpg/1024px-Hospital_Unpreparedness_NGM-v31-p343.jpg?1615246088931> [Acedido a 8 de março de 2021]

[91] THE NEW YORK TIMES (2020) - *Cathedral of St. John the Divine, Including Crypt, Will Become a Hospital*. «The New York Times», 6 de abril de 2020. [online] Disponível em <https://www.nytimes.com/2020/04/06/nyregion/cathedral-st-john-the-divine-coronavirus-field-hospital.html>. [Acedido a 8 de março de 2021].

[92] DAVIS, Adam J. (2020) - *From pews to patients – churches have long served as hospitals, particularly in times of crisis*. «The Conversation», 7 de abril de 2020. [online] Disponível em < https://theconversation.com/from-pews-to-patients-churches-have-long-served-as-hospitals-particularly-in-times-of-crisis-136600>. [Acedido a 8 de março de 2021].

Assim, é sobretudo nestes cenários que se torna evidente a flexibilização e o potencial adaptativo destes espaços, através dos quais ambientes são ressignificados, traduzindo-se como um reflexo de uma sociedade em constante mudança e submetida às mais diversas circunstâncias.

2. O caso dos mosteiros portugueses

2.1 A Extinção das Ordens Religiosas no contexto internacional

A multiplicação das casas religiosas ao longo dos séculos deixaria suas marcas na paisagem portuguesa, seja no meio urbano ou rural. A sorte da manutenção dos mosteiros e conventos no território português tomaria rumos distintos em função do lugar onde se inseriam. Quando isolados ou afastados das urbes, as casas religiosas muitas vezes provocariam o surgimento de núcleos urbanos ao seu redor. Os mosteiros e conventos, com o crescimento das cidades extramuros acabaram absorvidos na malha urbana e prosperaram naquele meio[93].

Apesar de cada ordem religiosa reunir particularidades e uma trajetória própria, o percurso destas estruturas teria um ponto comum: a Extinção das Ordens Religiosas em 1834. Este acontecimento não ocorreria em Portugal de forma isolada, de maneira que diversos países no continente europeu e americano passariam por uma realidade similar, sendo este um fenómeno transversal em diferentes quadros como se demonstra sinteticamente a seguir.

Como tratado anteriormente, os ideais da Revolução Francesa e a influência iluminista iriam desencadear um profundo processo de transformação social, política e económica que, por sua vez, não ficaria restrito àquele país. A ideologia revolucionária, que marcaria as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, alastrar-se-ia por todo o continente europeu. O ideais liberais e a gradativa secularização dos Estados teriam como reflexos sucessivos processos de retirada de poder às Ordens

[93] PEREIRA, 2020: 9.

Religiosas, visando o seu controlo ou mesmo extinção, uma vez que estas emanavam grande importância social e política[94].

Em França, a Assembleia Constituinte iria abolir os votos monásticos e a totalidade das ordens religiosas através da lei de 13-19 de Fevereiro de 1790. Já as congregações seculares seriam abolidas pela lei de 18 de Agosto de 1792, que determinava o fim daquelas cujos membros não estivessem ligados por votos perpétuos. O discurso abolicionista iria persistir até a restauração da religião Católica em França pela figura de Napoleão, que iria autorizar a existência de várias congregações. Contudo, as novas congregações seriam submetidas às leis posteriores, de espírito regulador e que condicionava a sua existência à autorização por parte do governo e ao desempenho de obras consideradas de utilidade pública[95].

Na Bélgica, após uma tentativa de dissolução das ordens contemplativas em 1816, seriam tomadas medidas a partir de 1818 no sentido de avançar com as restrições das antigas garantias das comunidades religiosas. Tais medidas progrediam desde o não reconhecimento de votos e a proibição de admissão de noviços, até mesmo a sua expulsão[96].

Nos Países Baixos, apesar de Napoleão expulsar os religiosos dos seus respetivos conventos em 1812, os mesmos retornariam às casas religiosas em 1815, porém submetidos a uma nova legislação que proibia a admissão de noviços e determinava que aqueles que tinham sido admitidos à data da extinção abandonassem os conventos. Este quadro só seria invertido com Guilherme II, que iria permitir a admissão de noviços e a coabitação de mais de vinte pessoas[97].

Na Suíça, a supressão dos conventos e o confisco dos seus bens teve lugar em 1814. Contudo, o Estado iria definir as questões voltadas às ordens e congregações somente em 1833 com a conferência de Langenthal e em 1834 com a de Baden. Como consequências desse processo, as casas religiosas estariam submetidas à administração estatal, os respetivos bens foram inventariados, escolas foram encerradas, noviciados

[94] RODRIGUES, 2017: 41-42.
[95] MATTA, 1905: 43.
[96] *Idem*, *Ibidem*: 46.
[97] *Idem*, *Ibidem*: 48-49.

proibidos e as congregações deveriam arcar com contribuições extraordinárias a partir de então[98].

A 19 de Maio de 1848, a dissolução e supressão de comunidades religiosas aconteceria na Áustria através do imperador José II, que restabeleceria a situação pelo decreto de 23 de Junho[99].

Mesmo em Itália as ordens religiosas iriam sofrer o impacto dos novos ideais disseminados. Sob domínio francês, muitos religiosos seriam expulsos de suas respetivas casas e teriam seus bens confiscados. Os ideais liberais ganhariam força através da revolução de 1848, que teria como consequência a expulsão de diversas congregações. A lei de 7 de Julho de 1866 iria por fim suprimir os mosteiros e conventos em território italiano. Nesta conjuntura, as casas religiosas teriam seus bens incorporados a bibliotecas e museus, os quais teriam de passar por uma reorganização e reestruturação a fim de absorver o aumento substancial de suas coleções. Este processo também iria provocar o surgimento de novos museus para o abrigo do extenso acervo[100].

A Península Ibérica também assistiria aos reflexos do processo das desamortizações. Em Espanha, as políticas adotadas visavam não somente difundir a causa liberal, mas também estimular a economia e extinguir a dívida pública. Apesar de no reinado de Carlos IV já ter sido definida a apropriação e venda de bens da igreja com autorização do Vaticano, somente a partir de 1820 que se iniciariam as primeiras experiências liberais de desamortização dos bens conventuais, no chamado Triénio Liberal (1820-1823). De facto, as políticas espanholas nesse contexto tomariam forma ao longo dos anos gradativamente: a «*Ley de Monacales*» de 1 de Outubro de 1820 definiria o fim de todos os mosteiros e das ordens monásticas, assim como conventos e colégios da ordem militar de Santiago, Calatrava, dentre outras ordens específicas; o Real Decreto de 25 de Julho de 1835, suprimiria os mosteiros e conventos que não tinham doze religiosos professos, tendo como exceções os clérigos regulares das escolas pias e os colégios de missionários para as províncias da Ásia; o Real Decreto de 19 de Fevereiro de 1836 iria definir a desamortização dos bens do clero regular, enquanto o de 8 de Março

[98] *Idem*, *Ibidem*: 49.
[99] *Idem*, *Ibidem*: 52.
[100] POULOT, 2001: 91.

deste ano iria por fim suprimir as casas religiosas masculinas; o processo seria ampliado pelo Real Decreto de 29 de Julho de 1837 que incluiria a supressão dos conventos femininos[101].

Em conjunto com a gradativa extinção das casas religiosas, o Estado estabeleceu uma legislação para a proteção dos bens artísticos e culturais dos mosteiros e conventos afetados. Na lei de 1 de Outubro de 1820 já se estabeleciam medidas legais de proteção para «*todos los archivos, cuadros, libros y efectos de biblioteca de los conventos suprimidos*», os quais seriam inventariados para que, posteriormente, as Cortes os destinassem às bibliotecas que achassem convenientes. Os bens considerados de primeira ordem seriam assim destinados à Madrid, enquanto que os objetos de segunda ordem ficariam custodiados pelas então chamadas «*Diputaciones Provinciales*»[102].

Posteriormente, com a *Orden* de 29 de Julho de 1835, os bens advindos das casas religiosas e tidos como de interesse histórico, artístico e científico (arquivos, bibliotecas, pinturas, esculturas e objetos religiosos) passariam a receber os procedimentos de proteção através de *Comisiones Civiles* nomeadas pelos governadores civis e compostas por três ou cinco indivíduos, eleitos sob consulta de Academias de Belas Artes ou Letras, entre outras instituições. Seriam estas comissões as responsáveis por examinar e inventariar os bens dos mosteiros e conventos suprimidos, armazenando-os num local adequado até que o rei escolhesse o devido destino de cada item. Contudo, as condições de retenção destes objetos eram muitas vezes inadequadas a nível de segurança e conservação, sendo os mesmos deixados ao abandono seguidamente nos próprios conventos. Tal facto, aliado à complexa burocracia dos organismos envolvidos e à formação deficiente dos agentes responsáveis fez com que muitos destes bens acabassem destruídos ou vendidos, de maneira que o espólio das casas religiosas alimentou vigorosamente o mercado de arte espanhol e internacional, lícita ou ilicitamente[103].

A legislação voltada para a proteção desses bens iria evoluir com o passar dos anos até a criação, em 1844, das Comissões de Monumentos Históricos e Artísticos, dependentes de uma Comissão Central, e que continuavam a ter como objetivo a

[101] RODRIGUES, 2017: 53-55.
[102] *Idem*, *Ibidem*: 54.
[103] *Idem*, *Ibidem*: 55.

salvaguarda dos objetos e a criação de museus e bibliotecas provinciais. Com o aperfeiçoamento dos mecanismos de salvaguarda, as comissões regionais passaram a contar com a colaboração de uma relação de pintores, escultores e arquitetos de mérito de cada uma das províncias[104].

As tendências liberais e a influência francesa cruzariam oceanos e repercutiram-se inclusivamente na América Latina, como pela supressão de muitos conventos no Brasil a partir da Constituição de 1817 e por medidas como a abolição, a proibição de noviciados ou a confiscação de bens no México, Paraguai e Venezuela[105].

2.2 A Extinção das Ordens Religiosas em Portugal e suas repercussões nos complexos monásticos

A cultura da preservação dos monumentos desenvolvia-se através dos ideais do movimento romântico do século XIX, promovendo a salvaguarda dos edifícios considerados históricos pelo poder público e privado. Nessa conjuntura, o interesse romântico pela salvaguarda de um património arquitetónico estaria associado a um revivalismo católico e nacionalista, articulado a uma crescente curiosidade intelectual pela arquitetura medieval. Estas ideias se exemplificam pelo pensamento de François-René de Chateaubriand (1768-1848), que relacionava a arquitetura medieval ao Catolicismo, como forma de justificar a defesa do património religioso perante as destruições e vandalismos ocorridos em França no contexto da Revolução. A valorização do Monumento também tomaria forma por figuras como por Balzac (1799-1850), Vítor Hugo (1802-1885), Goethe (1749-1832) e Almeida Garret (1799-1854), no meio literário, bem como pela ação pública como através de Guizot (1787-1874) e Mérimée (1803-1870), compondo um cenário no qual emergiam diversas teorias de restauro e conservação do património[106].

[104] CAL, 2003: 11.
[105] MATTA, 1905: 55-56.
[106] PEREIRA, 2007: 54.

O fluxo de capitais, ideias e culturas que ocorriam internamente no país, a presença francesa e inglesa em território português, bem como as influências externas, iriam dar espaço a uma nova mentalidade, pautada na doutrina liberal, no romantismo e nos valores nacionais[107].

Paralelamente ao pensamento romântico, o crescente distanciamento da devoção, disciplina e humildade iria contribuir moralmente para a gradativa laicização da sociedade. As relações entre o Estado e a Igreja tomariam um rumo distinto em 1789, quando foi criada por D. Maria I a Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, a qual consistia num órgão consultivo da Coroa que visava averiguar o estado da vida monástica e conventual[108], avaliando a «utilidade para a Igreja e para o Estado» de cada uma das casas religiosas existentes no reino para definir a sua supressão ou continuidade[109]. A interferência do poder laico e da influência liberal na esfera religiosa iria pouco a pouco reduzir os privilégios desta e drenar a sua expressão política[110].

Contudo, a supressão de casas religiosas já havia sido introduzida ao contexto português anteriormente por breve apostólico em 1756, o qual era fundamentado por dificuldades de subsistência e falhas de observância dos regulares. Este determinava «fazer vender, e alienar os mesmos Mosteiros, que de todo se houverem de extinguir, e supprimir; como tambem as suas Igrejas (…) vender, alienar, secularizar, e profanar as ditas»[111]. Em 1770, outro documento de mesma natureza iria determinar a supressão de nove mosteiros dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho, motivado por problemas de gestão das ordens e por questionamentos voltados à «utilidade» dos religiosos[112].

O tema da reforma das ordens religiosas e sua possível extinção seria alvo de debate entre liberais e absolutistas entre os anos de 1820 e 1823. Neste período, surgiria a Comissão Eclesiástica e com ela a ideia de Reforma dos Regulares e a Carta de Lei de

[107] RODRIGUES, 2017: 59.
[108] SERRÃO & MARQUES, 1990: 326.
[109] LIMA, 2013: 226.
[110] SERRÃO & MARQUES, 1990: 307.
[111] *Breve do Santíssimo Padre Benedicto XIV, expedido a 23 de agosto de 1756.*
[112] LIMA, 2013: 256.

24 de Outubro de 1822[113]. Na prática, a Carta determinava a extinção dos Priorados Mores das três ordens militares (Cristo, S. Bento de Avis e S. Tiago de Espada), retirava os seus rendimentos para aplicação às despesas do Estado e reduzia os conventos regulares de ambos os sexos. Assim, o próprio governo designava os mosteiros e conventos que continuavam a subsistir. O documento fundamentava-se no plano de reforma das congregações, o qual seria discutido intensamente entre parlamentares e daria origem a vários projetos para a referida reforma, ponderando questões como a amplitude das medidas em pauta, o valor histórico-nacional dos edifícios, as possíveis reutilizações, entre outros pontos[114].

Os debates de até então não discutiriam com profundidade questões voltadas ao património artístico dos conventos, de forma que as atenções se voltaram em peso para a conservação do património arquitetónico. A preocupação com os efeitos das medidas em pauta estava clara entre os deputados, que tinham consciência do grande volume de edifícios que seriam vagos e não tinham intenções de «abrir de um jacto as portas das clausuras a todos», de forma que «seria forçoso, ou deixar arruinar, ou conservar a custa de grandes despezas, em quanto não tivessem destino, ou achassem comprador»[115].

O Artº 24º da referida Carta deixava expresso que:

> *1.ª não se admittirá em uma cidade, ou villa, mais de um convento da mesma ordem: 2ª em iguaes circunstancias serão com preferencia conservados os conventos das aldeas, e campos: 3.ª em todo o caso ficarão subsistindo os conventos, em que houver estabelecimentos publicos de bibliothecas, musêos, ou escolas: 4.ª nenhum convento subsistirá sem ter pelo menos o numero de religiosos prescripto pelas regras canonicas para a regularidade da vida claustral (...)*[116]

Nesta passagem fica clara a multifuncionalidade que os mosteiros e conventos desempenhavam à época da aprovação da lei de 24 de outubro de 1822. Dada a

---

[113] *Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822*, assinada pelo Secretário de Estado dos Negócios de Justiça, José da Silva Carvalho, registada a 25 de Outubro e publicada na Chancelaria Mor da Corte e Reino no 26 de Outubro. Disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/12/7/p300> [Acedido a 3 de abril de 2021].
[114] RODRIGUES, 2017: 64.
[115] LIMA, 2013: 386-387.
[116] Artigo 24º da *Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822*.

incapacidade do Estado de responder às necessidades do saber e do ensino públicos, e sendo estes desempenhados pelas corporações religiosas masculinas e femininas, a alternativa adotada foi manter o que já se praticava. Através do texto permite-se inferir o caráter de distinção atribuído a estas casas religiosas, resguardando os conventos e mosteiros com estes tipos de usos das medidas aplicadas aos demais edifícios. Nesse sentido, conforme aponta o art. 15º, as casas suprimidas ficariam ao dispor do Governo e submetidas ao seu arbítrio, dando lugar a «objectos do serviço do Estado, estabelecimentos de instrucção e caridade publica». As igrejas monásticas e conventuais tornar-se-iam igrejas paroquiais «quando conste por informação dos ordinarios que assim convem á decencia do culto, ou á commodidade dos povos»[117]. Portanto, ficava aqui claramente permitida a reutilização de conventos e mosteiro, embora nesse primeiro momento a mesma apenas pudesse acontecer para fins exclusivos de instrução ou de assistência[118].

A supressão das casas religiosas masculinas não ficou restrita ao momento de publicação da Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822. Este seria um processo contínuo, como apontado por exemplo no art. 27º em «Todas as vezes que no total de cada uma das corporações (…), faltar o numero de vinte e quatro religiosos, suprimir-se- há um convento em cada uma dellas (…)»[119].

Os bens móveis das casas suprimidas receberiam tratamentos distintos. Os móveis considerados de uso pessoal podiam transitar juntamente com os regulares, tal como bens comuns em caso de necessidade, conforme expresso no art. 16 º:

> *Os Regulares moradores nas Casas Religiosas, que forem supprimidas, passaráõ para as que ficarem subsistindo das respectivas Corporações, e poderáõ levar para ellas os moveis de seu uso pessoal. Dos moveis do commum, poderáõ ser transferidos aquelles, que os Prelados locaes declararem ser necessários na razão dos Religiosos, que de novo se lhes reunirem*[120].

[117] Artigo 15º da *Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822*.
[118] RODRIGUES, 2017: 69.
[119] Artigo 27º da *Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822*.
[120] Artigo 16º da *Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822*.

O destino dos demais itens ficava instituído pelo art. 17º:

> *(...) 1.ª deixará o Governo á prudencia dos ordinarios fazer a distribuição dos vasos sagrados, alfaias do culto divino, e utensilios do coro, pelas parochias mais pobres das suas dioceses: 2.ª serão applicados para hospitaes civis, casas de expostos, e asylos de caridade pública do logar, districto, ou comarca, os que servirem para o uso destes estabelecimentos: 3.ª as livrarias, quadros, medalhas, e mais objectos de litteratura, e bellas artes, serão distinctamente inventariados, e arrecadados para a criação de bibliothecas, ou para augmento das actuaes: 4ª as pedras preciosas, assim como todos os moveis não sagrados de ouro e prata, e quaesquer outros, que ainda restem, pertencerão ao thesouro nacional*[121].

Ficava aqui determinado o destino de grande parte do património artístico das casas religiosas suprimidas. É importante ressaltar que o texto aponta as bibliotecas como os lugares mais adequados para receber os bens citados, não havendo, neste momento, menção a museus. Estes, só receberiam menção quase um século depois, no contexto da criação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, decretada em 20 de abril de 1911. Através desta lei estava garantida a plena liberdade de consciência, de forma que a religião católica deixava de ser a religião de Estado a partir de então. Determinava-se, assim, o fim do subsídio estatal ao culto católico, marcando o processo de laicização do Estado e o enfraquecimento do poderio eclesiástico[122], no qual os bens de valor declarados como pertença e propriedade do Estado deveriam ser remetidos a depósitos públicos ou museus[123].

Ainda no que se refere a Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822, um número significativo de bens ficaria desprotegido e sem um destino certo, uma vez que o art. 18º da referida lei determinava que o Governo poderia realizar a venda de bens de raiz, edifícios e móveis, que não fossem abrangidos por nenhuma das aplicações previstas[124].

Os conventos femininos também seriam abrangidos pelo texto da lei, sendo os mosteiros da Encarnação e de Santos, em Lisboa, pertencentes às ordens militares de S.

---

[121] Artigo 17º da *Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822*.
[122] SERRÃO & MARQUES, 1987: 491-503.
[123] Artigo 62º do *Decreto de 20 de Abril de 1911*.
[124] RODRIGUES, 2017: 70.

Bento de Avis e de S. Tiago de Espada, reduzidos a um só. A supressão das restantes casas femininas era definida no art. 32º:

> *(...) 1.ª as freiras, que professarem o mesmo instituto, se reunirão, a saber, nas principaes cidades em o menor numero de mosteiros, ou conventos, que for compativel com as suas justas commodidades; e nas villas, e cidades mais pequenas, em um só convento, ou mosteiro : 2.ª os mosteiros, ou conventos, que não contiverem quinze religiosas professas, serão suprimidos, e as moradoras delles se reunirão aos mais proximos do mesmo instituto; ficando a seu arbitrio, em caso de grande distancia, preferir os do instituto mais analogo, que existirem na mesma terra, ou na mais visinha: 3.ª aos mosteiros, ou conventos, que tiverem menos religiosas, se poderão reunir as freiras dos que tiverem mais, quando aquelles forem preferiveis por seu local e capacidade; podendo tambem reunir-se em conventos, ou mosteiros, que ficarem vagos, se occorrerem as mesmas razões: 4.ª os mosteiros, ou conventos, situados nas fronteiras do reino, praças d'armas, e logares pouco povoados, serão com preferencia suprimidos*[125].

A Carta Lei de 24 de Outubro de 1822 foi só o início da profunda transformação que acometeria as estruturas monásticas e conventuais portuguesas. A onda anticlerical evoluiria com o passar dos anos e, com a instauração do regime liberal, culminaria com o decreto de 28 de Maio de 1834, o qual seria promulgado dois dias depois, no dia 30, e que determinava a extinção das ordens religiosas e a desamortização dos seus bens. Os significados desse processo vão muito além da necessidade de vender bens e angariar fundos para o Estado português. A consciência revolucionária liberal via nas antigas casas conventuais estruturas obsoletas integrantes do antigo regime, de forma que a sua coexistência naquela conjuntura se revelava incompatível com os novos valores celebrados de individualismo e liberdade[126].

O decreto de 30 de Maio, assinado por Joaquim António de Aguiar e que render-lhe-ia a alcunha de «Mata Frades», determinava que todas as casas de ordens regulares masculinas fossem extintas e os seus bens nacionalizados. Esta medida afetaria profundamente o suporte económico do poder eclesiástico, traduzindo-se na vitória de uma ideia secular do funcionamento da Igreja e funcionalização do clero. Uma vez com

---

[125] Artigo 32º da *Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822*.
[126] NETO, 1995: 103.

poder económico reduzido devido a grande transferência de propriedade e incorporação de riquezas pela restauração liberal, a Igreja passava a ter sua presença e influência minimizadas em diversos domínios socioculturais. Para os liberais, esta redução do papel social da Igreja iria consequentemente restringir o apoio ao absolutismo e ao partido miguelista[127].

O decreto de 1834 desencadearia profundas consequências ao património português. O Estado deparava-se com um património que já estava, muitas vezes, em condições críticas de conservação. Uma parcela significativa desses imóveis havia sofrido estragos em decorrência do terramoto de 1755[128] ou mesmo pelas Invasões Francesas, que levou um vasto conjunto desses edifícios a ser ocupado por militares, submetendo-os a rudes adaptações e atos de vandalismo[129]. A estes fatores, somam-se a falta de apoio financeiro do Estado para a manutenção dos edifícios, as lutas entre absolutistas e liberais que levariam a novos atos de vandalismos aos mesmos e a escassez de recursos das ordens religiosas para a preservação dos imóveis. De facto, grande parte das Ordens Religiosas passava por um processo de decadência depois de meados do século XVIII, o que efetivamente levou à degradação muitos desses edifícios, os quais se iam recompondo da maneira mais económica possível, ou seja, rebocando e pintando[130].

A Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, já no governo de D. Maria II, surgiria no sentido de regular as vendas desses bens e excetuar de alienação «As obras e Edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte, ou como Monumentos históricos de grandes feitos, ou de Epocas Nacionaes»[131]. De facto, o documento evitou a concretização de muitas vendas, porém os seus efeitos foram comprometidos pela ausência de um inventário, o qual, em 1836, a Academia Real das Ciências seria incumbida de realizar, por Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1846), ministro do Reino, mas que com efeito não seria executado. Também não se

[127] RODRIGUES, 2010b: 98.
[128] No que se refere ao acontecimento sísmico de 1755, nota-se que este originou um conjunto de textos que nos permite um estudo da sensibilidade patrimonial arquitetónica da época. Entre estas fontes estão os relatos resultantes dos inquéritos enviados aos responsáveis eclesiais do reino que visavam averiguar o alcance do terramoto, bem como as narrativas autónomas que apontam os efeitos destrutivos da catástrofe. Acerca deste tema, vide LIMA, 2013.
[129] RODRIGUES, 2017: 722.
[130] ROSAS, 1995: 33.
[131] SILVA, 1981: 111-115.

concretizaria a proposta de Mouzinho de Albuquerque enquanto Inspetor-geral das Obras Públicas para o restauro e conservação dos edifícios públicos, a qual contemplava uma classificação em três categorias ou classes: os alienáveis, os utilitários e os monumentos[132].

É importante referir que a condição de exceção para estes bens no referido documento deixa implícita a noção pré-estabelecida na sociedade da época do que era considerado «monumento histórico». De facto, as relações dos portugueses com os vestígios materiais do passado se aprofundariam anteriormente, após o Terramoto de 1755, as Invasões Francesas e os conflitos entre liberais e absolutistas. Estas relações serão pautadas, sobretudo, na apreciação do valor arqueológico dos monumentos expresso pela sua antiguidade e por aquilo que dava a conhecer do passado que os havia criado, o que resultaria numa valorização de todos os vestígios materiais resultantes da ação da passagem do tempo. Nesse contexto, reconheciam-se três espécies de classes de monumentos à conservar: históricos, artísticos e nacionais (ou de glória nacional). Portanto, mesmo que as circunstâncias históricas estivessem a atribuir uma outra formalização institucional ao conceito de monumento, já se faziam presentes alguns preceitos à volta do tema[133].

Os esforços do jovem Estado liberal no que concerne à proteção dos bens móveis e imóveis dos extintos conventos também se faria expressa na criação de uma comissão responsável por selecionar, classificar e recolher as obras de arte provenientes casas religiosas extintas. Essas atribuições seriam, já em 1836, confiadas às recém-nascidas Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, nas quais os referidos espólios artísticos ficariam depositados até darem entrada nos gabinetes de Raridades, nos gabinetes de Pinturas, e nas Bibliotecas Públicas distritais que seriam supostamente criados, conforme legislação de 30 de junho do Ministro do Reino Agostinho José Freire, que de facto nunca se concretizou[134]. A Academia de Belas-Artes de Lisboa também seria encarregada pelo governo por conservar as plantas, e os desenhos dos cortes e alçados dos edifícios considerados de maior qualidade artística, além da obrigatoriedade de lhe ser comunicada

[132] SOARES & NETO, 2015: 124.
[133] RODRIGUES, 2010a: 22.
[134] RODRIGUES, 2010a: 25.

a intenção de demolir qualquer edifício antigo da capital. A Academia de Belas-Artes de Lisboa seria ainda responsável por acolher e conservar os objetos artísticos dos edifícios de cujas ordens haviam sido suprimidas[135].

Assim, no que se refere aos bens artísticos provenientes dos conventos, diferentemente da estratégia espanhola de desamortizações indiscriminadas com a venda de inúmeras obras, ou da «orgia de destruição»[136] francesa, em Portugal a sua alienação não foi considerada como uma solução para fazer face às debilidades do tesouro público. Os objetos preciosos provenientes dos mosteiros e conventos, sobretudo de ouro, prata e joias, reconhecidos com distinção por sua antiguidade e raridade e considerados primores da arte, seriam recolhidos e armazenados na Casa da Moeda, pela segurança que era ali oferecida[137]. O ónus da arrecadação de recursos para incrementação do tesouro público recairia essencialmente sobre determinado património edificado[138].

De facto, nota-se a partir dos anos 30 dos oitocentos, progressiva valorização dos aspetos estéticos do património histórico, especialmente do móvel, sem paralelismo imediato no edificado. O valor de arte atribuído antecipadamente a certas obras de pintura, vitral, escultura, azulejo ou ourivesaria, em detrimento das obras edificadas, possivelmente se fundamentava no facto de aquelas não possuírem uma funcionalidade, tal como ocorre à arquitetura[139]. Às construções monumentais prevaleceria o reconhecimento da sua capacidade de história até à geração de Ramalho Ortigão, Joaquim Vasconcelos, Sousa Viterbo ou Gabriel Pereira, em detrimento do seu significado artístico[140].

Portanto, se a venda de edifícios e o arrendamento dos bens móveis foram tidos, tão logo, como importantes fontes de recursos para o erário público, o mesmo não se verificou com os vasos sagrados, paramentos, livrarias, e objetos preciosos não sagrados, sendo a salvaguarda destes bens uma preocupação imediata das medidas legislativas promulgadas por D. Pedro IV. Algumas diretrizes surgiriam no sentido de impedir a

[135] RODRIGUES, 1998: 62.
[136] CHOAY, 2011: 90.
[137] ROQUE, 2010: 121-122.
[138] SOARES, 2014 : 11.
[139] *Idem*, *Ibidem*.
[140] ROSAS, 2010: 45-46.

venda de pinturas e evitar a saída das peças do território nacional, como também refrear a sua deterioração e proceder a sua classificação com o posterior agrupamento das obras em um só edifício, com o intuito de formar uma ou mais galerias. Estas disposições, em conjunto com outras decisões como deslocar peças dos conventos extintos de Coimbra para o museu da universidade daquela cidade, bem como a criação do Museu Portuense de Pinturas e Estampas, que seria instalado no antigo convento de Santo António da Cidade para o recebimento de pinturas de conventos cujas ordens haviam sido suprimidas[141], deixaria clara a postura de D. Pedro IV orientada para a preservação de um património selecionado. Constata-se, assim, a sua evidente preocupação em promover a utilização pedagógica do património artístico com fins públicos e culturais, através da implantação de bibliotecas e de instituições museológicas[142].

2.3 A evolução de uma consciência em defesa do património

Quanto ao património construído, o abandono brusco praticado após a Extinção das Ordens contribuiria para a formação de uma consciência de que os monumentos arquitetónicos são fundamentais para a memória da nação. O receio da perda da memória do passado e do desaparecimento desta herança, motivaria o despertar do sentimento pela sua conservação. Desta forma, a salvaguarda apenas tomaria forma legal frente ao iminente risco de perda, podendo-se dizer que a destruição e a salvaguarda são práticas conectadas que caminham lado a lado[143].

É nesse contexto que a ideia de património como memória coletiva e esteio das sociedades, assim como de instrumento que assegura aos grupos sociais a sua continuidade temporal, passa a ganhar mais espaço e relevância. Seria sobretudo naquele século que o valor histórico e documental passaria a ser atribuído ao monumento, através de um processo de valorização determinado essencialmente pela dimensão histórica, apoiada em um conjunto de factos e acontecimentos associados a esse monumento. Seria recorrente, nesse quadro, a exacerbação da vocação do monumento como marco ou

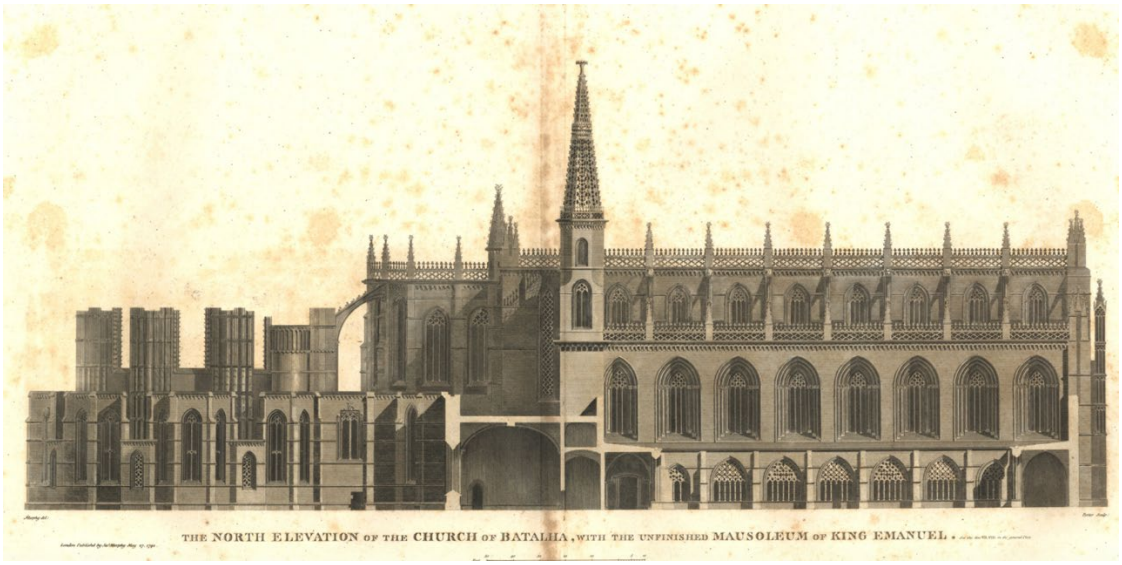
[141] MONCÓVIO, 2014: 76.
[142] SOARES, 2014: 10.
[143] ROSAS, 1995: 85.

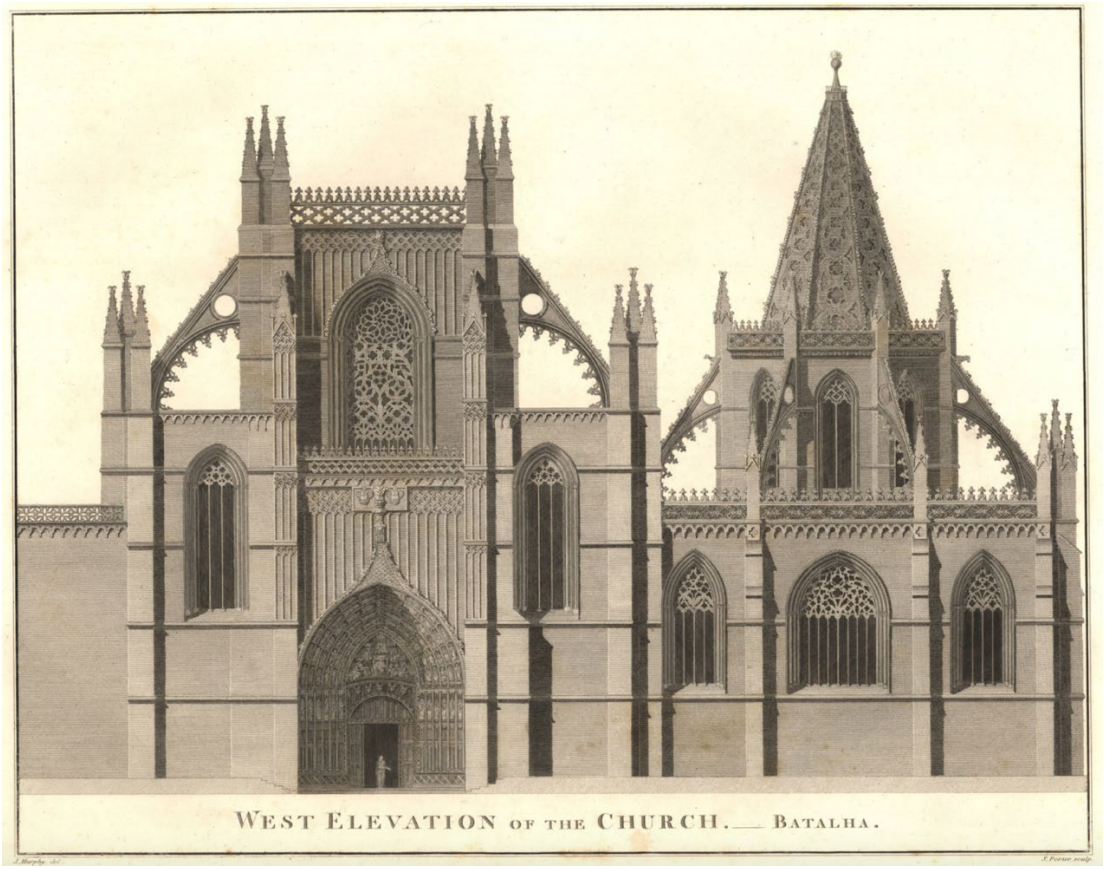
padrão histórico da nação, a atribuição de origens remotas e a sua associação às lendas ou fundações míticas. Assim, as imagens dos monumentos fortaleciam-se como símbolos das civilizações e o passado interessaria como instrução dos povos[144].

Em 1840, após anos de inexistência de uma ideologia em defesa do património, se abriria uma frente de combate a favor da preservação de edifícios inseridos no quadro da sensibilidade romântica, sendo muitos deles medievais e que somente então começavam a ser valorizados. Estes monumentos seriam tidos como rememorativos e incorporariam os valores de monumento Pátrio, sendo comumente associados a momentos simbólicos da história nacional. Foi neste contexto que os poderes políticos iriam empreender as primeiras obras de restauro, precisamente a partir de 1840, na Batalha, em Alcobaça, no Convento de Cristo, nos Jerónimos e também em castelos, considerados símbolos da soberania[145].

O mosteiro da Batalha ganharia especial atenção por parte de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque que, enquanto inspetor Geral das Obras Públicas, seria responsável pela sua extensa obra de restauro, reconhecendo a qualidade arquitetónica daquele complexo em «Memoria inedita acerca do Edificio Monumental da Batalha», de 1843. Mouzinho iria considerar o mosteiro como um monumento patriótico, símbolo de virtudes cívicas e marco dos esforços nacionais e da primazia portuguesa[146] (vd. Figuras 16, 17 e 18).

[144] TOMÉ, 2002: 15-16.
[145] PEREIRA, 2020: 10.
[146] ROSAS, 1995: 41.





Figuras 16 e 17 – Desenhos dos alçados norte e poente da igreja do mosteiro da Batalha, de autoria do arquiteto irlandês James Murphy (1760-1814). Durante sua passagem por Portugal em 1789, o arquiteto iria se ocupar por medir e desenhar exaustivamente o edifício, tornando-se fonte única para o conhecimento do mosteiro que seria reconfigurado ao longo dos anos.

Fonte: MURPHY, James (1795) – *Plans Elevations Sections and Views of the Church of Batalha, in the Province of Estremadura in Portugal, with the History and Description by Fr. Luis de Sousa; with remarks. To which is prefixed an Introductory Discourse on the Principles of Gothic Architecture by James Murphy Archt.* Londres: I. J. Taylor, p.91 e 101.



Figura 18 – Alçado poente da igreja do mosteiro da Batalha nos dias atuais. As obras do restauro oitocentista conduzidas no mosteiro iriam por um lado evidenciar a estética gótica e manuelina do complexo, mas por outro apagaria sua memória barroca e maneirista, facto que ilustra o método de restauro daquele contexto pela valorização da época medieval.
Fonte: [online] Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/33/Mosteiro_da_Batalha_78a.jpg/1920px-Mosteiro_da_Batalha_78a.jpg> [Acedido a 26 de abril de 2021]

O reconhecimento de mosteiros e igrejas como monumentos nacionais foi um processo construído e reafirmado ao longo dos séculos. Efetivamente, durante muitos anos insistiu-se na atribuição de datas remotas às origens de igrejas e mosteiros, as quais remetiam às suas fundações nos tempos católicos dos reinos suevo e visigodo e reforçavam a ideia dessas construções como resistentes incólumes das invasões árabes, mantendo-se como intactos templos da fé cristã. Estas estórias, registadas e muitas vezes inventadas por cronistas nos séculos XVII e XVIII, seriam repetidas ao longo do século XIX e fortaleceriam o reconhecimento destas construções como monumentos nacionais[147].

[147] *Idem*, *Ibidem*: 44.

A ideia romântica do reconhecimento do património construído como fator de reencontro com os valores da nação seria alimentada por diretores e fundadores das revistas ilustradas. Os edifícios passam a ser vistos como uma herança dos antepassados e marcos das épocas gloriosas de Portugal. Carregados de história, estes monumentos seriam um legado do passado e uma lição para o presente, fator que fundamentaria a sua valorização e conservação. A arquitetura do passado, veiculada de forma ilustrada e sublinhando a escrita, consistia de uma tentativa pedagógica de criar uma opinião pública considerada mais culta e condizente com a ideologia da época[148].

A primeira geração de liberais iria ver na vitória de 1834 um momento de refundação de Portugal, e nesse contexto era necessária uma nova ideologia monumental, pautada no culto do passado, da memória e da história, que desempenharia um papel cultural de restabelecer a confiança nacional e de preparar a regeneração do País[149]. Os liberais enxergavam os monumentos nacionais como agentes modificadores de ideias que orientariam a mentalidade e a cultura da nação. Assim, os monumentos tornar-se-iam fatores de progresso social, moral, político e até económico[150].

Nessa conjuntura, é fundamental ter em conta que uma parcela influente da população, composta por uma burguesia formada por intelectuais e académicos, iria desempenhar um papel fundamental na transformação dos modelos políticos, sociais e culturais, encontrando nas ideias liberais meios de mudança. A ideologia que norteava essa camada social era pautada no racionalismo, tolerância, valorização do indivíduo e no reconhecimento da discussão como meio para alcançar a verdade. Este movimento liberal de raízes francesas iria agregar um número significativo de cidadãos e teria como maior representatividade a figura do historiador Alexandre Herculano (1810-1877)[151].

Herculano e Almeida Garrett, intelectuais de formação literária e histórica da primeira geração romântica, iriam introduzir em suas produções o sentimento de consagração do monumento histórico no contexto nacional. Enquanto Herculano escreveria numa vertente teórica e mais sistemática, Garrett faria uma abordagem mais tacteante nas suas produções literárias, as quais alcançariam uma repercussão

[148] Idem, Ibidem: 84.
[149] RODRIGUES, 2010a: 23.
[150] Idem, Ibidem: 24.
[151] RODRIGUES, 2017: 59-60.

significativa em setores da sociedade portuguesa inclinados ao seu *dandysmo* e à cultura requintada. As obras de disciplina histórica e da literatura, veiculadas por revistas e jornais, em conjunto com a Imprensa ilustrada, iriam alimentar a opinião pública no sentido da valorização do monumento histórico[152].

Herculano contribuiria significativamente para a construção do pensamento português relativamente às questões patrimoniais ao sintetizar a noção de monumento como memória, herança e património da nação. Esse pensamento seria marcado pela sua publicação de quatro textos sobre monumentos na revista «O Panorama», em 1838-1839, os quais seriam reunidos e reformulados posteriormente, em 1872-1873, e publicados na edição de «Opúsculos» sob o título de «Monumentos Pátreos»[153].

Garrett deixaria expresso em seus trabalhos o apreço pelas revoluções e a história dos grandes movimentos sociais, a liberdade, o povo. O autor também nutriria uma estima pelas ruínas, característica do pensamento romântico e reforçada pela sua vivência na Inglaterra em 1823 e os novos gostos com os quais aí teria contato. Esta valorização fica expressa em passagens como:

> *As ruínas causadas pelo tempo são tristes, mas belas. As pedras estão sujeitas às leis da natureza – a passagem do tempo – que as enlaça numa fusão entre homem, natureza e objectos inanimados, o cerne da alma romântica*[154].

E também em:

> *As ruínas causadas pelas revoluções ficam marcadas pelo cunho solene da história*[155].

A supressão das casas religiosas e suas consequências ao património nacional receberiam constantes denúncias por parte de Alexandre Herculano, Almeida Garrett e outros intelectuais como António Feliciano de Castilho e José Mendes Leal. As críticas apontavam o estado calamitoso que grande parte dos monumentos atingiria, procurando

---

[152] ROSAS, 1995: 30.
[153] *Idem*, *Ibidem*: 12.
[154] *Idem*, *Ibidem*: 32.
[155] *Idem*, *Ibidem*.

sensibilizar a opinião pública para a preservação da herança cultural e posicionando-se contra os excessos liberais[156]. Tal preocupação ficaria expressa em várias produções, como Herculano faz em «Mais um brado a favor dos Monumentos», no qual o escritor chama a atenção para os atos de vandalismo e o estado das igrejas do Convento de S. Domingos e de S. Francisco, em Santarém, que era transformada em palheiro:

> *Vede essa egreja do convento de S. Domingos, collocada no alto de Santarem: as suas grossas e velhas portas estão fechadas, e o mosteiro está vasio de seus antigos habitadores (...) rico presepe da Cartuxa de Laveiras, que tantos primores de esculptura encerrava, e que foi despedaçado depois da suppressão do mosteiro*[157].

Para Herculano, a origem do problema da conservação destes edifícios estaria na inexistência de uma lei centralizadora que declarasse os monumentos nacionais como propriedade pública e não de particulares, municípios ou de localidades[158].

Após o período conturbado de instabilidade política e social na primeira metade do século, Portugal vivenciaria um novo cenário, no contexto da vitória do duque de Saldanha (1851) e a sequente Regeneração, que propiciaria o exacerbar das ideias de progresso, fomento e civilização[159]. Formava-se assim, um quadro de conflito entre a vontade de progresso e a conservação do passado, a qual já se encontrava numa situação deficitária de atraso em relação aos países da Europa[160].

A ideologia do progresso vinculada à perda de função das estruturas conventuais afetaria não somente os espaços interiores destas, mas também os exteriores: os espaços de jardins e quintas viram-se apetecíveis à cobiça urbana e acumuláveis aos espaços públicos e espaços construídos, de forma a contribuir tanto para a regularização da cidade como para a sua massificação[161].

---

156 SOARES & RODRIGUES, 2011: 357.
157 «O Panorama», 3º da 1ª série, nº94, 16 de Fevereiro de 1839, p.50.
158 RODRIGUES, 2010a: 25.
159 RIBEIRO, 1993: 121-129.
160 ROSAS, 1995: 86.
161 PEREIRA, 2007: 335.

As transformações do meio urbano após a extinção das casas religiosas levariam à mutilação destas, de forma que muitas vezes o espaço construído é mantido, enquanto que os espaços não construídos vão sendo subtraídos e destinados para a criação de novas ruas, praças ou novas construções. As áreas agrícolas ou ajardinadas tornar-se-iam posteriormente vazias e expectantes. Contudo, a perda de função destes conjuntos teria como reflexo positivo a abertura dessas construções para a cidade, uma vez que anteriormente, pela sua própria natureza, estes núcleos eram tidos como espécies de ilhas na sua relação com a envolvente[162].

A discussão sobre a conservação dos monumentos ganharia dimensões políticas de forma mais definida, de maneira que as figuras destas obras passariam a ser utilizadas como símbolos de bandeiras ideológicas, transformando-se constantemente em alegorias. O debate sobre a conservação e o restauro dos monumentos assume proporções mais alargadas e passa a ocupar outros espaços que não exclusivamente as revistas de arte e arqueologia, tornando-se tema da opinião pública, de natureza partidária e da luta política. Contudo, apesar da recorrente menção ao estado de degradação dos edifícios, não se verifica uma ação mais assertiva voltada para a conservação por parte do governo, havendo assim uma relativa discrepância entre a opinião veiculada pela imprensa e a efetividade política[163].

Nesse sentido, Herculano se posicionaria como uma das principais figuras no combate à ideia do progresso a todo custo, que pregava a destruição para construir, sendo ele um dos mentores da facção designada por os «Históricos». O intelectual, que se perguntaria em um jornal de 1862[164] «Que é o mosteiro de Alcobaça comparado com a melhor estação dos nossos caminhos de ferro?», seria sempre citado naquele período de intenso crescimento urbano com a abertura de novas vias, demolições para dar lugar a novas praças e com a utilização de pedras das muralhas em arruamentos e casas de particulares[165].

---

[162] *Idem*, *Ibidem*.
[163] ROSAS, 1995: 87.
[164] «O Amigo da Religião», nº 24, 13 de Agosto de 1862. Lisboa.
[165] ROSAS, 1995: 88.

Apesar das medidas iniciais em defesa do património e do posicionamento dos intelectuais veiculado pela imprensa, ao se analisar o quadro europeu da época relativamente à proteção e à salvaguarda, Portugal desempenha um papel tardio. Nesse sentido, o sistema era atrasado e pouco eficiente, sobretudo tendo-se em conta que em outros países, como França e Espanha, já se consolidava uma legislação mais eficaz, sistemática e fundamentada em inventários ou minimamente em listas de construções a serem conservadas[166].

É relevante ressaltar, nesse contexto, o papel da Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, impulsionado pela figura do já mencionado Joaquim Possidónio Narciso da Silva, que foi seu presidente por longos anos. Fundada em 1863, a associação desempenharia uma importante atividade na proteção e salvaguarda dos monumentos. Entre os seus sócios destacavam-se arquitetos, engenheiros, arqueólogos, historiadores e literatos que contribuíram com a descrição, divulgação teórica, historiográfica e iconográfica dos monumentos medievais. Alguns, ainda, dedicaram-se à reforma do ensino artístico, dos museus e dos serviços dos monumentos, ou ainda trabalharam nos restauros correntes à época, seja como coordenadores das obras, encomendadores ou agentes de opinião[167].

Nesse âmbito, em 1882, Possidónio da Silva é incumbido da realização de um levantamento do estado de conservação, em conjunto com memórias descritivas e o registo gráfico dos edifícios públicos e dos monumentos considerados nacionais. Este levantamento se faria à semelhança dos seus já iniciados trabalhos do fim da década de 1850, começando sobretudo pelos edifícios emblemáticos da capital e logo se estendendo pelo restante do país, através de campanhas de reconhecimento, especialmente no Norte. Através do trabalho realizado, Possidónio ressaltaria a necessidade da criação de uma entidade responsável pelos monumentos, englobando a sua proteção, a aprovação de projetos e o acompanhamento das obras. O arquiteto também criticaria a atribuição destas responsabilidades às pessoas que não detinham o conhecimento da importância artística

[166] REBELO, 2001: 32.
[167] ROSAS, 1995: 107.

e histórica dos objetos, e conduziam intervenções ao seu livre arbítrio, alterando a feição e a originalidade destes elementos que caracterizam a evolução histórica nacional[168].

Finalmente em 1894, após as tentativas iniciais de inventariar o património, é regulamentada a Comissão dos Monumentos Nacionais. Entre suas funções estavam: estudar, classificar e inventariar os monumentos nacionais; propor as medidas necessárias para a guarda, reparação, e conservação dos mesmos; promover e incentivar o culto público pelo seu reconhecimento e valor histórico[169]. Nesse sentido, é importante referenciar a preocupação de que o mecanismo legal de proteção do património, seja através da classificação ou de outra forma, por si só não basta. Junto ao aparato legal, faz-se necessário estabelecer uma forma de ressaltar os valores do património, chamando a atenção para o mesmo, a fim de que se torne um objeto de estima e aceitação no meio social. Assim, ficava claro o entendimento de que para o alcance dessa aceitação, a mera apropriação institucional configurava-se insuficiente, sendo fundamental uma estruturação do objeto através de uma vinculação afetiva[170].

Nos anos seguintes surgiriam avanços no âmbito patrimonial, nomeadamente pelo estabelecimento de enquadramentos legais e instrumentos de atuação para a defesa e salvaguarda dos edifícios como: a classificação dos imóveis que então deveriam ser considerados monumentos nacionais (decreto de 30 Dezembro 1901); a listagem que classificou os monumentos nacionais (decreto de 16 de Junho de 1910); e o desmembramento em 1911 do Conselho dos Monumentos Nacionais, criado por decreto em 24 de Outubro de 1901, em três comissões de Monumentos[171].

2.4 As novas funções dos complexos monásticos

A reutilização e refuncionalização de edifícios, com vista à sua recuperação e preservação, é um tema relevante no que se refere às metodologias de intervenção no património arquitetónico. Diferentemente dos valores simbólicos, artísticos e históricos,

[168] ALVES, 2009 : 105.
[169] *Collecção official de legislação portugueza. Anno de 1984*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.
[170] REBELO, 2001: 51.
[171] PEREIRA, 2007: 56.

o valor de uso não define a qualidade patrimonial de um objeto, embora seja inerente a sua condição enquanto arquitetura. A metodologia em questão seria adotada pelo Estado durante a nacionalização dos bens das ordens religiosas em 1834 e em 1911, com a Lei da Separação do Estado das Igrejas, a qual viria a suprir a limitação de recursos e a crescente manifestação de necessidades de espaços e de equipamentos públicos, sintomáticas da liberalização da sociedade portuguesa no século XIX[172].

De facto, a partir de 1834, o Estado ver-se-ia como responsável por gerir um imenso património e tentava, através da reutilização, minimizar a sua degradação ou garantir a sua conservação. O processo de reutilização iria de facto salvar o futuro de muitos desses edifícios. Contudo, a adaptação das casas religiosas para serviços para a população é marcada pelo empirismo, sendo realizada na maioria das vezes de forma aleatória e resultando, quase sempre, na mutilação da traça original, ou reconstruída, de igrejas, claustros e demais dependências conventuais. Ressalta-se ainda que, durante este processo, desapareceram sepulturas, altares e peças de natureza votiva[173]. Naturalmente que as delicadas circunstâncias conjunturais nas quais o Estado tornava-se subitamente responsável por um património desta magnitude, revelariam as inúmeras incapacidades existentes[174].

Portanto, a reutilização posta em prática seria reduzida ao domínio estritamente utilitário, não havendo lugar a preocupações de ordem cultural. Os edifícios aproveitados, convertidos, reconvertidos e ocupados por novos agentes seriam alvo de mutações com o objetivo de que o edificado fosse de alguma forma útil do ponto de vista social, uma vez que estava extinta agora a sua vocação inicial[175].

Alguns desses imóveis iriam abrigar o complexo e burocrático aparelho do Estado composto por uma diversa gama de serviços públicos, na qual incluíam-se tribunais, escolas, hospitais, quartéis e prisões. As casas religiosas, que outrora abrigavam os membros de suas ordens, viam-se passar por um processo de secularização em grande escala. Dentre estes casos, destaca-se o Convento de S. Francisco da Cidade, em Lisboa, que abrigaria o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, destinado a receber

[172] TOMÉ, 2002: 149.
[173] RODRIGUES, 1998: 29-30.
[174] SOARES, 2014 : 13.
[175] PEREIRA, 2020: 10.

livrarias, cartórios, pinturas, e itens considerados como preciosidades literárias e científicas[176]. Posteriormente o edifício também receberia a Academia de Belas-Artes de Lisboa e a Biblioteca Pública. Já o Convento do Beato António iria acolher esculturas em pedra, madeira, estátuas e lápides, com o intuito de que depois se fundasse um Museu dos Monumentos, à semelhança do que acontecera em França com Alexandre Lenoir em 1796[177]. É importante ressaltar que nem sempre os novos usuários destes espaços iriam encontrar condições ideais para as novas funções a serem desempenhadas nestes edifícios, fator que levaria não somente à degradação dos imóveis pelas divisões, subdivisões e arranjos realizados, mas também ao comprometimento da conservação dos bens que seriam ali armazenados. Assim, a falta de critérios no processo de reutilização destes imóveis iria, muitas vezes, impulsionar a deterioração destes bens ao invés de minimizá-la[178].

Dentre os novos usos dos conventos e mosteiros à época, identificam-se o mosteiro-hospital, mosteiro-quartel, o mosteiro-fábrica, o mosteiro-prisão, o mosteiro-villa operária e o mosteiro-hotel/pousada. Observa-se uma certa inclinação à instalação de serviços militares, influenciado pelo recente contexto de guerra civil, de forma que várias Câmaras Municipais iriam propor que edifícios de conventos fossem convertidos a quartéis. Apesar de afetarem as pré-existências, em alguns casos esta reutilização, cuja a preocupação mais evidente era de caráter funcional, resultaria num conjunto de intervenções que contribuiriam para a manutenção das boas condições dos edifícios ou das suas partes que estavam ocupadas, como ocorrido em Mafra com a EPI, ou no Convento de São Bernardo de Portalegre com a GNR[179].

Além desse tipo de uso, destacam-se os conventos onde estavam instalados hospitais, asilos de órfãos (como por exemplo o de S. Pedro de Alcântara) e instituições diversas como a Academia das Ciências (nos edifícios pertencentes aos Terceiros de Jesus)[180]. De facto, nas adaptações para hospitais ocorreram as maiores transformações nas estruturas pré-existentes, seja através de modificações profundas do edificado, seja

[176] BARATA, 2003.
[177] SOARES, 2014 : 12.
[178] RODRIGUES, 2017: 723.
[179] PEREIRA, 2020: 11.
[180] RODRIGUES, 2017: 738.

pela ocupação da cerca monástica com pavilhões. Mas seria, contudo, entre as fábricas, ou unidades produtivas do período paleotécnico, com a instalação de manufaturas com ou sem maquinaria, onde se testemunhariam alterações significativas, em alguns casos com graves perdas patrimoniais[181].

Efetivamente, esta alteração de carácter e da estrutura dos edifícios conventuais teve reflexos expressivos nos mais diversos aspetos para estas construções. Estes edifícios, inicialmente concebidos como organismos encerrados, centralizados por espaços interiores de socialização restrita à comunidade que os habitava, passam a receber novos usos iminentemente públicos, fazendo com que estes espaços passem a integrar dinâmicas completamente distintas das anteriores, seja no âmbito social ou económico no meio do qual se inseriam. Muitos destes edifícios voltavam a constituir importantes referentes físicos e simbólicos, tendo a sua relevância reforçada no contexto envolvente[182].

Todavia, a lógica da reutilização não foi aplicada a todos os imóveis. Muitos foram abandonados, demolidos ou, ainda, vendidos em hasta pública. Em alguns casos, estes edifícios seriam depauperados e até parcialmente destruídos, em situações nas quais se aproveitavam pedras, alvenarias e madeiramentos para construções correntes nas imediações. Os edifícios que se tornavam propriedade de particulares passavam a ter a sua conservação, muitas vezes, a critério dos próprios compradores. Sobretudo no que se refere à maior parte das estruturas implantadas no território rural, o destino seria geralmente a venda, muitas vezes seguida posteriormente pelo abandono ou pela utilização como habitação. Estes mosteiros, em especial os que se encontravam isolados, seriam usados para apoio à agricultura, amplo sector primário que determinava a riqueza do país, o qual se encontrava até então longe de uma Revolução Industrial[183]. Comumente, a incompatibilização das características e dimensões espaciais com as novas funções a que eram remetidas estas edificações provocaria a sua gradual degradação e consequente desocupação[184].

---

[181] PEREIRA, 2020: 11.
[182] TOMÉ, 2002: 149.
[183] PEREIRA, 2020: 10.
[184] TOMÉ, 2002: 149.

Em alguns casos, a ocupação funcional e prática do edifício não era essencial para que se efetivasse a apropriação coletiva daquele bem patrimonial. Aqueles considerados monumentos nacionais eram dotados de qualidades num patamar distinto, as quais ultrapassavam o valor de uso ou económico. Estes eram tidos como marcos da história ou da arte nacional e por si só se tornavam referências autossuficientes na sua capacidade de simbolização e de significação, mesmo que fossem esvaziados de conteúdos funcionais. Sob a condição de património cultural, estas estruturas eram concebidas, até ao início do Estado Novo (1933-1974), como bens coletivos que deveriam ser fruíveis por toda a comunidade. A ideia de que o património contribuía para o progresso do país através da instrução dos povos reforçaria a associação das potencialidades turísticas às qualidades cognitivo-pedagógicas[185].

No quadro do regime de Salazar, o Estado Novo, seria criada em 1929 a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), organismo ao qual caberia o primeiro processo de reabilitação e restauro dos mosteiros com planeamento coerente. A DGEMN iniciaria de forma sistemática um conjunto de restauros no âmbito do serviço das obras públicas, tendo seus «anos de ouro» entre 1930 e 1950. Ao longo de sua existência e até a sua extinção em 2007, a DGEMN reuniria um corpo altamente especializado de técnicos e restauradores, dentre os quais se destacam Baltazar de Castro (1897-1961), Raul Lino (1879-1974), Luís Benavente (1902- 1993) e Rogério de Azevedo (1898-1983), os quais contribuíram significativamente com o desenvolvimento de uma reflexão crítica de ação. Este contributo surgia especialmente após a veiculação das ideias da Carta de Atenas (1931) e das propostas de «restauro científico» de Camillo Boito. Uma linha ética também atravessaria o quadro de atividade da instituição ao longo dos anos, fundamentando uma crítica interna e revisão das suas posturas[186].

Aquele organismo seria responsável pela realização de obras continuadas em grandes conjuntos como o Mosteiro da Batalha, o Convento de Cristo e, especialmente, o Mosteiro de Alcobaça, cujos trabalhos de estenderiam por décadas. Para além destes,

[185] *Idem*, *Ibidem*: 150.
[186] PEREIRA, 2020: 12.

os seus célebres Boletins divulgados pelo organismo contabilizam 9 igrejas anexas a mosteiros outros 5 conjuntos monásticos integrais[187].

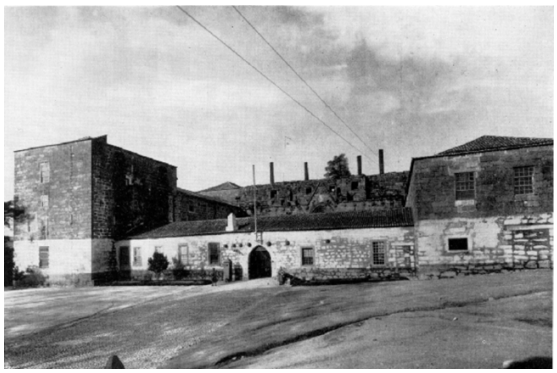
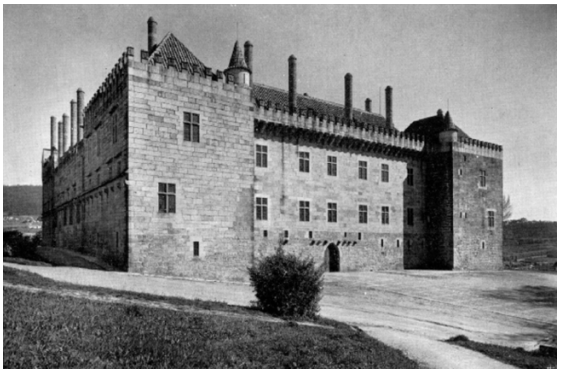
A questão da reutilização e a dualidade entre valores de uso e valores turístico-económicos passaram a nortear a temática da intervenção patrimonial a partir dos anos de 1950. Àquela época, as diretrizes de intervenção eram pautadas numa preocupação acerca da identidade construtiva e figurativa, buscando-se uma perfeição de caráter cenográfico acentuada por adereços de mobiliário na designada «feição nacional», como de facto ocorreu na pousada dos Lóios, em Évora, e nos paços de Braga e Guimarães (vd. Figuras 19 e 20). Por vezes, os espaços envolventes destes monumentos eram profundamente modificados na tentativa de destacar os edifícios visualmente e libertá-los de uma vizinhança de construções de aspeto considerado espúrio e indesejado. As ruínas eram recuperadas buscando a reintegração na sua suposta pureza original através de uma estética quase asséptica fundamentada nos princípios da unidade de estilo, na qual eliminava-se o disforme e o deformado e eram mantidas e acentuadas as características que se consideravam como antigas[188] (vd. Figuras 21 e 22).





Figuras 19 e 20 – Os 131 boletins da DGEMN compõem-se pelas grandes intervenções realizadas por aquele organismo ao longo dos anos, retratando seus critérios de intervenção e a sua filosofia de atuação. Nas figuras estão as edições 102 e 119, referentes ao Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, e ao Convento dos Loios, em Évora, respetivamente.
Fonte: [online] Disponível em: <http://www.livraria-varadero.com/> [Acedido a 8 de maio de 2021]

[187] *Idem*, *Ibidem*.
[188] TOMÉ, 2002: 209.

Figuras 21 e 22 – O aspeto da fachada do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, antes e depois das obras de restauro conduzidas pela DGEMN revelam uma reconstrução de estética asséptica, numa tentativa de recomposição do passado.
Fonte: PIMENTEL, Jorge Cunha (2004) – *Rogério de Azevedo e o Paço dos Duques em Guimarães*. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo Escola Superior Artística do Porto.

Os conventos e mosteiros desafetados e sob propriedade do Estado passaram a ser reconhecidos como edifícios de qualidades ideais para receber funções de cunho assistencial ou educativo, derivadas dos significados que lhes eram naturalmente associados. Nesta perspetiva, instalava-se o hospital psiquiátrico em Lorvão a partir de 1948, bem como o Instituto de Recuperação de Menores no Mosteiro de Travanca a partir de 1952. Já na década de 1960 implementava-se uma escola agrícola em S. Bento de Castriz e a Ordem dos Salesianos no convento de Arouca[189].

Na década de 1970, a ação da DGEMN voltar-se-ia para a realização de trabalhos de conservação simples, baseados em reparações ou consolidações. Trabalhos de conservação em áreas específicas, como o restauro de azulejos, de pinturas ou de talha, aconteceriam com o apoio de outros organismos. A temática da refuncionalização do património arquitetónico manter-se-ia sempre em pauta na discussão e programação das intervenções[190].

É somente nesse período que iria se verificar a introdução de programas de natureza turística e cultural em espaços conventuais, como ocorrido na instalação de pousadas no Convento de Santa Marinha da Costa, em Guimarães, projeto do arquiteto Fernando Távora. Na intervenção, Távora tomaria como princípio a utilização de uma linguagem contemporânea ao invés de mimetizar a arquitetura histórica. A estratégia do

[189] *Idem*, *Ibidem*: 181.
[190] *Idem*, *Ibidem*: 210.

projeto é de que o diálogo entre as duas linguagens mantivesse uma relação de continuidade com o passado ao invés de buscar uma rutura. Para tal efeito, o arquiteto aplica, sempre que possível, funções similares às funções anteriormente possuídas por cada ambiente: o refeitório é adaptado a restaurante, a sala do capítulo dá lugar à sala de reuniões e as células monásticas se transformam nos quartos do hotel. Assim, a nova arquitetura é cuidadosamente estudada para que se integre harmoniosamente ao edifício pré-existente[191] (vd. Figura 23). Esta intervenção seria reconhecida pela solução adotada de relação crítica com a modernidade e daria timbre para futuras intervenções[192]. Estes temas programáticos iriam definir paradigmaticamente a intervenção pública no património arquitetónico até a atualidade.



Figura 23 – Na intervenção do arquiteto Fernando Távora no mosteiro de Santa Marinha da Costa para adequação à pousada, o diálogo entre a estética do passado e a contemporânea é evidenciada na volumetria da ala de ampliação.

Fonte: [online] Disponível em: <https://www.publico.pt/2012/11/17/jornal/tavora-por-siza-25601099> [Acedido a 8 de maio de 2021]

[191] FERREIRA, 2017: 107.
[192] PEREIRA, 2020: 13.

Contudo, antes de ser aplicada aos conventos e mosteiros, este tipo de reutilização já havia tido seus primeiros ensaios em exemplares patrimoniais de arquitetura militar. A criação do conceito da pousada de turismo enquanto unidade hoteleira modelar, capaz de traduzir os valores culturais e a hospitalidade nacionais, tomaria corpo de forma pioneira no projeto para o Castelo de Leiria, datado de 1938. Tal projeto insere-se no contexto do lançamento do programa de pousadas incluído em 1939 no Plano de Melhoramentos do Ministério das Obras Públicas e realizado em conjunto com a programação das Comemorações Centenárias, as quais celebravam, em 1940, o VIII Centenário do Nascimento de Portugal e o III Centenário da Restauração da Independência Nacional. A partir de então, entidades privadas ou municípios persistiriam nos pedidos de adaptação de monumentos a pousadas, os quais se apresentavam como justificativa para acelerar o restauro destes monumentos ou como garantia para a sua manutenção e conservação. Nesta conjuntura, em 1942, seria solicitado à DGEMN a construção de uma pousada no Paço dos Duques de Bragança em Barcelos, assim como, em 1953, a DGEMN elaboraria um estudo para a transformação do Castelo de Vila Viçosa em pousada[193].

A pousada de Óbidos, idealizada desde 1946 e inaugurada em 1951, tomaria forma na alcáçova quinhentista do castelo e constituiria um marco nas práticas de intervenção no património nacional. Aquela experiência tornar-se-ia o início da construção de pousadas no interior de monumentos classificados e consolidaria a vontade de reconversão destes edifícios desde que reunissem qualidades aliciantes para este tipo de programa, como a localização privilegiada e valores espaciais e simbólicos de distinção. No III Plano de Fomento, apresentado em 1963, a intenção de reutilização de monumentos far-se-ia presente, nomeadamente na área dos equipamentos turísticos, prevendo a conversão de alguns monumentos classificados a pousadas assim como a valorização de conjuntos arquitetónicos antigos. O uso hoteleiro seria igualmente aplicado aos fortes abandonados, sendo um dos destinos considerados preferenciais para esta tipologia, a qual reunia de forma geral condições geográficas e espaciais adequadas para a esta concretização. Nestes casos, as intervenções realizadas eram relativamente reduzidas, dada a sua natural vocação residencial[194].

---

[193] TOMÉ, 2002: 181.
[194] *Idem*, *Ibidem*: 152.

Neste período, as intervenções para instalação de pousadas iriam marcar a atividade da DGEMN, que passava a contar com a possibilidade legal de contratação de arquitetos, técnicos e equipas exteriores aos serviços dos Monumentos Nacionais para o desenvolvimento destes projetos[195].

A política patrimonial de reconversão funcional avançaria nas décadas de 1980 e 1990 em Portugal, possibilitada pelo crescimento das verbas orçamentais de fundos comunitários. A ação estatal, anteriormente concentrada na DGEMN, passaria a ser partilhada com o Instituto Português do Património Cultural (IPPC) criado em 1980 pelo Decreto-Lei N.º 59/80 de 3 de abril e que, a partir de 1988, estaria incumbido da possibilidade legal de realizar projetos de intervenção. Este organismo iria, então, concretizar obras de carácter laboratorial e experimental, para além das simples ações de manutenção dos edifícios[196].

Com a autonomia financeira e administrativa conferida ao IPPC e depois ao Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR), que lhe sucederia a partir da sua criação em 1992 pelo Decreto-Lei N.º 106-F/92 de 1 de junho, estabeleceu-se um novo quadro de trabalho definido pela necessidade imperiosa de centralizar os processos de gestão financeira para obtenção de fundos de comparticipação europeia para realização de obras. Nesta conjuntura, e tendo em conta o binómio cultura/turismo das primeiras candidaturas, uma das estratégias adotadas pelo IPPC para proceder a trabalhos de restauro foi a instalação de unidades hoteleiras em mosteiros e conventos através da adaptação destes edifícios a Pousadas do Estado, na altura sob gestão da Empresa Nacional de Turismo (ENATUR). Tendo em conta que àquela época já se faziam vigentes as determinações da Carta de Veneza e as lições do Restauro Critico, a metodologia de intervenção nos conjuntos monásticos e conventuais seria não apenas de trabalhos de recuperação e restauro, mas também a realização de construção de obras novas de raiz, distinguindo esta intervenção de «obra nova» através da sua absoluta contemporaneidade[197].

---

[195] *Idem*, *Ibidem*: 210.
[196] *Idem*, *Ibidem*: 219.
[197] PEREIRA, 2020: 13.

Nesse sentido, dado o facto de que os programas de afetação dos monumentos a pousada eram quase sempre incompatíveis com a realidade física das pré-existências devido ao seu extenso programa de necessidades, seria quase sempre necessária a construção de extensões a esses edifícios, as quais adotariam uma linguagem contemporânea. Naturalmente, os resultados foram diferentes em cada intervenção. Datam deste período as obras do Mosteiro do Loios de Arraiolos (1993-1998), projeto do arquiteto João Paulo Santos, e o Mosteiro de Santa Maria do Bouro (1996-1999), cujo projeto dos arquitetos Eduardo Souto de Moura e Humberto Vieira data de 1989[198].

Posteriormente, o debate acerca da reutilização dos monumentos se faria à volta da questão da compatibilidade da «obra nova» com a memória recente ou longínqua destas construções. A filosofia geral das intervenções em espaços monásticos e conventuais passaria por mudanças, adotando-se sempre que possível a reabilitação através da musealização dos espaços, privilegiando uma vinculação de âmbito cultural. Nesse sentido, procura-se o estabelecimento de colaborações com instituições de ensino ou culturais locais que tivessem interesse em poder dispor de polos de hospedagem e de estudo, ou de lugares voltados para a realização de workshops. A preocupação com a integração de outras valências de carácter sustentável, incluindo a agricultura, passaria a ser uma diretriz para as intervenções no ciclo de intervenções seguinte. Houve ainda casos em que a reutilização como pousada foi posta «em espera», privilegiando-se como o objetivo ou meta utópica a reafectação à original, ou um uso tão próximo da condição anterior quanto possível[199], consistindo de um gesto de extremo cuidado para com estes edifícios e o contexto social em que se inserem.

No Mosteiro de Tibães, em Braga, por exemplo, uma das metas era a exploração de diversas valências em conjugação com a comunidade local. A equipa de projeto optou por introduzir uma variedade de funções ao edifício, como a conversão das ruínas em um museu, auditório, sala de exibições, restaurante, biblioteca, centro de pesquisa, além de um alojamento para a comunidade religiosa e quartos para hospedagem. A intervenção englobou não somente as dependências do mosteiro como também a igreja monástica, aberta ao culto com o respetivo espólio integrado devidamente restaurado. Também se

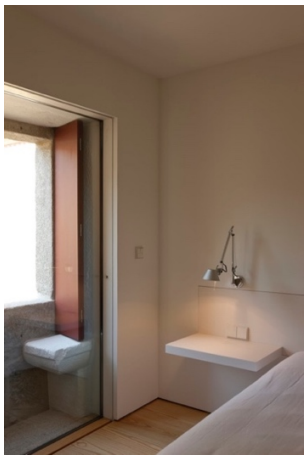
[198] *Idem*, *Ibidem*.
[199] *Idem*, *Ibidem*: 15.

instalou uma Casa Paroquial (1993-1995) para acompanhamento da atividades religiosas e integração da sua vertente social. Buscou-se também promover a refundação da comunidade monástica através da realização de obra no antigo Noviciado, onde se instalou o museu (1993-2010) e criou-se a hospedaria (1996-2010)[200] (vd. Figuras 24, 25 e 26).



Figura 24 – A hospedaria do Mosteiro de Tibães, em Braga, é projeto dos arquitetos Paulo Freitas e Maria João Marques e faz parte da alargada operação de reabilitação do complexo. Na imagem, nota-se o contraste entre o novo e as pré-existências nos espaços exteriores, não somente pela evidência do desenho de traça contemporânea, mas também pelos materiais aplicados.

Fonte: [online] Disponível em: <https://divisare.com/projects/391093-paulo-freitas-e-maria-joao-marques-arquitectos-luis-ferreira-alves-hospedaria-do-mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes> [Acedido a 8 de maio de 2021]





Figuras 25 e 26 – Aspeto do interior dos quartos da hospedaria no Mosteiro de Tibães.

Fonte: [online] Disponível em: <https://divisare.com/projects/391093-paulo-freitas-e-maria-joao-marques-arquitectos-luis-ferreira-alves-hospedaria-do-mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes> [Acedido a 8 de maio de 2021]

[200] *Idem*, *Ibidem*.

Em Tibães, o espaço exterior e a integração com o contexto natural também foram levados em consideração, procurando-se restaurar integralmente a Cerca monástica, através do projeto do arquiteto João Carlos Santos. Recuperou-se o perímetro do edifício em associação com a produção agrícola, incluindo a criação de uma estação de tratamento de água e esgoto e também a preservação de elementos originais como caminhos, jardins, capelas, fontes e lagos[201]. Houve, portanto, uma preocupação de que a intervenção não se limita apenas ao espaço construído, mas que se expandisse e promovesse o encontro da paisagem associada.

A preocupação com a reafectação à função monástica também se faz presente mais recentemente no restauro do Mosteiro de São Bento de Castris, onde parte do espaço se prepara para a receção de monjas, além da reutilização como hospedaria, que se difere de uma pousada. Tal como em Tibães, procura-se aqui o estabelecimento de um uso o mais próximo possível da condição original[202].

Atualmente, o debate sobre as pousadas instaladas nos mosteiros e conventos portugueses ganha novos contornos. Através do programa REVIVE, surge uma nova frente de reaproveitamento turístico, a qual conta com o incentivo político e financeiro com vistas para o incremento da procura turística em Portugal. Com foco neste objetivo, canalizam-se verbas através do Ministério da Economia, em especial de capital privado, por meio de concursos em regime de concessão. A integração da esfera privada no tratamento dessa tipologia patrimonial já se fazia presente nomeadamente através do Grupo Pestana, que tomou a posição da extinta ENATUR e passou a gerir as Pousadas que eram antes do Estado. É importante ressaltar que não existe posse efetiva desses monumentos pelo grupo privado, sendo tão somente um processo de concessão. Contudo, esta conduta no que se refere à gestão do património nacional não encontra apoio unânime, de forma que há discordância quanto a esta solução adotada nos últimos anos[203].

[201] FERREIRA, 2017: 109.
[202] PEREIRA, 2020: 15.
[203] *Idem*, *Ibidem*: 16.

2.5 As novas funções dos mosteiros portugueses traduzidas em números: uma análise estatística

Como resultado dos acontecimentos históricos anteriormente referidos e das políticas patrimoniais adotadas ao longo das décadas no contexto português, observa-se atualmente uma ampla diversidade nas reutilizações aplicadas à tipologia monástica, principal objeto do presente estudo.

Através de uma análise de dados coletados no Inventário do Património Arquitetónico do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)[204], contata-se que os mosteiros portugueses assumem novas utilizações enquadradas nas seguintes categorias: militar; cultural e recreativa (na qual inserem-se museus, bibliotecas, arquivos ou edifícios tidos como marcos histórico-culturais); comercial e turística (na qual enquadram-se os hotéis, pousadas e casas de turismo rural); assistencial; residencial; comercial; saúde; educativa; político-administrativa; judicial; segurança (como por exemplo os postos da Guarda Nacional Republicana (GNR) ou da Polícia de Segurança Pública (PSP)); criação e exploração animal; agrícola e florestal (quintas); armazenamento e logística; administrativa; extração, produção e transformação (oficinas); funerária e prisional.

Para a maior compreensão do cenário português no que diz respeito à reutilização do património monástico, este estudo busca quantificar estas novas utilizações a partir de uma sistematização e posterior análise da informação contida no Inventário do Património Arquitetónico do SIPA. Para tal, foi aplicada a seguinte metodologia: buscou-se no inventário supracitado os registos que continham a utilização inicial definida como «mosteiro». Entre os resultados obtidos, que englobam mosteiros masculinos e femininos, foram listados todos os registos que apresentavam como utilização atual uma nova função de natureza não-religiosa. A lista de mosteiros obtida através deste método pode ser consultada no Anexo I do presente estudo[205].

---

[204] Dados coletados na base de dados em 1 de maio de 2021.

[205] Ressalta-se que os registos obtidos se referem apenas a edifícios utilizados inicialmente como mosteiros (e não como conventos) e que se encontram funcionais de acordo com os dados contidos no inventário, de maneira que não foram listados edifícios que não apresentassem uma utilização atual, ou tidos como «devolutos». Também não foram listados os edifícios com a utilização atual exclusivamente religiosa, uma

A partir dos dados coletados observa-se que entre os 138 mosteiros com funções de nova natureza cerca de 30% receberam uso cultural e recreativo; 19% educativo; 18% assistencial; 16% residencial; 10% comercial e turístico; 10% político-administrativo; 6% comercial; 4% uso para saúde; 4% para segurança e 2% militar. As demais categorias de reutilização são menos expressivas, sendo registadas em apenas cerca de 1% dos mosteiros (no caso do uso agrícola e florestal (quintas), bem como para uso funerário, armazenamento e logística) ou em menos de 1% (uso judicial, prisional, administrativo, criação e exploração animal, extração, produção e transformação)[206] (vd. Figura 27). Ressalta-se ainda que na amostra das 138 unidades monásticas analisadas, 53 eram originalmente unidades masculinas, 81 femininas e 4 não possuem o género identificado no inventário consultado.

vez que o presente estudo se dedica, sobretudo, à análise das reutilizações funcionais e que, portanto, volta-se para os usos de caráter distinto dos originais.

[206] Enfatiza-se, aqui, que um mosteiro pode reunir mais de uma nova função, de forma que o mesmo imóvel pode estar contemplado em mais de uma das categorias apontadas.

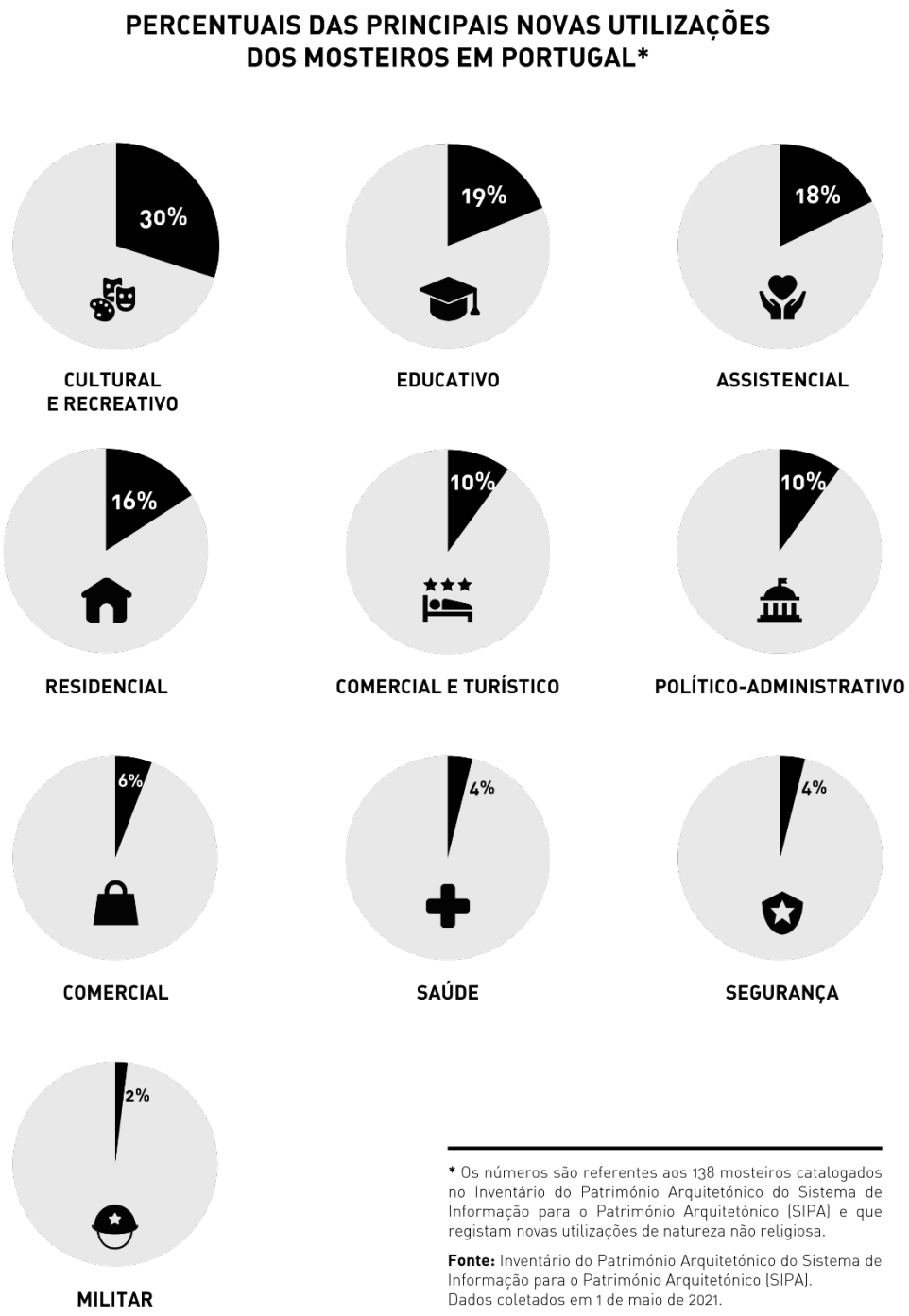


Figura 27 – Gráficos representativos dos percentuais das principais novas utilizações dos mosteiros em Portugal, de acordo com dados coletados no Inventário do Património Arquitetónico do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) em 1 de maio de 2021.

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). Gráficos de autoria própria.

Sobre o fenómeno da atribuição de usos não-religiosos aos mosteiros portugueses, pode-se afirmar que 58% ocorre em propriedades exclusivamente públicas, sejam elas estatais ou municipais. Ou seja, a partir desse dado pode-se inferir que a implantação das novas utilizações nesses edifícios é conduzida na maioria das vezes por iniciativa pública. Em contrapartida, outros 35% dos casos se dão em imóveis cuja propriedade é exclusivamente particular. Já em cerca de 4% dos mosteiros onde se estabelecem os novos usos, a propriedade assume caráter misto (público e privado), uma vez que alguns destes edifícios tem suas diferentes partes atribuídas às propriedades distintas[207] (vd. Figura 28).

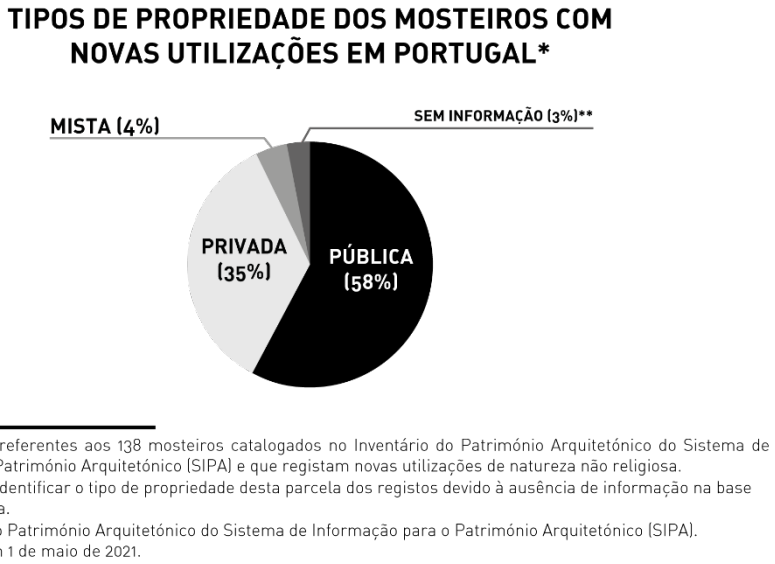


Figura 28 – Gráfico representativo dos tipos de propriedade dos mosteiros com novas utilizações em Portugal, de acordo com dados coletados no Inventário do Património Arquitetónico do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) em 1 de maio de 2021.
Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). Gráficos de autoria própria.

Neste sentido é importante ressaltar que, a depender do tipo de proprietário, as utilizações atribuídas assumem enquadramentos distintos. Os dados mostram que para as novas utilizações de caráter privado, predominam as residenciais (23% do total de

[207] Nos restantes 3% dos casos não foi possível identificar o tipo de propriedade devido à ausência de dados quanto a essa informação na plataforma consultada.

utilizações de caráter privado), seguido pelas assistenciais (20%), educativas (13%) e comerciais e turísticas (13%). No entanto, no que se refere às novas utilizações de natureza pública o cenário difere, tendo como principais categorias a cultural e recreativa (34%), seguida pela educativa (16%), político-administrativa (11%) e assistencial (10%).

Segundo os dados coletados, é ainda possível inferir que uma parcela dos complexos monásticos que recebeu novos usos conjuga as novas utilizações com a função religiosa, desempenhada nomeadamente na igreja monástica, que agora assume-se como paroquial. Este facto traduz-se em 37% dos registos levantados, sendo o edifício da igreja de propriedade pública (Estatal) ou privada (Igreja Católica). Nessas situações, é importante compreender que os novos usos das dependências monásticas podem acontecer de forma completamente independente e dissociada das práticas religiosas ali praticadas, sem qualquer integração. Contudo, em alguns casos, estas utilizações podem estar associadas. É o que se verifica por exemplo quando o mosteiro assume caráter assistencial (como nos lares e centros geridos pela própria Igreja), educativo (colégios de ensino religioso) ou mesmo residencial, quando as dependências monásticas dão lugar à residência estudantil administrada pela Igreja.

A monofuncionalidade por vezes aplicada a estas estruturas tem sido objeto de debate no que se refere à sua reutilização. É o caso, por exemplo, dos hotéis boutique instalados em conventos, os quais têm sido alvo de críticas fundamentadas na ausência de sinergia entre os edifícios adaptados, o território adjacente e a comunidade local. Estes novos usos tornam estes espaços acessíveis apenas para classes sociais mais abastadas e têm provocado críticas acerca da sua sustentabilidade, uma vez que são espaços voltados exclusivamente ao turismo e que seriam intensamente afetados em cenários de crise económica[208].

Dada a vocação histórica multifuncional destas tipologias, refletida na sua composição multivalente, a implementação de mais de um uso tem sido adotada como solução em diversas situações. No caso português, através da análise dos dados coletados, constata-se que, para além do uso religioso geralmente desempenhado na igreja, cerca de

[208] FERREIRA, 2017 : 109.

24% dos mosteiros (33 dos 138 casos analisados) receberam mais de uma nova utilização, tendo seus espaços geridos por diferentes agentes.

Através da análise e do percurso histórico dos mosteiros portugueses enquanto objetos de arquitetura, fica evidente que estas estruturas apresentam grande potencial para reutilização adaptativa, muito devido à sua importância histórica na economia local e à sua implantação estratégica na paisagem. Por meio da reutilização deste património, se proporciona, por vezes, a regeneração do território adjacente através da recuperação de seus antigos acessos, caminhos, muros, sistemas de suprimento de água, jardins, edifícios, entre outros[209], de forma que tal prática tem efeitos que ultrapassam o objeto construído.

A incorporação de novos usos requer, em maior ou menor escala, a realização de novas construções e infraestruturas para estes complexos, proporcionando reflexões sobre o diálogo entre «o velho e o novo» e sobre o tratamento adotado pelas intervenções contemporâneas acerca dos intangíveis valores simbólicos e espirituais. Estas experiências se tratam, portanto, de uma oportunidade para a prática, pedagogia e pesquisa arquitetónica, sendo este o objetivo do capítulo a seguir.

[209] *Idem*, *Ibidem*: 105.

Parte II

A reutilização adaptativa em análise

Nos capítulos anteriores, abordou-se o fenómeno da reutilização adaptativa de espaços religiosos enquanto realidade transversal a diferentes países, nas mais diversas conjunturas e enquadramentos temporais.

Posteriormente, foi retratado o percurso desta prática no que se refere especificamente às unidades monásticas do território português. Compreendeu-se a dinâmica desse fenómeno, as suas origens e motivações de âmbito político e socioeconómico para o seu desenvolvimento.

A partir da apreensão destes aspetos, realizou-se uma caracterização da reutilização adaptativa em unidades monásticas no cenário português através de uma análise estatística. Com o objetivo de melhor retratar o quadro nacional no que se refere às novas funções atribuídas a estas tipologias arquitetónicas, buscou-se traduzir esta prática em números: foram identificados os novos usos praticados no contexto geral e também especificamente nas esferas pública e privada, assinalaram-se as predominâncias funcionais e a conjugação de diferentes usos num mesmo complexo.

Uma vez realizada a devida caracterização a nível funcional, busca-se, nos capítulos seguintes, iniciar um debate acerca do fenómeno a nível espacial. Para este efeito, serão analisadas as intervenções arquitetónicas realizadas em três mosteiros da região Norte de Portugal: o mosteiro de Santa Maria do Bouro, em Amares, o mosteiro de São Bento da Vitória, no Porto, e, por fim, o mosteiro de São Bento, em Santo Tirso.

Ressalta-se que a abordagem terá como principal foco as intervenções realizadas na contemporaneidade, de forma que não se pretende fazer uma leitura pormenorizada das linguagens estéticas e demais aspetos arquitetónicos do passado. Os casos de estudo serão introduzidos seguindo a ordem cronológica das intervenções, que se distanciam por um intervalo temporal, datando de décadas distintas. Como metodologia de análise das intervenções, a abordagem será dividida em dois momentos: primeiramente realizar-se-á o enquadramento espácio-temporal dos edifícios a fim de compreender suas relações com a envolvente e percebê-los como elementos não isolados, mas integrantes da paisagem cultural onde se inserem, bem como para a perceção das mudanças nas suas dinâmicas espaciais e funcionais através dos séculos. A seguir, serão analisadas e debatidas as intervenções arquitetónicas realizadas para a adaptação destes espaços às funções contemporâneas.

Pretende-se perceber como a reutilização adaptativa tem-se implantado espacialmente nestes mosteiros, quem são os autores e os encomendadores destas intervenções, quais as metodologias de projeto e abordagens aplicadas ao património em estudo. Através da análise destes três casos de estudo, permite-se realizar uma reflexão crítica acerca das diferentes formas de tratamento deste património e identificar as óticas distintas dos autores das intervenções, associando as decisões projetuais ao debate patrimonial.

3. O mosteiro de Santa Maria do Bouro e a memória da ruína

3.1 Enquadramento: o espaço e o tempo

O primeiro caso de estudo a ser abordado será o mosteiro de Santa Maria do Bouro, situado no Norte de Portugal, na freguesia de Bouro (Santa Maria), no concelho de Amares, distrito de Braga. O município, que conta com apenas 83 km^2, faz fronteira com os concelhos de Vila Verde, Terras do Bouro e Braga, integrando o caminho entre a capital do distrito e o Parque Nacional da Peneda Gerês. Situado a cerca de 20 km de Braga e pouco mais de Guimarães e do Gerês, a povoação de Santa Maria do Bouro se estabelece como um lugar de passagem entre a cidade e a serra, tendo-se desenvolvido em torno do mosteiro, da igreja e do antigo cruzeiro, junto à encosta da Serra de São Mamede, em direção à Nossa Senhora da Abadia, localizada a 4 km[210]. Rodeado pela paisagem natural, o mosteiro encontra-se atualmente separado da pequena Vila de Santa Maria do Bouro pela Estrada Nacional 308 (vd. Figura 29).

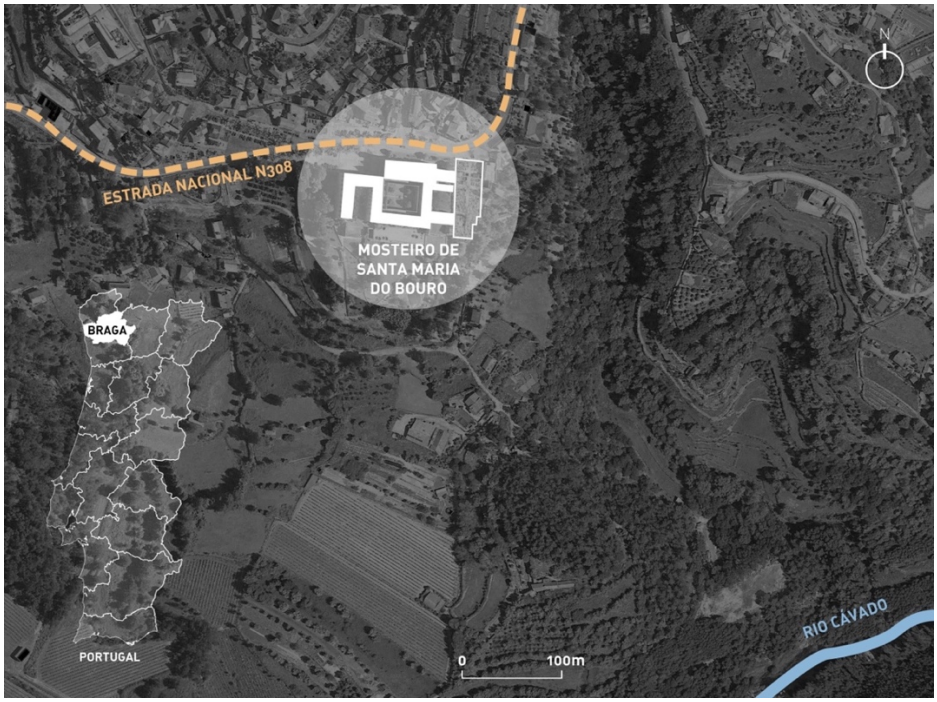


Figura 29 – Mapa de localização do mosteiro de Santa Maria do Bouro. Observa-se a implantação do complexo monástico na sua envolvente, onde predomina a paisagem natural.
Fonte: Google Earth com posterior edição do autor.

[210] PRISTA, 2011: 175-176.

O lugar do Bouro iria assumir um papel económico de destaque no início da Idade Média, fundamentado pela sua hidrografia que propiciava o escoamento das produções serranas até o litoral[211].

A história do complexo monástico inicia-se em 1148[212], quando D. Afonso Henriques doa o couto aos monges beneditinos estabelecidos na N. S. da Abadia, tendo o abade D. Paio Nunes desempenhado um papel importante nas lutas da Reconquista. Os beneditinos iriam construir ali uma primeira edificação, conforme afirma um documento da chancelaria de D. Afonso Henriques, datado de 1162, mencionando a existência de uma pequena ermida no local[213]. Com origem eremítica, o mosteiro estaria a princípio sob a invocação de São Miguel, porém seria identificado com dupla invocação de Santa Maria e São Miguel do Bouro já em 1153. Tendo inicialmente adotado a observância beneditina, a comunidade seria filiada à Ordem de Cister em finais do século XII, sendo mencionada pela primeira vez nas actas do Capítulo Geral de Cister em 1208[214].

Enquanto mosteiro cisterciense, este complexo monástico enquadra-se no contexto do estabelecimento dos monges brancos no país, o qual teve lugar durante o período de reconquista do território aos muçulmanos. É devido a este facto que a implantação da Ordem se daria essencialmente na zona norte e centro do país. Tal como ocorre no caso do Bouro, os mosteiros cistercienses não foram todos construídos de raiz, sendo alguns adaptados de mosteiros de outras Ordens religiosas, de ermitérios existentes, ou até de zonas que se consideravam sagradas[215].

O estabelecimento do mosteiro naquele lugar iria de encontro com os princípios da Ordem de Cister, que se estruturavam na austeridade, ascetismo, silêncio e abstinência, fazendo com que as comunidades religiosas escolhessem lugares isolados e férteis para se estabelecer[216].

Assim, os religiosos buscavam implantar os mosteiros em lugares afastados e com cursos de água próximos que permitiriam a exploração das terras para a sua própria

---

[211] DOMINGUES, 2005.
[212] Acerca das origens do mosteiro e da formação histórica do Bouro, consultar PRISTA, 2011.
[213] SIPA, – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00001123. «Convento de Santa Maria do Bouro / Pousada de Santa Maria do Bouro». [online] Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1123 [Acedido a 27 de abril de 2021].
[214] SOUSA, 2005: 115.
[215] FERREIRA, 2020: 60.
[216] ABREU, 2007.

subsistência. Como senhores das águas do rio Cávado naquele couto, os religiosos do mosteiro do Bouro realizavam pescas e praticavam o cultivo às margens do rio, caracterizadas pela presença de vinhas por meio das quais se produzia vinho verde[217]. Nesse sentido, o mosteiro de Santa Maria do Bouro acabava por se inserir num local extremamente rico que possibilitou rapidamente a sua prosperidade. A instalação de cistercienses ao longo de cursos de água também far-se-ia notável pela fixação dos religiosos na bacia hidrográfica do Douro, iniciada na margem sul do rio durante o século XII[218], e que se expressa através de edifícios como Santa Maria de Aguiar, São Pedro das Águias, Salzedas, São João de Tarouca e Santa Maria de Arouca, significativos testemunhos da Ordem na geografia portuguesa.

Nos séculos seguintes, com a concessão de forais, territórios e privilégios pela Coroa o couto do Bouro passaria por uma expansão e ganharia maior importância, o que levaria ao início de uma disputa de poder entre este mosteiro e Alcobaça[219].

No século XV, o mosteiro cisterciense enfrentaria um período de decadência oriundo do sistema de Comenda, no qual os abades eram escolhidos pelo rei. O estado do mosteiro é assinalado em uma carta de 1530, na qual os religiosos do mosteiro pediam a Rui Teles, fidalgo da Casa Real, que fizesse saber ao rei o estado de ruína do mesmo e que lhes remediasse o problema. Como reflexo de seu mau estado, a presença monástica no edifício sofreria drástica redução. Conforme apontam registos, em 1533 apenas sete monges habitavam no mosteiro[220].

Com o fim das comendas, em 1564, e a nomeação do Cardeal D. Henrique como Dom Abade da congregação Cister em Alcobaça, pelo breve de 24 de Agosto de 1566 de S. Pio V, a congregação do Bouro se subordinaria à sede cisterciense. Nesse contexto, ficava conferida ao Cardeal D. Henrique a incumbência de visitador e reformador, não somente de Alcobaça, mas de todos os mosteiros, masculinos e femininos, que lhe estavam sujeitos, tendo onze mosteiros consentido em acatar tal jurisdição no primeiro Capítulo provincial cisterciense português[221]. Apesar da perda de autonomia decorrente desta anexação, a comunidade religiosa do Bouro passaria por campanhas de obras de

[217] CAPELA, 2003: 39.
[218] RESENDE, 2015: 13-14.
[219] MOTA, 2001: 41-56.
[220] COCHERIL, 1986.
[221] GOMES, 2006: 404-406.

beneficiação e ampliação do mosteiro. Contudo, os melhoramentos realizados pouco se reverteram para o benefício da comunidade local, a qual era mantida sob distanciamento em decorrência da rigidez e isolamento que pautavam os princípios monásticos cistercienses. Nesse aspeto, destaca-se como exceção a pequena nobreza e os grandes proprietários rurais que alimentavam o mosteiro com noviços e doações avultadas[222].

O edifício desenvolver-se-ia e sofreria modificações ao longo do tempo, sendo alvo de obras nos séculos XII, XVI, XVII, XVIII e XX. Guerreiro e Bobone descrevem as etapas de construção do mosteiro e afirmam que tais obras foram realizadas em contextos nos quais o edifício se encontrava em um mau estado de conservação e acabaram por, simultaneamente, atualizá-lo ao gosto da época através de intervenções que, apesar de contidas, iriam alterar a austeridade cisterciense característica do conjunto edificado. Grande parte da edificação presente até os dias atuais data das obras deste período[223].

No que se refere à presença monástica no edifício, após o baixo número de monges no século XVI decorrente da decadência oriunda da gestão dos abades comendatários, registos apontam um aumento nos séculos seguintes. Mota[224] detalha em seu estudo a oscilação da quantidade de monges em Santa Maria do Bouro, afirmando que o aumento desse número pode significar um reflexo direto do vigor da Ordem e da capacidade física e monetária dos conventos em suportarem mais religiosos.

O declínio do couto do Bouro e a decadência do mosteiro tomariam uma forma mais concreta após as invasões francesas e a disseminação dos ideais antimonásticos e anticlericais. No século XIX, precisamente em 1834, com a Extinção das Ordens Religiosas, o mosteiro passaria pelo seu completo esvaziamento e por um consequente período de abandono, tendo seus bens incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional. O mosteiro seria vendido em hasta pública de forma que, em 1853, passaria a ser propriedade da família Pais de Aguiar e a partir de então seria utilizado como depósito de instrumentos agrícolas e residência do caseiro da família. Neste contexto, a igreja

[222] MOTA, 2001: 41-56.
[223] GUERREIRO & BOBONE, 1997.
[224] Acerca deste tema e também para uma abordagem voltada aos aspetos económicos do Bouro e à produção do mosteiro, vide MOTA, 2006.

monástica passaria a paroquial e reuniria para as suas funções a sacristia e residência paroquial[225].

O mosteiro chegaria ao século XX atravessando um longo período de abandono[226]. Uma vez que a igreja se manteve como lugar de culto, a existência da paróquia foi fundamental no que se refere à preservação do edifício e suas funções. Nesse sentido, as figuras dos padres agiram ativamente ao se aproximarem das entidades que possuíam a tutela do conjunto edificado e solicitarem obras de manutenção. Muitas vezes essas obras foram realizadas por iniciativa própria, dentro das suas possibilidades[227]. Os espaços foram intervencionados pela paróquia à medida que foram entregues pelo Estado, nomeadamente o pequeno jardim da sacristia e a botica, em 1929, a residência paroquial e o quarteirão norte-poente, em 1943. Contudo, as obras realizadas não foram suficientes para evitar a degradação do conjunto ao longo dos anos. A própria dimensão da construção e a natureza dos seus materiais requeriam elevados custos de manutenção, os quais não foram assumidos, fato que se refletiu no abandono do conjunto[228].

Em meados do século XX, as dependências conventuais acomodaram escolas masculina e feminina[229]. O edifício seria classificado em 1958 como Imóvel de Interesse Público[230] e manteria uma utilização civil, acolhendo a Junta de Freguesia (1962) e a telescola (1969). Apesar do acolhimento de novas funções, a estrutura formal e espacial do edifício manteve-se, de forma geral, relativamente intacta[231].

---

[225] BRANDÃO, 2001: 58.
[226] O percurso do mosteiro de Santa Maria do Bouro até a adaptação contemporânea à pousada é estudado com vasta fonte documental em BRANDÃO, 2001.
[227] Documentação proveniente da D.R.E.M.N. pertencente ao processo administrativo do Mosteiro de Santa Maria do Bouro, junho de 1945. In BRANDÃO, 2001: 390.
[228] BRANDÃO, 2001: 57.
[229] CORREIA, 2003.
[230] *Decreto nº 42 007, DG, 1ª Série, nº 265 de 06 de dezembro de 1958.*
[231] PRISTA, 2011: 177.



Figura 30 – Percurso cronológico do mosteiro de Santa Maria do Bouro após a Extinção das Ordens Religiosas.
Fonte: CAPELA, 2003 e BRANDÃO, 2001. Gráficos de autoria própria.

3.2 A intervenção em análise: de mosteiro à pousada

Em 1962, a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) constatou a necessidade urgente de obras de conservação, tendo então contactado a Paróquia juntamente com o Episcopado bracarense, que tinham propriedade da igreja e sacristia, e o proprietário da parte monástica António José Gonçalves Fernandes. Após ambos os proprietários alegarem incapacidade financeira para execução das obras, a Câmara Municipal de Amares compraria parte do mosteiro e uma parte da quinta em anexo[232]. A Câmara então cederia o imóvel ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC), em 1986, sob a condição de que as obras de consolidação, que possuíam caráter de urgência, fossem realizadas em até 8 meses após a doação, enquanto as obras de restauro deveriam ter início em 1998[233].

Contudo, nesta altura, a nova função do edifício ainda era uma incógnita. A Câmara levantava várias propostas para o novo uso do mosteiro, entre as quais Escola Agrícola, Biblioteca Municipal, Museu Etnográfico ou um Auditório Municipal[234]. Em contrapartida, o IPPC cogitava a instalação de um Centro de Estudos de Restauro, que contemplaria uma escola de cantaria e talha, ou um Centro de Congressos ou, ainda, uma Pousada[235].

É neste ano que surge um estudo, por parte da presidente do IPPC, Natália Correia Guedes, para a instalação de uma pousada do Estado, sob o argumento de que o imóvel estava numa localização estratégica e de que no local eram escassos os empreendimentos turísticos de qualidade. Contudo, o edifício não constava na lista prioritária da Empresa Nacional de Turismo (ENATUR) como eleito para a adaptação à pousada, uma vez que esta priorizava que tal conversão fosse realizada no Mosteiro de Tibães. Posteriormente, constatada a inviabilidade da instalação deste uso no Mosteiro de Tibães[236] devido à sua ocupação, à época, pelos serviços do Instituto Português do Património Arquitetónico e

---

[232] JORNAL DE NOTÍCIAS (1989) - *Mosteiro de Bouro motiva protestos da Câmara de Amares ao IPPC*. Jornal de Notícias, 17 de setembro de 1989, p.12.
[233] BRANDÃO, 2001: 59.
[234] *Idem*, *Ibidem.*
[235] JORNAL DE NOTÍCIAS (1990) - *Obras no Convento de Bouro avançam já no próximo ano*. Jornal de Notícias, 19 de setembro de 1990.
[236] Anos mais tarde, já em outro enquadramento, o mosteiro de Tibães seria alvo de uma intervenção alargada que concretizaria a instalação de uma hospedaria em suas dependências, além de outras funções, conforme apontado no capítulo anterior.

Arqueológico (IPPAR), a escolha recairia sobre o Mosteiro de Bouro[237]. O financiamento da obra viria então do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Turismo através da ENATUR, uma vez que a Secretaria de Estado da Cultura alegava indisponibilidade financeira[238]. O cofinanciamento partiria de fundos comunitários, o que implicaria o cumprimento rigoroso dos prazos[239]. O estabelecimento de hotelaria seria futuramente inserido na rede Pousadas de Portugal, integrando o grupo das Pousadas Design Histórico[240].

Assim, o mosteiro de Santa Maria do Bouro integraria a lista de monumentos adaptados a pousada, prática que, como assinalado no capítulo anterior, já se experimentava desde a década de 1950 através do Castelo de Óbidos, Convento dos Lóios de Évora, Castelo de Marvão, Castelo de Estremoz, Castelo de Alvito, entre outros. Uma vez que os monumentos se encontravam em situação considerada crítica, sobretudo no que se refere às dependências monásticas, levantava-se a questão da implantação dos novos programas como viabilização de suas reabilitações. O facto de esta ação ter sido desencadeada pelo Estado motivaria um surto de pretensões semelhantes pela conversão de velhos e desafetos conventos e mosteiros à função hoteleira, ocorrendo um pouco por todo o país, especialmente por parte dos municípios e de alguns promotores privados[241].

A adaptação do mosteiro a pousada não foi livre de polémicas. Em 1992, a Eurodeputada Maria Belo se manifestaria contra a intervenção, duvidando que um projeto de natureza economicista pudesse garantir a revitalização de um monumento segundo objetivos histórico-culturais, que consubstanciassem a sua total fruição pelo visitante anónimo[242]. Apesar da ocorrência deste episódio, verifica-se que nenhuma medida foi tomada no sentido de evitar a adaptação do edifício ou que, se houve alguma iniciativa com este propósito, não surtiu efeito.

No caso do Bouro, o projeto de adaptação a pousada seria atribuído ao arquiteto Eduardo Souto de Moura assessorado por Humberto Vieira, com o contrato de projeto

---

[237] BRANDÃO, 2001: 62.
[238] JORNAL PÚBLICO (1994) - *Abadia do Bouro será transformada em pousada.* Jornal Público, 30 de março de 1994, p.27.
[239] BRANDÃO, 2001: 66.
[240] O site oficial da pousada pode ser acedido em <https://www.pousadas.pt/pt/hotel/pousada-amares> [Acedido a 3 de junho de 2021].
[241] PEREIRA, 2010: 268.
[242] JORNAL DE NOTÍCIAS (1992) - *Convento de Bouro não deve tornar-se hotel*. Jornal de Notícias, 8 de dezembro de 1992.

assinado em 1989 e o início das obras ocorrendo em 1994. Nascido no Porto em 1952, Souto de Moura colaboraria com Álvaro Siza Vieira entre 1974 e 1979, seguindo posteriormente um percurso individual e único, definido pelo mesmo como «abstracizante e minimalista»[243]. À época da realização do projeto, o arquiteto já reunia prestígio nacional, com uma lista de obras premiadas. O projeto da Pousada de Santa Maria do Bouro integraria sua lista de prémios, tendo sido nomeado ao Prémio Europeu de Arquitetura Pabellón Mies van der Rohe, além de render-lhe o prémio Pessoa (1998), a Bienal Iberoamericana (1998) e a menção honrosa em Pedra na Arquitetura (1999).

A pousada do Bouro, juntamente com a do Crato e a de Arraiolos (vd. Figuras 31 e 32), seriam consideradas como as «filhas» de Távora pela literatura de arquitetura[244], por replicarem processual e tecnicamente o programa e a intervenção de Santa Marinha da Costa, salvo as suas devidas particularidades. Os três projetos compartilham de aspetos comuns, consistindo de adaptações de estruturas conventuais que sofreram intensa degradação após a Extinção das Ordens Religiosas e que foram afastadas das campanhas da DGEMN, sendo assim vistas como «evidências do património arquitetónico no seu estado mais puro»[245]. Os projetos seriam, portanto, três modalidades da abordagem conceitual e metodológica pela continuidade da inovação, já iniciada por Távora[246]. Nos três casos, os arquitetos olharam o monumento como um organismo vivo que traz consigo um percurso temporal, ao qual a modernidade vinha acrescentar um tempo. Este entendimento foi, à época, generalizado na prática da intervenção no património[247].

---

[243] JORNAL DE NOTÍCIAS (1999) - *Eduardo Souto Moura «Acredito na transpiração e não na inspiração».* Jornal de Notícias, Notícias Magazine, 25 de julho de1999.
[244] FERNANDES, 1999.
[245] PEREIRA, 2001: 8.
[246] PRISTA, 2011: 118.
[247] COSTA, 1997.



Figura 31– Pousada Mosteiro Crato.
Fonte: [online] Disponível em: <https://pesweb.azureedge.net/spimg/hotelphotos/hotel-crato-pool4.jpg?scale=downscaleonly&encoder=freeimage&progressive=true&quality=70&w=1440&h=680&mode=crop> [Acedido a 13 de junho de 2021].



Figura 32– Pousada Convento Arraiolos.
Fonte: [online] Disponível em: <https://pesweb.azureedge.net/spimg/hotelphotos/hotel-arraiolos-cloisters1.jpg?scale=downscaleonly&encoder=freeimage&progressive=true&quality=70&w=1440&h=680&mode=crop> [Acedido a 13 de junho de 2021].

A princípio, a intenção de Souto de Moura era claramente distinguir a sua intervenção da parte pré-existente da edificação através de uma rutura estética. Porém, no decorrer do processo, a opção por uma intervenção mais radical ao conjunto já existente perdeu o sentido, uma vez que se observou que o edifício foi composto por diversas

alterações ao longo do seu percurso e todas elas dialogavam de forma harmoniosa[248]. Assim, constatou-se que a nova intervenção deveria dialogar de maneira natural com as pré-existências, tal como realizado nas intervenções anteriores.

Em resposta ao programa rigidamente estabelecido, adotou-se uma solução corrente neste tipo de intervenções em edifícios monásticos: as novas funções foram distribuídas pelo edifício existente, aproveitando-se as antigas estruturas para a instalação de quartos e de espaços comuns, mas também por um corpo novo, que se assume como uma ampliação necessária para a integração de um conjunto de serviços que não eram compatíveis espacialmente ao organismo existente[249].

Assim, conforme indica a memória descritiva do projeto[250], no piso inferior ficariam as salas de conferência, galerias de exposições e o acesso ao corpo de serviços; no piso superior estariam oito quartos duplos, a receção, serviços administrativos, bar, salas de estar, copa, restaurante e sala de banquetes; no último piso seriam alocados vinte dois quartos duplos e uma suíte.

A estratégia do projeto perpassa por uma correspondência funcional entre os espaços antigos e os novos ambientes propostos, apenas pontualmente subvertida pelas necessidades programáticas. Assim, os arquitetos procuram combinar as novas funções com as antigas: os quartos assumem o espaço das celas, enquanto o restaurante da pousada toma forma no refeitório[251] (vd. Figuras 33, 34, 35, 36 e 37).

[248] BRANDÃO, 2001: 70.
[249] TOMÉ, 2002: 231.
[250] MOURA, Eduardo Souto de (1993) - *Memória Descritiva, da autoria do arq° Souto Moura. Convento de stª Maria do Bouro. Amares-Braga.* 21 de Dezembro de 1993.
[251] FERREIRA, 2017 : 108.

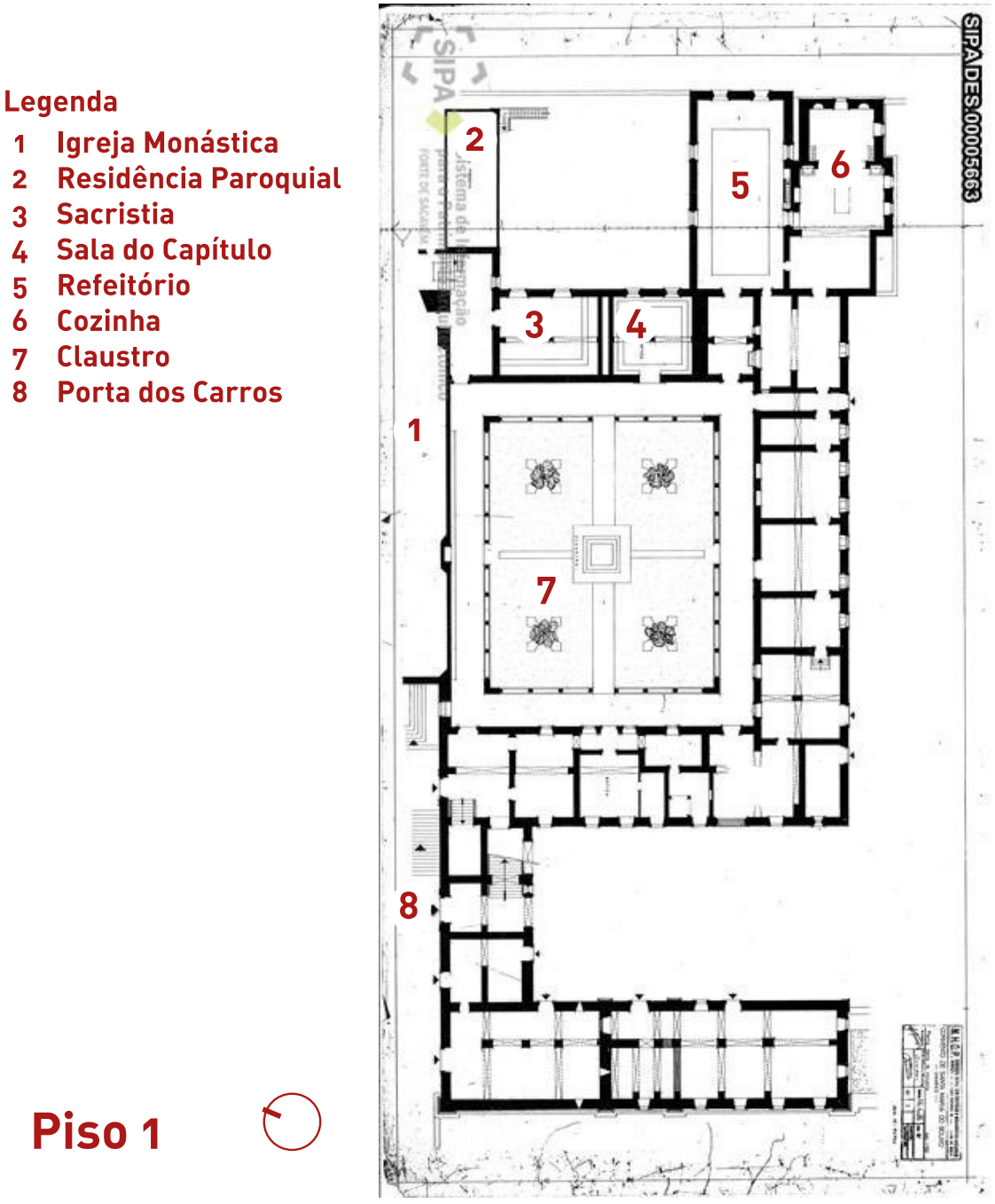


Figura 33 – Planta do Mosteiro de Santa Maria do Bouro (Piso 1) antes da intervenção. A comparação entre as plantas do mosteiro anterior (figura 33) e posterior à intervenção (figuras 34 e 41) torna percetível que as dimensões dos espaços se mantiveram as mesmas na sua generalidade. Contudo, foram realizadas algumas aberturas e fechamentos de vãos, assim como a introdução de novas divisões nos interiores dos ambientes.

Fonte: SIPA com posterior edição do autor.

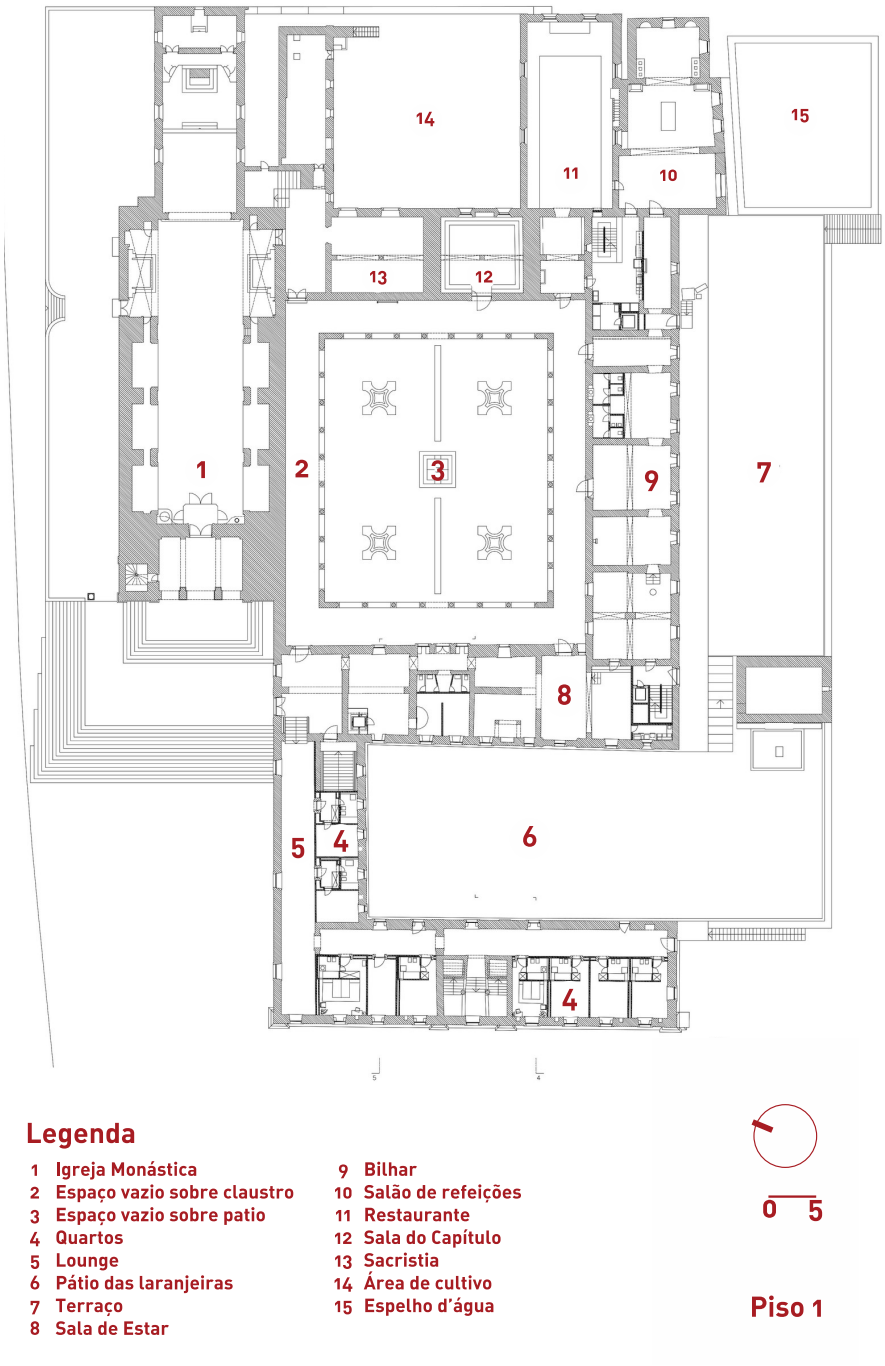


Figura 34 – Mosteiro de Santa Maria do Bouro - Planta Piso 1. A correspondência funcional entre as novas funções e as antigas é notada pela implantação dos quartos da pousada (número 4) nos espaços das antigas celas, bem como o restaurante (número 11) no antigo refeitório.
Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor.
[online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021]

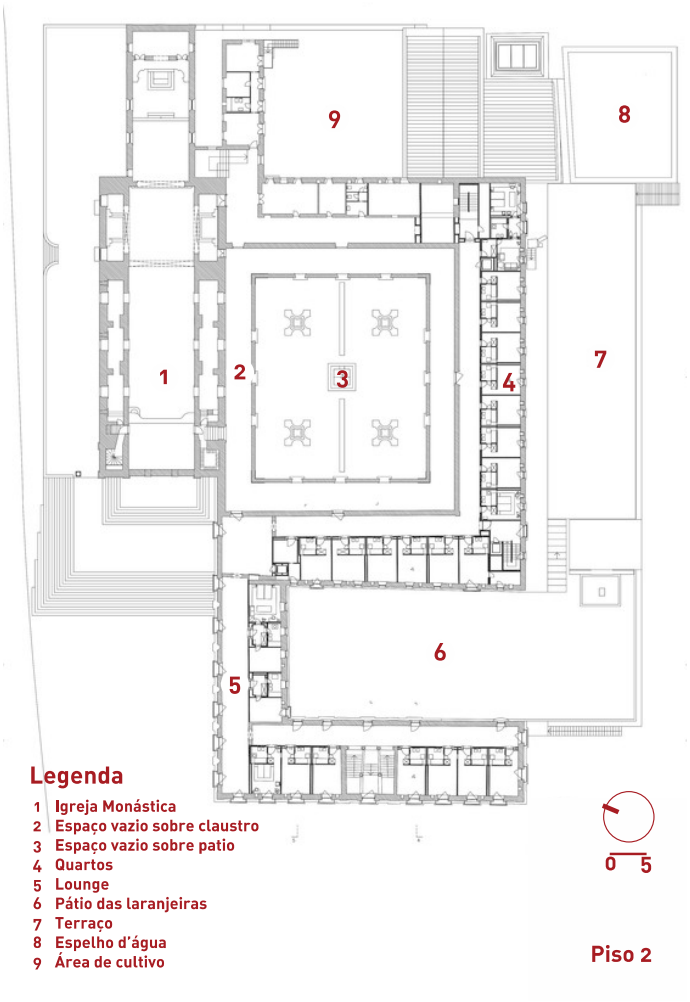
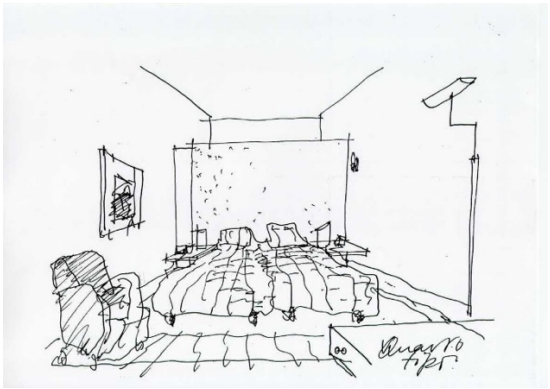


Figura 35 – Mosteiro de Santa Maria do Bouro - Planta Piso 2. Nota-se a implantação dos quartos da pousada (número 4) nos espaços das antigas celas como estratégia de correspondência funcional.
Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor.
[online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021]





Figuras 36 e 37 – À esquerda, croqui do projeto dos quartos da pousada. À direita, quarto após a realização das obras de adaptação nas antigas células.
Fonte: Archdaily.com.br. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021]

No caso do salão de refeições, observa-se que inclusivamente o mobiliário original passa pelo processo de reutilização: a cozinha velha apresenta originalmente ao centro uma grande mesa de pedra com tampo monolítico, a qual foi mantida e é hoje usada como peça de apoio aos serviços do restaurante (vd. Figura 38).

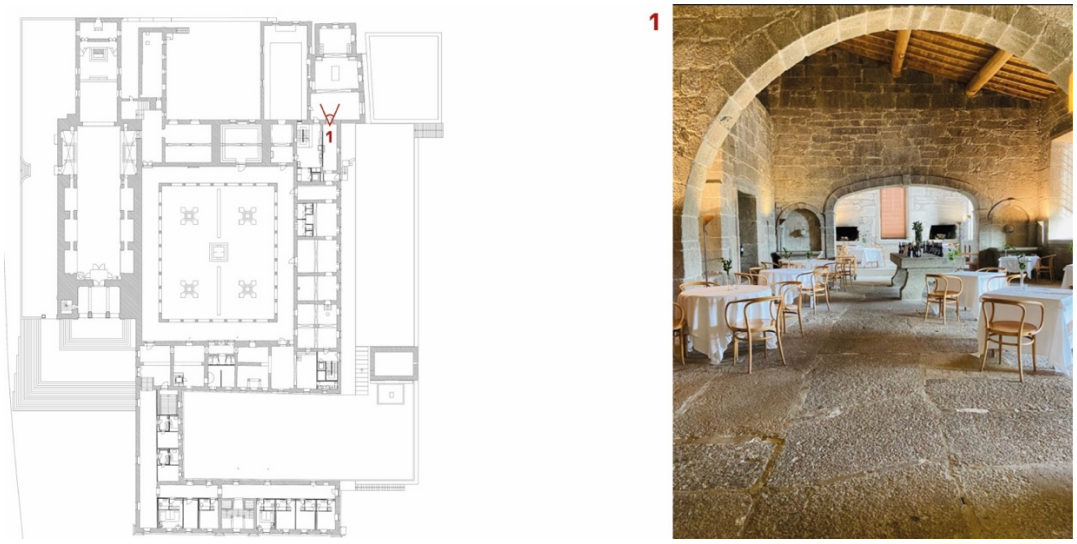


Figura 38 – A Cozinha velha, que atualmente configura o salão de refeições da pousada, é composta por três espaços separados por arcos abatidos e caracteriza-se pela presença de uma grande chaminé, além dos dois lavabos inscritos em arcos plenos e da grande mesa de pedra ao centro. Na planta assinala-se o ponto de perspetiva da fotografia apresentada através do cone de vista.
Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografia do acervo do autor.

O mosteiro tem sua fachada principal voltada para uma praça, confrontada pela fachada da igreja monástica em uma de suas extremidades (vd. Figura 39, fotografia 1). O acesso ao interior da pousada pode ser feito através da porta localizada na extremidade direita da fachada, enquanto a porta do meio, conhecida como «porta dos carros» (por onde se recebiam os mantimentos para o abastecimento do mosteiro) conecta o espaço exterior com o atual pátio das laranjeiras (vd. Figura 39, fotografia 3). É por este acesso que se faz presente a escadaria da portaria, à esquerda (vd. Figura 39, fotografia 4), levando ao primeiro piso onde se encontra a receção, enquanto à direita está o auditório, destinado a receber eventos e conferências.

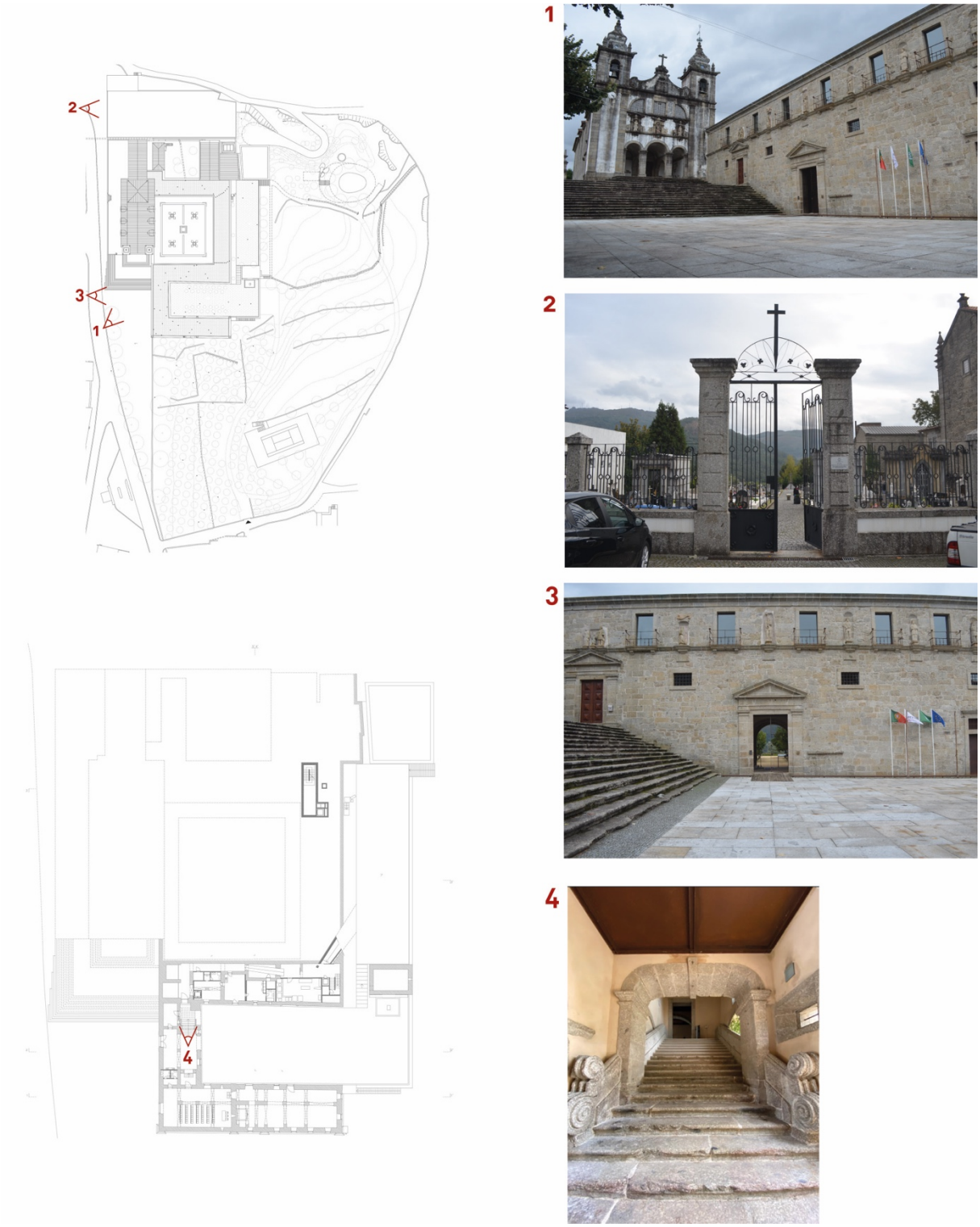


Figura 39 – Fotografia 1: Fachada principal do mosteiro e da igreja monástica. Fotografia 2: Cemitério do complexo monástico, situado na parte posterior da igreja. Fotografia 3: Porta dos Carros. Fotografia 4: Escada de acesso ao primeiro piso. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.
Fonte: Plantas de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.

A intervenção teve como referência um conjunto de estudos conduzidos por uma equipa multidisciplinar. A análise tipomorfológica realizada pelo projetista ocorreu

conjuntamente com uma investigação histórico-arqueológica conduzida por uma equipa de especialistas liderados por Luis Fontes[252], arqueólogo da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, a fim de fundamentar um completo reconhecimento do monumento enquanto realidade histórica. O estudo e a interpretação das características topológicas e topográficas do lugar, permitiu uma leitura do carácter paisagístico da inserção do edifício na envolvente, contribuindo para as decisões projetuais no que se refere a concretização da ampliação prevista e a sua integração orgânica na estrutura física do terreno. Tal ampliação, necessária para a realização dos serviços hoteleiros, tomaria forma no novo corpo do edifício que surgiria numa cota mais baixa, a partir do traçado de um muro que definiria simultaneamente o alçado desta nova porção do complexo e uma plataforma que daria lugar a uma esplanada, onde se propunha um espaço exterior semelhante ao que existiu ao longo da fachada sul do mosteiro[253] (vd. Figuras 40, 41 e 42).

[252] Ver FONTES, 1998.
[253] TOMÉ, 2002: 232.

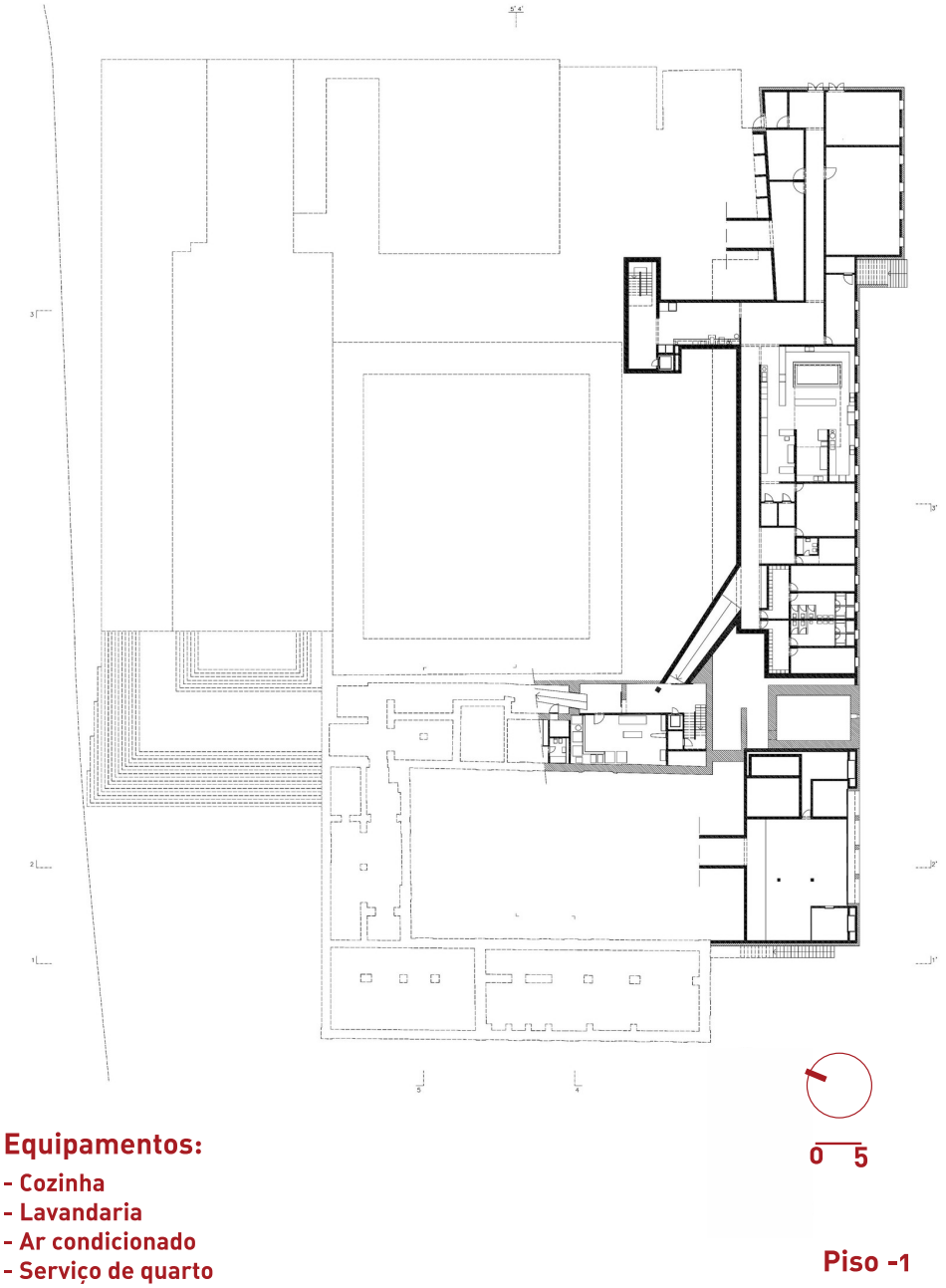


Figura 40 – Mosteiro de Santa Maria do Bouro - Planta Piso -1. Neste nível toma forma o novo corpo do edifício, o qual reúne funções técnicas e de serviço.
Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor.
[online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021]

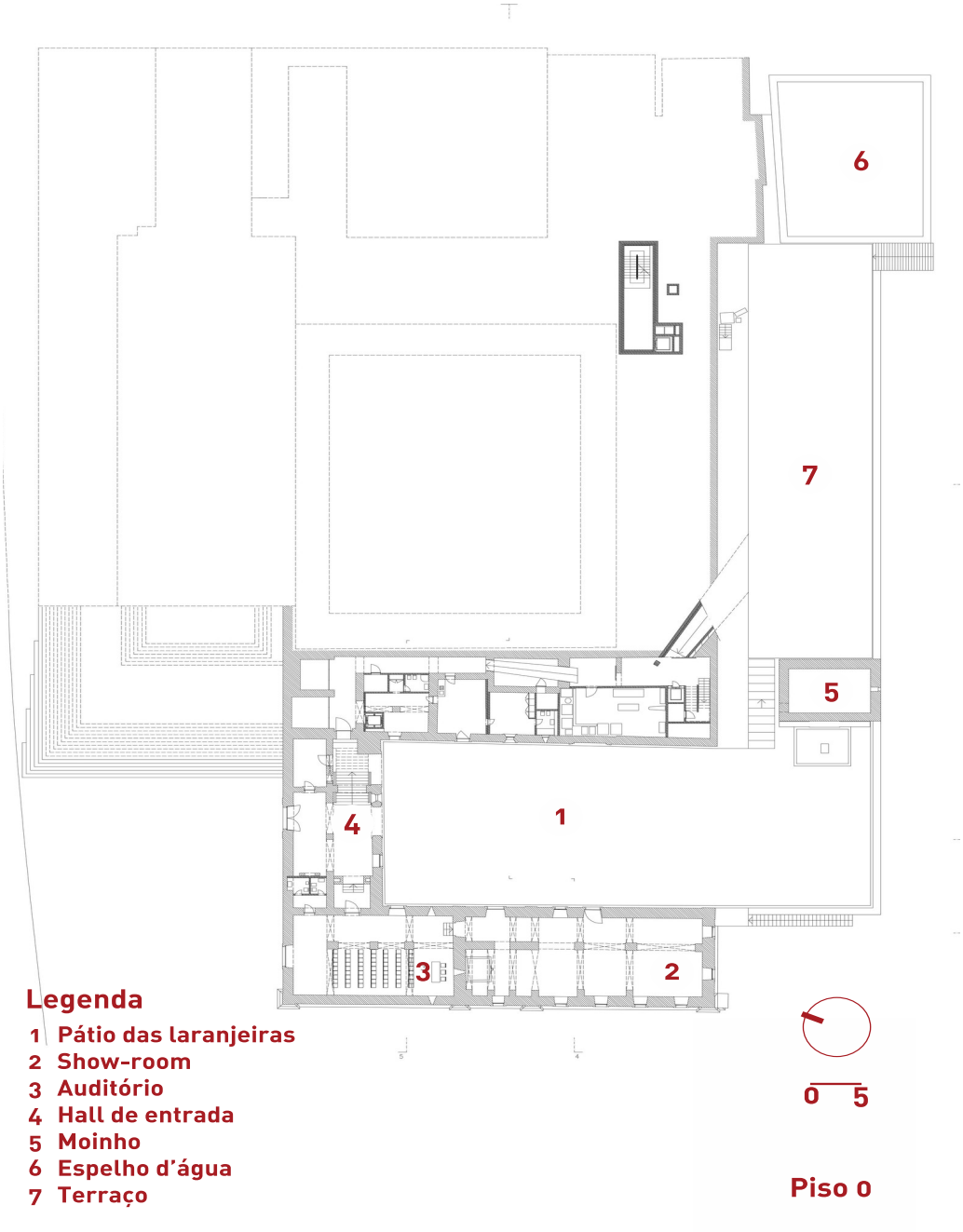


Figura 41 – Mosteiro de Santa Maria do Bouro - Planta Piso 0. Nota-se que a parte superior do novo corpo construído dá lugar a uma plataforma onde se estabelece o terraço (número 7).
Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor.
[online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021]



Figura 42 – Fotografia 1: Fachada sul do mosteiro contemplando, na parte inferior, o novo volume criado pelos arquitetos da intervenção. Fotografia 2: Escadaria que conecta o edifício e a área de lazer. Fotografia 3: Fachada sul com o novo corpo do edifício recoberto por vegetação. Fotografia 4: A parte superior do novo corpo do edifício constitui de uma plataforma usada como esplanada para a contemplação da paisagem envolvente. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.
Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.

No que se refere ao aspeto material da intervenção, há um reaproveitamento das peças de cantaria que anteriormente compunham o edifício. Tais elementos foram utilizados para compor novas alvenarias e configurar novos espaços, passando por uma reorganização criteriosa e paciente. As paredes, pavimentos e escadas foram cuidadosamente desmontados, enumerados e fotografados para serem remontados

posteriormente no mesmo ou em outro local, como aconteceu nas cantarias das portas das antigas celas, atuais quartos. Tal medida surge como resposta a critérios de ordem económica, mas também de ordem conceitual do ponto de vista do projeto arquitetónico, estando carregada de conceitos simbólicos e históricos. Contudo, ressalta-se que esta prática não é inédita na arquitetura, tendo sido experimentada ao longo da história[254]. É importante destacar que esta experimentação em reutilizar e reorganizar as pedras aparelhadas de granito demonstra um elevado grau de liberdade no que diz respeito à criação e intervenção em obras existentes com valor patrimonial[255].

Assim, em diversos pontos os arquitetos buscam dissipar as distinções físicas entre o velho e o novo, fundido o passado e o presente e atribuindo ao tempo a função de camuflar suas diferenças. Tal aspeto verifica-se, por exemplo, na construção do novo corpo do edifício na cota mais baixa (vd. Figura 42, fotografia 2), cuja fachada caracteriza-se por um muro de pedra que foi executado tendo como recurso o material disponível da pré-existência. O novo corpo surge de forma discreta e sua escala horizontal contribui para que se difunda na paisagem e estabeleça uma relação de harmonia com o conjunto construído. O próprio crescimento da vegetação encarrega-se de recobri-lo, integrando-o à paisagem. Optou-se por uma coerência construtiva e pelo desenho de uma estrutura mínima, que dificulta a distinção dos acrescentos.

Desta forma, os arquitetos posicionam-se pela anulação das teorias da distinção, veementemente defendidas pelas Cartas de Atenas (1931) e Veneza (1964) como critérios de restauro, para que a estética se mantenha fiel ao espírito do edifício. A Carta de Atenas defendia taxativamente a ideia de não se copiar os denominados «estilos do passado» nas obras arquitetónicas, ressaltando que a mistura entre a arquitetura «autêntica» com a nova arquitetura, considerada «falsa», teria por resultado uma reconstituição fictícia capaz de lançar o descrédito sobre os testemunhos pré-existentes que se desejavam preservar[256]. A Carta de Veneza reforçaria este caráter ao defender a legibilidade das intervenções contemporâneas, definindo que «qualquer trabalho complementar (...) terá de acusar a data da intervenção (modernidade)»[257], além de que o restauro deveria basear-se «no

[254] BRANDÃO, 2001: 71.
[255] FERNANDES, 2010: 241.
[256] *Idem*, *Ibidem*: 238.
[257] *Carta de Veneza. Art. 9º.* II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Maio de 1964.

respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos (...) (e) deixa de ter significado quando se levanta a hipótese da reconstituição»[258].

Em Santa Maria do Bouro, não há recusa da reconstrução mimética, uma vez que em muitos casos optou-se pela construção por cópia exata, como nas paredes, escadas e cantarias desmontadas e posteriormente remontadas em lugares distintos, ou pela construção de novos elementos através da reutilização de materiais antigos, como ocorre no novo corpo do edifício, prática também corrente na DGEMN[259]. Contudo, ao mesmo tempo que se promove o valor rememorativo de antiguidade de forma epidérmica, também se faz presente o valor de novidade pela compreensão da funcionalidade no campo estético e na resposta social[260].

Paralelamente à reutilização dos materiais tradicionais da construção, há a introdução de novos materiais, o que resultaria numa nova ambiência criada a partir do contraste entre seus elementos. Tal contraste faz-se expresso a nível cromático entre a pedra e o aço (vd. Figura 43, fotografias, 2, 3 e 5), que ganha espaço no projeto, sem, contudo, afetar o equilíbrio e a harmonia estética com a materialidade original, conforme assumido pelo próprio arquiteto em: «Tenho algum fascínio pelos materiais. Fragmento imenso a construção e uso materiais diferentes na própria construção. A construção passa a ser um somatório de planos e materiais. E gosto porque cria uma certa tensão, uma certa vibração, pôr em contraste materiais[261]». Este contraste entre materiais de diferentes cronologias é ressaltado no balcão em aço no atual pátio das laranjeiras (vd. Figura 43, fotografia 2), nas lajes mistas de betão armado e vigas de ferro expostas e nas escadas e elevadores de estrutura metálica[262] (vd. Figura 43, fotografia 3). Opta-se por manter a imagem natural que o imóvel ostentava nos anos imediatamente anteriores à intervenção, preferindo não colocar nenhum telhado na cobertura e utilizando nas janelas apenas vidro, a fim de ressaltar a materialidade das fachadas (vd. Figura 43, fotografia 4).

[258] *Idem*, *Ibidem.*
[259] *Idem*, *Ibidem*: 241.
[260] TOMÉ, 2002: 236.
[261] CANNATÁ, 1999.
[262] BRANDÃO, 2001: 73.

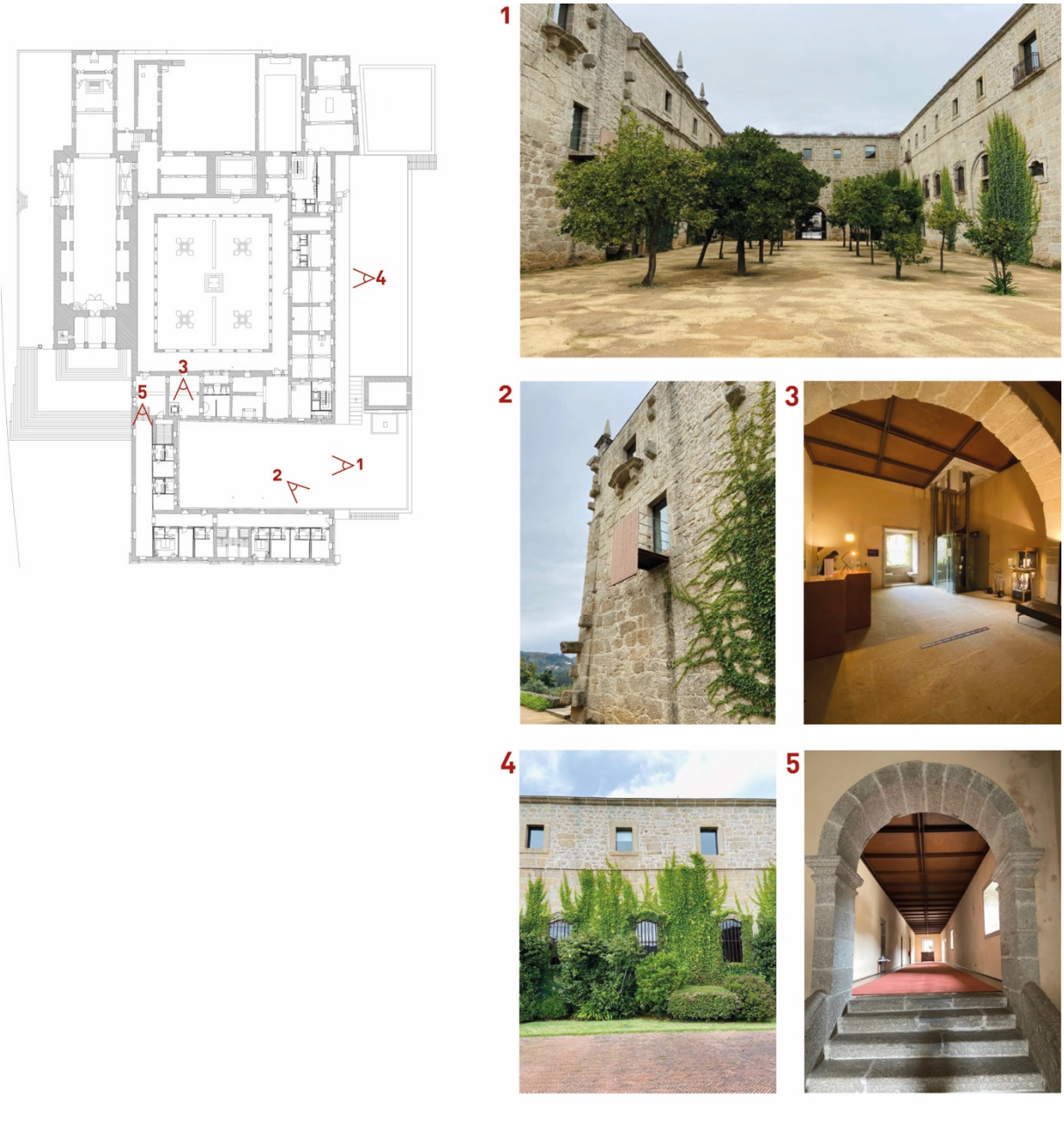


Figura 43 – Fotografia 1: Pátio das laranjeiras. Fotografia 2: Balcão em aço cortén. Fotografia 3: Receção da pousada com elevador de estrutura metálica. Fotografia 4: Pormenor da fachada sul do edifício, com o uso do vidro nos vãos das janelas. Fotografia 5: Corredor dos quartos com aço cortén aplicado ao teto. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.
Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.

Quanto aos corredores dos quartos, optou-se pela realização do forro em aço cortén, material contemporâneo que se destaca dos materiais originais da construção. Este, apesar de largamente utilizado na arquitetura contemporânea, entra em harmonia com a arquitetura existente e apresenta como uma de suas propriedades um envelhecimento natural que reduz a necessidade manutenção, através de uma oxidação

desencadeada pelo tempo. A metodologia da intervenção privilegia, assim, a identidade dos materiais sem revestimento (tal como ocorre nas fachadas), submetidas a processos de envelhecimento naturais ou provocados, seja no aço cortén dos tetos ou no cobre que reveste as portas[263] (vd. Figura 43, fotografia 5).

A introdução dos novos materiais não foi feita ao acaso, mas sim buscando traduzir a realidade anterior e invocando memórias de realidades passadas: a estrutura em aço cortén dos tetos remete aos forros anteriores de madeira, bem como o cobre e titânio que recobrem as novas portas das celas que retomam as cores das antigas portas[264].

A estratégia arquitetónica de Souto de Moura vai também evidenciar o edifício como arquitetura cisterciense. Opta-se pela ausência de cal a recobrir o edifício, através da manutenção das fachadas no estado no qual se encontravam, sem revestimento, como apelo ao valor comunicante e plástico das qualidades visuais da pele[265]. A simplicidade da vida monástica é evocada pelo minimalismo na decoração e pormenores[266]. A austeridade monástica mantém-se através de novas leituras, de maneira que se reflete no desenho rigoroso dos interiores e na aplicação dos materiais, que apesar de diversos, são inseridos numa lógica mais ligada à contenção do que à ostentação, tradicionalmente característica deste tipo de hotel[267]. No interior, o arquiteto optou por manter predominantemente a compartimentação original. As portas das salas intercomunicantes foram retiradas, deixando-se apenas os vãos. Além disso, algumas das portas originais foram usadas como painéis decorativos nas paredes, remetendo à memória do edifício (vd. Figura 44, fotografia 4).

[263] TOMÉ, 2002: 233-236.
[264] Idem, *Ibidem*: 241.
[265] Idem, *Ibidem*: 233.
[266] FERREIRA, 2017: 109.
[267] BRANDÃO, 2001: 75.

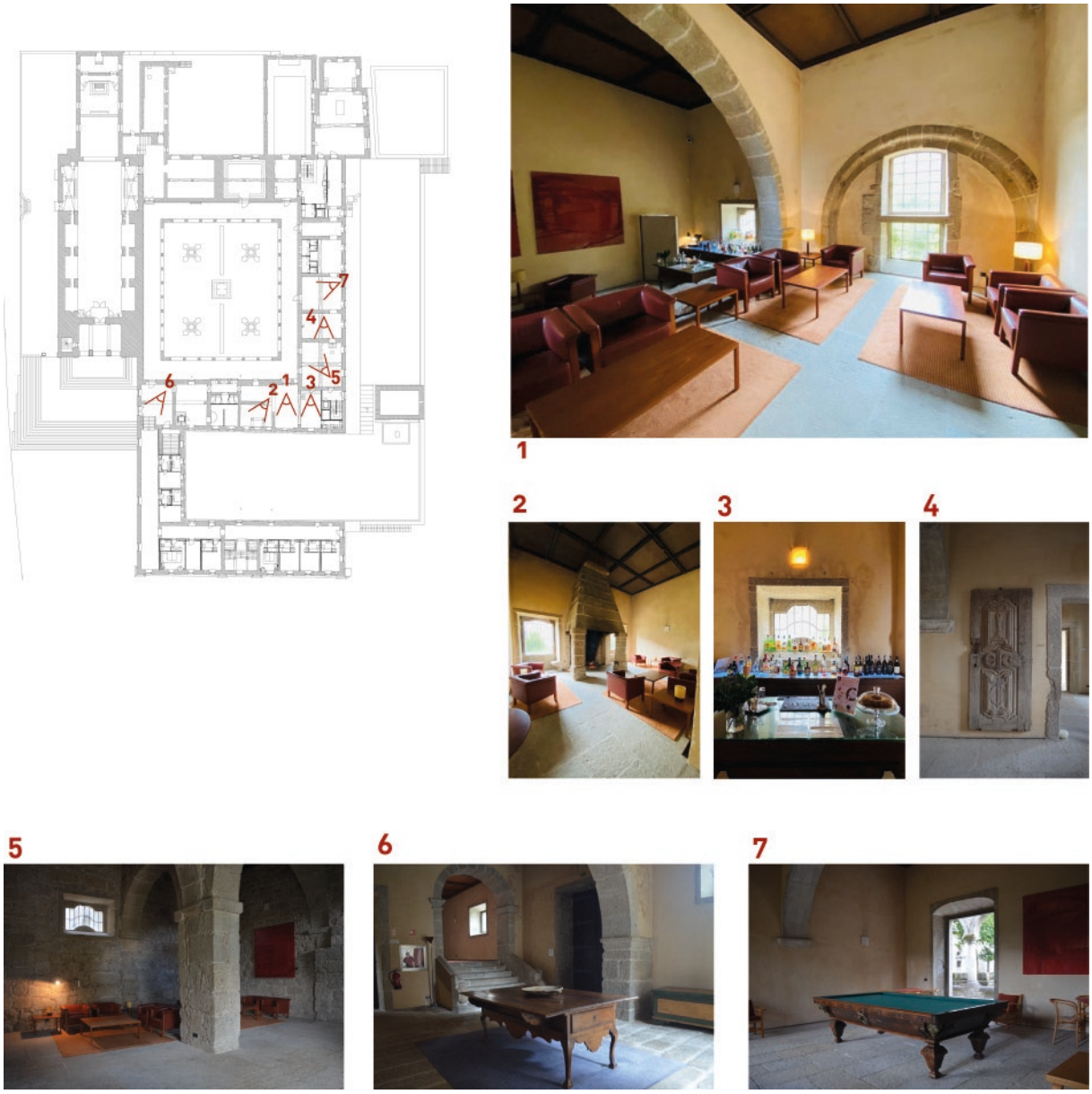


Figura 44 – Fotografia 1: A austeridade da decoração é notada nas zonas de estar da pousada. Fotografia 2: Zona de estar com lareira. Fotografia 3: Bar. Fotografia 4: Porta original do mosteiro utilizada como elemento decorativo. Fotografia 5: Zona de estar. Fotografia 6: Elementos decorativos no hall adjacente à receção. Fotografia 7: Mesa de bilhar. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.
Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.

No que se refere à cerca monástica e o projeto de arquitetura paisagística, de autoria da arquiteta Maria João Dias Costa, pretendeu-se valorizar o legado cisterciense em termos de ordenamento dos espaços, o qual se estabelece pelos muros, caminhos

demarcados, implantação de uveiras e ramadas, os patamares dos pátios e do claustro[268] (vd. Figuras 45 e 46, fotografia 2).

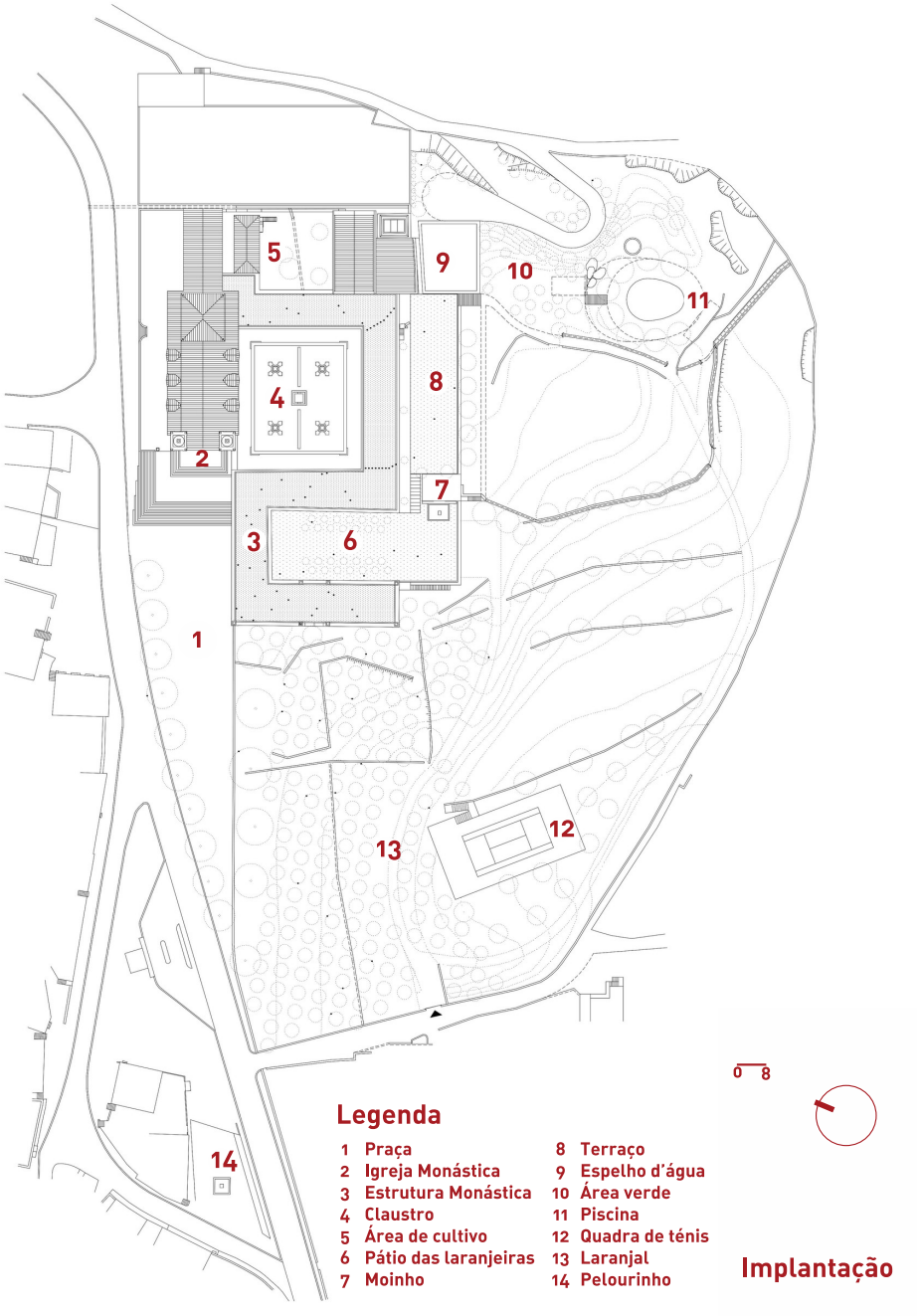


Figura 45 – Mosteiro de Santa Maria do Bouro – Planta de Implantação. Através da planta percebem-se os novos usos atribuídos à cerca monástica.
Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor.
[online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021]

[268] GUERREIRO & BOBONE, 1997: 27.

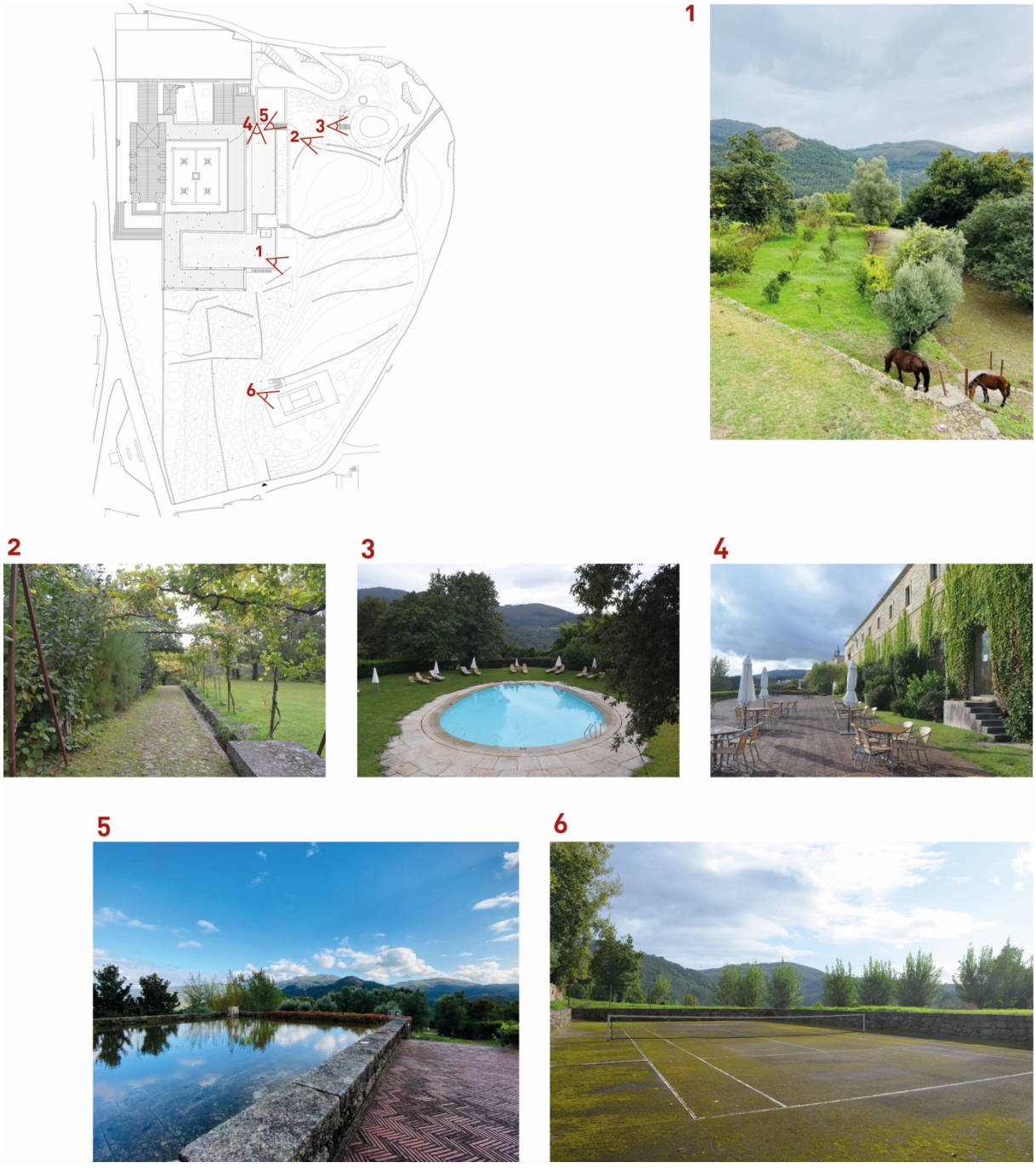


Figura 46 – Fotografia 1: Paisagem natural característica da envolvente do complexo monástico. Fotografia 2: Trajeto externo conta com uveiras e canalização da água. Fotografia 3: Piscina. Fotografia 4: Zona de estar externa. Fotografia 5: Espelho d'água. Fotografia 6: Quadra de ténis. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.
Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.

Um aspeto relevante é de que o projeto não somente contemplou a Cerca de cima e de baixo, mas também a substituição da degradada cobertura tradicional do edifício por um piso vegetal, onde foram plantadas espécies decumbentes como referência à

vegetação espontânea que ali se estabeleceu nos tempos de ruína[269] (vd. Figura 47). Constata-se, aqui, novamente, o grau de liberdade da intervenção através do ensaio de uma tipologia moderna em plena integração com os espaços antigos: uma cobertura corbusiana em terra, prática característica dos terraços-jardins modernistas, tomaria forma na parte superior do mosteiro[270]. A construção de coberturas planas e a recusa pela recuperação dos telhados tradicionais contribuiria com a intenção de manter a imagem geral da ruína através da consolidação do seu volume tal como se encontrava. Quanto à cerca, que era destinada exclusivamente à produção nos anos que antecederam a intervenção, agora se estabeleceria como local de meditação e lazer, função que também era praticada pelos cistercienses de outrora, mas desta vez estaria adaptada ao contexto contemporâneo.



Figura 47 – Jardim na cobertura do edifício como referência à vegetação espontânea presente nas ruínas.
Fonte: [online] Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.au/LocationPhotoDirectLink-g1190966-d241755-i236520248-Pousada_Mosteiro_de_Amares-Amares_Braga_District_Northern_Portugal.html> [Acedido a 3 de junho de 2021].

O Mosteiro de Santa Maria de Bouro, como se conhece hoje, é um reflexo material dos períodos de desenvolvimento e crise das comunidades que o ocuparam. Conforme ressalta Luis Fontes, que liderou a equipa de estudos arqueológicos:

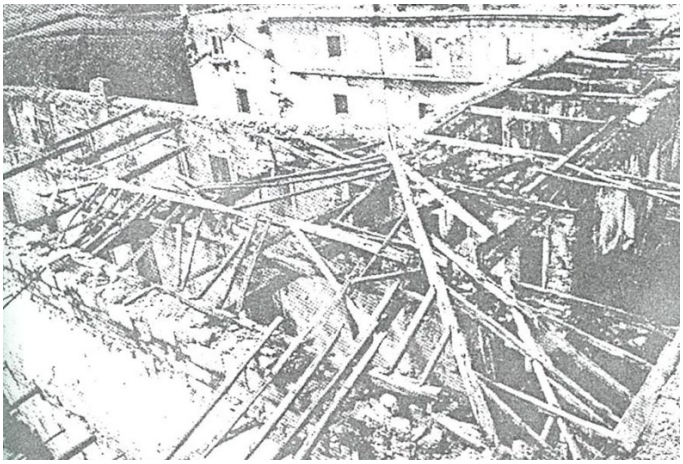
[269] BRANDÃO, 2001: 82.
[270] FERNANDES, 2010 : 241.

O Mosteiro de Santa Maria de Bouro, tal como chegou aos finais do século XX, é uma produção arquitectónica resultante de um projecto de vida, no caso a da comunidade monástica cisterciense que o ocupou, deixando transparecer, nas suas diferentes partes, os diferentes projetos que enformaram a construção inicial e as sucessivas modificações e ampliações posteriores. Nesse sentido, o mosteiro de Bouro não é um edifício unitário, estilisticamente homogéneo, mas sim um monumento que se foi construindo durante quatro séculos[271].

Apesar de seu uso passado, o valor patrimonial do objeto arquitetónico supera o saudosismo do edifício enquanto mosteiro beneditino e cisterciense de forma que novos significados lhe são atribuídos. Sua identidade deixa de ser exclusivamente uma memória monástica para assumir-se posteriormente como uma ruína, reflexo do seu longo período de abandono. Observa-se, neste caso, que os valores da «ruína» se somam aos valores do «mosteiro», uma vez que a memória que a comunidade de Bouro tinha consolidada sobre o edifício era na figura de um objeto degradado. Na intervenção, é então considerada a memória que era mais próxima, no seu sentido de apropriação quotidiana pelas pessoas, que se traduz em como as pessoas se habituaram a vê-lo[272].

Assim, os arquitetos optaram por um naturalismo na intervenção, distanciando-se da dicotomia acentuada. Considera-se que as adaptações fizeram parte da vida do edifício, sendo um acontecimento natural do seu percurso, de forma que a nova intervenção seria mais uma a ser realizada visando atender as necessidades de uma época. A intervenção intenciona continuar a história do edifício, partindo da sua situação atual e adotando como estratégia a preservação da imagem da ruína pré-existente (vd. Figuras 48, 49 e 50). Desta forma, o claustro mantem-se inalterado como uma representação da ruína para a contemplação[273], contornando a possível reintegração funcional e formal das galerias, e optando pela preservação das suas paredes isoladas enquanto elementos escultóricos[274] (vd. Figura 51).

[271] FONTES, 1998.
[272] TOMÉ 2002: 233.
[273] FERREIRA, 2017: 107.
[274] TOMÉ, 2002: 233.



Figuras 48 – Vista da cobertura antes da intervenção.
Fonte: TOMÉ, Miguel (2002) – Património e Restauro em Portugal (1920-1995). Porto: FAUP Publicações, p.235.





Figuras 49 e 50 – Vista da fachada do mosteiro em ruína em 1946 e 1962, respetivamente.
Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).

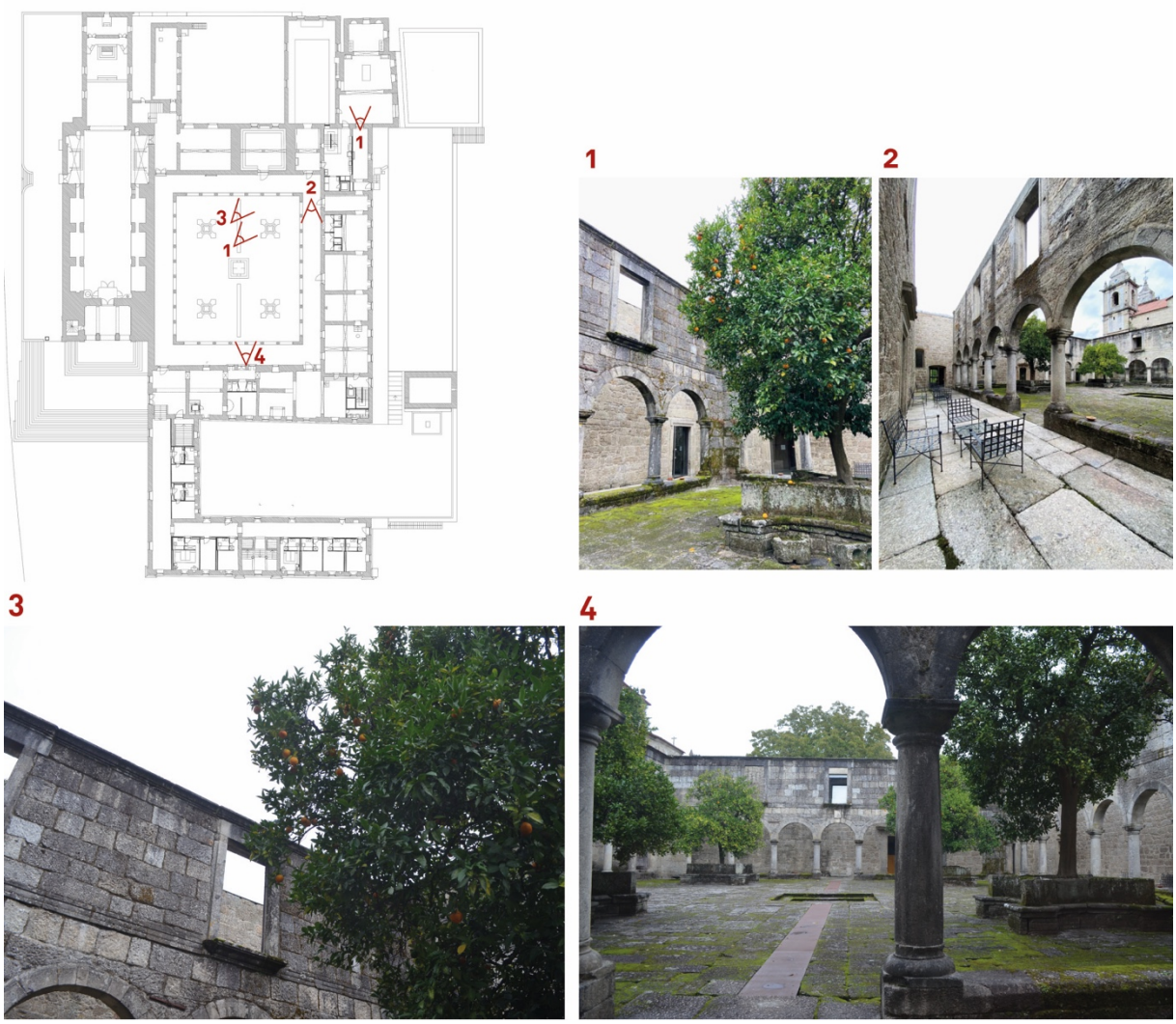


Figura 51 – Fotografia 1: Pormenor do claustro retrata laranjeiras e banco em forma de «U». Fotografia 2: As alas ao redor do claustro foram mantidas descobertas com a intenção de fortalecer a o aspeto de ruína e o caráter escultórico dos elementos do claustro. Fotografia 3: Pormenor mostra ausência de cobertura. Fotografia 4: A presença de duas caleiras confrontantes ao centro do claustro é um reflexo da competência cisterciense na exploração da água. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.
Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.

Ao contrário de Fernando Távora, que na intervenção do Convento de Santa Marinha da Costa construiu um novo edifício sob a justificativa de preservar o edifício pré-existente, conforme pontuado no capítulo anterior, Souto de Moura e Humberto Vieira manipulam e transformam a ruína[275]. A ruína é interpretada como material de

[275] *Idem*, *Ibidem*: 108.

construção, como objeto achado e disponível para receber novas significações[276]. Esta intenção é deixada clara na memória descritiva do projeto, onde Souto de Moura afirma tentar «adaptar, ou melhor, servir-se das pedras disponíveis, para construir um novo edifício»[277].

A ruína, aqui, afasta-se do caráter de abandono e assume-se como parte integrante e essencial de um novo edifício, inserido numa lógica construtiva dinâmica e maleável, aberta para assumir uma nova identidade. Como ressaltado pelo Jornal Público, «estamos diante de uma ruína em boa forma. Não suspira pelo passado nem lamenta o presente»[278].

A leitura da ruína é realizada enquanto reminiscência de um edifício que forneceu uma resposta cultural até determinado momento histórico, tendo perdido gradualmente sua funcionalidade, mas ganhando uma presença de forte sentido material. A valorização da ruína, que conforme visto anteriormente teve raízes no movimento romântico, faz-se aqui presente enquanto metodologia de projeto e estabelece carácter expressivo e visual na sua capacidade evocativa e na evidência de antiguidade, seja enquanto arte ou enquanto memória[279]. A permanência da ruína sintetiza aspetos não somente temporais, mas também espaciais, uma vez que ela não encerrara seus valores em si, mas existe em confronto com um território e uma paisagem, atribuindo-lhe um sentido de lugar já reconhecido pela comunidade local.

Neste sentido, a intervenção contemporânea evidencia e revaloriza a leitura do objeto enquanto reminiscência, respeitando o volume e a escala da construção pré-existente. O arquiteto não a nega, mas se vale dos seus valores e a ressalta através da adoção de estratégias como a ausência de cobertura nas alas do claustro, os vãos envidraçados e sem portas e a afirmação de corredores sem mobiliário.

Desta forma, não se tentou com o projeto reconstituir um estado anterior da construção, mas ressignificar seu estado atual a fim de reutilizar as ruínas para compor um novo edifício, sem, contudo, ignorar seus valores passados, mas sim somando-os aos valores do presente. Assim, o percurso do edifício como mosteiro, assim como um

---

[276] *Idem*, *Ibidem*: 233.
[277] MOURA, Eduardo Souto de (1993) - *Memória Descritiva, da autoria do arq° Souto Moura. Convento de stª Maria do Bouro. Amares-Braga.* 21 de Dezembro de 1993.
[278] JORNAL PÚBLICO (2000) - *Uma Ruína em Boa Forma*. Jornal Público, Público, 2 de abril de 2000, n.201, p.62.
[279] TOMÉ 2002, 232.

vestígio e, posteriormente, como monumento, somam-se à sua mais recente trajetória enquanto pousada, resultando num palimpsesto que ressignifica seus valores.

4. O mosteiro de São Bento da Vitória e o caráter multifuncional

4.1 Enquadramento: o espaço e o tempo

Neste capítulo, será abordado o segundo caso de estudo do presente trabalho: o mosteiro de São Bento da Vitória, no Porto. A fim de obter uma completa perceção do mosteiro enquanto objeto de arquitetura, é essencial pontuar o seu percurso cronológico e a relação do edifício com a sua envolvente. Para a fundamentação de uma análise crítica acerca da intervenção contemporânea realizada no edifício e da introdução dos usos atuais, torna-se primordial o conhecimento da história do objeto e das suas dinâmicas de utilização do passado.

A massa edificada do mosteiro se estabelece como um marco na paisagem cultural não somente pelas suas relações com o meio densamente urbano onde se insere, mas também com o meio natural onde se integra, sendo este um edifício com vistas para o rio Douro (vd. Figura 52). O mosteiro já era caracterizado como um marco na paisagem portuense pelas «Memórias Paroquiais de 1758», onde se enfatizam suas qualidades como um edifício «*tam egregio e magnifico que servia de ilustre ornamento a qualquer outra cidade porque hé quadrado com eminente e vista aprazivel do caudeloso rio Douro, de famoza architetura e abobadas de pedra lavrada [...] Hé este o mais famozo não só da cidade, mas da Provincia Interanense*»[280].

[280] CAPELA, 2009 : 629.

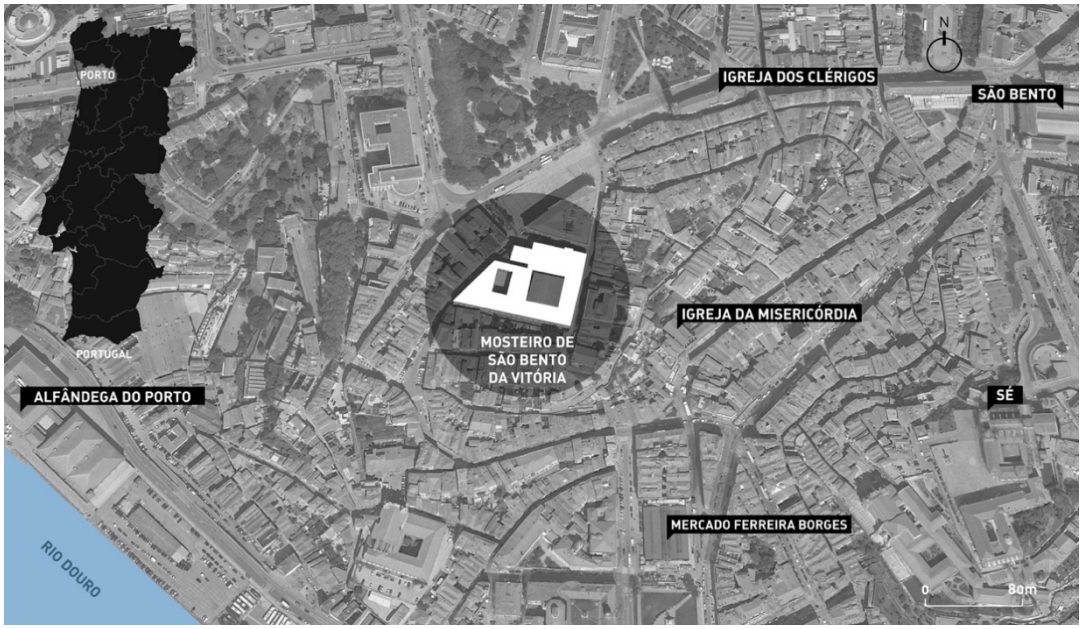


Figura 52 – Mapa de localização do mosteiro de São Bento da Vitória, na cidade do Porto. O complexo monástico insere-se na malha urbana, ocupando um quarteirão por completo. A dimensão do edifício o destaca das construções de sua envolvente, dada a grandiosidade de sua escala.

Fonte: Google Earth com posterior edição do autor.

Diferentemente do mosteiro de Santa Maria do Bouro, cuja implantação se fez em meio rural, conforme visto no capítulo anterior, a instalação de tipologias monásticas em meio urbano ganha uma conotação distinta, na medida em que estes edifícios são submetidos a um número maior de condicionantes. Consequentemente, estes mosteiros apresentam mais diversidade na configuração de seus espaços quando comparados aos inseridos no meio rural, os quais podem seguir estruturas mais rígidas no que diz respeito à implantação dos seus modelos[281].

O mosteiro de São Bento da Vitória seria o último da antiga Congregação Portuguesa, cujas origens remontam ao século XVI. Anacleto Dias[282] disserta acerca da fixação da Ordem Beneditina no território nacional, afirmando que a ocupação inicial dos monges se concentrou a noroeste do país[283] (vd. Figura 53). Com a consolidação do povoamento monástico no Entre-Douro e Minho, constituir-se-ia entre 1566-1567 a

[281] PEREIRA, 2007: 332.
[282] Acerca das origens da Ordem de São Bento em Portugal e sua fixação em pontos estratégicos do território nacional, consultar DIAS, 1999.
[283] DIAS, 1999: 65.

«Congregação dos Monges Negros de S. Bento dos Reinos de Portugal», que à época consistiam de 22 mosteiros, além dos que seriam fundados no Brasil a partir de 1580[284].

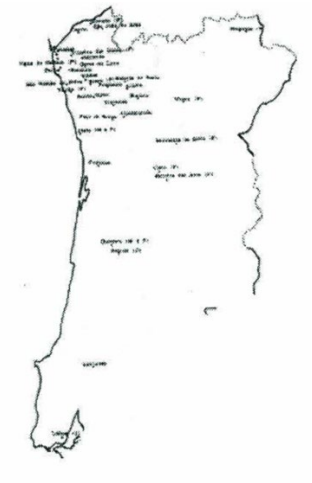


Figura 53 – Mapa de distribuição da Ordem Beneditina em Portugal – séc XVII.
Fonte: MARQUES, João Francisco. *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640/1668*, tomo II.

As origens do mosteiro de São Bento da Vitória remetem ao contexto geral reformista da Igreja e do expansionismo português, quando surgiria a necessidade da criação de um mosteiro no Porto para albergar os monges que se deslocavam para Norte ou Sul[285]. O edifício seria o segundo mosteiro beneditino a ser instalado no Porto no século XVI, depois da implantação de S. Bento de Avé-Maria em inícios do século. A instalação beneditina no Porto seria realizada somente neste período porque a cidade, pelos privilégios até então outorgados aos burgueses, não devia servir nobres nem abades bentos mais de três dias[286]. Assim, os beneditinos somente ali se estabeleceriam após concessão régia do papa e do bispo do Porto. Ultrapassadas as restrições estabelecidas na cidade, e após o Concílio de Trento (1545 e 1563), a congregação beneditina deparar-se-ia com um novo contexto, saindo da sua anterior ruralidade para expandir-se e entrar em consonância com o fenómeno do desenvolvimento urbano[287].

[284] MORENO, 1997: 15.
[285] DIAS, 1997: 163.
[286] PEREIRA, 2007: 239
[287] *Idem, Ibidem*.

A decisão pela implantação de um novo mosteiro beneditino no Porto seria determinada pela Congregação em 1593[288], sendo reiterada no Capítulo Geral de 1596, celebrado em Tibães[289]. Tal determinação se insere numa nova estratégia de difusão da Ordem nos centros urbanos de grande densidade populacional, opondo-se à implantação essencialmente rural características das ocupações beneditinas na Idade Média[290], como no caso do mosteiro de Rates e de Pombeiro.

O edifício situava-se dentro das muralhas do Velho Porto junto à porta do Olival, tendo sido escolhido para a sua construção o ponto mais alto da freguesia da Vitória, em terrenos ocupados anteriormente pela judiaria nova[291]. A compra dos terrenos e os trâmites da construção do mosteiro foram processos complexos, principalmente no que se refere à aquisição dos terrenos pertencentes ao Cabido, o qual era resistente à construção do mosteiro e havia-se tornado senhor da zona juntamente com a Câmara após a expulsão dos judeus daquela região. Assim, o edifício beneditino ocuparia parte do espaço ocioso da antiga judiaria do Olival[292], tendo os monges comprado trinta casas abandonadas da antiga courela dos judeus[293]. A escolha deste local de ocupação de raízes judaicas provocou alguns protestos devido ao entendimento daquele sítio como impróprio para a sede conventual, pensamento que foi em pouco tempo ultrapassado pela grandiosidade imposta pelo edifício e pela influência social e cultural desta comunidade na cidade[294].

A construção do mosteiro levaria muito tempo, uma vez que, para além dos diversos entraves encontrados nos trâmites construtivos, os beneditinos estavam continuamente a transformar o edifício, modificando seu arranjo e dotando-o de novos equipamentos litúrgicos. O projeto inicial foi atribuído a Diogo Marques Lucas, o arquiteto real, também responsável pela traça de outros mosteiros da Congregação[295]. A

---

[288] Arquivo do Mosteiro de São Bento de Singeverga – *Livro dos Capítulo Geraes*, Cx. 14, Lv. 15, Capítulo Geral de Maio de 1593, Sessão de 22 de Maio, fl. 150.
[289] Arquivo do Mosteiro de São Bento de Singeverga – *Livro dos Capítulo Geraes*, Cx. 14, Lv. 15, Capítulo Geral de Maio de 1596, Sessão de 8 de Maio, fl. 157.
[290] DIAS, 1999: 115.
[291] PEREIRA, 2007: 239.
[292] Acerca deste tema, consultar AFONSO, 2006: 67-81.
[293] MORENO, 1997: 46.
[294] PEREIRA, 2007: 239.
[295] Arquivo do Mosteiro de São Bento de Singeverga – *Livro dos Capítulos Geraes*, Cx. 14, Lv. 15, Junta Geral de Setembro de 1601, Sessão de 28 de Setembro, fls. 203v-204.

construção do mosteiro necessitou sacrifícios desde o princípio. Os elevados gastos suportados com a aquisição das casas e propriedades para a edificação do mosteiro levaram a Congregação a reduzir o mosteiro de São João de Alpendurada (Marco de Canavezes) a priorado do mosteiro de São Bento da Vitória, sendo as rendas daquele transferidas para o mosteiro portuense[296]. Assim, os beneditinos acabaram por sacrificar o mosteiro de São João de Alpendurada, cujas rendas foram dedicadas à nova construção, sendo consequentemente esvaziado pouco a pouco. Além disso, o mosteiro de São Bento da Vitória foi sempre um sorvedouro de dinheiro e encargos para os outros mosteiros da Congregação, já que o D. Abade Geral os obrigava a contribuir para as suas obras e demais necessidades[297].

O edifício, que se desenvolve à volta de dois claustros, separados por um corpo intermédio e com a igreja a norte, teria o arranque definitivo da sua construção em 1608. Eva Dias[298] aborda as etapas da construção cronologicamente, bem como os principais atores envolvidos no processo construtivo. A autora também enfatiza a ocorrência do terramoto em 1755 que abalou todo o território nacional no decorrer das obras do mosteiro, mas que não causou danos significativos ao edifício, diferentemente do que aconteceu nos mosteiros situados nas zonas do Ribatejo e Lisboa, onde os estragos provocados resultariam em altos custos com reconstruções para a Ordem beneditina[299].

Em São Bento da Vitória, houve particular empenho de tornar o mosteiro e a igreja monástica grandiosos, especialmente porque desejava-se que o edifício se impusesse às demais obras da Mitra e do Cabido, as duas entidades mais representativas da Igreja Católica na cidade, uma vez que elas haviam se oposto à compra dos terrenos e dos casebres da courela dos judeus para a implantação do mosteiro. Essa situação levou à decisão vindicativa de construção da fachada da Igreja e do mosteiro em direção a Sé (vd. Figuras 52 e 54). Por estar em um sítio mais elevado, o mosteiro contempla do alto a Sé num exercício de superioridade, como o beneditino Pereira de Novais descreve em 1690:

[296] DIAS, 2018: 141.
[297] DIAS, 1997: 167.
[298] Para uma abordagem pormenorizada acerca das etapas de construção do mosteiro, consultar DIAS, 2018.
[299] DIAS, 2018: 151.

«*Por estar en aquela eminência parece, en el sentir de algunos, que es la coronación de sus edificios*» [300].



Figura 54 – Implantação da igreja de S. Bento da Vitória em terreno de cota elevada, com fachada voltada para a Sé do Porto.

Fonte: [online] Disponível em: <http://pin.amp.pt/recurso/125> [Acedido a 3 de julho de 2021].

A igreja monástica localizar-se-ia no ponto mais alto do conjunto, enquanto os dormitórios, situar-se-iam a nascente, sul e no corpo intermédio. A poente estariam o refeitório, cozinha e serviços com entrada pela porta dos carros, juntamente com a biblioteca[301].

No que se refere a sua inserção na malha urbana, o mosteiro apresenta uma particularidade: o edifício em si forma um quarteirão na cidade, sem nunca ter tido cerca. Devido a este facto, o edifício mantém até hoje o seu perímetro inalterado, bem como a sua configuração exterior. Além disso, a ausência da cerca evidencia a total dependência do mosteiro pela casa-mãe e pelos mosteiros mais próximos no que se refere ao seu abastecimento e manutenção alimentar, refletindo a extrema organização dos beneditinos enquanto comunidade. O abastecimento era feito pela porta dos carros, entrada de serviço situada na Rua das Taipas[302] (vd. Figura 55).

[300] MORENO, 1997: 40.
[301] PEREIRA, 2007: 333.
[302] *Idem*, *Ibidem*: 240.

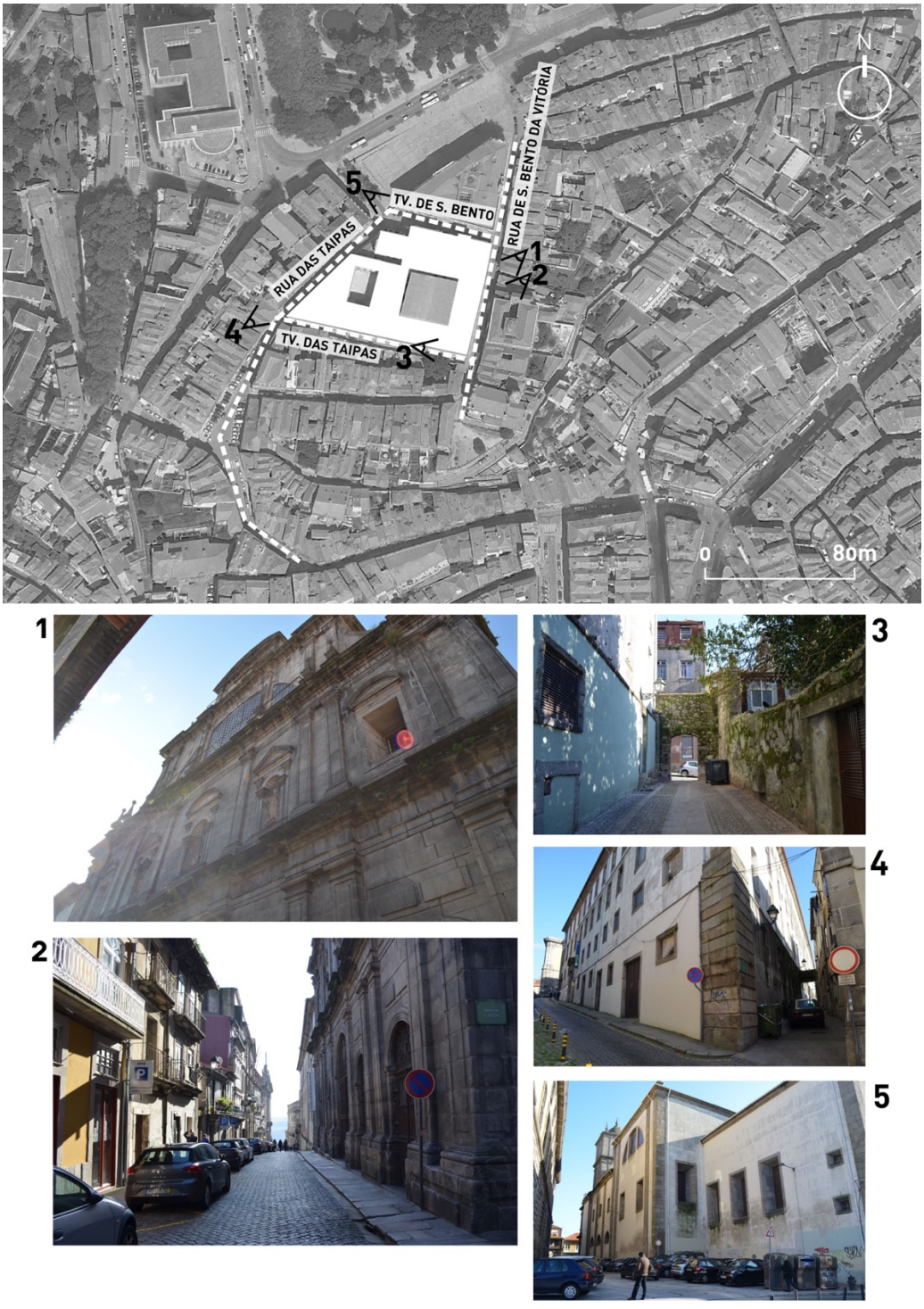


Figura 55 – Implantação do edifício na malha urbana com a respetiva identificação das vias envolventes. Fotografia 1: Fachada da igreja monástica, onde inserem-se as imagens de São Bento, Santa Escolástica e Santa Gertrudes. Fotografia 2: Acesso à igreja pela Rua de São Bento da Vitória. Fotografia 3: Travessa das Taipas, espaço onde os monges mantinham uma horta. Fotografia 4: Vista do encontro entre a Rua das Taipas e a Travessa das Taipas. Fotografia 5: Vista da Travessa de São Bento, evidenciando o exterior

da capela-mor da igreja. Na imagem, assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.

Fonte: Google Earth com posterior edição do autor. Fotografias do acervo do autor.

A partir do século XIX, em função de fatores externos e novas necessidades no contexto social, o mosteiro passa a assumir novos usos que ultrapassam a prática do Ofício Divino. Durante as Invasões Francesas, em 1809, o mosteiro teria o seu espólio saqueado pela passagem destruidora do exército francês[303]. Nesse contexto, a Ala Poente, na Rua das Taipas, foi convertida em hospital militar e, apesar desta ocupação do edifício, os monges continuaram a residir no mosteiro. Nesse período, os monges auxiliaram no tratamento dos aliados ingleses enfermos, oferecendo voluntariamente os seus ofícios. Contudo, o novo uso degradaria bastante o mosteiro, nomeadamente através das alterações introduzidas ao dormitório, cozinha e refeitório, fazendo-se necessário um restauro em 1819-1822, quando o mosteiro abandonaria a valência assistencial[304].

Em 1834 o mosteiro passaria por uma mudança completa no que diz respeito ao seu uso e a sua gestão em decorrência da Extinção das Ordens Religiosas. A igreja monástica, livre da presença dos monges, e que já servia como sede da paróquia de Nossa Senhora da Vitória desde 1832 acabou por conservar essa função até 1852. Posteriormente, foi cedida para ser a sede da «Arquiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria para a Conversão dos Pecadores», por diligência do Visconde de Almeida Garrett. Enquanto a Arquiconfraria esteve sob a direção do egresso beneditino Pe. Dr. Baltasar Veloso de Serqueira, o local tornou-se ponto de reunião dos últimos monges egressos em ocasiões específicas[305].

Conforme visto anteriormente, a partir da Extinção das Ordens Religiosas, os conventos e mosteiros nacionalizados forneceram novas utilidades ao meio social: hospitais, quartéis, colégios, tribunais, câmaras, bibliotecas, entre outros usos. Nesta conjuntura, o mosteiro de S. Bento da Vitória passa a ser ocupado por vários

[303] ADB-CSBP: *Estados do Mosteiro de São Bento da Vitória*, n. 105, 1807-1810, fls. 15-15v.
[304] DIAS, 2018: 154.
[305] DIAS, 1997: 168.

departamentos do Estado. Ao longo dos anos, tornar-se-ia Hospital Militar, Quartel de diversos batalhões, Tribunal e Prisão Militar[306].

Foi durante esse período, que instalar-se-ia nas dependências monásticas o regimento de Infantaria Nº6, precisamente em 1841, o qual foi transferido em 1942 para o quartel da Torre da Marca. No mesmo ano, o espaço seria ocupado pelo Depósito de Contingentes e pelo Destacamento de Sapadores, fazendo com que o edifício fosse distribuído pelos dois batalhões nacionais. Parte significativa do edifício seria atribuída ao Ministério da Justiça, que lá implantaria os tribunais Cível e do Crime. Posteriormente, o mosteiro seria ocupado por diferentes batalhões e forças populares até que, em 1864, seria entregue ao Ministério da Fazenda para que fosse promovida a venda do imóvel. A princípio, a venda excetuava a sacristia e parte do claustro menor, então atribuída à Arquiconfraria do Santíssimo e Imaculado Coração de Maria. Contudo, os objetivos não seriam concretizados, fazendo com que o mosteiro permanecesse com a função de quartel para diversos organismos, até que a ocorrência de um incêndio em março de 1922 destruiria parte do edifício e levaria ao abandono do imóvel pelas entidades que o ocupavam. Dessa forma, em 1977 apenas o Tribunal Militar Territorial do Porto e o Casão estariam ali instalados, os quais também logo deixaram o edifício, que passou a estar totalmente devoluto[307].

Apesar da descaracterização sofrida por alguns ambientes ao longo do tempo, ainda atualmente é inegável a relevância do complexo edificado. Os trabalhos em talha, o cadeiral em madeira de origem brasileira, a azulejaria originalmente presente e sua própria arquitetura afirmam o edifício como parte essencial da história e do património da cidade. Tais qualidades levaram à classificação do conjunto, composto pela igreja e pelo mosteiro de São Bento da Vitória, como Monumento Nacional, em 1977[308] (vd. Figura 56). A partir de então, o mosteiro, que se encontrava em estado devoluto, estaria protegido do interesse imobiliário privado e do seu próprio desaparecimento. Todavia, antes da referida classificação, já estavam classificados como interesse público o órgão e o coro alto da igreja[309]. Ressalta-se também que, em junho de 2017, o mosteiro passou a

[306] *Idem*, *Ibidem*.
[307] PEREIRA, 2007: 243.
[308] Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977.
[309] MORENO, 1997: 89.

integrar o conjunto dos seis Mosteiros e Paisagens Culturais Beneditinos candidatos a Património Cultural da Humanidade da UNESCO[310].

Assim, verifica-se que o mosteiro de São Bento da Vitória chega ao presente atravessando um longo processo de reutilizações. As atribuições de diferentes usos aos seus espaços acompanharam o edifício ao longo da sua existência e não são um fenómeno exclusivo dos últimos anos. Estas foram muitas vezes acompanhadas por alterações que provocaram a descaracterização do mosteiro, com pouca ou nenhuma preocupação pela integridade do edifício e pela sua conservação enquanto herança beneditina. A seguir, serão tratados os atuais usos dados ao edifício e as intervenções introduzidas aos seus espaços após a classificação como Monumento Nacional[311].

[310] DELGADO, 2017.
[311] *Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977*.



Figura 56 – Percurso cronológico do mosteiro de São Bento da Vitória.

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) e PEREIRA (2007). Gráficos de autoria própria.

4.2 A intervenção em análise: os novos usos, a fragmentação do espaço e o contraste material

Em 1984, inicia-se uma requalificação do mosteiro pelo IPPAR, com obras conduzidas pelos arquitetos Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro tendo como finalidade a adequação a novos usos para o espaço, mas sem desrespeitar o traçado original do edifício.





Figuras 57 e 58 – Vistas das fachadas do mosteiro antes de serem rebocadas e caiadas durante a requalificação.
Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).

Estes arquitetos, estabelecidos na cidade do Porto, iriam fundar um atelier conjunto, em finais dos anos 1980, denominado CG+LSC. Ambos associaram as suas práticas profissionais ao meio académico, tendo Carlos Guimarães assumido a função de docente na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto desde 1982 e se tornado diretor desta em 2010, enquanto Luís Soares Carneiro tornar-se-ia professor da mesma faculdade em 2012. Os arquitetos reuniriam ao longo de seus percursos projetos de arquitetura e propostas de desenho urbano, com especial incidência em equipamentos de

programas públicos, como museus, teatros, bibliotecas e outros edifícios de natureza institucional, muitas vezes em contextos complexos de ricas cargas históricas e patrimoniais[312].

Para Raquel Henriques da Silva, o trabalho desenvolvido por Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro ao longo dos anos tem como uma de suas marcas autorais o gosto em lidar com os tempos e as heranças, assumindo os espaços intervencionados como novos, mas ao mesmo tempo, monumentalizando-os e alimentando-os de uma «reflexão memorialista: sobre a história, sobre a paisagem, sobre as formas orgânicas vernaculares»[313].

No caso de São Bento da Vitória, após a realização da obra de restauro, o espaço seria ocupado por três entidades. Na parte do Claustro Nobre e adjacências instalou-se a Orquestra Clássica do Porto, que posteriormente seria integrada no Ministério da Cultura, e ali passaria a dispor de espaços de administração, secretaria e salas de ensaios, bem como uma grande sala para cinquenta e dois instrumentistas fixos. A igreja, entregue desde 1853 à Arquiconfraria do Imaculado Coração de Maria, seria recuperada pelos Beneditinos de Singeverga em 1942[314], a convite expresso de D. Agostinho de Jesus e Sousa, bispo da Diocese do Porto à época. A partir de 1990, após a realização de obras de recuperação, os monges ficariam instalados numa pequena parte do mosteiro ligada à igreja, precisamente na ala norte e terceiro andar da ala poente. Por fim, em 1995, o Arquivo Distrital do Porto (ADP) ocupou a ala transversal e a parte mais recente do mosteiro, o claustro dos carros com as alas sul e poente, onde ficavam os «dormitórios novos»[315], sendo esta a entidade que ocuparia a maior parte do edifício (vd. Figuras 59 e 60).

[312] SILVA & ESCOLANO, 2004.
[313] *Idem*, *Ibidem*.
[314] PEREIRA, 2007: 244.
[315] MORENO, 1997: 89.

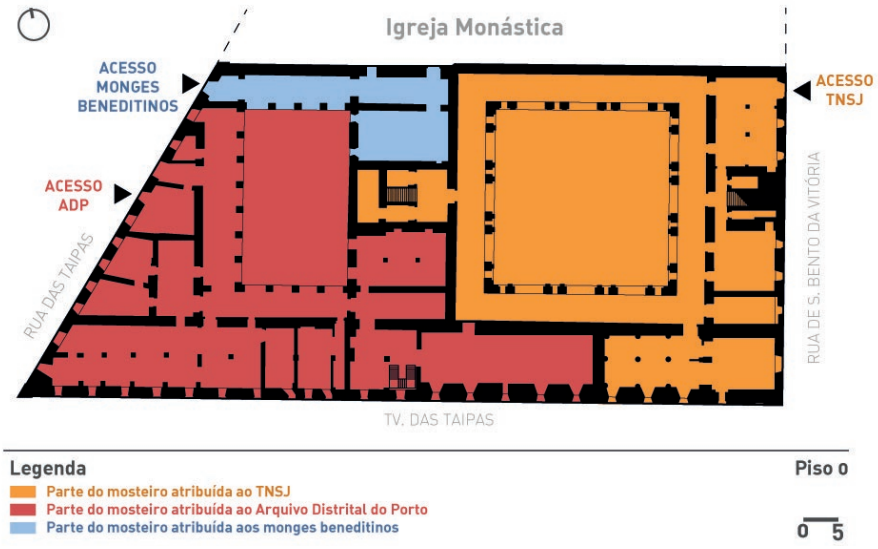


Figura 59 – Planta esquemática ilustrando a atribuição das partes do mosteiro de São Bento da Vitória às diferentes entidades.

Fonte: Planta base extraída de SANTOS (2017) com posterior edição e adaptação pelo autor fundamentadas por visita ao edifício em dezembro de 2019.



Figura 60 – Distribuição do novo programa das diferentes entidades no mosteiro de São Bento da Vitória.

Fonte: Planta base extraída de SANTOS (2017) com posterior edição e adaptação pelo autor fundamentadas por visita ao edifício em dezembro de 2019.

A inauguração do Arquivo Distrital do Porto corresponderia à última fase de requalificação do complexo monástico, datada de 1995. Os amplos espaços necessários a este uso, em função dos arquivos, levaram à criação de grandes salas tanto na cave do corpo sul como nos pisos superiores. Para o adequado armazenamento dos documentos, estas salas necessitariam de condições particulares em termos de luz e climatização, que somadas à exigência por espaços de grande dimensão, levariam à realização de modificações consideráveis na estrutura e organização do edifício[316], como a abertura de vãos, a demolição de paredes para a união de salas e à readequação do edifício para a instalação das infraestruturas necessárias.

Na ala sul do mosteiro, que reunia os dormitórios voltados ao rio Douro, as celas dos monges seriam adaptadas às salas do setor administrativo (vd. Figura 61), e os dormitórios coletivos convertidos às salas de armazenagem do arquivo (vd. Figura 62). É no corredor da ala dos dormitórios que se nota um traço particular da memória dos monges no edifício: uma das portas é adornada por um frontão triangular, marcado com a data de 1730 e com inscrições beneditinas. Trata-se da antiga porta da capela que, de acordo com Humberto Moreno[317], era um ambiente marcado por suas relíquias e riqueza dos adornos. O contraste material faz-se evidente entre o frontão em pedra e a porta metálica ali inserida (vd. Figuras 64 e 65).



Figura 61 – Antiga cela do mosteiro convertida em sala do setor administrativo do Arquivo Distrital do Porto.
Fonte: Acervo do autor.

[316] PEREIRA, 2007: 244.
[317] MORENO, 1997: 72.



Figura 62 – Sala de armazenagem de documentos do Arquivo Distrital do Porto toma forma nos antigos dormitórios coletivos.

Fonte: Acervo do autor.



Figura 63 – Corredor da ala dos antigos dormitórios e celas, atualmente convertidos em salas do setor administrativo do Arquivo Distrital do Porto.

Fonte: Acervo do autor.



Figuras 64 e 65 – Porta da antiga capela do mosteiro, marcada pela presença do frontão triangular e das inscrições beneditinas.

Fonte: Acervo do autor.

Já o antigo refeitório, anteriormente revestido por azulejos datados de 1761 com cenas da vida de S. Bento[318] e que atualmente podem ser vistos parcialmente na portaria da Biblioteca Pública Municipal do Porto[319], daria lugar a uma sala de exposições que por vezes também é usada para cerimônias matrimoniais (vd. Figura 66). Nota-se que a porta que conectava o refeitório com a o Claustro Nobre encontra-se interrompida em decorrência da divisão desses espaços entre as diferentes instituições, sendo este um caso em que se percebe nitidamente o parcelamento do edifício e o comprometimento de sua leitura como um corpo único (vd. Figura 66, fotografia 2). Antecedendo a sala de exposições há um hall, marcado pela presença de uma escada em estrutura metálica que conecta os demais pisos do edifício (vd. Figura 66, fotografia 5). Aqui, faz-se claro o contraste material entre a escada e as colunas e arcos em pedra, evidenciando épocas distintas da construção e a necessidade da incorporação de grandes estruturas no edifício para atender aos requisitos de segurança e de adequação do novo programa implementado.

[318] PEREIRA, 2007: 240.
[319] MORENO, 1997: 68.



Figura 66 – Antigo refeitório convertido em sala de exposições do Arquivo Distrital do Porto. Fotografia 1: Vista para a porta de entrada do ambiente, junto da qual se evidencia a presença de dois lavabos em pedra. Fotografia 2: Porta de acesso ao Claustro Nobre, atualmente interrompida. Fotografia 3: Vista para a extremidade oposta do ambiente, onde inseriu-se um palco para exposições. Fotografia 4: Vista do antigo púlpito. Percebe-se, também, a valorização das abóbodas através da introdução de uma iluminação dramática. Fotografia 5: Escada em estrutura metálica no hall que antecede a sala de exposições. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.

Fonte: Planta base extraída de SANTOS (2017) com posterior edição e adaptação pelo autor fundamentadas por visita ao edifício em dezembro de 2019. Fotografias do acervo do autor.

Entre os outros espaços necessários à implementação do programa do Arquivo Distrital do Porto no edifício estão a receção (por onde se faz o acesso principal, pela Rua das Taipas), salas para consulta de documentos, sala de exposições para pequenos grupos e uma sala de apoio para reuniões da equipa do arquivo (vd. Figura 67). Esta última, ganha forma na antiga sala de aquecimento e recreio dos monges, o *Calefactorium*, que conta com um teto em abóbadas de berço apoiadas sobre duas colunas. O principal elemento que distingue esse espaço dos demais é o fogão de sala, usado para aquecimento a fim de proporcionar conforto aos monges no momento de lazer e convívio. No lado oposto do Claustro Nobre, simetricamente, nota-se uma sala executada à cópia desta em dimensões, porém sem a presença do fogão[320].

[320] *Idem*, *Ibidem*: 68-71.

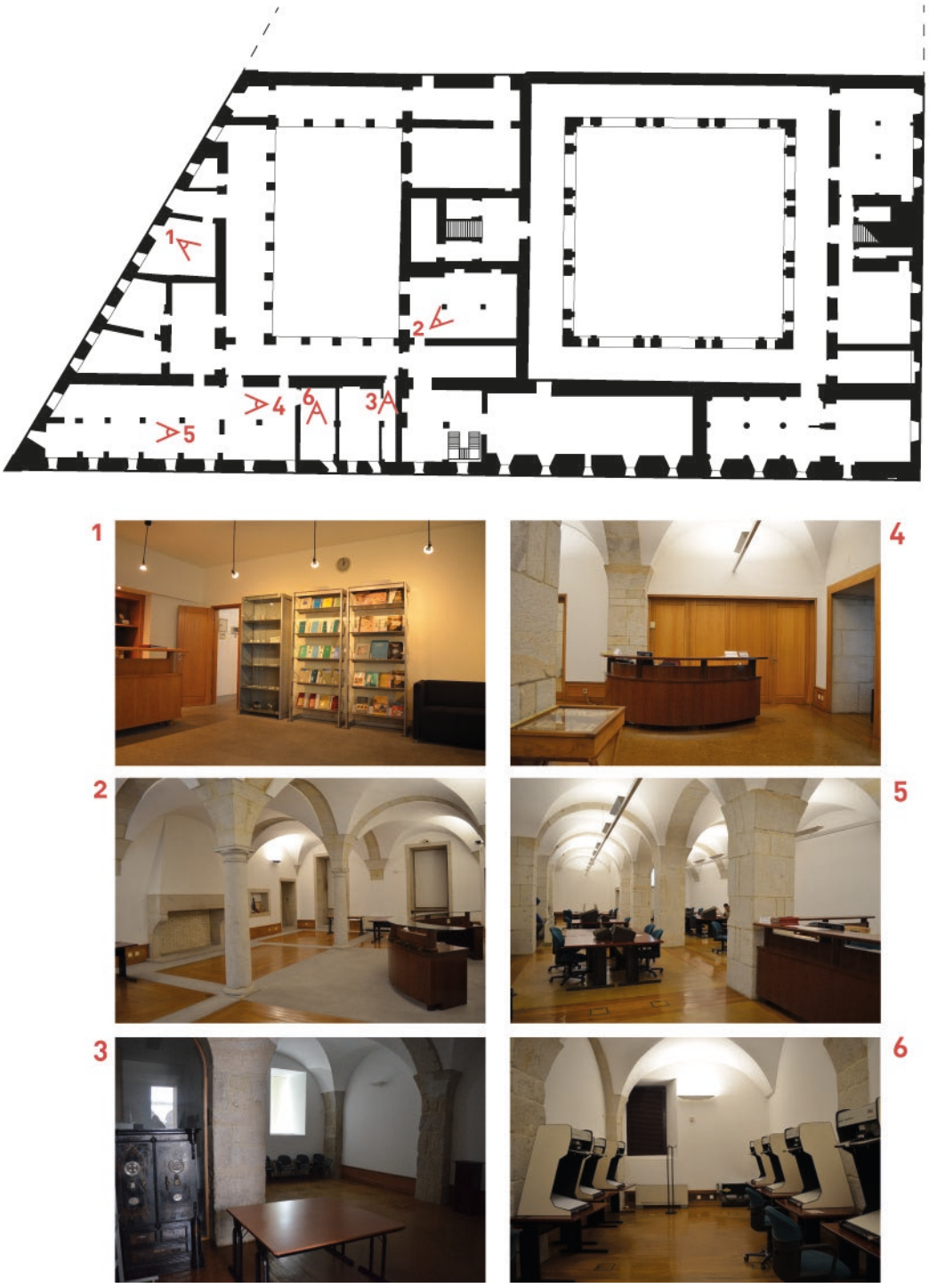


Figura 67 –Fotografia 1: Receção e loja. Fotografia 2: O antigo *Calefactorium*, marcado pela presença do fogão de sala, foi adaptado à sala de apoio para a equipa do Arquivo Distrital do Porto. Fotografia 3: Sala de exposições para pequenos grupos. Fotografia 4: Receção da área destinada à leitura e consulta de documentos. Fotografia 5: Sala de leitura e consulta de documentos. Fotografia 6: Sala com equipamento para consulta de media. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.

Fonte: Planta base extraída de SANTOS (2017) com posterior edição e adaptação pelo autor fundamentadas por visita ao edifício em dezembro de 2019. Fotografias do acervo do autor.

No que se refere ao espaço atribuído à Orquestra Clássica do Porto, no âmbito do «Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura», o Claustro Nobre seria coberto por uma concha acústica em estrutura metálica apoiada por 4 pilares que ampliaria as possibilidades de utilização do espaço (vd. Figura 68). À mesma época também foi colocado neste espaço um soalho de madeira. Segundo Paulo Sarmento e Cunha, responsável pelo departamento de Renovação Urbana e Equipamentos Culturais da Capital Europeia da Cultura, o valor total das obras de adaptação do claustro foi considerado oneroso, chegando-se ao orçamento de 500 mil contos, porém foi concluído em prazo recorde[321].

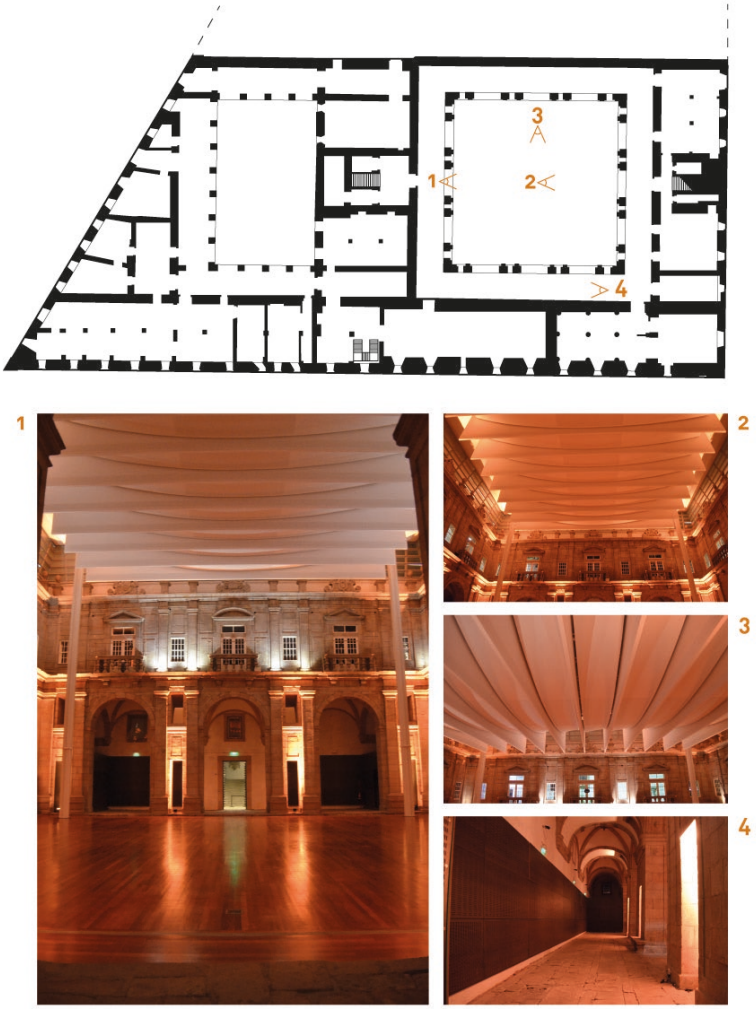


Figura 68 –Fotografia 1: Vista do Claustro Nobre com piso recoberto por um soalho de madeira. Fotografia 2: Vista da concha acústica que, em conjunto com a iluminação dramática confere ao claustro um caráter cénico. Fotografia 3: Detalhe da cobertura do claustro. Fotografia 4: Corredor lateral com armário técnico metálico embutido na parede; a imagem evidencia a introdução de elementos

[321] FARIA, 2001.

contemporâneos na estrutura do mosteiro, bem como a necessidade da instalação de equipamento técnico para atender ao novo programa estabelecido. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.
Fonte: Planta base extraída de SANTOS (2017) com posterior edição e adaptação pelo autor fundamentadas por visita ao edifício em dezembro de 2019. Fotografias do acervo do autor.

Segundo relato do arquiteto Carlos Guimarães, autor do projeto, a forma da cobertura foi inspirada num pálio, espécie de dossel ou manto de seda sustentado por varas e usado tipicamente em procissões. O arquiteto defende que a intervenção procurou não afetar o património por meio do uso da estrutura metálica, que surge como garantia de reversibilidade futura, uma vez que a mesma foi idealizada a fim de se permitir sua retirada sem causar sequelas no edifício[322].

Apesar das intenções do arquiteto em criar uma estrutura leve, esta não se faz discreta, seja pela sua forma escultórica, cor ou dimensão. Não se trata de um objeto silencioso em segundo plano, uma vez que se faz ser percebido e, de certa forma, disputa com a arquitetura de Diogo Marques Lucas o protagonismo do espaço. Ainda assim é importante ressaltar as qualidades do projeto, que se permite ser transitório, móvel, reversível e proveu o espaço de condições acústicas satisfatórias. O novo elemento conserva o espaço anterior sem tornar irreversível a nova intervenção.

O princípio da reversibilidade que se aplica na intervenção já era defendido por Camillo Boito (1834-1914) no designado «restauro filológico», no qual enfatizava o valor documental da obra, reconhecendo as edificações enquanto testemunhos e documentos históricos. Além da reversibilidade, Boito defendia o respeito à matéria original das pré-existências e a distinção das intervenções, buscando estabelecer uma harmonia entre as arquiteturas do passado e do presente, tendo como partido a distinção de sua materialidade[323].

A reversibilidade também seria defendida pela Carta de Cracóvia (2000), que apresenta como uma de suas diretrizes que, na intervenção, a introdução de novos materiais ou tecnologias deve ser constantemente controlada «tendo em conta os resultados obtidos, o seu comportamento ao longo do tempo e a possibilidade da sua

[322] *Idem*, *Ibidem.*
[323] OLIVEIRA, 2009.

eventual reversibilidade»[324]. De facto, em muitos casos o emprego de novos materiais torna-se inevitável, principalmente no que se refere a assegurar a estabilidade do objeto. O princípio da reversibilidade requer, portanto, que estes novos materiais e tecnologias sejam introduzidos da forma menos intrusiva possível, de modo que possam viabilizar a sua possível remoção futura, sem que haja dano à construção original. Nesse contexto, a utilização do betão armado para a consolidação de estruturas em edifícios de valor patrimonial geralmente é uma das causas para a degradação de suas partes[325], enquanto a opção pela estrutura metálica, desmontável e removível, apresenta-se como uma solução reversível e pouco intrusiva, como ocorre em São Bento da Vitória. Assim, atendendo-se ao princípio da reversibilidade facilita-se uma intervenção futura. As intervenções não devem alterar a natureza do objeto, sendo necessário intervir com respeito, rigor e cuidado em relação à pré-existência e ser o menos intrusivo possível, de forma a facilitar uma futura intervenção.

Pereira[326] compara a intervenção realizada no Claustro Nobre do mosteiro de São Bento da Vitória com a cobertura do British Museum, em Londres (vd. Figura 69). Entre as semelhanças compartilhadas por essas intervenções, estaria o facto de que ambos, o claustro do mosteiro e o espaço exterior do museu britânico, perderam a sua função anterior, mas ganharam uma nova sem, no entanto, terem perdido a materialidade preexistente. As coberturas assumem-se como elementos externos e separados da construção anterior, afirmando-se como um novo elemento que transforma o existente num espaço museológico.

[324] *Carta de Cracóvia. Art. 10º*. Princípios para a conservação e o restauro do património construído. Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000.
[325] PIMENTA, 2015 : 51.
[326] PEREIRA, 2007: 245.

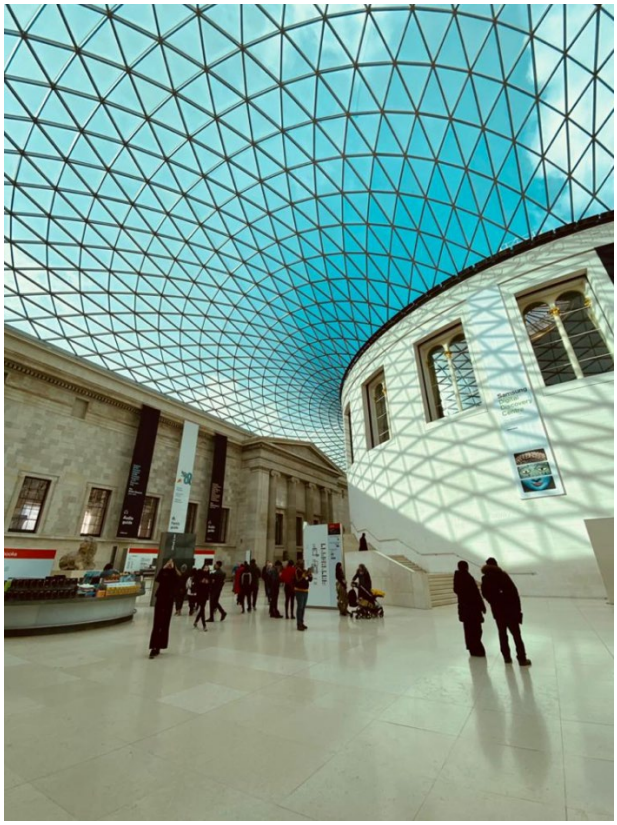


Figura 69 – British Museum, em Londres.

Fonte: Acervo do autor.

Na concretização do «grande pálio de aço» em São Bento da Vitória, o projetista assume a traça contemporânea, evitando a mimetização do passado e o uso do falso-histórico, sem fingir que a sua peça é parte original do conjunto. O arquiteto assume uma autenticidade distinta como marca do seu tempo, conforme apontam os teóricos das práticas de intervenção no património, seja através do emprego da cor ou do material diferenciado do original, tornando possível a clara compreensão da peça como um acréscimo posterior[327]. Este conceito, relacionado à distinção e legibilidade no uso de novos materiais empregados às intervenções contemporâneas no património, seria afirmado pela primeira vez na doutrina internacional através da Carta de Veneza, em 1964, conforme tratado no capítulo anterior. Contudo, no caso de São Bento da Vitória, a intervenção contemporânea chama a atenção imediata de quem adentra o espaço e é logo apreendida como algo distinto, contrariamente às históricas intervenções realizadas

[327] CHOAY, 2001: 166.

pelos monges beneditinos na edificação que se mesclavam harmoniosamente ao conjunto e favoreciam a emersão do programa arquitetónico proposto pelo arquiteto Diogo Marques Lucas.

Aqui fica claro o complexo desafio das intervenções nas arquiteturas patrimoniais: manter um equilíbrio entre a conservação do valor histórico, o restauro das suas qualidades espaciais e estéticas e a continuidade do uso da arquitetura pela sociedade num tempo presente, sujeita ao cumprimento de uma função quotidiana[328]. Os limites entre essas questões são muito tênues e é necessário agir com respeito a fim de manter-se o respeito à memória e à autenticidade do edifício.

A instalação da estrutura na cobertura ocasiona outra perda na leitura da memória monástica do edifício ao interromper a relação entre o claustro e o meio exterior (vd. Figura 70). Esta relação é essencial na definição do espaço claustral, o centro do complexo monástico, cuja materialização está imersa em significado espiritual. O espaço teria como principal função a contemplação do céu para que os monges fossem transportados para o paraíso transcendente e lembrassem de que a terra não era sua morada permanente, sendo concidadãos dos santos e da família de Deus[329]. A intervenção, embora intencione o aproveitamento do espaço para novas funções, prejudica a perceção da sua memória enquanto claustro e dos seus valores fundamentais enquanto ponto de conexão com o meio exterior (vd. Figura 71).

[328] VARAS, 2015: 175.
[329] MORENO, 1997: 23.

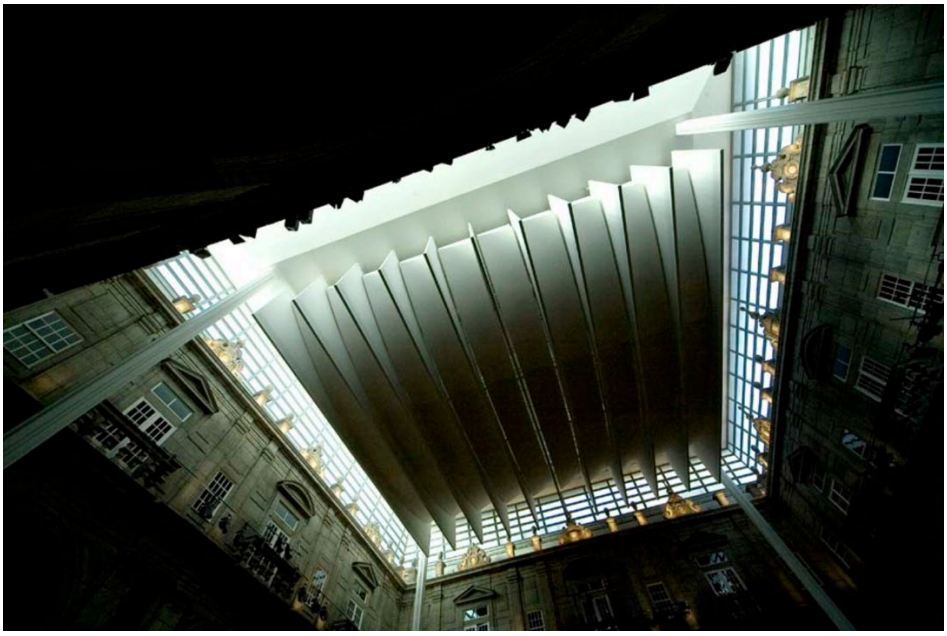


Figura 70 – A intervenção realizada teve por reflexo a perda da conexão do claustro com o meio exterior.

Fonte: [online]

Disponível em: < http://old.tnsj.pt/home/media/pdf/msbv_dossier_web.pdf> [Acedido a 27 de junho de 2021]



Figura 71 – Claustro Nobre antes da intervenção.

Fonte: MORENO, Humberto Baquero (Diretor) (1997) – O Mosteiro de S. Bento da Vitória 400 anos. Porto: [s.n.].

O claustro era o ambiente destinado à prática da oração e meditação nos momentos de individualização, possuindo muitas vezes um jardim com uma fonte arrematada por uma imagem ao centro. No caso de São Bento da Vitória, o claustro já foi decorado por jardins de canteiros, havendo no seu centro um chafariz de 1777-1780 que retratava Hércules e a Hidra, hoje inexistente[330]. A intervenção arquitetónica realizada não retoma a memória do chafariz e dos demais elementos do páteo, optando por recobrir o espaço com o soalho de madeira sem fazer referência às pré-existências.

Dentre outras modificações realizadas no mosteiro visando atender às exigências do programa para a instalação da Orquestra, foram eliminadas as celas de um dormitório a sul[331].

A divisão do edifício entre diferentes instituições por um lado tira vantagem da vocação multifuncional típica dos complexos monásticos, mas por outro, leva ao parcelamento da leitura do conjunto como um todo. A distribuição dos espaços do mosteiro entre as entidades não levou em conta a organização ou o funcionamento anterior do edifício. A separação do complexo em partes entre as diferentes entidades acabaria por modificar suas circulações, interrompendo corredores e fazendo com que a leitura integral da memória do espaço fosse dificultada[332]. Os compartimentos foram cortados ou readaptados sem respeitar a anterior lógica, sendo necessária a destruição ou modificação de dormitórios e outras dependências. Contudo, ressalta-se que alguma compartimentação foi mantida, como se verifica pela largura de alguns corredores, celas, escadaria e refeitório[333], os quais tiveram as suas características espaciais e arquitetónicas preservadas a fim de evocar a memória do passado do edifício (vd. Figura 72).

[330] *Idem*, *Ibidem*: 66.
[331] PEREIRA, 2007: 245.
[332] *Idem*, *Ibidem.*
[333] *Idem*, *Ibidem*: 329.

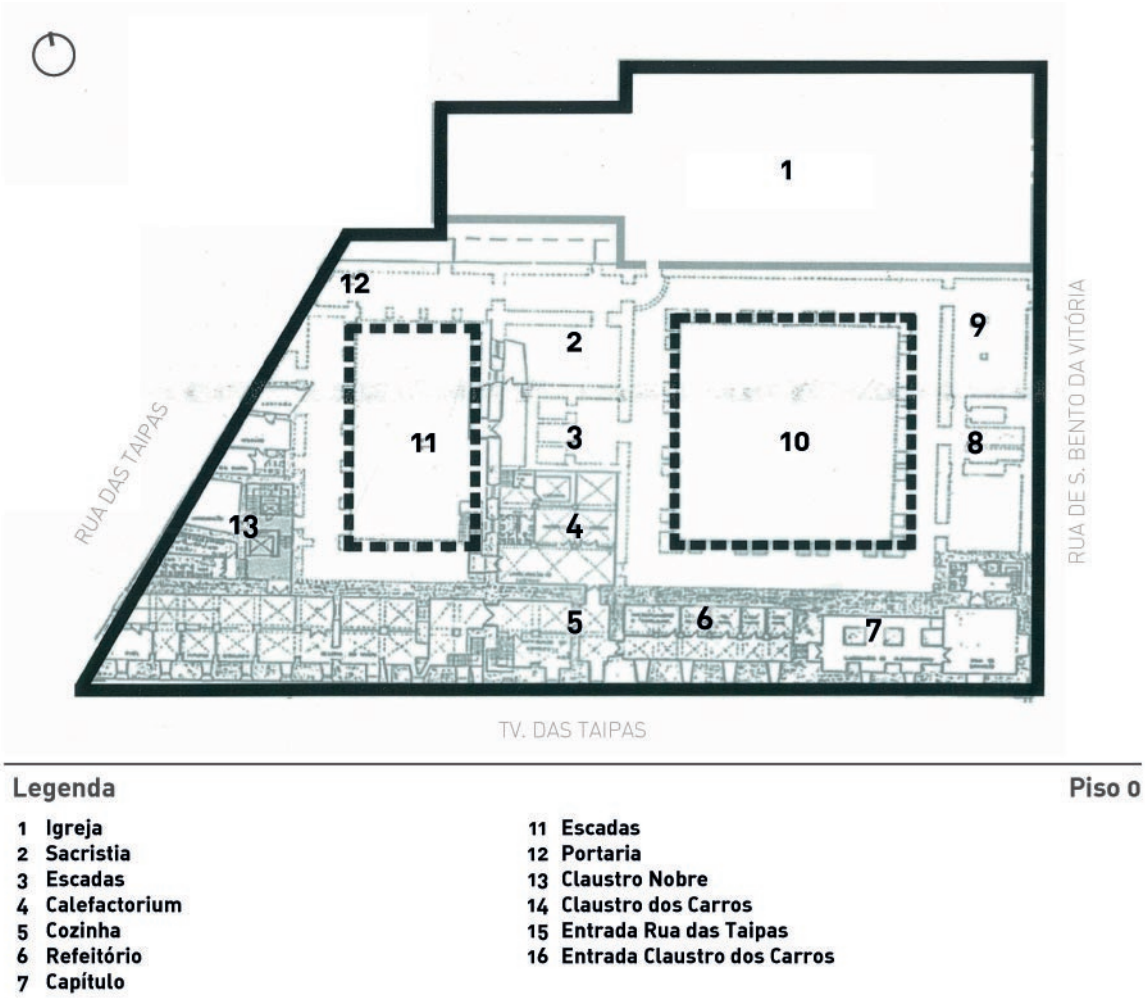


Figura 72 – Distribuição funcional do piso térreo do mosteiro de São Bento da Vitória anterior à intervenção. Observa-se que a configuração anterior do mosteiro apresentava maior compartimentação dos ambientes, com a existência de mais divisões internas notadamente no refeitório e na cozinha, apesar de se manterem as dimensões gerais destes ambientes. Observa-se, também, a existência de comunicações entre os dois claustros que atualmente encontram-se encerradas devido à divisão do edifício entre as diferentes instituições.

Fonte: Planta base extraída de DIAS (1999) com posterior edição e adaptação pelo autor.

O parcelamento resultou na perda de comunicação entre o claustro e as galerias superiores, cujas janelas e portas foram tapadas e não possuem acesso. Assim, devido ao novo programa imposto, o Claustro Nobre perdeu a sua relação com grande parte do edifício, tornando-se um elemento plástico isolado e se estabelecendo enquanto objeto artificial, no sentido em que perdeu as suas naturais correspondências com as salas e

corredores adjacentes[334]. A alteração desta relação entre os espaços prejudicou a perceção espacial do claustro, na medida em que um elemento não pode ser verdadeiramente apreciado de forma estática, mas sim na sua relação com os outros elementos e envolvente[335].

Ressalta-se também que ambientes como o refeitório, a cozinha ou as caves, apesar de restaurados, tal como alguns corredores e celas, não estão incluídos no programa de visitas dos espaços do mosteiro[336], sendo este restrito ao Claustro Nobre. Este facto consiste numa perda para a leitura espacial do público visitante que não consegue vivenciar estes ambientes de significado essencial na arquitetura monástica.

A intervenção parcelada também se faz notar nas caixilharias instaladas no Claustro dos Carros, evidenciando tratamentos distintos. As diferentes opções tomadas também se refletem ao nível do rés-do-chão, onde as grades de ferro da comunidade beneditina contrastam com as caixilharias em vidro instaladas na parte atribuída ao Arquivo Distrital do Porto (vd. Figura 73). Contudo, percebe-se na intervenção a preocupação na manutenção da simetria e sobriedade do edifício, a qual se faz expressa pela aplicação de materiais cuja discrição permitiu suficientemente a manutenção da unidade estética do conjunto[337].

[334] *Idem*, *Ibidem*: 245.
[335] *Idem*, *Ibidem*: 329.
[336] *Idem*, *Ibidem*: 245.
[337] *Idem*, *Ibidem.*

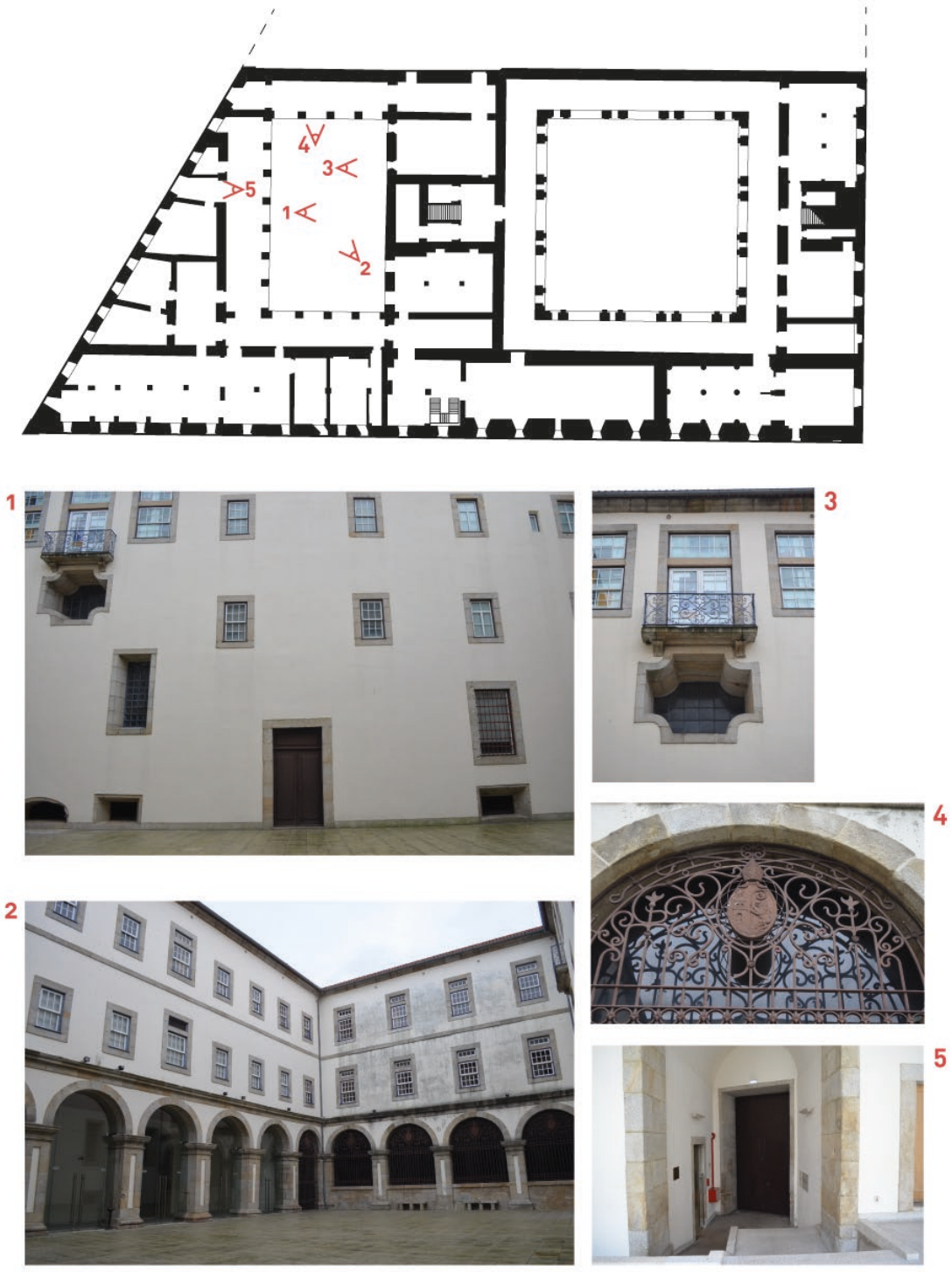


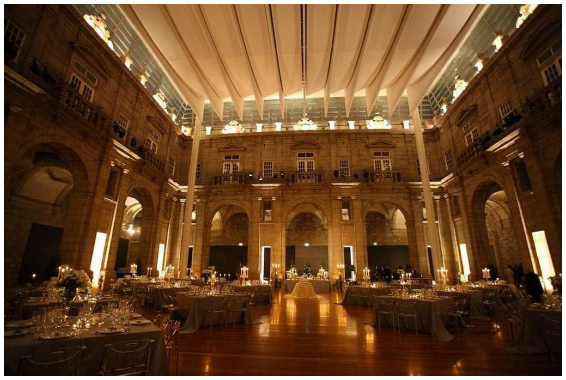
Figura 73 – Fotografia 1: Imagem enfatiza os diferentes tratamentos dados aos vãos no Claustro dos Carros, variando entre gradis de ferro a caixilharias brancas de modelos distintos, reflexo da intervenção parcelada. Fotografia 2: O encontro entre a ala atribuída ao Arquivo Distrital do Porto e a ala atribuída aos monges beneditinos é marcado pelo diferente tratamento dado às aberturas ao nível do rés do chão, no qual as grades em ferro contrastam com a vedação em vidro, afetando a harmonia do conjunto edificado. Fotografia 3: Janela da parte atribuída ao Teatro Nacional São João tem a vista para o Claustro dos Carros tapada. Fotografia 4: Detalhe do brasão beneditino reunindo o símbolo da Ordem (leão e báculo), presente

no gradil de ferro. Fotografia 5: A antiga Porta dos Carros, acesso pelo qual se abastecia o complexo monástico, atualmente conta com uma rampa visando à acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.

Fonte: Planta base extraída de SANTOS (2017) com posterior edição e adaptação pelo autor fundamentadas por visita ao edifício em dezembro de 2019. Fotografias do acervo do autor.

Com a transferência da Orquestra para a Casa da Música, a parte do Claustro Nobre e adjacências seria atribuída pelo Estado ao Teatro Nacional São João, em 2007. Nesse contexto, o TNSJ passaria a utilizar parte significativa do complexo, compreendendo para além do Claustro Nobre, a ala nascente e parte da ala sul. O claustro tornar-se-ia uma área multiuso dedicada a espetáculos teatrais, concertos e eventos diversos, recebendo inclusive programações de agentes externos (vd. Figuras 74 e 75).





Figuras 74 e 75 – O Claustro Nobre recebe espetáculos teatrais e eventos de agentes externos, como casamentos, jantares e festas.

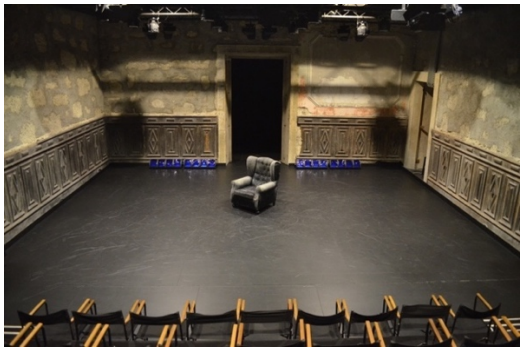
Fonte: [online] Disponível em: <http://www.porto.pt/assets/misc/img/noticias/CULTURA/Open%20House%202015/Dia%201/%23rmm_open_house_1_07.jpg>

[Acedido a 27 de junho de 2021] e <https://www.silvacarvalhocatering.com/xms/img/1024x/e74eb/emM9VDMmZmx0cltdPXVzbSZxPTkw/L08zbS8tME0zWnJTbS95enNVaGFodndnYi5hc3dzeHdhYmhhL3lvc1BoWHdscGgvS1ptWjNTSjdqczNtMERzTU1Nc2tqbjdqL0tabVozU0o3anMzbTBETU1Nc1Z0ZGty.jpg> [Acedido a 27 de junho de 2021]

Outros espaços do mosteiro também seriam adaptados à nova utilização pelo Teatro Nacional São João. A antiga biblioteca, no piso superior, foi convertida em uma sala de apresentações teatrais (vd. Figuras 76 e 77), enquanto as galerias que circundam o claustro, no piso superior, seriam usadas como espaço de exposição de objetos cenográficos e peças de figurino utilizados nos espetáculos (vd. Figuras 78 e 79).

É precisamente no espaço das galerias que se percebe mais um contraste material entre épocas distintas: a laje em betão aparente destoa completamente das paredes em granito características da construção pré-existente (vd. Figuras 78 e 79). O edifício teria perdido a sua anterior estrutura de vigamento em madeira possivelmente devido à formiga branca[338], sendo esta substituída por caixotões de betão, um recurso construtivo que tem sua origem no século XX. A opção por manter este material exposto, seja intencional ou por falta de recursos, revela um choque abrupto entre duas realidades, tanto no âmbito estético como no cronológico, resultando num desequilíbrio visual.

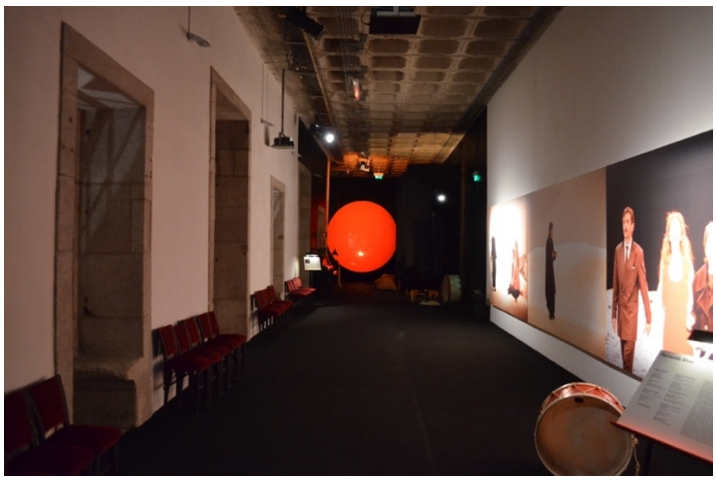




Figuras 76 e 77 – Antiga biblioteca convertida em sala para apresentações do Teatro Nacional São João. Apesar da modificação do piso e da introdução de novos elementos no espaço, observa-se que se manteve o revestimento em madeira nas paredes como memória da pré-existência.

Fonte: Acervo do autor.





Figuras 78 e 79 – Nas galerias expositivas do TNSJ, a opção por deixar a laje de betão em caixotões exposta evidencia o contraste entre materiais de diferentes cronologias.

Fonte: Acervo do autor.

[338] *Idem*, *Ibidem*.

A arquitetura do Mosteiro de São Bento da Vitória revela-se como um elemento plural, resultado das diversas intervenções que o edifício sofreu ao longo do seu percurso. Para além da traça original de Diogo Marques Lucas, o mosteiro sofreu adaptações posteriores, tanto pelos esforços beneditinos de constante atualização do espaço quanto por necessidades do Estado português em adaptar o edifício para outras funções. O edifício se afirma, assim, como objeto em constante mudança, abrigando marcas deixadas por diferentes autores em diferentes contextos culturais, intelectuais e artísticos. As várias camadas que compõem o edifício, produzidas em diferentes épocas, se mesclam e traduzem-se em sua natureza orgânica. É através destas camadas que o edifício transmite valores que ultrapassam o aspeto físico-construtivo e alcançam a esfera histórica, cultural e comportamental, constituindo-se um registo material de diferentes épocas.

Através do reconhecimento da qualidade de sua estrutura e arranjo espacial pela sociedade, o edifício mantém-se vivo e em uso constante. A reutilização do espaço através das novas funções demonstra que seus valores arquitetónicos e patrimoniais superam os preceitos religiosos e rompem os limites das funcionalidades originais para assim estabelecer um novo paradigma. Trata-se de um caso de notável capacidade de satisfazer as necessidades materiais e de utilização prática no presente, ou seja, possui grande «valor de uso», conforme conceito definido por Riegl[339]. O edifício se afirma como um elemento dinâmico em constante metamorfose, capaz de se adaptar às mais diversas demandas satisfatoriamente. Assim, ultrapassa a conceção de património como referência do passado e institui-se como elemento do futuro, que une a herança recebida com valores acrescentados legados às gerações que nos sucederão[340].

Todavia, ressalta-se que a realização de adaptações em sua estrutura é uma questão que exige uma cuidadosa investigação do ponto de vista da viabilidade e composição arquitetónica, buscando sempre uma compatibilidade espacial entre as velhas e novas funções, bem como entre os materiais e técnicas anteriormente empregadas e as tecnologias contemporâneas da construção. É, sobretudo, imprescindível que seja levado

[339] VARAS, 2015: 110.
[340] CUSTÓDIO, 2010: 338.

em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo de usuários potenciais decorrente dos novos usos[341].

Quando exposto ao desuso, o património torna-se sujeito a uma progressiva deterioração e esquecimento. Para a sua valorização faz-se necessária, portanto, a reutilização dos seus espaços com o intuito de reintegrar o edifício desativado a uma função, tal como se verifica em São Bento da Vitória. Desta forma, paradoxalmente, o monumento é poupado aos riscos do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpações do uso[342].

Contudo, tratar de dar um destino aos edifícios religiosos, de culto ou conventuais, implica em grandes dificuldades. Nestes casos, os trabalhos de infraestrutura exigem uma competência técnica especial e têm um custo às vezes proibitivo[343], como ocorrido em São Bento da Vitória. O mosteiro foi alvo de obras de requalificação por longos anos, muitas delas de orçamento oneroso, como a nova cobertura do Claustro Nobre[344]. Efetivamente, devido aos custos e à grande escala do edifício, algumas áreas do mosteiro ainda não tiveram obras concluídas por falta de verbas.

De facto, a história do mosteiro é marcada por complexidades desde o início, quando dos trâmites da compra do terreno pela Ordem Beneditina e do enfrentamento da oposição pelas demais entidades religiosas. O edifício constitui um bem patrimonial que sobreviveu ao tempo, e como tal, conforme afirma Carlos Alberto Ferreira de Almeida, deve ser encarado como parte integrante do tempo presente, não podendo «ser olhado apenas como uma reserva e menos ainda como uma recordação ou nostalgia do passado»[345]. Os novos usos atribuídos ao mosteiro de São Bento da Vitória surgem para dar-lhe significado no tempo atual, tornando-o presente e vivo. Assim, é graças à sua resiliência e capacidade de adaptação que o edifício continua a ecoar o seu legado como marco beneditino na paisagem portuense.

---

[341] CHOAY, 2001: 219.
[342] *Idem*, *Ibidem*: 219.
[343] CHOAY, 2001: 221.
[344] FARIA, 2001.
[345] ALMEIDA, 1993: 412.

5. O mosteiro de São Bento em Santo Tirso e o diálogo com uma nova volumetria

5.1 Enquadramento: o espaço e o tempo

A seguir, aborda-se a última das três intervenções analisadas neste estudo. Tal como realizado nos casos anteriores, o objeto da intervenção será apresentado por meio de um breve enquadramento espácio-temporal. Busca-se, assim, identificar a sequência de mudanças de propriedade e de usos dos espaços monásticos, bem como interpretar o seu processo de reutilização de maneira fundamentada e contextualizada a nível cronológico e territorial.

O mosteiro de São Bento, em Santo Tirso, no distrito do Porto, foi fundado no século X, precisamente em 978. Situado na margem esquerda do rio Ave numa zona baixa do território, aquela unidade geográfica era, à época, parte integrante de duas grandes terras: a da Maia, a poente, e a Sousa, a nascente[346]. A casa monástica seria ali erguida por D. Unisco Godiniz e seu marido Abunazar Lovesendes, primeiro senhor da Maia. Filiado à Ordem beneditina sob advocação de mártir Santo Tirso[347], o mosteiro faria parte da comarca da Maia e bispado do Porto[348].

A escolha daquele sítio para a implantação do mosteiro seria pautada por condicionantes naturais, entre as quais a acessibilidade, a presença de terras férteis e a existência de um curso natural de água que propiciava o desenvolvimento da agricultura e consequentemente a autossuficiência monástica[349].

O mosteiro de Santo Tirso alcançaria uma posição de destaque entre os mosteiros beneditinos portugueses, sendo o mais rico e com maior número de monges na Idade Média. O mosteiro integraria a ligação da via romana entre o Porto e Braga[350], dando

---

[346] CORREIA, 2009: 75.
[347] MOURA, 2014: 15.
[348] CAPELA, 2009: 673.
[349] *Idem*, *Ibidem*: 14.
[350] Sobre este assunto, consultar a dissertação de 1968 intitulada *Vias medievais entre Douro e Minho*, de Carlos Alberto Ferreira de Almeida. O historiador discorre sobre a viação romana em Portugal e, a fim de reconstituir as principais estradas e caminhos a norte do Douro, se utiliza de uma análise da documentação medieval e moderna, bem como da observação direta e da associação do papel assistencial das instituições medievais com o novo quadro social demográfico.

origem a um estreito «cordão umbilical» chamado de «Rua». Esta Rua estruturaria o território de forma que ao longo dela os serventes do convento acomodar-se-iam erguendo oficinas e casas. Assim, o mosteiro originaria a Rua, que por sua vez originaria a cidade[351].

De facto, do couto cujo mosteiro era donatário, seria originado o concelho de Santo Tirso. O couto seria composto por doações realizadas ao mosteiro pelos seus próprios fundadores, bem como pela população que o fazia em busca da garantia de salvação para as suas almas. Como reflexo das diferentes doações, o couto assumiu uma área descontínua, sendo posteriormente necessária uma demarcação dos limites. No que se refere ao mosteiro, a propriedade era encerrada por uma cerca irregular, composta por um muro adaptado ao terreno. Seriam originadas duas divisões: a cerca de dentro, ou cerca pequena, que determinava organização racional das parcelas agrícolas da zona imediatamente envolvente ao mosteiro, e uma cerca de fora, ou cerca maior, que englobava os terrenos mais distantes. Os contactos entre interior e exterior davam-se através de acessos, que podiam ser por via terrestre (a portaria), ou fluvial (os alpendres próximos do rio), sendo a partir da cerca de fora que a população se relacionava com o mosteiro de Santo Tirso. O acesso por via terrestre era precedido por um cruzeiro em granito, que anunciava a presença da igreja e do mosteiro para os peregrinos que ali passavam[352].

Durante a Idade Média, o mosteiro acumularia outros coutos de dimensões não tão extensas como os recebidos à época de sua fundação, mas que consistiriam num valioso património, como o couto de São João da Foz do Douro, além dos coutos de Silvares e de Vila Nova dos Infantes em Guimarães, entre outros[353]. Entre as principais figuras da história do couto destaca-se o Abade Comendatário de Santo Tirso, D. Miguel da Silva[354], que além de ser abade do mosteiro em estudo, também o foi em Landim,

[351] CORREIA, 2009: 60.
[352] MOURA, 2014: 16.
[353] SOUSA, 2005: 54.
[354] A trajetória e contributos do abade para o couto de Santo Tirso são explorados nos estudos de BARROCA, 2000, BARROCA, 2001 e também por CORREIA, 2008.

bispo de Viseu e Cardeal. D. Miguel da Silva morreria em Roma e jaz sepultado na Basílica de Santa Maria in Transtevere[355].

Assim como outros mosteiros implantados no contexto rural, o mosteiro de Santo Tirso dispunha de extensas áreas a fim de garantir o seu funcionamento autossuficiente, contando com hortas, oficinas, moinhos e um elaborado sistema de fornecimento de água. Este último consistia de uma obra de engenharia medieval que ficou conhecida por Levada de Pereiras, ou Rego dos Frades, sendo este um rego lajeado de pedra que iniciava no rio Leça que descia a céu aberto por entre vales e planaltos até chegar ao mosteiro[356]. Ao chegar às proximidades do mosteiro, a água era conduzida por canais subterrâneos até ser depositada num tanque na cerca menor, sendo posteriormente conduzida por gravidade para as fontes e para a quinta de fora para ser usada nas hortas e no cultivo dos pomares, vides, olivais, sobreiros e castanheiros. Por fim, as águas submergiriam no rio Ave[357] (vd. Figura 80). Assim, a principal função da levada não era o abastecimento de água para consumo doméstico, mas sim como instrumento de suporte à economia de natureza agrícola do mosteiro, sendo a água um recurso energético fundamental para a transformação de matérias-primas[358].

[355] CORREIA, 2008:34.
[356] CORREIA, 2009: 943.
[357] MOURA, 2014: 18.
[358] Acerca do papel económico do uso da água no mosteiro de São Bento de Santo Tirso, consultar FREITAS & SILVA, 2013: 91-104.



Figura 80 – A proximidade do rio Ave ao mosteiro e sua presença na cerca monástica evidencia a importância desse recurso no modo de vida beneditino.

Fonte: Acervo do autor.

A existência de um açude ou levada junto ao mosteiro já era mencionada nas «Memórias Paroquiais de 1758», nas quais se relata a presença de um engenho de peixes em seu centro, bem como três rodas de azenhas pertencentes à casa religiosa. A proximidade do mosteiro ao rio Ave também é destacada no documento, no qual ressalta-se que o rio passava junto à cerca do mosteiro e que, não sendo navegável, teria suas águas utilizadas para o cultivo no campo[359].

Tal como ocorre em Santo Tirso e, conforme aponta Carlos Alberto Ferreira de Almeida, as margens dos rios e ribeiras, bem como os fundos dos vales de Entre-Douro-e-Minho estariam, nos séculos XII e XIII, ou mesmo anteriormente, ocupados por campos, agras e vessadas. Estes eram destinados, sobretudo, ao cultivo do milho miúdo, legumes e linhos[360]. Desta forma, é fundamental ressaltar a importância que o regadio

[359] CAPELA, 2009: 673.
[360] ALMEIDA, 1988.

exercia na agricultura do Noroeste de Portugal àquela época, sendo um elemento essencial para o entendimento da geografia da região.

Devido à topografia do terreno, com declive em direção ao rio Ave, o mosteiro implantar-se-ia de forma linear, chegando a ter os seus quatro claustros dispostos lado a lado. Contudo, como será visto a seguir, apenas dois desses claustros se mantêm na atualidade (vd. Figuras 81 e 82).

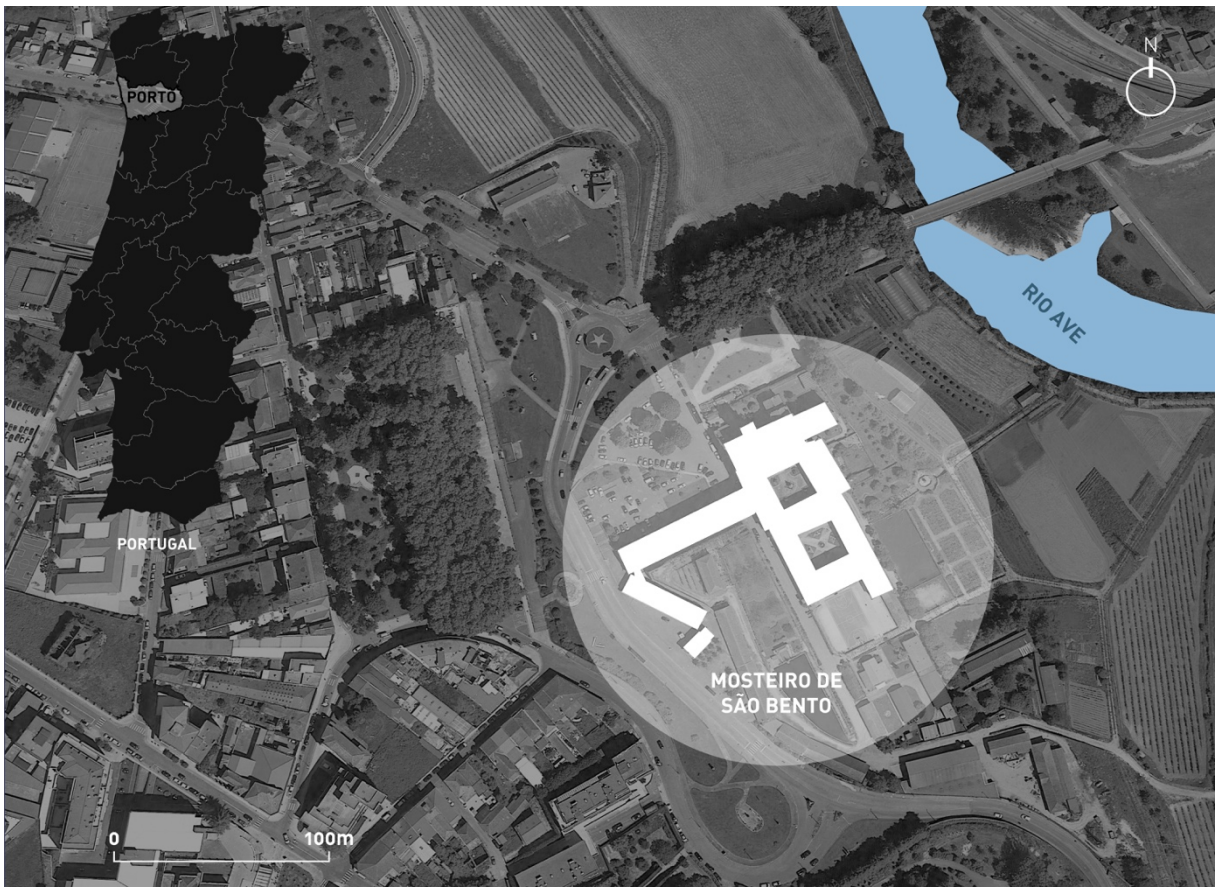


Figura 81 – Mapa de localização do mosteiro de São Bento em Santo Tirso. Nota-se que o complexo ainda é envolvido por uma extensa área de cerca.

Fonte: Google Earth com posterior edição do autor.

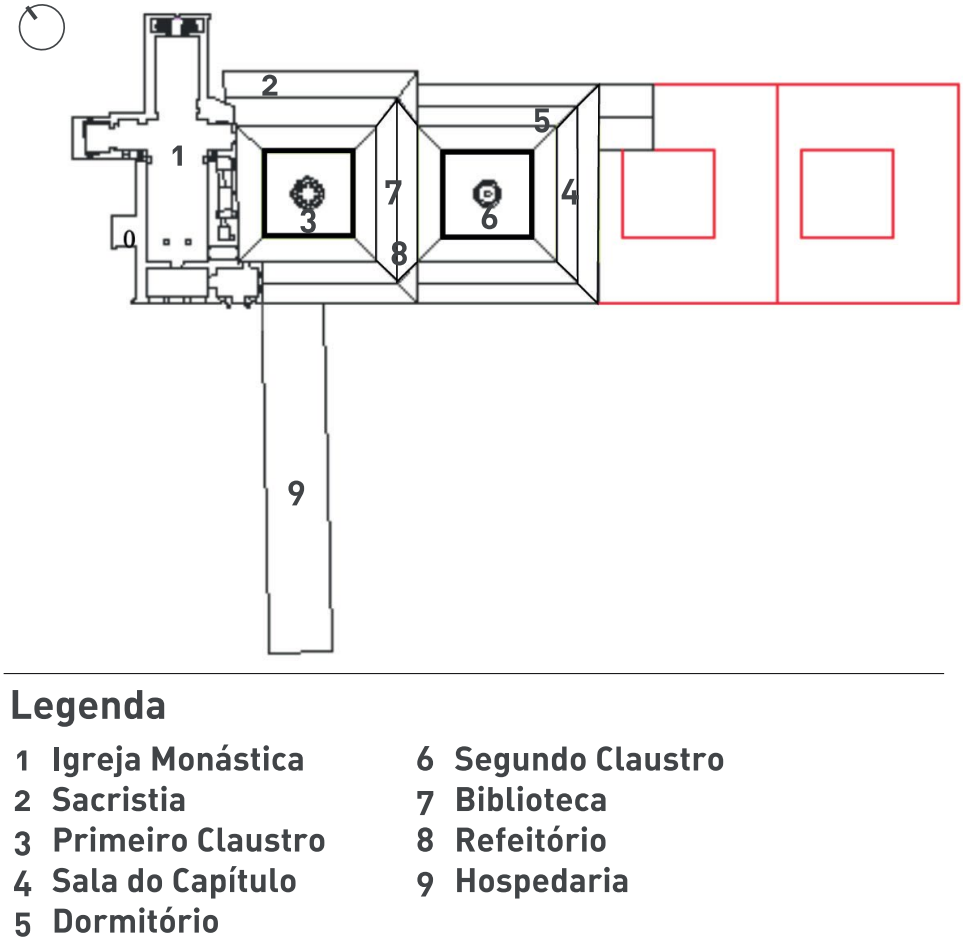


Figura 82 – Planta esquemática do mosteiro de São Bento, em Santo Tirso, em sua configuração anterior com quatro claustros. Na figura são identificadas as localizações das antigas dependências monásticas.

Fonte: MOURA, 2014: 21, com posterior edição do autor.

Após a sua fundação, em 978, com a concretização da igreja pré-românica junto à via romana Porto-Braga, o mosteiro passaria por uma nova fase de sua construção por volta de 1090[361]. Seria nesta época que tomariam forma uma igreja românica, de planta longitudinal, e o seu claustro. A nova construção seria capaz de abrigar mais peregrinos que por ali passavam a caminho de Santiago de Compostela. A capela-mor voltar-se-ia a nascente, o acesso principal a poente, enquanto a sul ficaria a comunicação da igreja com o claustro, sendo este acesso utilizado pelos monges para aceder o coro alto, onde os

[361] CORREIA, 1994: 3.

religiosos se separavam do público. Segundo afirma Moura[362], esta construção não chegaria aos dias atuais, tendo a igreja passado por novas fases de construção no sentido de expandir-se e manter-se atualizada às novas tendências estéticas.

Em seu percurso cronológico, o mosteiro passaria por uma série de fases de construção, seja para a criação de novos espaços ou para a renovação dos já existentes. As obras ocorridas no complexo são tratadas pormenorizadamente por Eva Dias em sua tese de doutoramento[363], que identifica os principais agentes envolvidos em cada etapa da construção, fundamentada por bases documentais.

No século XIX o mosteiro passaria por um momento de mudança em seu quotidiano. Durante a segunda Invasão Francesa (1809), liderada pelo Marechal Soult, o mosteiro abrigou muitos fugitivos que buscavam chegar à cidade do Porto. O exército inimigo não causou grandes prejuízos ao mosteiro, conforme relata Frei Luís dos Serafins em «não acharão os Francezes aqui resistencia e por isso não fizeram grande damno»[364]. Contudo, regista-se que «hua guarda não muito grande, roubou o depozito, que quebrou com pedras», assim como «do Recibo levarão por vezes 7 carros de pão»[365]. Naquele contexto, não foram apenas os inimigos que causaram prejuízos ao mosteiro, registando-se gastos com a tropa portuguesa no relatório trienal de 1807-1810[366].

Em 1834, na sequência da Extinção das Ordens Religiosas e do esvaziamento do mosteiro, a galeria sul não seria completada. Os administradores dos Conventos Extintos, responsáveis por proceder ao inventário do mosteiro, encontraram-no «em hum deplorável estado, que todo homem sensivel não podia ver sem dar todas as portas arrombadas, trastes e quadros quebrados, e finalmente por todos os lados exposto á pilhagem, sem que n'elle existisse hum só religioso, que antecipadamente se havião retirado»[367].

---

[362] MOURA, 2014: 23.
[363] Para uma abordagem completa acerca das etapas de construção do mosteiro de São Bento de Santo Tirso, consultar: DIAS, 2018: 330-343.
[364] SARAIVA – Memórias da Ordem de S. Bento, século XIX, códice nº 11237, fl.108v. OLIVEIRA, 2005: 97.
[365] SARAIVA – Memórias da Ordem de S. Bento, século XIX, códice nº 11237, fls.108v-109. *Idem*, *Ibidem.*
[366] «No Depozito, hum recibo de pão que se deo para a tropa, que importa dozentos trinta e hum mil e quatro centos (…)». ADB – CSBP: Estados do Mosteiro de Santo Tirso, 1807-1810, nº111, fl. 18v.
[367] Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Mosteiro de Santo Tirso: Autos de Descrição e Avaliação, Cx. 2248, fl.1v.

Com a integração à Fazenda Nacional, a igreja ficou afeta à paróquia, enquanto o mosteiro seria dividido em três partes para fins distintos, sendo uma voltada para repartições públicas (abrigando a câmara, tribunal e administração do concelho), outra para residência paroquial e uma terceira destinada à hasta pública, sendo vendida a um particular[368]. Em 1882, o conjunto seria adquirido por Manuel José Ribeiro, o então Visconde de S. Bento. Elevado a Conde em 1886, o novo proprietário passaria a ser conhecido como o famoso Conde de S. Bento[369].

Mesmo após a extinção das Ordens religiosas, o mosteiro continuou em obras, entre as quais estava a reconstrução do primeiro claustro. A Junta de Paróquia faria do primeiro claustro um espaço de sepultamento, chegando a vender o chafariz que estava ao seu centro para que se aumentasse a área de tumulação. Com a abertura das covas e a ruína do claustro, a construção ficou sob risco iminente de desabamento. Em 1896, contando com os recursos financeiros do Conde de S. Bento, seria realizada a recuperação do espaço em conjunto com a construção de um novo segundo piso para este claustro, com a traça do Prof. Fernando Pires de Lima (vd. Figura 83). O novo desenho do segundo piso abandonaria as portas retangulares com sacadas e daria lugar às portas rematadas em arco quebrado, carentes de sacadas. O chafariz do século XVII que havia sido vendido, retornaria ao seu lugar de origem por iniciativa do pároco de Santo Tirso, Mons. Gonçalves da Costa[370] (vd. Figura 84). Ao longo das últimas obras realizadas à época, um incêndio acabaria por destruir completamente o quarto claustro do mosteiro e parcialmente o terceiro[371].

[368] CORREIA, 1994: 4.
[369] ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA CONDE DE SÃO BENTO - *História da Escola.* [online] Disponível em: <https://epacsb.pt/historia.php> [Acedido a 18 de julho de 2021].
[370] PIMENTEL, 2011: 464-465.
[371] MOURA, 2014: 26.



Figuras 83, 84 e 85 – Claustro da igreja monástica em sua configuração atual.

Fonte: Acervo do autor.

O Conde de S. Bento pretendia que ali fosse criada uma escola asilo agrícola, desejo realizado em 1894 pelo seu sobrinho e usufrutuário dos seus bens, José Luís de Andrade. Para a criação da escola, destinada a acolher os órfãos e os abandonados do concelho com o intuito de ensinar o primário da agricultura, seriam cedidas à Santa Casa da Misericórdia a Quinta de Dentro, a Quinta de Fora e a Coutada de Burgães[372]. Posteriormente, já em 1913, seria criada por Manuel de Arriga e António da Silva a Escola Profissional Agrícola Conde São Bento (EPACSB), que permanece presente até a atualidade no segundo claustro do mosteiro, bem como nos blocos anexos construídos (vd. Figura 86). A igreja preservaria seu uso, tendo o seu claustro permanecido ao encargo da paróquia[373], enquanto a Câmara ocuparia a hospedaria conventual desde os finais do séc. XIX[374].

[372] ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA CONDE DE SÃO BENTO - *História da Escola.* [online] Disponível em: <https://epacsb.pt/historia.php> [Acedido a 18 de julho de 2021].
[373] *Idem*, *Ibidem*: 26.
[374] CORREIA, 1994: 4.

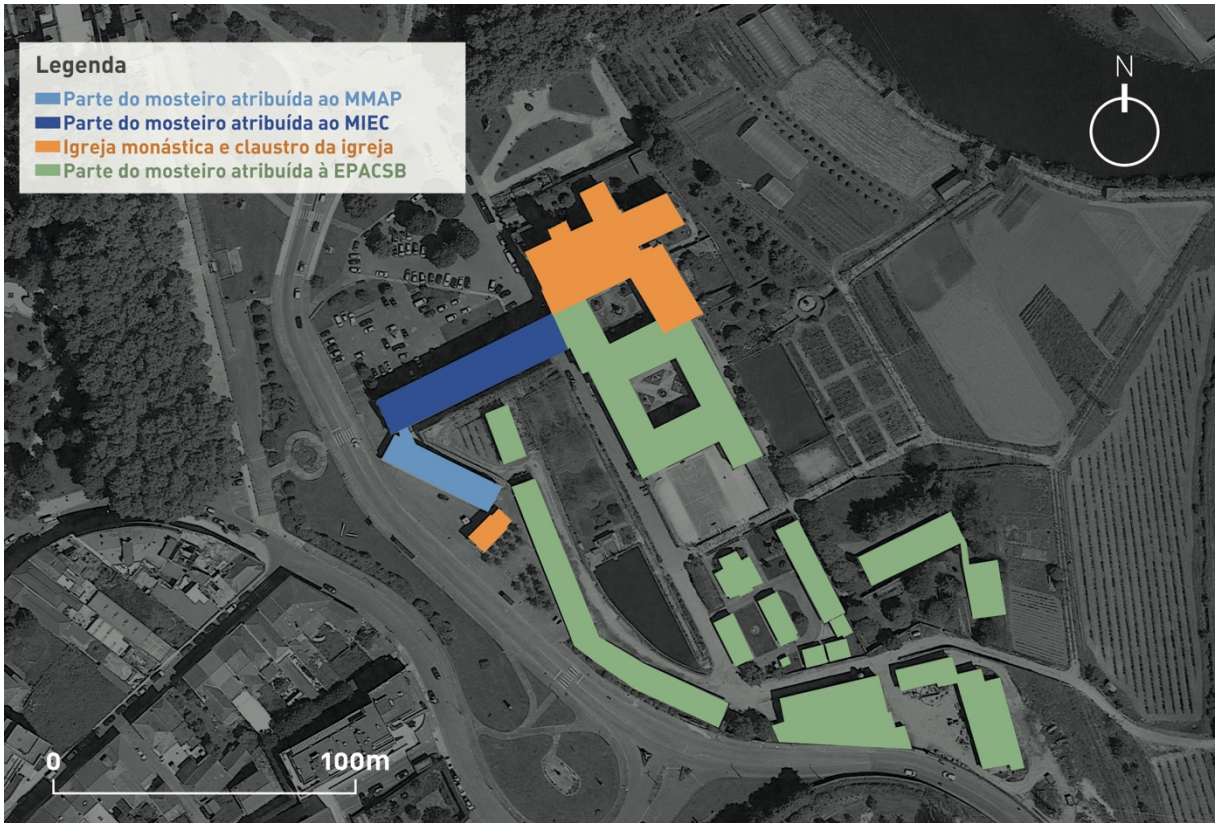


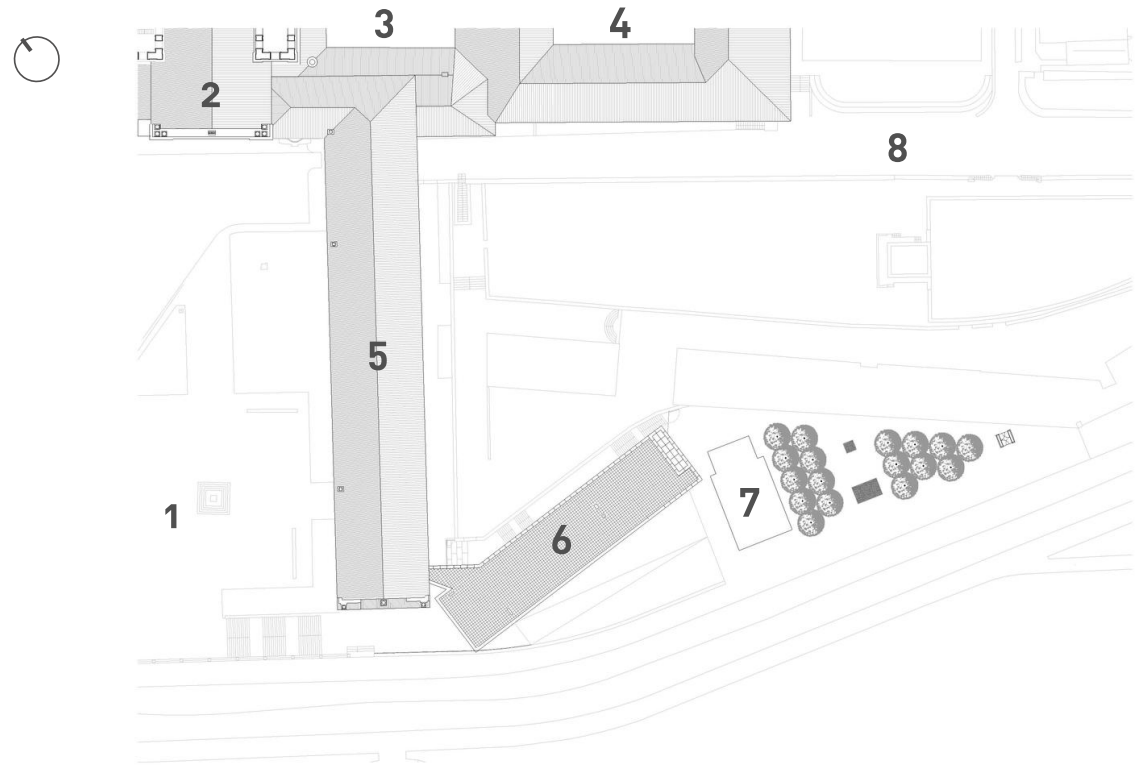
Figura 86 – Esquema ilustrando a atual divisão das partes do mosteiro entre as diferentes entidades. O complexo monástico conta com alguns blocos anexos para o funcionamento da escola agrícola ali instalada.
Fonte: Google Earth com posterior edição do autor.

O mosteiro teria seu valor patrimonial reconhecido através da classificação como Monumento Nacional em 1910[375]. Contudo, esta classificação tornar-se-ia limitada ao claustro por decreto de 1951[376], sendo novamente alargada em 1982, abrangendo a igreja, o mosteiro, a cerca monástica e o cruzeiro[377].

Posteriormente, em 2012, a Câmara de Santo Tirso iria propor a construção de um novo edifício para integrar o conjunto, onde funcionaria o Museu Internacional de Escultura Contemporânea (MIEC), época em que também seria realizada a reabilitação do Museu Municipal Abade Pedrosa (MMAP), inserido na antiga hospedaria do mosteiro.

[375] *Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910.*
[376] *Decreto n.º 38 491, DG, I Série, n.º 230, de 6-11-1951.*
[377] *Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26-02-1982.*

Assim, o complexo teria suas partes divididas entre quatro agentes: a paróquia, a Escola Profissional Agrícola Conde São Bento, o Museu Municipal Abade Pedrosa e o Museu Internacional de Escultura Contemporânea (vd. Figura 87).



Legenda

1 Cruzeiro
2 Igreja Monástica
3 Primeiro claustro
4 Segundo claustro
5 Museu Municipal Abade Pedrosa
6 Museu Internacional de Escultura Contemporânea
7 Capela do Senhor dos Passos
8 Dependências da EPACSB

Implantação

0 10

Figura 87 – Mosteiro de São Bento em Santo Tirso - Planta de Implantação.

Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021]



Figura 88 – Percurso cronológico do mosteiro de São Bento em Santo Tirso após a Extinção das Ordens Religiosas.

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), CORREIA (1994) e PIMENTEL (2011). Gráficos de autoria própria.

5.2 A intervenção em análise: de mosteiro à escola agrícola e museu

O mosteiro de São Bento em Santo Tirso é mais um exemplo de complexo monástico dividido entre diferentes entidades. Dada a relevância do mosteiro para a história local, uma vez que ele está diretamente ligado às origens e ao desenvolvimento urbano de Santo Tirso, a atitude tomada na intervenção do edifício foi a de preservação como um elemento da identidade local e marco da memória da cidade, sobretudo no que se refere ao seu aspeto exterior. A nível dos espaços interiores, cada parte do mosteiro passaria pelas devidas adaptações necessárias aos novos usos.

O presente capítulo tem como principal objeto de análise a intervenção contemporânea de autoria dos arquitetos Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura realizada na antiga hospedaria do mosteiro e que também resultou na construção do novo bloco para abrigar o acervo do MIEC. Contudo, é de se ressaltar que, ao longo dos anos, os espaços do mosteiro e da cerca monástica atribuídos à paróquia e à escola agrícola passaram por diversas obras de adaptação ou de conservação, conduzidas por diferentes agentes. Nesse contexto, destacam-se as obras de remodelação realizadas pela DGEMN e conduzidas por Francisco Pinto Loureiro entre 1955 e 1959, nomeadamente no claustro da igreja, as quais envolveram a reinstalação do teto de caixotões e a remodelação da parede norte. A DGEMN também conduziria ao longo dos anos outras obras de beneficiação no claustro, além da recuperação de pavimentos, telas, carpintarias e talhas da igreja[378].

No que diz respeito à EPACSB, destacam-se as obras de reparação e conservação de todos os seus edifícios realizadas pelos Serviços de Conservação em 1962, nas quais se desobstruíram vãos para a circulação[379]. Atualmente, a Escola ocupa-se dos espaços do mosteiro atribuindo-lhes novas funções, entre as quais destaca-se a antiga biblioteca, ou «*armarium*», agora utilizada como um salão nobre; a sala do capítulo abriga hoje a capela da escola (vd. Figura 89); a fábrica do queijo, no piso inferior da ala sul, deu espaço

[378] SIPA, – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00005145. «Mosteiro de Santo Tirso / Igreja Paroquial de Santo Tirso / Igreja de Santa Maria Madalena / Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento / Museu Municipal Abade Pedrosa». [online] Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5145 [Acedido a 24 de julho de 2021].

[379] *Idem*.

à sala dos professores e ao laboratório de enologia[380]; as demais oficinas, cuja existência visava a produção do próprio mosteiro a fim de evitar as deslocações dos monges para o exterior, encontravam-se nos edifícios adjacentes junto à botica, onde hoje são as oficinas da escola[381].



Figura 89 – Capela da Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento.

Fonte: Abolsamia.pt - *Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento - Reportagem abolsamia.* [online] Disponível em: <https://www.abolsamia.pt/pt/pesquisa-videos?searchKey=santo+tirso&send=Pesquisar> [Acedido a 25 de julho de 2021].

Também houve situações em que os espaços preservaram suas funções, consistindo em exemplos de correspondência funcional entre os usos atuais e anteriores. É o caso das celas individuais do dormitório, localizadas a leste a fim de receber a luz do sol nascente e acedidas por um corredor voltado para o claustro, que se tornaram coletivas e foram destinadas aos alunos da escola agrícola[382]. Também permaneceu com a mesma função a adega situada abaixo da hospedaria (vd. Figura 90) e o espaço inferior da ala

[380] ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA CONDE DE SÃO BENTO - *História da Escola.* [online] Disponível em: <https://epacsb.pt/historia.php> [Acedido a 18 de julho de 2021].

[381] MOURA, 2014: 28.

[382] *Idem*, *Ibidem*.

norte, originalmente organizado em três salas destinadas ao fabrico e toma das refeições dos religiosos, dando hoje forma ao refeitório da escola[383] (vd. Figura 91).



Figura 90 – Adega da Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, localizada no primeiro piso da hospedaria do mosteiro de São Bento, em Santo Tirso. Neste ambiente realiza-se a produção e engarrafamento de vinho verde.

Fonte: Abolsamia.pt - *Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento - Reportagem abolsamia.* [online] Disponível em: <https://www.abolsamia.pt/pt/pesquisa-videos?searchKey=santo+tirso&send=Pesquisar> [Acedido a 25 de julho de 2021].



Figura 91 – Refeitório da Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento.

Fonte: Abolsamia.pt - *Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento - Reportagem abolsamia.* [online] Disponível em: <https://www.abolsamia.pt/pt/pesquisa-videos?searchKey=santo+tirso&send=Pesquisar> [Acedido a 25 de julho de 2021].

[383] ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA CONDE DE SÃO BENTO - *História da Escola.* [online] Disponível em: <https://epacsb.pt/historia.php> [Acedido a 18 de julho de 2021].

Os ambientes destinados ao trato de animais também permaneceriam presentes no complexo construído. As cortes do gado e a cavalariça, cujas localizações originais não são claramente definidas, são hoje encontradas a sul do mosteiro, próximas da área onde outrora se estabeleceu o antigo quarto claustro. Esta área é atualmente ocupada por construções de apoio da escola agrícola[384].

É importante ressaltar que, embora o mosteiro tenha abandonado a sua função anterior, o caráter da clausura ainda se faz presente na própria configuração do edifício, mesmo após a inserção da escola agrícola em seus espaços. A forma com a qual o edifício se impõe na paisagem envolvente estabelece uma nítida barreira entre os espaços públicos e os privados, abertos e fechados.

A hospedaria do mosteiro, construída entre 1737 e 1740, durante o abaciado de D. Plácido de S. Bento, teria agora seu piso superior atribuído a uma outra tutela: o Museu Municipal Abade Pedrosa. Na sua essência, este bloco era um espaço destinado a receber hóspedes em celas individuais de maiores dimensões quando comparadas às dos monges[385]. A sua implantação se faz a leste, configurando-se como um corpo anexo ao mosteiro, uma vez que tinha de ser distante dos espaços de clausura e não poderia ter comunicação com o claustro da igreja.

O Museu Municipal Abade Pedrosa foi inaugurado a 10 de março de 1989, com uma exposição permanente de artefactos arqueológicos aberta formalmente ao público. Em 1997, a exposição foi remodelada e novos espaços expositivos foram criados. Nesta fase também se implementaram novos serviços destinados ao público, tais como os serviços educativos e uma biblioteca especializada em arqueologia. Em 2000, o museu ganhou um auditório com capacidade de setenta e dois lugares[386].

A concretização do MMAP esteve relacionada com a criação do Simpósio de Escultura Contemporânea, uma vez que ambos se integravam como parte das iniciativas de cunho cultural promovidas pela Câmara planeadas desde os finais da década de 1980. O simpósio, idealizado em 1989 pelo escultor Alberto Carneiro em conjunto com a Câmara, visava a abordagem da escultura como arte pública, consolidando-se como

[384] Idem, *Ibidem*.
[385] MOURA, 2014: 28.
[386] COUTO, 2016: 23.

evento à escala internacional ao reunir artistas de todo o mundo. O escultor propunha, então, a realização de dez simpósios bienais, tendo como foco a criação de arte contemporânea nos espaços públicos de Santo Tirso. Seria na terceira edição que o evento receberia o nome de Museu Internacional de Escultura Contemporânea (MIEC). Após a definição de suas funções enquanto instituição em conjunto com a Câmara, o MIEC teria a sua constituição aprovada em 1996, já após a realização de quatro simpósios, de forma que a sua inauguração ocorreria em 1997[387]. A partir de então, o museu seria responsável pela organização dos simpósios e pela manutenção e conservação das esculturas, bem como pela promoção e dinamização das atividades realizadas[388].

Em 2012, a Câmara de Santo Tirso iria promover a ampliação e reabilitação do MMAP enquadrada nas políticas culturais e urbanísticas definidas pela edilidade. A medida surgiria como um incentivo ao desenvolvimento turístico e económico da cidade. Nesse contexto, e devido às razões económicas, toma-se a decisão de reunir no mesmo espaço físico a sede dos dois museus, com o objetivo de reunir recursos financeiros e humanos além de tornar o projeto mais atrativo ao público. O programa do projeto incluiria, portanto, a ampliação do antigo edifício para albergar o acervo do MIEC e a requalificação do MMAP, englobando a criação de uma nova área de acolhimento que consistiria na receção partilhada dos dois museus[389]. A entrada comum aos dois edifícios concretizar-se-ia por uma ligação pontual que, contudo, permitiria mantê-los independentes na forma e linguagem.

A ampliação do espaço através da concretização de um novo edifício para o MIEC seria atribuída ao arquiteto Álvaro Siza Vieira, enquanto a reabilitação do MMAP seria conduzida pelo arquiteto Eduardo Souto de Moura. A escolha da Câmara pelos arquitetos baseou-se na experiência de ambos em projetos de espaços museológicos e em intervenções em edifícios em contexto de valor patrimonial[390].

Convém, aqui, pontuar a trajetória e a metodologia de projeto de ambos os arquitetos para melhor compreender as opções tomadas na intervenção. Reconhecido internacionalmente, Álvaro Siza Vieira teve sua formação na Escola Superior de Belas

[387] SOUTO, 2021: 36.
[388] COUTO, 2016: 9.
[389] Idem, *Ibidem*: 10.
[390] Idem, *Ibidem*: 8.

Artes do Porto (ESBAP), onde ingressou em 1949. Durante seu percurso na ESBAP, Siza receberia grande influência de um de seus professores, o arquiteto Fernando Távora, com quem desenvolveu uma amizade para além do meio académico. A troca de experiências entre os arquitetos resultaria numa relação de admiração mútua e refletir-se-ia na sua produção arquitetónica[391]. Siza Vieira destacou-se pela via da sua produção, considerada extensa e diversificada, mas que ganharia maior originalidade com o decorrer dos anos, tornando-se menos suscetível às influências e às modas e consolidando sua própria linguagem enquanto arquiteto. Entre os arquitetos da sua geração, Siza Vieira estabelecer-se-ia como um dos maiores referenciais da arquitetura portuguesa a nível internacional[392].

A sua forma de projetar revela uma preocupação com o contexto e uma metodologia aberta e atenta às questões da morfologia, em decorrência da vertente cultural proveniente do ensino da arquitetura no Porto[393]. Admirador do desenho e da escultura, e aliando estes gostos à prática da arquitetura, o discurso de Siza Vieira baseia-se numa racionalidade que incorpora valores da realidade, buscando continuamente a interpretação da morfologia complexa da informação, do desenho e do lugar, associada ao real e ao desejo da criação[394], sem abandonar, contudo, a sua assinatura que carrega suas obras de identidade.

No que se refere a Eduardo Souto de Moura, e conforme apontado no capítulo referente à sua intervenção no mosteiro de Santa Maria do Bouro, o arquiteto teve parte da sua trajetória profissional partilhada em colaboração com Siza Vieira, tendo seguido um percurso individual posteriormente. Tendo igualmente feito a sua formação na ESBAP, os seus projetos são marcados por um enfoque crítico ao programa e ao lugar, resultando em soluções integradas ao seu contexto. Para alcançar tal efeito, sua metodologia de projeto é reconhecidamente caracterizada pelo rigor ético, estético e histórico. Este último, é aplicado como material de projeto, fundamentando as opções tomadas, com profunda consciência da essência dinâmica da história. A produção de

[391] SALGADO, 2005: 29.
[392] TOSTÕES, 2015: 291.
[393] BRANCO, 2018: 28.
[394] RODRIGUES, 1992: 16.

Souto de Moura é, sobretudo, caracterizada pela construção de uma relação com o lugar, considerando-se muitas vezes a expressão tectónica e sistemas construtivos locais[395].

No caso da intervenção em Santo Tirso, a obra revelaria especial complexidade devido à implantação quase cirúrgica do novo edifício entre outras construções de valor histórico e arqueológico, motivo pelo qual obrigou-se o acompanhamento e monitorização dos trabalhos por parte dos arqueólogos municipais e da Direção Regional da Cultura do Norte[396].

No que se refere ao projeto do MMAP, o programa compreende quatro salas dedicadas à exposição permanente de arqueologia, retratando a ocupação e evolução da região desde a Pré-História até a Idade Média, além de uma galeria dedicada às exposições temporárias. De planta retangular e desenvolvimento longitudinal, o museu apresenta um corredor de circulação a oeste, ocupando todo o comprimento do edifício e destinado às exposições multimédia, enquanto as antigas celas da hospedaria, voltadas para este, foram convertidas nas salas de exposição dos artefactos, possuindo dimensões diferentes e com ligações pontuais entre si. O acesso às salas é realizado através do corredor por várias portas, havendo em algumas situações mais de uma porta de acesso por sala, de forma a tornar o trajeto do visitante fluído. Também foi previsto um auditório para cinquenta e seis pessoas, cujo mobiliário seria móvel, de forma a permitir a flexibilidade da sala[397] (vd. Figura 92).

[395] CORREIA, 2016: 10.
[396] COUTO, 2016: 11.
[397] *Memória Descritiva do Projeto de Arquitetura.* [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021].



Figura 92 – Mosteiro de São Bento em Santo Tirso - Planta Piso 0.

Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor.

[online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021]

Ao se analisar comparativamente o corredor do MMAP antes e após a intervenção, nota-se, para além da substituição do pavimento, a troca dos antigos elementos de iluminação por outros de aspeto mais leve e minimalista que possibilitam uma leitura mais clara do espaço. A organização das peças expostas também foi modificada, optando-se por elementos pontuais que proporcionam uma estética mais limpa ao espaço, em contraponto aos antigos painéis que recobriam largamente as paredes do edifício (vd. Figuras 93 e 94).




Figuras 93 e 94 – Corredor do MMAP antes e depois da intervenção de Souto de Moura. Observa-se, na primeira fotografia, a presença da porta de entrada ao fim do corredor que foi removida na intervenção para a recomposição da janela pré-existente. A nova configuração do espaço adotou uma linguagem minimalista que favorece a leitura da arquitetura de maneira mais clara.

Fonte: SIPA (fotografia à esquerda) e acervo do autor (à direita).

No que se refere às salas expositivas, foram concebidas vitrinas de vidro cuidadosa e discretamente desenhadas por Souto de Moura para a exposição do acervo, assemelhando-se às caixas flutuantes e revelando simplicidade e complexidade simultaneamente[398]. Conforme afirma a memória descritiva do projeto, alocou-se uma vitrina por sala que, além de servir para a exposição dos artefactos, seria utilizada como área para acesso às infraestruturas técnicas, como os quadros de coletores do pavimento radiante, e como elemento de suporte à iluminação das salas[399] (vd. Figura 95). A reconstituição das estruturas da cobertura e o realinhamento das aberturas das salas

[398] COUTO, 2016: 14.
[399] *Memória Descritiva do Projeto de Arquitetura.* [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021].

expositivas seriam discutidas e avaliadas em obra pelas partes envolvidas, algumas das vezes recorrendo-se a peritos externos[400].



Figura 95 – Fotografia 1: Janela do piso superior da antiga hospedaria, atualmente Museu Municipal Abade Pedrosa. Fotografia 2: Corredor de circulação do MMAP. Fotografia 3: Auditório com mobiliário móvel. Fotografias 4 e 5: Vitrina idealizada pelo arquiteto Eduardo Souto de Moura para exposição dos artefactos arqueológicos. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.

Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.

[400] COUTO, 2016: 11.

Assim como no corredor do MMAP, nota-se que Souto de Moura optou por uma estética discreta e minimalista para as salas expositivas através da introdução de elementos pontuais, evitando com que os novos elementos se sobreponham à arquitetura e disputem pela atenção dos visitantes no espaço. A intervenção é, assim, marcada pela austeridade, tal como se observa no projeto proposto para o mosteiro de Santa Maria do Bouro. De facto, em ambos os contextos, o arquiteto assumiu uma estética *clean* e optou por uma harmonia dos novos elementos com as pré-existências.

O exterior do edifício também seria contemplado no projeto de requalificação do MMAP. Anteriormente, esta fachada voltada para a via pública teria sido modificada com a remoção de uma de suas duas janelas encimadas por frontões trifoliácios para dar lugar a uma porta, por decisão pessoal de um juiz quando ali funcionavam dependências do tribunal (vd. Figura 96). Ao longo da existência do edifício, também foi construído um pequeno acrescento no topo este desta fachada, comprometendo a simetria rigorosa da composição original. Na intervenção de Souto de Moura, a fachada passou por uma recomposição a fim de recuperar a sua simetria, através da reconstituição do desenho trifoliácio que enquadra a janela alta, junto à entrada do novo edifício, e da remoção do acrescento realizado a este[401] (vd. Figura 97).



Figura 96 – A antiga fachada do MMAP apresentava uma porta inserida no lugar anteriormente ocupado por uma janela com frontão trifoliácio. Nota-se, também, o pequeno acrescento realizado na extremidade este da fachada.

Fonte: [online] Disponível em: <https://mapio.net/images-p/2631468.jpg> [Acedido a 25 de julho de 2021]

[401] *Idem*, *Ibidem*: 17.



Figura 97 – Fachada do MMAP atualmente, após a recomposição da janela alta com frontão trifoliácio, à cópia de seu par, e a remoção do corpo que havia sido acrescentado a este.

Fonte: Acervo do autor.

A recomposição do desenho da janela constitui-se de um gesto em favor da recuperação da memória do edifício. A janela reconstituída é ornamentada com um desenho executado à cópia do seu par pré-existente. Esta atitude projetual pode ser interpretada, num primeiro momento, como uma mera mimetização e reconstrução do património, contudo, com um olhar mais atento, faz-se perceber que a nova janela se distingue do seu par original pela pigmentação utilizada. Assim, a nova janela diferencia-se através do emprego de uma materialidade distinta da original, evidenciando a peça como um acréscimo posterior, conforme sugerem os teóricos das práticas de intervenção no património[402], ao mesmo tempo que recupera a estética anterior do edifício e recompõe harmoniosamente a simetria de sua fachada. Esta metodologia de distinção entre os materiais originais e contemporâneos é referida no art. 9º da Carta de Veneza (1964), conforme visto anteriormente, em «o restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição; numa reconstituição qualquer trabalho complementar, que

[402] CHOAY, 2001: 166.

se reconheça indispensável por causas estéticas ou técnicas, fica condicionado a uma conciliação ou harmonia arquitetónica (continuidade) e terá de acusar a data da intervenção (modernidade)»[403].

No que se refere ao projeto do MIEC, o novo volume surgiria em forma minimalista, sendo mais baixo e compacto de maneira a estabelecer um diálogo de escalas com o antigo mosteiro e com a capela do Senhor dos Passos, adjacente ao conjunto. Assim, a nova extensão monolítica tomaria como cota máxima o limite inferior da cornija do mosteiro, de forma a evitar sobrepor-se ao edifício existente. Esta relação entre as escalas das edificações existentes e a da nova edificação revela um ato de respeito aos valores patrimoniais, no sentido em que a nova arquitetura ali se estabelece de maneira silenciosa e discreta, evitando alcançar um papel de destaque no conjunto construído e disputar pela atenção com as pré-existências (vd. Figura 98, fotografia 4).

[403] *Carta de Veneza. Art. 9º*. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Maio de 1964.

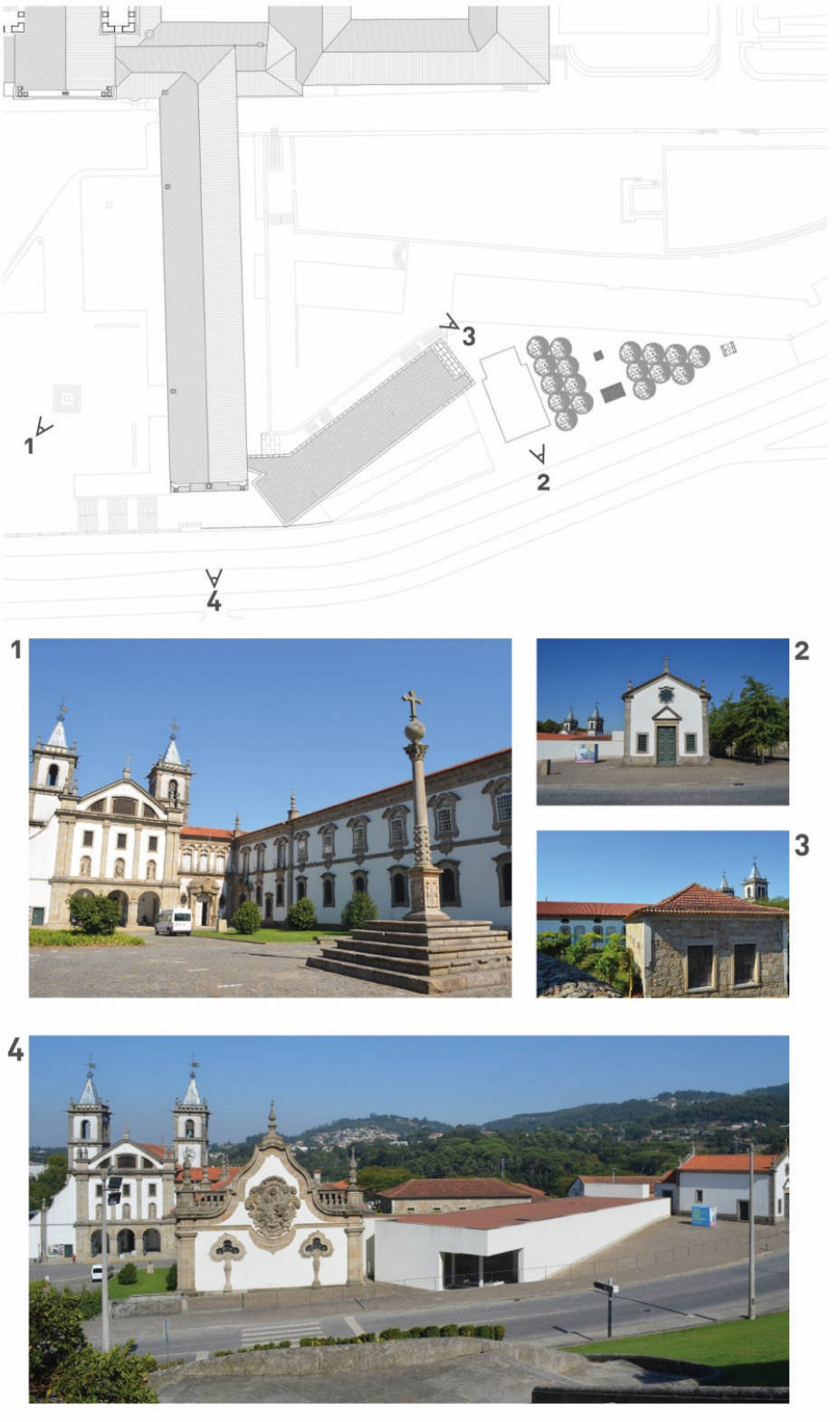


Figura 98 – Fotografia 1: Cruzeiro e igreja monástica. Fotografia 2: Capela do Senhor dos Passos. Fotografia 3: Vista para as dependências da EPACSB, localizadas atrás do MIEC. Fotografia 4: Vista geral do conjunto após a intervenção, com a presença do novo volume construído. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.

Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.

A harmonia com a edificação pré-existente também seria estabelecida na escolha do material empregado na cobertura plana do novo corpo introduzido ao conjunto, a qual estaria exposta visualmente às cotas altas da cidade. Apesar de a equipa de projeto afirmar na memória descritiva ter cogitado inicialmente o tratamento desta superfície com revestimento vegetal de baixo perfil, como necessidade de identificar e diferenciar o novo do antigo[404], a cobertura seria de facto revestida por ladrilhos cerâmicos cozidos, de cor argilosa semelhante aos telhados do mosteiro e da capela adjacente[405], a fim de que a nova extensão mantivesse relação cromática com os demais edifícios.

As traças de Siza Vieira e Souto de Moura encontrar-se-iam na conexão entre os dois museus, no piso térreo, onde haveria a fusão harmónica da linguagem dos dois espaços. Neste nível, o programa do MIEC contemplaria a loja em contacto direto com o átrio (vd. Figura 99), cafetaria, sanitários, copa, o setor administrativo e centro de documentação, o qual teria uma saída de emergência para o largo da capela pela entrada de serviço. A zona de arquivo, armazenamento e distribuição do acervo encontra-se no subterrâneo, sendo servida por um elevador monta-cargas que o conecta ao nível da rua. É neste nível que se encontra também uma área expositiva polivalente dividida em três salas servidas por luz natural, assim como a área destinada aos serviços educativos e os sanitários públicos[406] (vd. Figuras 100 e 101).

---

[404] *Memória Descritiva do Projeto de Arquitetura.* [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021].
[405] COUTO, 2016: 17.
[406] *Memória Descritiva do Projeto de Arquitetura.* [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021].



Figura 99 – Fotografia 1: Átrio comum ao MMAP e ao MIEC. Fotografia 2: Loja dos museus integrada à receção. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.

Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.



Figura 100 – Mosteiro de São Bento em Santo Tirso - Planta Piso -1.

Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor.

Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021]



Figura 101 – Fotografias 1, 2 e 3: Salas de exposição no piso -1. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.

Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.

Optou-se por realizar a implantação da nova extensão do edifício de maneira oblíqua à rua, devendo esta estabelecer uma relação de continuidade física com a hospedaria do mosteiro. Esta continuidade concretizar-se-ia através de um braço que partiria do volume principal. Para a realização dessa ligação entre os dois espaços, seria necessária a demolição do anexo ali existente que, de acordo com a equipa do projeto, «não dignifica a imagem do Mosteiro de São Bento»[407].

O edifício, que do exterior aparenta ser uma construção baixa, de um único piso, revela-se mais profundo ao longo do percurso do visitante. A escada que interconecta os diferentes níveis, forrada com mármore, revela-se como uma peça escultórica no espaço (vd. Figura 102).



Figura 102 – A escada do MIEC manifesta-se como elemento chave na composição do espaço através de seu caráter escultórico.

Fonte: Archdaily.com.br [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 25 de julho de 2021].

Para a concretização dos novos usos introduzidos à hospedaria e estabelecidos em sua nova extensão, seria necessária uma extensa área técnica dedicada ao equipamento do sistema de ar condicionado, ventilação e alimentação elétrica dos museus. Conforme

[407] *Memória Descritiva do Projeto de Arquitetura.* [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021].

visto anteriormente, esta tem sido uma relevante questão no que se refere à reutilização adaptativa do património arquitetónico, sobretudo nas situações em que os espaços das construções existentes não possuem dimensões suficientes para comportar o novo aparato técnico para a viabilização das novas funções propostas. No caso do mosteiro de São Bento em Santo Tirso, os arquitetos encontraram como solução enterrar todo o equipamento técnico, alocando-o ao nível do subsolo sob a praceta triangular desenhada junto à Capela do Senhor dos Passos[408]. Assim, apesar de possuir grandes dimensões, a área técnica faz-se discreta e quase impercetível, sendo notada apenas pelas grelhas presentes no pavimento da praça, necessária para a ventilação dos equipamentos (vd. Figura 103).

A decisão por enterrar o equipamento técnico abaixo da cota de rua e distanciá-lo dos ambientes do museu, buscou não somente reduzir a perturbação visual, mas também atender às questões técnicas como a redução do ruído produzido pelas máquinas junto à Capela e aos edifícios dos museus[409].

[408] COUTO, 2016: 17.
[409] *Memória Descritiva do Projeto de Arquitetura.* [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021].

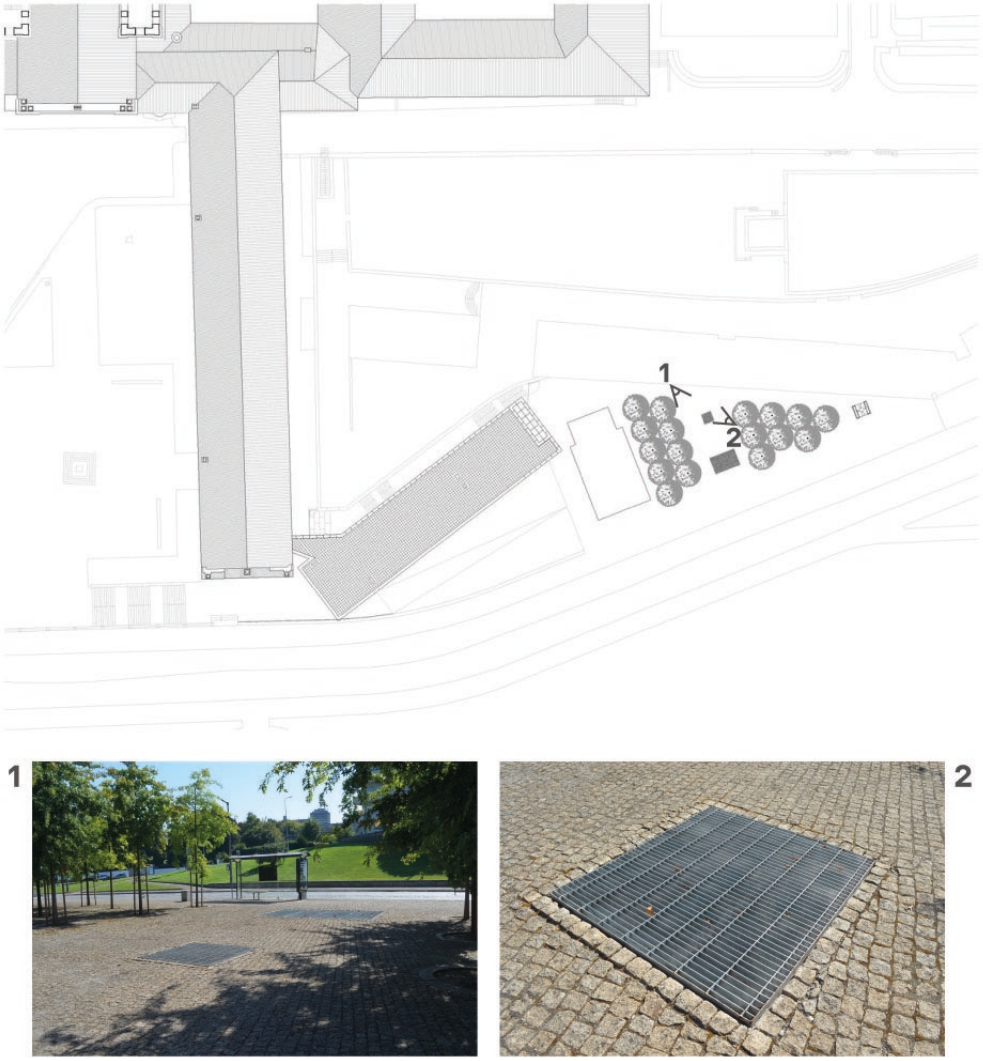


Figura 103 – Fotografia 1: Vista da praceta localizada junto à capela do Senhor dos Passos sob a qual se encontra o equipamento técnico do museu. Fotografia 2: Grelha para ventilação dos equipamentos da área técnica. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista.

Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.

Observa-se que a intervenção de Souto Moura e Siza Vieira ultrapassa os limites da arquitetura e reflete-se à escala urbana. A inserção do novo volume no conjunto edificado originou espaços exteriores livres ao seu redor. A existência de tais espaços faz com que o novo edifício não toque as construções pré-existentes de modo a destacá-lo conjunto. Assim, é fortalecida a perceção das construções como independentes e de cronologias distintas: separa-se o contemporâneo da pré-existência (vd. Figura 104).

Contudo, as novas praças criadas à frente do conjunto assumem caráter de espaço residual, sem um uso claramente definido. Vazias de mobiliário urbano, estas praças mereciam uma maior preocupação acerca da sua funcionalidade e mais atenção enquanto espaço público (vd. Figura 103).

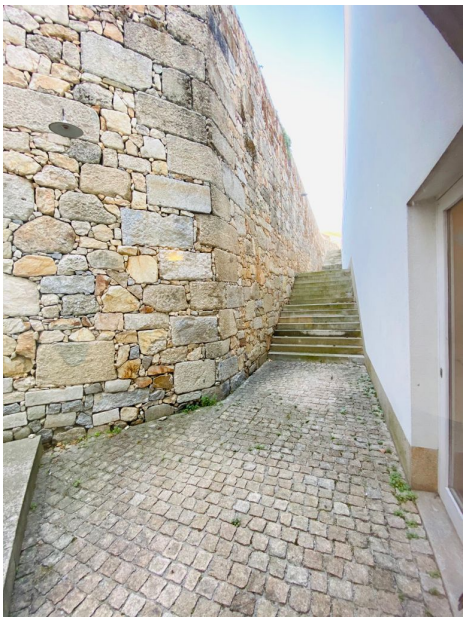


Figura 104 – Espaço livre na parte posterior do MIEC. Uma escadaria é inserida no espaço entre o novo bloco e o conjunto edificado pré-existente, caracterizando uma área de transição entre as construções de linguagens e cronologias distintas.

Fonte: Acervo do autor.

Através da intervenção na antiga hospedaria do mosteiro de São Bento em Santo Tirso, percebe-se a valorização da memória coletiva por meio da preservação do património arquitetónico, dado o significado que o mosteiro desempenhou na história e desenvolvimento da cidade. Porém, nota-se também o intuito de projetar a capacidade inventiva do presente através da concretização de uma forma que se coloca como nova, como marca da sociedade contemporânea, sem, contudo, assumir papel de protagonista no espaço.

A intervenção de Siza Vieira e Souto de Moura no mosteiro de Santo Tirso consolida-se, assim, como um exemplo de harmonia entre as diferentes linguagens estéticas, de reconhecimento dos valores patrimoniais, respeito e valorização das pré-existências, unindo presente e passado. A nova arquitetura assume, aqui, um papel secundário, sem perda da sua qualidade espacial, ao mesmo tempo que atribui uma nova dinâmica ao espaço na esfera arquitetónica e urbana.

Considerações Finais

O presente estudo conclui-se como uma investigação do fenómeno da reutilização adaptativa do património monástico em Portugal em diversos níveis e, assim, responde às problemáticas inicialmente propostas. Acerca das origens do fenómeno, percebe-se que o seu desencadeamento se deu, em maior escala, na conjuntura da Extinção das Ordens Religiosas, em 1834, como resultado do avanço dos ideais liberais e da gradativa secularização experienciada pelos Estados europeus. As Ordens Religiosas emanavam grande importância social e política e tornaram-se alvo de processos de retirada de poder que tinham por finalidade o seu controlo, culminando, posteriormente, na sua extinção.

Em Portugal, a Extinção das Ordens Religiosas e a desamortização dos seus bens ultrapassam a necessidade de angariação de fundos para o Estado português. As suas bases encontram-se na consciência revolucionária liberal que via as antigas casas conventuais como estruturas obsoletas integrantes do antigo regime, incompatíveis com os novos valores celebrados de individualismo e liberdade.

Assim, após o decreto de 1834, o Estado português torna-se responsável por um grande conjunto de edifícios que, em grande parte, se encontravam em condições críticas de conservação em decorrência dos estragos do terramoto de 1755 e das Invasões Francesas. Aqui, é importante pontuar que, desde as Invasões Francesas, o processo de reutilização dos mosteiros e conventos portugueses já se manifestava em escala significativa através da ocupação destes edifícios para fins militares, que acabaram por submetê-los a rudes adaptações sem especial preocupação na preservação das pré-existências. O caráter multifuncional dos complexos monásticos também se refletia em outros contextos para além do militar, como no desempenho da função educativa nos casos dos mosteiros onde se promovia o ensino por meio das corporações religiosas masculinas e femininas.

Diante da significativa incrementação do tesouro público proveniente de 1834, o Estado ver-se-ia incapaz de promover a conservação desses bens de forma satisfatória. O património edificado sofreria, assim, o ónus decorrente das decisões políticas tomadas. Por sua vez, o mesmo não se verificou com os bens artísticos e móveis oriundos das casas religiosas, que, apesar de em muitos casos não terem tido as condições de armazenamento

e conservação ideais, foram desde logo alvo de preocupação no que se refere à sua salvaguarda por meio das medidas legislativas promulgadas.

Através da reutilização, o Estado tentaria minimizar a degradação do património edificado e garantir a sua conservação. Contudo, conforme pontuado ao longo da investigação, esse processo seria, à partida, marcado pelo empirismo e resultaria em grande parte das vezes na mutilação da traça original destes edifícios. A reutilização praticada à época teria uma natureza estritamente utilitária, negligenciando preocupações de ordem cultural. Os edifícios, livres da sua vocação inicial, foram ocupados por novos agentes e sofreram mutações na tentativa de serem úteis do ponto de vista social. Desta forma, o processo de reutilização adaptativa das casas religiosas consolidou-se no território nacional num contexto de secularização em grande escala, abrigando um grande aparato burocrático do Estado composto por tribunais, escolas, hospitais, quartéis, prisões e uma vasta gama de usos. Paralelamente, parte dos complexos monásticos incorporada à Fazenda Nacional foi vendida em hasta pública para agentes particulares, sendo submetida, consequentemente, aos reflexos do uso privado.

Ao longo do presente estudo também se pontuou como a reutilização adaptativa do património monástico português que chegaria à contemporaneidade. Através da análise sistemática da base de dados do Inventário do Património Arquitetónico do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), constatou-se que a maior parte dos novos usos atribuídos a estes espaços são de natureza cultural e recreativa, seguida pelo uso educativo, assistencial, residencial, turístico e político-administrativo. Também foi visto que a implantação das novas funções no património monástico português é conduzida maioritariamente por iniciativa exclusivamente pública (58% dos casos), mas que uma parte expressiva dos mosteiros reutilizados é de propriedade exclusivamente privada (35%). Viu-se, ainda, que dentro da amostra analisada, a natureza das funções predominantes nos mosteiros de propriedade pública distingue-se sensivelmente das funções mais recorrentes implementadas pelos agentes privados, o que permite concluir que, a depender do tipo de propriedade, os mosteiros estão submetidos às diferentes dinâmicas de uso.

Dentro do universo da reutilização dos espaços monásticos, é essencial ressaltar que as igrejas monásticas, de forma geral, mantiveram-se como locais de culto. Mesmo livre da presença dos monges, estes espaços conservaram a sua função religiosa e,

consequentemente, sofreram menos modificações quando comparadas às dependências monásticas. Assim, através da amostra analisada, pode-se inferir que a atribuição de novas funções a espaços de culto, em Portugal, ocorre ainda de forma pouco expressiva quando comparada à realidade de outros países europeus.

No que diz respeito à segunda parte da investigação, dedicada à análise das intervenções contemporâneas realizadas no Mosteiro de Santa Maria do Bouro, de autoria do arquiteto Eduardo Souto de Moura, no Mosteiro de São Bento da Vitória, por Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro, e no Mosteiro de São Bento, em Santo Tirso, por Eduardo Souto de Moura e Álvaro Siza Vieira, podemos observar pontos de semelhança e distanciamento no tratamento dado ao património.

Nos três casos, dados os significados históricos e o peso dos objetos de arquitetura nos contextos onde se inserem, foi natural que os órgãos encomendantes das intervenções, respetivamente nas figuras do IPPC, IPPAR e da Câmara Municipal de Santo Tirso, buscassem arquitetos de consolidada relevância e de comprovada experiência no que diz respeito ao tratamento do património no cenário nacional.

Também foi visto que as intervenções foram, em todos os casos, um resultado da integração do trabalho dos arquitetos em conjunto com diferentes agentes e equipas de organismos públicos. No caso do Bouro, além dos projetistas e empreiteiros, houve o envolvimento da ENATUR, da Universidade do Minho (sobretudo no que diz respeito aos estudos arqueológicos) e do IPPAR, que também conduziu as obras de requalificação em São Bento da Vitória, no Porto. Em Santo Tirso, destacou-se o acompanhamento e monitorização dos trabalhos da nova construção por parte dos arqueólogos municipais e da Direção Regional da Cultura do Norte.

No que se refere aos projetos de intervenção, observaram-se diferentes metodologias de abordagem diante do património monástico. Na conversão do mosteiro de Santa Maria do Bouro em pousada, Eduardo Souto de Moura encontra um edifício em ruína e adota como estratégia do projeto manter a imagem geral da ruína por meio da consolidação do seu volume tal como se encontrava. Para tal efeito, evitou-se recompor a cobertura tradicional que o edifício apresentava antes do seu abandono e propôs-se uma nova, em piso vegetal, onde foram plantadas espécies decumbentes como referência à

vegetação que ali se estabeleceu espontaneamente durante o período de abandono da construção. Em adição, as galerias do claustro foram preservadas sem cobertura, como forma de estabelecer a imagem da ruína para a contemplação.

Nesse sentido, a metodologia de projeto perpassa pela consolidação da identidade do edifício como uma ruína, que se soma à memória do complexo enquanto unidade monástica. O arquiteto, ao invés de negar a ruína, assume-a como parte do edifício, de modo a firmá-la como mais uma camada integrante do palimpsesto de seu percurso.

Observa-se que, tanto no mosteiro de Santa Maria do Bouro, como no mosteiro de São Bento, em Santo Tirso, os novos programas propostos são incompatíveis com a realidade física das pré-existências em termos espaciais, sendo assim necessária a construção de extensões. Nesse aspeto, os dois projetos seguem lógicas distintas no que se refere à inserção dos novos volumes. No caso do Bouro, o extenso programa necessário ao funcionamento dos serviços hoteleiros teve como consequência a criação de um novo corpo do edifício, implantado estrategicamente numa cota mais baixa, que tirou partido do material pré-existente para a composição da sua fachada. Nesse sentido, fica clara a preocupação de Eduardo Souto de Moura em conjugar as materialidades de épocas distintas de modo harmónico. O arquiteto se utiliza do material disponível da pré-existência como um recurso maleável para criar novos espaços e atender às novas demandas. O novo volume se integra ao edifício pré-existente de forma silenciosa, de tal modo que se mesclam, seja pela escala horizontal, seja pelo seu aspeto material. O próprio tempo tratou de integrar a nova construção com a envolvente, uma vez que a vegetação, com o passar dos anos, recobriu o edifício e dissolveu a sua presença na paisagem.

No caso do Museu Internacional de Escultura Contemporânea (MIEC), em Santo Tirso, Siza Vieira adota uma estratégia oposta. Enquanto no Bouro, o novo volume faz uso do material pré-existente, no MIEC a nova volumetria se estabelece, de facto, como uma nova construção, marca de seu tempo. O sentido de contemporaneidade afirma-se, seja pelos materiais empregados, seja pela traça monolítica do corpo edificado. Contudo, apesar das materialidades do passado e do presente apresentarem-se aqui em formas claramente distintas, não há uma tensão. O arquiteto procura estabelecer um diálogo entre as diferentes cronologias valendo-se da harmonia cromática através do branco aplicado à fachada e pela cobertura revestida por ladrilhos cerâmicos cozidos, cuja cor argilosa conversa com os telhados do mosteiro e da capela adjacente.

A inserção do novo volume também procura a harmonia pela sua escala, estabelecendo-se horizontalmente e assumindo uma altura inferior à das edificações monásticas envolventes, de modo a evitar se sobrepor às mesmas. A intervenção não nega a sua contemporaneidade e busca, assim, o tênue equilíbrio entre o conflito e a harmonia.

O arquiteto evita que o novo volume toque as pré-existências, facto que se nota pelo espaço livre deixado ao redor do edifício. Este aspeto se verifica, por exemplo, na parte posterior onde uma escadaria é inserida entre o muro pré-existente e a nova construção, a fim de criar um espaço de transição entre as duas construções e definindo bem os limites entre as duas linguagens de cronologias distintas. Assim, o volume destaca-se do complexo monástico, tendo um único ponto de contacto com o bloco da hospedaria do mosteiro, conseguido de forma cirúrgica e pontual.

Entre os três projetos analisados, a intervenção em Santo Tirso é a que mais visivelmente tem reflexos à escala urbana. Nesse sentido, é necessário pontuar que, apesar da notável preocupação plástica na conceção do novo bloco construído, percebe-se que a forma como o edifício se implanta no meio urbano acaba por originar espaços exteriores residuais e sem um uso claramente definido. Ao redor da nova construção configuram-se praças vazias de mobiliário urbano e ausentes de novos usos propostos, que carecem de um olhar mais atento enquanto espaço público.

No universo das intervenções em estudo, o contraste entre materiais alcança expressão máxima no mosteiro de São Bento da Vitória, nomeadamente na nova cobertura concebida para o Claustro Nobre pelo arquiteto Carlos Guimarães. Se por um lado a intervenção era necessária para conferir qualidades espaciais e acústicas ao claustro para a realização das novas funções propostas, por outro a sua materialidade causa uma nítida rutura estética com as pré-existências. A presença do novo elemento sobrepõe-se à arquitetura do mosteiro, provocando uma tensão entre a traça contemporânea e a de Diogo Marques Lucas.

Conforme pontuado ao longo da investigação, a intervenção tem aspetos positivos ao evitar a mimetização do passado e o uso do falso-histórico, ao mesmo tempo que se utiliza da estrutura metálica como método construtivo, viabilizando a sua reversibilidade sem causar sequelas significativas ao edifício.

Contudo, não se observa um equilíbrio estético, seja a nível cromático, seja a nível de escala. A cor branca aplicada à cobertura destaca-se nitidamente das pré-existências,

de modo que o projeto poderia ter recorrido, alternativamente, a tons mais sóbrios que dialogassem de forma mais harmónica com o granito presente no claustro. Os pilares brancos e delgados da nova estrutura não se conjugam em cor e em escala com as colunas robustas e maciças em granito, contribuindo para um conflito entre duas escalas distintas. Estes novos elementos poderiam ter sido disfarçados cromaticamente ou mesmo eliminados, em vez de ressaltados, optando-se alternativamente por outras soluções construtivas, como uma cobertura suspensa por uma estrutura em tirantes, de forma a tonar o espaço mais limpo e reduzir o impacto visual da intervenção. Uma cobertura em tirantes relevar-se-ia como uma solução adequada na medida em que não faria uso de pilares e, portanto, não tocaria o chão do claustro, minimizando, assim, a presença da traça contemporânea no espaço. Adicionalmente, esta solução promoveria a clara distinção de planos entre tempos: o plano inferior seria dominado unicamente pela pré-existência e o plano superior seria marcado pela intervenção contemporânea, de forma a tornar o espaço menos conflituoso.

Por fim, e conforme apontado ao longo da análise, a intervenção modifica completamente a essência do claustro enquanto espaço de contacto como o meio exterior. A cobertura compromete a passagem de luz natural para o interior do edifício e bloqueia o contacto visual com o céu, de modo que poderia ter sido estudada uma estrutura manobrável ou uma solução acústica que melhor conjugasse a contemplação visual do meio exterior. É compreensível que o espaço tenha passado por um processo de ressignificação para receber os novos usos, porém, enquanto património, é fundamental que a sua memória seja mantida e promovida.

A análise realizada na presente dissertação contemplou três formas distintas de abordagem do património monástico. Nesse sentido, ressalta-se que as marcas da contemporaneidade foram deixadas em todos os projetos pelos seus autores, porém é necessário ser sensível ao observar a forma com que estas marcas foram inseridas no espaço. A intervenção no património deve priorizar a integridade das pré-existências e, para tal efeito, a assinatura do arquiteto deve ser implementada de forma respeitosa e harmónica com o que lá já existe. Assim, através da análise, pode-se compreender as estratégias praticadas e perceber, de maneira sólida e comparativa, os diferentes níveis com os quais os arquitetos em estudo imprimem a suas assinaturas aos espaços intervencionados.

Chega-se ao fim deste estudo com a compreensão de que os três casos de estudo aqui abordados apresentam como ponto comum o ano de 1834, que se configura como momento de viragem nas suas dinâmicas funcionais e espaciais. É importante ressaltar que os três mosteiros já registavam outros usos para além dos religiosos antes da atribuição das funções atuais e que, portanto, a reutilização adaptativa não é um fenómeno exclusivo da contemporaneidade, mas sim uma característica inerente a estes edifícios enquanto complexos patrimoniais.

Conforme afirma Tomé[410], a capacidade do património em responder às solicitações culturais das várias épocas está intimamente ligada ao próprio sentido evolutivo da arquitetura e é parte integrante da sua existência no tempo. A intervenção física no existente perpassa a procura de uma resposta funcional, mas também a vontade criativa motivada por critérios não utilitários. O equilíbrio entre essas motivações pressupõe uma interpretação crítica do objeto a ser intervencionado, na tentativa de se absorver o seu significado global, em maior ou menor profundidade, como condicionante, ou mesmo como elemento orientador, para a transformação do existente.

A intervenção no património é sensivelmente diferente da construção de uma nova edificação na medida em que age sobre um corpo existente, cuja estrutura formal e espacial já está previamente estabelecida, facto que implica uma relação aprofundada entre arte e técnica e entre construção e estrutura. Nesse sentido, é essencial que se tenha em conta o carácter documental do património, traduzido enquanto fonte de informação histórica, testemunho de dados artísticos, técnicos e culturais[411].

Para o alcance de tal efeito, é fundamental que a reutilização adaptativa de espaços monásticos adote como estratégia a combinação de uma série de fontes de informação, de natureza documental, bibliográfica, iconográfica e fotográfica, entre outras, valendo-se também, e imprescindivelmente, da observação do próprio local para o estabelecimento de diretrizes de projeto. O edifício deve ser compreendido como uma fonte material composta de várias camadas, tal como um palimpsesto a ser lido, interpretado e transcrito[412]. Nesse sentido, as discussões patrimoniais mais recentes têm-

[410] TOMÉ, 2002: 15.
[411] *Idem*, *Ibidem*.
[412] FERREIRA, 2017: 109.

se distanciado da abordagem narcisista e fechada do património e apontado em favor de uma interpretação sistémica, aberta às múltiplas apropriações pela sociedade contemporânea, e intimamente ligada ao território e às comunidades locais[413].

Assim, a reutilização adaptativa afirma-se como um fenómeno inerente ao património enquanto conjunto de valores de identidade, herdados do passado, mas que não se limita a uma visão retrospetiva do mundo. Constitui-se, portanto, de uma prática que, paradoxalmente, atribui novos significados à arquitetura sem retirar-lhe os de outrora, corroborando para o seu entendimento enquanto memória, recurso moldável, referência do passado e elemento de futuro.

O estudo encerra-se como um esforço que procura entender a reutilização adaptativa nos mosteiros portugueses e seus reflexos no espaço monástico. Aqui foram levantados temas que podem alimentar debates direta ou indiretamente relacionados, além de provocar reflexões acerca do futuro desses complexos patrimoniais.

Este percurso finaliza-se como um contributo para a comunidade académica, no sentido em que abre a possibilidade de utilização da metodologia adotada para a análise de outros objetos não abordados aqui. Também fornece dados acerca do fenómeno investigado no enquadramento português para que fomente estudos comparativos da ocorrência do mesmo fenómeno na realidade de outros países. Será que em outras realidades culturais as motivações históricas para a reutilização do património monástico são semelhantes nas suas origens e consequências? As conjunturas políticas e sociais de outros países trouxeram para esta tipologia arquitetónica impactos similares aos experienciados no cenário português? Quais serão as particularidades da manifestação desse fenómeno no contexto de país? O exercício aqui realizado não se trata, portanto, de um ponto de chegada, mas de partida para consubstanciar novas trajetórias investigativas.

[413] *Idem, Ibidem*: 114.

Fontes, Referências, Legislação e Doutrina Internacional

Fontes

ADB-CSBP: *Estados do Mosteiro de São Bento da Vitória*, n. 105, 1807-1810, fls. 15-15v.

Arquivo do Mosteiro de São Bento de Singeverga – *Livro dos Capítulo Geraes*, Cx. 14, Lv. 15, Capítulo Geral de Maio de 1593, Sessão de 22 de Maio, fl. 150.

Arquivo do Mosteiro de São Bento de Singeverga – *Livro dos Capítulo Geraes*, Cx. 14, Lv. 15, Capítulo Geral de Maio de 1596, Sessão de 8 de Maio, fl. 157.

Arquivo do Mosteiro de São Bento de Singeverga – *Livro dos Capítulos Geraes*, Cx. 14, Lv. 15, Junta Geral de Setembro de 1601, Sessão de 28 de Setembro, fls. 203v-204.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Mosteiro de Santo Tirso: Autos de Descrição e Avaliação, Cx. 2248, fl.1v.

Breve do Santíssimo Padre Benedicto XIV, expedido a 23 de agosto de 1756.

DGPC (Direção Geral do Património Cultural) – *Convento de Santa Maria do Bouro*. [online] Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74590> [Acedido a 2 de maio de 2021].

SARAIVA, Frei Luís dos Serafins – *Memórias da Ordem de S. Bento.* [Manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal], século XIX, códice nº 11237.

SIPA, – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00001123. «Convento de Santa Maria do Bouro / Pousada de Santa Maria do Bouro». [online] Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1123 [Acedido a 27 de abril de 2021].

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00004718. «Convento de Cristo / Mosteiro de Cristo». Atualizado em 2006. [online] Disponível em < http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4718> [Acedido a 27 de março de 2021].

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00005069. «Convento do Carmo / Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, GNR, do Carmo». [online] Disponível em < Convento do Carmo / Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, GNR, do Carmo> [Acedido a 7 de março de 2021].

SIPA, – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00005145. «Mosteiro de Santo Tirso / Igreja Paroquial de Santo Tirso / Igreja de Santa Maria Madalena / Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento / Museu Municipal Abade Pedrosa». [online] Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=5145 [Acedido a 24 de julho de 2021].

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00005358. «Mosteiro da Serra do Pilar». [online] Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5358> [Acedido a 2 de fevereiro de 2021].

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00005515. «Convento de São Domingos do Porto / Edifício Douro». [online] Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5515> [Acedido a 26 de março de 2021].

SIPA, – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00005556. «Convento de São Bento da Vitória». Atualizado em 2012. [online] Disponível em: <http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5556> [Acedido a 27 de junho de 2021].

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00006543. «Mosteiro de Santa Maria de Belém / Mosteiro dos Jerónimos / Igreja Paroquial de Belém / Igreja de Santa Maria». Atualizado em 2004. [online] Disponível em <http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6543> [Acedido a 7 de março de 2021].

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, IPA.00006521. «Igreja do Convento do Carmo / Museu Arqueológico do Carmo» [online] Disponível em < http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=6521> [Acedido a 7 de março de 2021].

Referências

ABBAYE DE CLAIRVEAUX (s.d.) - *Histoire de Clairvaux-abbaye*. [online] Disponível em <https://www.abbayedeclairvaux.com/>. [Acedido a 2 de fevereiro de 2021].

ABREU, Pedro (2007) - *Palácios da Memória II: a revelação da arquitectura*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

AFONSO, José Ferrão (2006) - *Sobre um possível Hekhal: aspectos do urbanismo e arquitectura do Olival e da Vitória no Porto (sécs. XIV-XIX)*. «Revista Humanística e Teologia», 27 (1). Porto: Universidade Católica do Porto, pp.67-81.

AFONSO, José Ferrão (2014) - O convento de S. Domingos e o plano urbano do Porto entre os séculos XIII e XVI. In MARADO, Catarina Almeida *edit*. - *Cescontexto - Monastic architecture and the city.* Nº 6. Coimbra: Universidade de Coimbra, pp.35-50.

AJUNTAMENT DE BARCELONA (2015) - *The Torre Girona, from family home to UPC rectorate*. [online] Disponível em < https://ajuntament.barcelona.cat/guardiaurbana/en/noticia/my-new-post-10418_146385>. [Acedido a 14 de fevereiro de 2021].

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968) – *Vias medievais entre Douro e Minho.* Dissertação para obtenção do grau de Licenciatura em História. Porto: Faculdade de Letras.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1988) – *Importância do regadio no Entre-Douro-e-Minho nos séculos XII e XIII*. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Vol. II. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira (1993) - *Património: Riegl e hoje*. «Revista da Faculdade de Letras», Vol. 10: História. Porto: Universidade do Porto.

ALVES, Nogueira Alice (2009) - *Ramalho Ortigão e o culto dos Monumentos Nacionais no século XIX.* Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ARCHDAILY BRASIL (2013) - *Louviers Music School Rehabilitation and Extension / Opus 5 Architectes*. «ArchDaily», 22 de abril de 2013. [online] Disponível em <

https://www.archdaily.com.br/br/01-109902/reabilitacao-e-ampliacao-da-escola-de-musica-de-louviers-slash-opus-5-architectes>. [Acedido a 14 de fevereiro de 2021].

ARCHDAILY BRASIL (2015) - *Reconversão do Convento de Santa Maria do Bouro numa pousada / Eduardo Souto de Moura + Humberto Vieira*. [online] Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira?ad_medium=gallery> [Acedido a 2 de maio de 2021].

ASTON, Michael (1993) - *Monasteries. Know the Landscape Series*. Londres: Batsford.

BARATA, Paulo (2003) – *Os livros e o Liberalismo*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

BARROCA, Mário Jorge (2000) - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422),* vol. II, tomo 1, Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge (2001) - *As Fortificações do Litoral Portuense*. Lisboa: INAPA.

BENTO, Maria José Travassos de Almeida de Jesus (2014) - *Convento De Cristo – 1420/1521 – Mais Do Que Um Século*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade de Coimbra.

BEURDELEY, Michel (1981) - *La France à l'encan 1789-1799. Exode des objets d'art sous la Révolution*. Paris.

BOEKHANDEL DOMINICANEN (s.d.) - *History of Bookshop Dominicanen*. [online] Disponível em <https://libris.nl/dominicanen/history-of-bookshop-dominicanen/>. [Acedido a 14 de fevereiro de 2021].

BOTELHO, Maria Leonor (2010) - *A Historiografia Da Arquitectura Da Época Românica Em Portugal (1870-2010).* Vol. I. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BRANCO, Marco André Alfenim Rosa (2018) - O limite como pretexto: análise de três casos de estudo da obra de Álvaro Siza Vieira. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

BRANDÃO, Mariana (2001) - *Pousadas de Portugal – Três Estudos de Caso: Pousadas de D. Diniz, Santa Marinha da Costa e Santa Maria do Bouro*. Vol. I. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CAL, Rosa (2003) - *La recuperación de los monumentos históricos para acrescentar el turismo*. «Historia y Comunicación Social», vol.8. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, pp.7-19. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/view/HICS0303110007A/19311>. [Acedido a 2 de abril de 2021].

CANNATÁ, Michele; FERNANDES, Fátima (1999) – *Construir no tempo, building upon time. Catálogo da exposição.* Lisboa: Estar-Editora.

CAPELA, José Viriato (2003) - *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga: [s.n.].

CAPELA, José Viriato (2009) - *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património.* Braga: [s.n.].

CASTILLA-LA MANCHA (s.d.) - *Museo de los Concilios y la Cultura Visigoda*. [online] Disponível em <https://cultura.castillalamancha.es/museos/nuestros-museos/museo-de-los-concilios/>. [Acedido a 7 de março de 2021].

CHOAY, Françoise (2001) - *A alegoria do património* (Luciano Vieira Machado, Trad.). São Paulo: Editora Estação Liberdade. (Obra originalmente publicada em 1992).

CHOAY, Françoise (2011) - *As questões do património: antologia para um combate* (Luís Filipe Sarmento, Trad.). Lisboa: Edições 70.

COCHERIL, Maur (1986) – *Routiers des Abbayes Cisterciennes du Portugal*. Paris-Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

COOMANS, Thomas (2005) - *From Romanticism to New Age: The Evolving Perception of a Church Ruin*. «Téoros. Revue de recherche en Tourisme», vol. 24, nº 2. Montreal: L'Université du Québec à Montréal, pp.47-57.

COOMANS, Thomas (2012) – *Reuse of Sacred Places: Perspectives for a Long Tradition*. In COOMANS, Thomas; DIJN, Herman De; MAYER, Jan de; HEYNINCKX, Rajseh; VERSCHAFFEL, Bart *ed.* - *Loci Sacri: Understanding Sacred Places*. Bélgica: Leuven University Press, pp.221-280.

COOMANS, Thomas (2018) – *Life Inside the Cloister - Understanding Monastic Architecture: Tradition, Reformation, Adaptative Reuse*. Bélgica: Leuven University Press.

CORREIA, Francisco Carvalho (1994) – *A Igreja Matriz e o Antigo Mosteiro Beneditino de Santo Tirso*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

CORREIA, Francisco Carvalho (2008) - *O Mosteiro de Santo Tirso de 978 a 1588: a silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela - Servizo de Publicacións e Intercambio Científico.

CORREIA, Francisco Carvalho (2009) - *O Mosteiro de Santo Tirso de 978 a 1588*. Volume I. Santo Tirso: Câmara de Santo Tirso.

CORREIA, Fernando Rui de Alberto Rosado (2003) - *De Conventos a Pousadas (872-1997): a requalificação da função através dos tempos: estudo comparado*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

CORREIA, Graça (2016) – *Eduardo Souto Moura – um desassossego inquietante*. In *Eduardo Souto de Moura: arquitectura, 2005- 2016. Habitar*. «TC Cuardenos», nº 124-125, junio 2016, pp.6-15.

COUTO, Joaquim (2016) – *Museu Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso, Museu Municipal Abade Pedrosa. Projeto e Obra*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

DAVIS, Adam J. (2020) - *From pews to patients – churches have long served as hospitals, particularly in times of crisis*. «The Conversation», 7 de abril de 2020. [online] Disponível em <https://theconversation.com/from-pews-to-patients-churches-have-long-served-as-hospitals-particularly-in-times-of-crisis-136600>. [Acedido a 8 de março de 2021].

DELGADO, Hugo (2017) – *Seis mosteiros beneditinos do Norte juntos para ser Património da Humanidade*. «Observador», 8 de junho de 2017. [online] Disponível em: <https://observador.pt/2017/06/08/seis-mosteiros-beneditinos-do-norte-juntos-para-ser-patrimonio-da-humanidade/>. [Acedido a 14 de agosto de 2021].

DIAS, Anacleto Pereira (1999) - *O Mosteiro de São Bento da Vitória: espaço e música: 1597-1800*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DIAS, Eva Sofia Trindade (2010) – *Memórias do antigo Mosteiro do Couto de Cucujães na Época Moderna: Artistas e Obras (Século XVII a XIX)*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DIAS, Eva Sofia Trindade (2018) – *Renovação Arquitetónica dos Mosteiros e Colégios da Congregação de São Bento de Portugal (Séculos XVI-XIX)*. Vol. 1. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho (1997) - *São Bento da Vitória: quatrocentos anos da fundação do mosteiro*. «O Tripeiro», 7ª série, nº 6-7, pp.162-169.

DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho (2011) – *Quando os Monges ainda eram uma Civilização... Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo*. Porto: Edições Afrontamento.

DOMINGUES, Adelino (2005) - *A Nobre Vila de Bouro Santa Maria*. Amares: Município de Amares.

ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA CONDE DE SÃO BENTO - *História da Escola.* [online] Disponível em: <https://epacsb.pt/historia.php> [Acedido a 18 de julho de 2021].

FARIA, Óscar (2001) - *«Um Porto de Fado» no renovado claustro do Convento de São Bento da Vitória*. «Público», 14 de Agosto de 2001. [online] Disponível em: <https://www.publico.pt/2001/08/14/jornal/um-porto-de-fado-no-renovado-claustro-do-convento-de-sao-bento-da-vitoria-160800>. [Acedido a 19 de junho de 2021].

FERNANDES, José Manuel (1999) - *Pousadas de Portugal: obras de raiz e em monumentos*. In CALDAS, João Vieira, *coord.* - *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN e Livros Horizonte, p.159-177.

FERNANDES, José Manuel (2010) – *O impacte da Carta de Veneza na conservação e restauro do património arquitectónico*. In CUSTÓDIO, Jorge, *coord. – 100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, p.237-241.

FERREIRA, Ana Catarina Rocha (2020) - *Proposta de valorização de um sistema patrimonial: Enoretiro de S.Pedro das Águias*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

FERREIRA, Fátima (2012) - *Grande Livraria de Santiago vai nascer em Óbidos*. «Gazeta das Caldas», 17 de fevereiro de 2012. [online] Disponível em <https://gazetadascaldas.pt/sociedade/grande-livraria-de-santiago-vai-nascer-em-obidos/>. [Acedido a 14 de fevereiro de 2021].

FERREIRA, Teresa Cunha (2015) – *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real. Reconhecimento, análise, interpretação*. Guimarães: Lab2PT, Escola de Arquitectura, Universidade do Minho.

FERREIRA, Teresa Cunha (2017) – *The adaptative reuse of monastic structures. Portuguese exemples and didatic experiences.* In FIORANI, Donatella; KEALY, Loughlin; MUSSO, Stefano Francesco, *ed.* - *Conservation – Adaptation. Keeping alive the spirit of the place. Adaptive reuse of heritage with symbolic value.* Hasselt: EAAE – European Association for Architectural Education, pp. 105-116.

FONTES, Luis de Oliveira (1998) - *Mosteiro de Santa Maria de Bouro, Amares, aproximação arqueológica à evolução arquitectónica do edificado pós-medieval*. Comunicação apresentada ao colóquio «Cister: Espaços, Territórios, Paisagens», Alcoçaba, 16 a 20 de Junho de 1998.

FREITAS, Isabel Vaz de; SILVA, João Paulo Machado da (2013) - *A água, o Mosteiro de Santo Tirso e a Levada de Pereiras*. In VALDIVIESO, M. Isabel del Val *coord.* - *Monasterios y recursos hídricos en la Edad Media.* Madrid: Almudayna, pp. 91-104.

GOMES, Saul António (2006) - A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos séculos XVI e XVII: elementos para o seu conhecimento. «Lusitania Sacra: Catolicismo e Sociedade na Época Moderna: o Terramoto de 1755», nº 18 (2006), p. 375-431.

GONÇALVES, Mara (2018) - *Quando os loucos sonham uma vila para a literatura.* «Público», 21 de abril de 2018. [online] Disponível em <https://www.publico.pt/2018/04/21/fugas/noticia/obidos-quando-os-loucos-sonham-uma-vila-para-a-literatura-1810646>. [Acedido a 7 de março de 2021].

GUERREIRO, Duarte e BOBONE, Vasco D'Orey, coord. (1997) – Pousada Sta. Maria do Bouro. Lisboa: ENATUR S.A.

JORNAL DE NOTÍCIAS (1989) - *Mosteiro de Bouro motiva protestos da Câmara de Amares ao IPPC*. Jornal de Notícias, 17 de setembro de 1989, p.12.

JORNAL DE NOTÍCIAS (1990) - *Obras no Convento de Bouro avançam já no próximo ano*. Jornal de Notícias, 19 de setembro de 1990.

JORNAL DE NOTÍCIAS (1992) - *Convento de Bouro não deve tornar-se hotel*. Jornal de Notícias, 8 de dezembro de 1992.

JORNAL DE NOTÍCIAS (1999) - *Eduardo Souto Moura «Acredito na transpiração e não na inspiração»*. Jornal de Notícias, Notícias Magazine, 25 de julho de1999.

JORNAL PÚBLICO (1994) - *Abadia do Bouro será transformada em pousada*. Jornal Público, 30 de março de 1994, p.27.

JORNAL PÚBLICO (2000) - *Uma Ruína em Boa Forma*. Jornal Público, Público, 2 de abril de 2000, n.201, p.62.

KLAARENBEEK, Reinout (2019) – *The Secularisation of Urban Space: Mapping the Afterlife of Religious Houses in Brussels, Antwerp and Bruges*. In COOMANS, Thomas; CATTOOR, Bieke; DE JONGE, Krista *ed.* - *Mapping Landscapes in Transformation.* Bélgica: Leuven University Press, pp.237-257.

LENS, K. (2011) – *Conservation of monasteries by adaptive reuse: diversified program as a source of inspiration in past and future?* Bélgica: University of Hasselt.

LE GOFF, Jacques; RÉMOND, René, *ed.* (1991) - *Histoire de la France religieuse, III: Du roi très chrétien à la laïcité républicaine (XVIIIe-XIXe siècle).* Paris: Seuil.

LIMA, Maria Madalena Gonçalves da Costa (2013) - *Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LINS, Eugénio de Ávila (2002) – *Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil*. *Século XVI a XIX*. 3 Volumes. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

LUEG, Rebecca (2011) – *Houses of God… or not? Approaches to the adaptative reuse of churches in Germany and the United States.* Dissertação de Mestrado. Estados Unidos: University of Maryland.

MARTÍNEZ, Susana Gómez; LOPES, Virgílio; TORRES, Claúdio; PALMA, Maria de Fátima; MACIAS, Santiago (2009) - *Mértola Islâmica. A madina e o arrabalde*. «Xelb 9. Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves 23, 24 e 25 de Outubro 2008)» Silves: Câmara Municipal de Silves, pp.407-429.

MARTINS, Ana Maria Tavares Ferreira (2006) - *Espaço monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem.* In DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO, *org*. - *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.85-107.

MATTA, José Caeiro da (1905) - *Condição legal das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal desde 1834*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

MATTOSO, José *dir.* (1997) - *História de Portugal vol. I - A monarquia feudal (1096-1480)*. Editorial Estampa.

Memória Descritiva do Projeto de Arquitetura. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021].

MONCÓVIO, Susana Maria Simões (2014) - *O Centro Artístico Portuense (1880-1893) - Socialização do Ensino, da História e da Arte Moderna no Portugal de Oitocentos*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MOREIRA, Susanna (2019) - *O que é reuso adaptativo?* Disponível em < https://www.archdaily.com.br/br/926724/o-que-e-reuso-adaptativo>. [Acedido a 23 de janeiro de 2021].

MORENO, Humberto Baquero*, dir.* (1997) - *O Mosteiro de S. Bento da Vitória 400 anos*. Porto: [s.n.].

MOTA, Salvador Magalhães (2001) - *O Mosteiro de Santa Maria do Bouro: breve resenha histórica e económica*. In CAPELA, José - *Terras de Bouro, o homem e a serra*. Braga: Câmara Municipal de Terras do Bouro, p.41-56.

MOTA, Salvador Magalhães (2006) - *Cistercienses, camponeses e economia rural no Minho na época do antigo regime*: *o Mosteiro de Santa Maria de Bouro e o seu domínio*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

MOURA, Eduardo Souto de (1993) - *Memória Descritiva, da autoria do arq° Souto Moura. Convento de st^{a} Maria do Bouro. Amares-Braga.* 21 de Dezembro de 1993.

MOURA, Vera Lúcia Alves (2014) - *O Diálogo com o mosteiro beneditino de Santo Tirso*. Dissertação de Mestrado. Escola de Arquitetura da Universidade do Minho.

MUSEUM SCHNUETGEN (s.d.) - *Museum Schnuetgen – The Museum*. [online] Disponível em <https://www.museum-schnuetgen.de/The-museum>. [Acedido a 9 de fevereiro de 2021].

NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION (2011) - *The Greenest Building: Quantifying the Environmental Value of Building Reuse.* National Trust for Historic Preservation: Estados Unidos da América.

NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista (1995) - *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.

«O Amigo da Religião», nº 24, 13 de Agosto de 1862. Lisboa.

OLIVEIRA, Paulo João da Cunha (2005) – *A Congregação Beneditina Portuguesa no Percurso para a Extinção (1800-1834)*. Viseu: Palimage Editores. ISBN 972-8575-91-2.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de (2009) - *O Equilíbrio em Camillo Boito*. «Vitruvius», ano 08, fev. 2009. [online] Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049>. [Acedido a 20 de junho de 2021].

«O Panorama», 3º da 1ª série, nº94, 16 de Fevereiro de 1839.

OUDE KERK (s.d.) - *Oude Kerk Amsterdam*. [online] Disponível em <https://oudekerk.nl/en/>. [Acedido a 9 de fevereiro de 2021].

PEREIRA, Ana Cristina da Cunha (2007) – *Os Conventos do Porto: descontinuidades, transformação e reutilização*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

PEREIRA, Paulo (2001) - *Lugares de passagem e o resgate do tempo*. In «Estudos/Património», n.º 1. Lisboa: IPPAR, p.6-16.

PEREIRA, Paulo (2010) – *Sob o signo de Sísifo. Políticas do património edificado em Portugal, 1980-2010*. In CUSTÓDIO, Jorge, *coord. – 100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, p.361-280.

PEREIRA, Paulo (2020) – *Património Monástico – Reflexão*. In PONTE, António *dir.* - *Convento de Vilar de Frades: perspetivas de intervenção 1994-2008*. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura.

PIMENTA, Anita Alves (2015) – *Intervenção de Edifícios Antigos em Arquitetura Corrente*. Dissertação de mestrado. Vila Nova de Cerveira: Escola Superior Gallaecia.

PIMENTEL, Alberto (2011) – *Santo Thyrso de Riba d'Ave*. (Texto original de 1902). Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso.

POULOT, Dominique (2001) - *Patrimoine et musées. L'institution de la culture*. Paris: Hachette.

PRISTA, Marta Lalanda (2011) – *Discursos sobre o passado: Investimentos Patrimoniais nas pousadas de Portugal*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

REBELO, Elvira Maria Almeida (2001) - *Da clausura ao século : o destino de dois espaços conventuais do Porto. Materialidades, memórias e património*. Dissertação de mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RESENDE, Nuno (2015) – *Cister no Douro: Modo de Composição*. In RESENDE, Nuno; SEBASTIAN, Luis, coord. – *Cister no Douro*. Lamego: DRCN, Museu de Lamego e Vale do Varosa.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1993) - *A Regeneração e seu significado*. In MATTOSO, José *dir.* - *História de Portugal*. Vol.5. Lisboa: Círculo de Leitores.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (2011) - *A Memória de um Mosteiro - Santa Maria de Arouca (Séculos XVII-XX): das construções e das reconstruções*. Edições Afrontamento.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (2017) - *A Retórica do Espaço na Arquitetura Religiosa Portuguesa nos Séculos XVI a XVIII*. «Quintana», nº 16, pp. 79-102.

RIEGL, Alois (2014) – *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.* (Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel, Trad.). São Paulo: Perspectiva.

RODRIGUES, Fabiel Gonçalves (2014) - A Influência da Arquitetura Cisterciense na

Arquitetura Religiosa Contemporânea. Dissertação de Mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

RODRIGUES, Jacinto (1992) - *Álvaro Siza, Obra e Método*. Porto: Civilização.

RODRIGUES, Paulo Alexandre Simões (1998) - *Património, Identidade e História. O valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

RODRIGUES, Paulo Alexandre Simões (2010a) – *O longo tempo do património. Os antecedentes da República (1721-1910)*. In CUSTÓDIO, Jorge, *coord. – 100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, p.19-31.

RODRIGUES, Rute Andreia Massano (2010b) - *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição de Sacavém – entre a secularização e as propostas de reutilização cultural*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

RODRIGUES, Rute Andreia Massano (2017) – *Entre a Salvaguarda e a Destruição: A Extinção das Ordens Religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa.

ROSAS, Lúcia (1995) – *Monumentos Pátrios. A Arquitectura religiosa e medieval – património e restauro (1835-1928)*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ROSAS, Lúcia (2010) – *A génese dos monumentos nacionais*. In CUSTÓDIO, Jorge, *coord.* – 100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, pp.41-46.

ROQUE, Isabel (2010) – *Arrolamento dos bens religiosos e o seu impacto na Museologia*. «Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte», Vol. 6.

SALGADO, José (2005) - *Álvaro Siza em Matosinhos*. Matosinhos: Afrontamento.

SANTOS, Artur Filipe dos (2017) – *Mosteiro de S. Bento da Vitória. A Estátua do Porto. Coleção de Manuais da Universidade Sénior Contemporânea.* Porto: Universidade

Sénior Contemporânea. [online] Disponível em: <https://www.slideshare.net/arturfilipesantos/s-bento-da-vitria-e-esttua-do-porto-artur-filipe-dos-santos-histria-do-porto>. [Acedido a 27 de junho de 2021].

SCHAER, Roland (1993) - *L'invention des musées*. Paris: Gallimard.

SCHILDGEN, Brenda Deen (2008) - *Heritage or Heresy : Preservation and Destruction of Religious Art and Architecture in Europe*. New York: Palgrave Macmillan.

SEBASTIÁN, Santiago (1991) - *Iconografia del Claustro Barroco en Portugal, Espanha e Iberoamérica*. In *I Congresso Internacional do Barroco: Actas*. II Volume. Porto: Reitoria da Universidade do Porto / Governo Civil do Porto, pp.403-417.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. Oliveira, *coord.* (1987). *Nova História de Portugal, Portugal da Monarquia para República*. Vol. 11. Lisboa: Presença.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. Oliveira, *dir.* (1990) - *Nova História de Portugal, Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Vol. 9º. Lisboa: Presença.

SILVA, António Martins da (1981) – *A venda dos bens nacionais: a carta de lei de 15 de Abril de 1835 (I)*. «Revista Portuguesa de História», tomo XIX, pp.111-115.

SILVA, Raquel Henriques da; ESCOLANO, Victor Perez, *introd.* (2004) - *Carlos Guimarães / Luís Soares Carneiro Obras e Projectos, 1988-2003*. Porto: Edições ASA.

SOARES, Clara Moura; RODRIGUES, Rute Massano (2011) - *A salvaguarda do património histórico-artístico na regência de D. Pedro IV: a consciência patrimonial no contexto das guerras liberais*. In RODRIGUES, José Delgado; PEREIRA, Sílvia Pereira *ed. - Actas do Simpósio Património em construção, Contextos para a sua preservação*. Lisboa: LNEC, p.351-358.

SOARES, Clara Moura (2014) - *A extinção das ordens religiosas em Portugal na implantação do Liberalismo: efeitos sobre o património artístico dos conventos*. in RODRIGUES, José Delgado *ed. - De Vilollet-le-Duc à Carta de Veneza Teoria e prática do restauro no espaço ibero-americano, Livro de Atas*. Lisboa: LNEC, pp. 9-15.

SOARES, Clara Moura; NETO, Maria João (2015) - *Almeida Garrett : A «Viagem» e o Património*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *dir.* (2005) - *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento: Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.

SOUTO, Maria Leonor Martins (2021) - *Percursos na Arte Contemporânea: O Museu Internacional de Escultura Contemporânea de Santo Tirso*. Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

THE NEW YORK TIMES (2020) - *Cathedral of St. John the Divine, Including Crypt, Will Become a Hospital*. «The New York Times», 6 de abril de 2020. [online] Disponível em <https://www.nytimes.com/2020/04/06/nyregion/cathedral-st-john-the-divine-coronavirus-field-hospital.html>. [Acedido a 8 de março de 2021].

TOMÉ, Miguel (2002) – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações.

TOSTÕES, Ana (2015) - *A Idade Maior, Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*. Porto: FAUP Publicações.

VAN DE VIJVER, D. (2007) - *La ville en chantier: l'espace urbain sécularisé et la 'nouvelle place', 1780–1830*. In: BAUDOUX-ROUSSEAU L.; CARBONNIER, Y. *ed* - *La place publique urbaine du Moyen Âge à nos jours*. Arras: Artois Presses Université.

VARAS, Ignacio González (2015) - *Patrimonio Cultural: Conceptos, Debates y Problemas.* Madrid: Ediciones Cátedra.

VEILLEUX, Armand (2012) – *What makes a Monastery a Sacred Place?* In COOMANS, Thomas; DIJN, Herman De; MAYER, Jan de; HEYNINCKX, Rajseh e; VERSCHAFFEL, Bart *ed.* - *Loci Sacri: Understanding Sacred Places.* Bélgica: Leuven University Press, pp.29-34.

VOS, Els De; STORGAARD, Eva (2018) – *Teaching re-use strategies for modernist buildings. A case study handbook for a joint European master in architecture.* Antuérpia: Universidade da Antuérpia.

WONG, Liliane (2017) – *Adaptive Reuse – Extending the Lives of Buildings*. Basel: Birkhaüser.

WOODWARD, George William Otway (1972) - *The Dissolution of the Monasteries*. Londres: Pitkin.

Legislação e Doutrina Internacional

Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822, assinada pelo Secretário de Estado dos Negócios de Justiça, José da Silva Carvalho, registada a 25 de Outubro e publicada na Chancelaria Mor da Corte e Reino no 26 de Outubro. Disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/12/7/p300>. [Acedido a 3 de abril de 2021].

Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada. 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, 1995. Disponível em <https://www.culturanorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1995__carta_de_lisboa_sobre_a_reabilitacao_urbana_integrada-1º_encontro_luso-brasileiro_de_reabilitacao_urbana.pdf?x69634>. [Acedido a 23 de março de 2021].

Carta de Cracóvia. Art. 10º. Princípios para a conservação e o restauro do património construído. Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000.

Carta de Veneza. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Maio de 1964.

Collecção official de legislação portugueza. Anno de 1984. Lisboa: Imprensa Nacional, 1895.

Decreto de 20 de Abril de 1911.

Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29-09-1977.

Decreto de 16-06-1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910.

Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26-02-1982.

Decreto n.º 38 491, DG, I Série, n.º 230, de 6-11-1951.

Decreto nº 42 007, DG, 1ª Série, nº 265 de 06 de dezembro de 1958.

Índice de Figuras

Figura 1 – *O motim calvinista iconoclasta de 20 de agosto de 1566,* de Franz Hogenberg, ilustra o movimento iconoclasta e a destruição da arte religiosa do interior das igrejas. São representados ataques à estatuária e aos vitrais. Fonte: [online] Disponível em: < https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4a/Frans_Hogenberg_-_The_Calvinist_Iconoclastic_Riot_of_August_20%2C_1566_-_WGA11470.jpg > [Acedido a 27 de fevereiro de 2021] 28

Figura 2 – Retábulo do altar da catedral de Utrecht, datado do século XV, apresenta imagens destruídas durante o movimento iconoclasta *Beeldenstorm*, nos Países Baixos. Fonte: [online] Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Beeldenstorm#/media/Ficheiro:UtrechtIconoclasm.jpg > [Acedido a 27 de fevereiro de 2021] 28

Figura 3 – A abadia do Monte Saint-Michel, em França, foi utilizada como prisão. Fonte: [online] Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Le_Mont-Saint-Michel#/media/Fichier:Mont-Saint-Michel_vu_du_ciel.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021] 35

Figura 4 – O mosteiro da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, passaria a abrigar um quartel em virtude de conflitos militares. Fonte: [online] Disponível em: < https://www.culturanorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/Mosteiro-da-Serra-do-Pilar_pilar_6_47247182054edc0535e83f-720x460.jpg?x69634> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021] 35

Figura 5 – Escola de música de Louviers no Claustro dos Penitentes, em Louviers, França. Fonte: [online] Disponível em: <https://images.adsttc.com/media/images/5166/f813/b3fc/4b50/8800/0027/large_jpg/louviers_3_-_credit_-_Luc_BOEGLY.jpg?1365702673> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021] 36

Figura 6 – Escola de música de Louviers no Claustro dos Penitentes, em Louviers, França. Fonte: [online] Disponível em: <https://images.adsttc.com/media/images/5166/f813/b3fc/4b50/8800/0027/large_jpg/louviers_3_-_credit_-_Luc_BOEGLY.jpg?1365702673> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021] 37

Figura 7 – Sala do *Musée des Monuments Français* situada na antiga capela do *Couvent des Petits-Augustins,* em Paris. Fonte: [online] Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Musée_des_Monuments_français_(1795)#/media/Fichier:Jean-Lubin_Vauzelle_-_La_Salle_d'introduction_du_musée_des_Monuments_français.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021] 38

Figura 8 – O *Schnütgen Museum*, em Colónia, Alemanha, tem seu acervo de arte religiosa exposto na Igreja de Santa Cecília. Fonte: [online] Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Schnütgen_Museum#/media/File:Museum_Schnütgen_-_Innenaufnahmen-6428.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021] 38

Figura 9 – Exposição de arte contemporânea no interior da *Oude Kerk*, em Amsterdam. Fonte: [online] Disponível em: <https://oudekerk.nl/wp-content/uploads/2017/03/002.OUDE-KERK-SARAH-VAN-SONSBEECK-2017-PH.GJ_.vanROOIJ-1.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021] 39

Figura 10 – Sala de exposição no *Museo de los Concilios y la Cultura Visigoda*, em Toledo, Espanha. Fonte: [online] Disponível em: <https://cultura.castillalamancha.es/sites/cultura.castillalamancha.es/files/2018-08/MU-CONCL-TO-2.jpg> [Acedido a 7 de março de 2021] 40

Figura 11 – Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, Portugal. Fonte: [online] Disponível em: <https://offloadmedia.feverup.com/lisboasecreta.co/wp-content/uploads/2019/10/16102118/1641047433_93e5e0e884_h-1024x684.jpg> [Acedido a 7 de março de 2021] 41

Figura 12 – Livraria Dominicanen, em Maastricht, Países Baixos. Fonte: [online] Disponível em: <https://static.dezeen.com/uploads/2007/12/2007_000190.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021] 42

Figura 13 – A Livraria de Santiago ocupa o interior da igreja, em Óbidos. Fonte: Acervo do autor.....43

Figura 14 – Supercomputador *MareNostrum* na capela de *Torre Girona*, em Barcelona, Espanha. Fonte: [online] Disponível em: <https://www.bsc.es/sites/default/files/public/gallery/2017_bsc_superordenador_marenostrum-4_barcelona-supercomputing-center.jpg> [Acedido a 14 de fevereiro de 2021] 44

Figura 15 – Igreja ao norte de França dedicada ao tratamento de feridos de guerra durante a I Guerra Mundial (1914-1918). Fonte: [online] Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/73/Hospital_Unpreparedness_NGM-v31-p343.jpg/1024px-Hospital_Unpreparedness_NGM-v31-p343.jpg?1615246088931> [Acedido a 8 de março de 2021] 45

Figuras 16 e 17 – Desenhos dos alçados norte e poente da igreja do mosteiro da Batalha, de autoria do arquiteto irlandês James Murphy (1760-1814). Durante sua passagem por Portugal em 1789, o arquiteto iria se ocupar por medir e desenhar exaustivamente o edifício, tornando-se fonte única para o conhecimento do mosteiro que seria reconfigurado ao longo dos anos. Fonte: MURPHY, James (1795) – *Plans Elevations Sections and Views of the Church of Batalha, in the Province of Estremadura in Portugal, with the History and Description by Fr. Luis de Sousa; with remarks. To which is prefixed an Introductory Discourse on the Principles of Gothic Architecture by James Murphy Archt*. Londres: I. J. Taylor, p.91 e 101.....61

Figura 18 – Alçado poente da igreja do mosteiro da Batalha nos dias atuais. As obras do restauro oitocentista conduzidas no mosteiro iriam por um lado evidenciar a estética gótica e manuelina do complexo, mas por outro apagaria sua memória barroca e maneirista, facto que ilustra o método de restauro daquele contexto pela valorização da época medieval. Fonte: [online] Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/33/Mosteiro_da_Batalha_78a.jpg/1920px-Mosteiro_da_Batalha_78a.jpg> [Acedido a 26 de abril de 2021] 62

Figuras 19 e 20 – Os 131 boletins da DGEMN compõem-se pelas grandes intervenções realizadas por aquele organismo ao longo dos anos, retratando seus critérios de intervenção e a sua filosofia de atuação. Nas figuras estão as edições 102 e 119, referentes ao Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, e ao Convento dos Loios, em Évora, respetivamente. Fonte: [online] Disponível em: <http://www.livraria-varadero.com/> [Acedido a 8 de maio de 2021] 73

Figuras 21 e 22 – O aspeto da fachada do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, antes e depois das obras de restauro conduzidas pela DGEMN revelam uma reconstrução de estética asséptica, numa tentativa de recomposição do passado. Fonte: PIMENTEL, Jorge Cunha (2004) – *Rogério de Azevedo e o Paço dos Duques em Guimarães*. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo Escola Superior Artística do Porto.....74

Figura 23 – Na intervenção do arquiteto Fernando Távora no mosteiro de Santa Marinha da Costa para adequação à pousada, o diálogo entre a estética do passado e a contemporânea é evidenciada na volumetria da ala de ampliação. Fonte: [online] Disponível em: <https://www.publico.pt/2012/11/17/jornal/tavora-por-siza-25601099> [Acedido a 8 de maio de 2021] 75

Figura 24 – A hospedaria do Mosteiro de Tibães, em Braga, é projeto dos arquitetos Paulo Freitas e Maria João Marques e faz parte da alargada operação de reabilitação do complexo. Na imagem, nota-se o contraste entre o novo e as pré-existências nos espaços exteriores, não somente pela evidência do desenho de traça contemporânea, mas também pelos materiais aplicados. Fonte: [online] Disponível em:

<https://divisare.com/projects/391093-paulo-freitas-e-maria-joao-marques-arquitectos-luis-ferreira-alves-hospedaria-do-mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes> [Acedido a 8 de maio de 2021] 79

Figuras 25 e 26 – Aspeto do interior dos quartos da hospedaria no Mosteiro de Tibães. Fonte: [online] Disponível em: <https://divisare.com/projects/391093-paulo-freitas-e-maria-joao-marques-arquitectos-luis-ferreira-alves-hospedaria-do-mosteiro-de-sao-martinho-de-tibaes> [Acedido a 8 de maio de 2021] ...79

Figura 27– Gráficos representativos dos percentuais das principais novas utilizações dos mosteiros em Portugal, de acordo com dados coletados no Inventário do Património Arquitetónico do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) em 1 de maio de 2021. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). Gráficos de autoria própria.....83

Figura 28– Gráfico representativo dos tipos de propriedade dos mosteiros com novas utilizações em Portugal, de acordo com dados coletados no Inventário do Património Arquitetónico do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) em 1 de maio de 2021. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). Gráficos de autoria própria. 84

Figura 29– Mapa de localização do mosteiro de Santa Maria do Bouro. Observa-se a implantação do complexo monástico na sua envolvente, onde predomina a paisagem natural. Fonte: Google Earth com posterior edição do autor. 90

Figura 30– Percurso cronológico do mosteiro de Santa Maria do Bouro após a Extinção das Ordens Religiosas. Fonte: CAPELA, 2003 e BRANDÃO, 2001. Gráficos de autoria própria.....95

Figura 31– Pousada Mosteiro Crato. Fonte: [online] Disponível em: <https://pesweb.azureedge.net/spimg/hotelphotos/hotel-crato-pool4.jpg?scale=downscaleonly&encoder=freeimage&progressive=true&quality=70&w=1440&h=680&mode=crop> [Acedido a 13 de junho de 2021]. 99

Figura 32– Pousada Convento Arraiolos. Fonte: [online] Disponível em: <https://pesweb.azureedge.net/spimg/hotelphotos/hotel-arraiolos-cloisters1.jpg?scale=downscaleonly&encoder=freeimage&progressive=true&quality=70&w=1440&h=680&mode=crop> [Acedido a 13 de junho de 2021]. 99

Figura 33– Planta do Mosteiro de Santa Maria do Bouro (Piso 1) antes da intervenção. A comparação entre as plantas do mosteiro anterior (figura 33) e posterior à intervenção (figuras 34 e 41) torna percetível que as dimensões dos espaços se mantiveram as mesmas na sua generalidade. Contudo, foram realizadas algumas aberturas e fechamentos de vãos, assim como a introdução de novas divisões nos interiores dos ambientes. Fonte: SIPA com posterior edição do autor. 101

Figura 34– Mosteiro de Santa Maria do Bouro - Planta Piso 1. A correspondência funcional entre as novas funções e as antigas é notada pela implantação dos quartos da pousada (número 4) nos espaços das antigas celas, bem como o restaurante (número 11) no antigo refeitório. Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021]. 102

Figura 35– Mosteiro de Santa Maria do Bouro - Planta Piso 2. Nota-se a implantação dos quartos da pousada (número 4) nos espaços das antigas celas como estratégia de correspondência funcional. Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021] 103

Figuras 36 e 37– À esquerda, croqui do projeto dos quartos da pousada. À direita, quarto após a realização das obras de adaptação nas antigas células. Fonte: Archdaily.com.br. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021] 103

Figura 38– A Cozinha velha, que atualmente configura o salão de refeições da pousada, é composta por três espaços separados por arcos abatidos e caracteriza-se pela presença de uma grande chaminé, além dos dois lavabos inscritos em arcos plenos e da grande mesa de pedra ao centro. Na planta assinala-se o ponto de perspetiva da fotografia apresentada através do cone de vista. Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografia do acervo do autor. 104

Figura 39– Fotografia 1: Fachada principal do mosteiro e da igreja monástica. Fotografia 2: Cemitério do complexo monástico, situado na parte posterior da igreja. Fotografia 3: Porta dos Carros. Fotografia 4: Escada de acesso ao primeiro piso. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Plantas de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor. 105

Figura 40– Mosteiro de Santa Maria do Bouro - Planta Piso -1. Neste nível toma forma o novo corpo do edifício, o qual reúne funções técnicas e de serviço. Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021] 107

Figura 41– Mosteiro de Santa Maria do Bouro - Planta Piso 0. Nota-se que a parte superior do novo corpo construído dá lugar a uma plataforma onde se estabelece o terraço (número 7). Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021] 108

Figura 42– Fotografia 1: Fachada sul do mosteiro contemplando, na parte inferior, o novo volume criado pelos arquitetos da intervenção. Fotografia 2: Escadaria que conecta o edifício e a área de lazer. Fotografia 3: Fachada sul com o novo corpo do edifício recoberto por vegetação. Fotografia 4: A parte superior do novo corpo do edifício constitui de uma plataforma usada como esplanada para a contemplação da paisagem envolvente. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor. 109

Figura 43– Fotografia 1: Pátio das laranjeiras. Fotografia 2: Balcão em aço cortén. Fotografia 3: Receção da pousada com elevador de estrutura metálica. Fotografia 4: Pormenor da fachada sul do edifício, com o uso do vidro nos vãos das janelas. Fotografia 5: Corredor dos quartos com aço cortén aplicado ao teto. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor. 112

Figura 44– Fotografia 1: A austeridade da decoração é notada nas zonas de estar da pousada. Fotografia 2: Zona de estar com lareira. Fotografia 3: Bar. Fotografia 4: Porta original do mosteiro utilizada como elemento decorativo. Fotografia 5: Zona de estar. Fotografia 6: Elementos decorativos no hall adjacente à receção. Fotografia 7: Mesa de bilhar. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor. 114

Figura 45– Mosteiro de Santa Maria do Bouro – Planta de Implantação. Através da planta percebem-se os novos usos atribuídos à cerca monástica. Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/769336/reconversao-do-convento-de-santa-maria-do-bouro-numa-pousada-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira> [Acedido a 3 de junho de 2021] 115

Figura 46– Fotografia 1: Paisagem natural característica da envolvente do complexo monástico. Fotografia 2: Trajeto externo conta com uveiras e canalização da água. Fotografia 3: Piscina. Fotografia 4: Zona de estar externa. Fotografia 5: Espelho d'água. Fotografia 6: Quadra de ténis. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor.....116

Figura 47– Jardim na cobertura do edifício como referência à vegetação espontânea presente nas ruínas.

Fonte: [online] Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.au/LocationPhotoDirectLink-g1190966-d241755-i236520248-Pousada_Mosteiro_de_Amares-Amares_Braga_District_Northern_Portugal.html> [Acedido a 3 de junho de 2021]. 117

Figura 48– Vista da cobertura antes da intervenção. Fonte: TOMÉ, Miguel (2002) – Património e Restauro em Portugal (1920-1995). Porto: FAUP Publicações, p.235. 119

Figuras 49 e 50– Vista da fachada do mosteiro em ruína em 1946 e 1962, respetivamente. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) 119

Figura 51– Fotografia 1: Pormenor do claustro retrata laranjeiras e banco em forma de «U». Fotografia 2: As alas ao redor do claustro foram mantidas descobertas com a intenção de fortalecer a o aspeto de ruína e o caráter escultórico dos elementos do claustro. Fotografia 3: Pormenor mostra ausência de cobertura. Fotografia 4: A presença de duas caleiras confrontantes ao centro do claustro é um reflexo da competência cisterciense na exploração da água. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor. 120

Figura 52– Mapa de localização do mosteiro de São Bento da Vitória, na cidade do Porto. O complexo monástico insere-se na malha urbana, ocupando um quarteirão por completo. A dimensão do edifício o destaca das construções de sua envolvente, dada a grandiosidade de sua escala. Fonte: Google Earth com posterior edição do autor. 124

Figura 53– Mapa de distribuição da Ordem Beneditina em Portugal – séc XVII. Fonte: MARQUES, João Francisco. *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640/1668*, tomo II. 125

Figura 54– Implantação da igreja de S. Bento da Vitória em terreno de cota elevada, com fachada voltada para a Sé do Porto. Fonte: [online] Disponível em: <http://pin.amp.pt/recurso/125> [Acedido a 3 de julho de 2021]. 128

Figura 55– Implantação do edifício na malha urbana com a respetiva identificação das vias envolventes. Fotografia 1: Fachada da igreja monástica, onde inserem-se as imagens de São Bento, Santa Escolástica e Santa Gertrudes. Fotografia 2: Acesso à igreja pela Rua de São Bento da Vitória. Fotografia 3: Travessa das Taipas, espaço onde os monges mantinham uma horta. Fotografia 4: Vista do encontro entre a Rua das Taipas e a Travessa das Taipas. Fotografia 5: Vista da Travessa de São Bento, evidenciando o exterior da capela-mor da igreja. Na imagem, assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Google Earth com posterior edição do autor. Fotografias do acervo do autor. 129

Figura 56– Percurso cronológico do mosteiro de São Bento da Vitória. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) e PEREIRA (2007). Gráficos de autoria própria. 133

Figuras 57 e 58– Vistas das fachadas do mosteiro antes de serem rebocadas e caiadas durante a requalificação. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA).....134

Figura 59– Planta esquemática ilustrando a atribuição das partes do mosteiro de São Bento da Vitória às diferentes entidades. Fonte: Planta base extraída de SANTOS (2017) com posterior edição e adaptação pelo autor fundamentadas por visita ao edifício em dezembro de 2019. 136

Figura 60– Distribuição do novo programa das diferentes entidades no mosteiro de São Bento da Vitória. Fonte: Planta base extraída de SANTOS (2017) com posterior edição e adaptação pelo autor fundamentadas por visita ao edifício em dezembro de 2019 136

Figura 61– Antiga cela do mosteiro convertida em sala do setor administrativo do Arquivo Distrital do Porto. Fonte: Acervo do autor.....137

Figura 62– Sala de armazenagem de documentos do Arquivo Distrital do Porto toma forma nos antigos dormitórios coletivos. Fonte: Acervo do autor. 138

Figura 63– Corredor da ala dos antigos dormitórios e celas, atualmente convertidos em salas do setor administrativo do Arquivo Distrital do Porto. Fonte: Acervo do autor. 138

Figuras 64 e 65– Porta da antiga capela do mosteiro, marcada pela presença do frontão triangular e das inscrições beneditinas. Fonte: Acervo do autor. 139

Figura 66– Antigo refeitório convertido em sala de exposições do Arquivo Distrital do Porto. Fotografia 1: Vista para a porta de entrada do ambiente, junto da qual se evidencia a presença de dois lavabos em pedra. Fotografia 2: Porta de acesso ao Claustro Nobre, atualmente interrompida. Fotografia 3: Vista para a extremidade oposta do ambiente, onde inseriu-se um palco para exposições. Fotografia 4: Vista do antigo púlpito. Percebe-se, também, a valorização das abóbodas através da introdução de uma iluminação dramática. Fotografia 5: Escada em estrutura metálica no hall que antecede a sala de exposições. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta base extraída de SANTOS (2017) com posterior edição e adaptação pelo autor fundamentadas por visita ao edifício em dezembro de 2019. Fotografias do acervo do autor. 140

Figura 67– Fotografia 1: Receção e loja. Fotografia 2: O antigo *Calefactorium*, marcado pela presença do fogão de sala, foi adaptado à sala de apoio para a equipa do Arquivo Distrital do Porto. Fotografia 3: Sala de exposições para pequenos grupos. Fotografia 4: Receção da área destinada à leitura e consulta de documentos. Fotografia 5: Sala de leitura e consulta de documentos. Fotografia 6: Sala com equipamento para consulta de media. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta base extraída de SANTOS (2017) com posterior edição e adaptação pelo autor fundamentadas por visita ao edifício em dezembro de 2019. Fotografias do acervo do autor. 142

Figura 68– Fotografia 1: Vista do Claustro Nobre com piso recoberto por um soalho de madeira. Fotografia 2: Vista da concha acústica que, em conjunto com a iluminação dramática confere ao claustro um caráter cénico. Fotografia 3: Detalhe da cobertura do claustro. Fotografia 4: Corredor lateral com armário técnico metálico embutido na parede; a imagem evidencia a introdução de elementos. 143

Figura 69– British Museum, em Londres. Fonte: Acervo do autor. 146

Figura 70– A intervenção realizada teve por reflexo a perda da conexão do claustro com o meio exterior. Fonte: [online] Disponível em: < http://old.tnsj.pt/home/media/pdf/msbv_dossier_web.pdf> [Acedido a 27 de junho de 2021] 148

Figura 71– Claustro Nobre antes da intervenção. Fonte: MORENO, Humberto Baquero (Diretor) (1997) – O Mosteiro de S. Bento da Vitória 400 anos. Porto: [s.n.]. 148

Figura 72– Distribuição funcional do piso térreo do mosteiro de São Bento da Vitória anterior à intervenção. Observa-se que a configuração anterior do mosteiro apresentava maior compartimentação dos ambientes, com a existência de mais divisões internas notadamente no refeitório e na cozinha, apesar de se manterem as dimensões gerais destes ambientes. Observa-se, também, a existência de comunicações entre os dois claustros que atualmente encontram-se encerradas devido à divisão do edifício entre as diferentes instituições. Fonte: Planta base extraída de DIAS (1999) com posterior edição e adaptação pelo autor. 150

Figura 73– Fotografia 1: Imagem enfatiza os diferentes tratamentos dados aos vãos no Claustro dos Carros, variando entre gradis de ferro a caixilharias brancas de modelos distintos, reflexo da intervenção parcelada. Fotografia 2: O encontro entre a ala atribuída ao Arquivo Distrital do Porto e a ala atribuída aos monges beneditinos é marcado pelo diferente tratamento dado às aberturas ao nível do rés do chão, no qual as grades em ferro contrastam com a vedação em vidro, afetando a harmonia do conjunto edificado. Fotografia 3: Janela da parte atribuída ao Teatro Nacional São João tem a vista para o Claustro dos Carros tapada. Fotografia 4: Detalhe do brasão beneditino reunindo o símbolo da Ordem (leão e báculo), presente no gradil de ferro. Fotografia 5: A antiga Porta dos Carros, acesso pelo qual se abastecia o complexo monástico, atualmente conta com uma rampa visando à acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta

base extraída de SANTOS (2017) com posterior edição e adaptação pelo autor fundamentadas por visita ao edifício em dezembro de 2019. Fotografias do acervo do autor. 152

Figuras 74 e 75– O Claustro Nobre recebe espetáculos teatrais e eventos de agentes externos, como casamentos, jantares e festas. Fonte: [online] Disponível em: <http://www.porto.pt/assets/misc/img/noticias/CULTURA/Open%20House%202015/Dia%201/%23rmm_open_house_1_07.jpg> [Acedido a 27 de junho de 2021] e <https://www.silvacarvalhocatering.com/xms/img/1024x/e74eb/emM9VDMmZmx0cltdPXVzbSZxPTkw/L08zbS8tME0zWnJTbS95enNVaGFodndnYi5hc3dzeHdhYmhhL3lvc1BoWHdscGgvS1ptWjNTSjdqczNtMERzTU1Nc2tqbjdqL0tabVozU0o3anMzbTBETU1Nc1Z0ZGty.jpg> [Acedido a 27 de junho de 2021] 153

Figuras 76 e 77– Antiga biblioteca convertida em sala para apresentações do Teatro Nacional São João. Apesar da modificação do piso e da introdução de novos elementos no espaço, observa-se que se manteve o revestimento em madeira nas paredes como memória da pré-existência. Fonte: Acervo do autor.....154

Figuras 78 e 79– Nas galerias expositivas do TNSJ, a opção por deixar a laje de betão em caixotões exposta evidencia o contraste entre materiais de diferentes cronologias. Fonte: Acervo do autor. 154

Figura 80– A proximidade do rio Ave ao mosteiro e sua presença na cerca monástica evidencia a importância desse recurso no modo de vida beneditino. Fonte: Acervo do autor. 160

Figura 81– Mapa de localização do mosteiro de São Bento em Santo Tirso. Nota-se que o complexo ainda é envolvido por uma extensa área de cerca. Fonte: Google Earth com posterior edição do autor. 161

Figura 82– Planta esquemática do mosteiro de São Bento, em Santo Tirso, em sua configuração anterior com quatro claustros. Na figura são identificadas as localizações das antigas dependências monásticas. Fonte: MOURA, 2014: 21, com posterior edição do autor. 162

Figuras 83, 84 e 85– Claustro da igreja monástica em sua configuração atual. Fonte: Acervo do autor. ..165

Figura 86– Esquema ilustrando a atual divisão das partes do mosteiro entre as diferentes entidades. O complexo monástico conta com alguns blocos anexos para o funcionamento da escola agrícola ali instalada. Fonte: Google Earth com posterior edição do autor.....166

Figura 87– Mosteiro de São Bento em Santo Tirso - Planta de Implantação. Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021]. 167

Figura 88– Percurso cronológico do mosteiro de São Bento em Santo Tirso após a Extinção das Ordens Religiosas. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), CORREIA (1994) e PIMENTEL (2011). Gráficos de autoria própria. 168

Figura 89– Capela da Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento. Fonte: Abolsamia.pt - *Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento - Reportagem abolsamia.* [online] Disponível em: <https://www.abolsamia.pt/pt/pesquisa-videos?searchKey=santo+tirso&send=Pesquisar> [Acedido a 25 de julho de 2021]. 170

Figura 90– Adega da Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, localizada no primeiro piso da hospedaria do mosteiro de São Bento, em Santo Tirso. Neste ambiente realiza-se a produção e engarrafamento de vinho verde. Fonte: Abolsamia.pt - *Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento - Reportagem abolsamia.* [online] Disponível em: <https://www.abolsamia.pt/pt/pesquisa-videos?searchKey=santo+tirso&send=Pesquisar> [Acedido a 25 de julho de 2021]. 171

Figura 91– Refeitório da Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento. Fonte: Abolsamia.pt - *Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento - Reportagem abolsamia.* [online] Disponível em: <https://www.abolsamia.pt/pt/pesquisa-videos?searchKey=santo+tirso&send=Pesquisar> [Acedido a 25 de julho de 2021]. 171

Figura 92– Mosteiro de São Bento em Santo Tirso - Planta Piso 0. Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor. [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021]. 176

Figuras 93 e 94– Corredor do MMAP antes e depois da intervenção de Souto de Moura. Observa-se, na primeira fotografia, a presença da porta de entrada ao fim do corredor que foi removida na intervenção para a recomposição da janela pré-existente. A nova configuração do espaço adotou uma linguagem minimalista que favorece a leitura da arquitetura de maneira mais clara. Fonte: SIPA (fotografia à esquerda) e acervo do autor (à direita). 177

Figura 95– Fotografia 1: Janela do piso superior da antiga hospedaria, atualmente Museu Municipal Abade Pedrosa. Fotografia 2: Corredor de circulação do MMAP. Fotografia 3: Auditório com mobiliário móvel. Fotografias 4 e 5: Vitrina idealizada pelo arquiteto Eduardo Souto de Moura para exposição dos artefactos arqueológicos. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor. 178

Figura 96– A antiga fachada do MMAP apresentava uma porta inserida no lugar anteriormente ocupado por uma janela com frontão trifoliácio. Nota-se, também, o pequeno acrescento realizado na extremidade este da fachada. Fonte: [online] Disponível em: <https://mapio.net/images-p/2631468.jpg> [Acedido a 25 de julho de 2021].....179

Figura 97– Fachada do MMAP atualmente, após a recomposição da janela alta com frontão trifoliácio, à cópia de seu par, e a remoção do corpo que havia sido acrescentado a este. Fonte: Acervo do autor.....180

Figura 98– Figura 96 – Fotografia 1: Cruzeiro e igreja monástica. Fotografia 2: Capela do Senhor dos Passos. Fotografia 3: Vista para as dependências da EPACSB, localizadas atrás do MIEC. Fotografia 4: Vista geral do conjunto após a intervenção, com a presença do novo volume construído. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor. 182

Figura 99– Fotografia 1: Átrio comum ao MMAP e ao MIEC. Fotografia 2: Loja dos museus integrada à receção. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor. 184

Figura 100– Mosteiro de São Bento em Santo Tirso - Planta Piso -1. Fonte: Archdaily.com.br com posterior edição do autor. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 24 de julho de 2021]. 185

Figura 101– Fotografias 1, 2 e 3: Salas de exposição no piso -1. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. 186

Figura 102– A escada do MIEC manifesta-se como elemento chave na composição do espaço através de seu caráter escultórico. Fonte: Archdaily.com.br [online] Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/788825/miec-plus-mmap-alvaro-siza-plus-eduardo-souto-de-moura> [Acedido a 25 de julho de 2021]. 187

Figura 103– Fotografia 1: Vista da praceta localizada junto à capela do Senhor dos Passos sob a qual se encontra o equipamento técnico do museu. Fotografia 2: Grelha para ventilação dos equipamentos da área técnica. Na planta assinalam-se os pontos de perspetiva das fotografias apresentadas através dos cones de vista. Fonte: Planta de Archdaily.com.br e fotografias do acervo do autor. 189

Figura 104 – Espaço livre na parte posterior do MIEC. Uma escadaria é inserida no espaço entre o novo bloco e o conjunto edificado pré-existente, caracterizando uma área de transição entre as construções de linguagens e cronologias distintas. Fonte: Acervo do autor. 190

Anexos

LISTA DE MOSTEIROS PORTUGUESES QUE REGISTAM ATUALMENTE NOVAS UTILIZAÇÕES NÃO-RELIGIOSAS

Fonte: SIPA. Dados coletados na base de dados em 1 de maio de 2021.

NOME	UTILIZAÇÃO INICIAL	UTILIZAÇÃO ACTUAL	CRONOLOGIA (CONSTRUÇÃO)	PROPRIEDADE
Mosteiro da Serra do Pilar	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Militar: quartel	Séc. 16 / 17	Pública: Estatal
Mosteiro de Alcobaça / Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça	Religiosa: mosteiro masculino	Cultural e recreativa: monumento	Séc. 12 / 14 / 16 / 18 / 19 / 20	Pública: Estatal
Mosteiro de Alpendurada / Mosteiro de São João Baptista de Alpendurada	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Comercial e turística: hotel	Séc. 17 / 18 / 20	Privada: Igreja Católica (igreja) Privada: Pessoa coletiva (mosteiro)
Mosteiro de Arouca / Museu de Arte Sacra de Arouca	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja paroquial Cultural e recreativa: monumento	Séc. 17 / 18	Pública: Estatal
Mosteiro de Bom Jesus / Igreja de Santo António	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Assistencial: centro de juventude	Séc. 17 / 18 / 20	Privada: Igreja Católica
Mosteiro de Bustelo	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Residencial: casa	Séc. 17 / 18	Privada: Igreja Católica (Diocese do Porto) Privada: Pessoa singular (convento)
Mosteiro de Cucujães / Mosteiro de São Martinho do Couto	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Assistencial: lar	Séc. 16 / 17 / 18	Privada: Igreja Católica (Diocese do Porto)
Mosteiro de Grijó / Mosteiro de São Salvador	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Comercial e turística: casa de turismo de habitação Comercial: espaço de eventos	Séc. 13 / 16 / 17 / 18	Pública: Estatal (igreja, claustro e túmulo) Privada: Pessoa singular (cerca)
Mosteiro de Jesus (Setúbal)	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: museu	Séc. 15 / 16 / 17	Pública: Estatal
Mosteiro de Jesus / Museu de Santa Joana / Museu de Aveiro	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: monumento	Séc. 15 / 16 / 17 / 18	Pública: Estatal
Mosteiro de Landim	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Residencial: casa abastada Comercial: espaço de eventos	Séc. 12 / 13 / 16 / 17 / 18 / 19	Privada: Igreja Católica (igreja) Privada: pessoa singular (dependências monacais)
Mosteiro de Lorvão	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Cultural e recreativa: museu Saúde: hospital	Séc. 09 / 12 / 13 / 17 / 18	Pública: Estatal
Mosteiro de Manhente	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Assistencial: centro paroquial	Séc. 12 / 13 / 14 / 17 / 18 / 19	Pública: Estatal
Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção / Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique / Museu Municipal de Faro	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: museu	Séc. 16 / 18 / 19 / 20	Pública: Municipal
Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição / Escola Secundária Fernão de Magalhães	Religiosa: mosteiro feminino	Educativa: escola secundária	Séc. 20	
Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Assistencial: lar	Séc. 17 / 18	Pública: Estatal
Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança	Religiosa: mosteiro feminino	Educativa: colégio religioso	Séc. 16 / 17	Privada: Igreja Católica

Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança/ Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: mosteiro feminino Religiosa: santuário Residencial colectiva: residência estudantil	Séc. 17 / 18 / 19 / 20	Privada: Igreja Católica
Mosteiro de Nossa Senhora da Estrela / Hospital Militar Principal	Religiosa: mosteiro masculino	Saúde: hospital	Séc. 18 / 20	Pública: Estatal
Mosteiro de Nossa Senhora da Purificação	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Residencial unifamiliar: casa corrente	Séc. 16 / 17 / 18 / 19 / 20	Privada: Igreja Católica Privada: pessoa singular (convento)
Mosteiro de Nossa Senhora da Quietação / Mosteiro das Flamengas	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Residencial: edifício residencial	Séc. 16 / 17 / 18 / 20	Pública: Estatal Privada: Igreja Católica (Diocese de Lisboa)
Mosteiro de Nossa Senhora da Soledade / Convento das Trinas de Mocambo / Instituto Hidrográfico da Marinha	Religiosa: mosteiro feminino	Política e administrativa: instituto	Séc. 17 / 18 / 20	Pública: Estatal
Mosteiro de Nossa Senhora de Ara Coeli / Pousada de D. Afonso II	Religiosa: mosteiro feminino	Comercial e turística: pousada Cultural e recreativa: museu	Séc. 16 / 18 / 20	Pública: Estatal
Mosteiro de Nossa Senhora do Bom Sucesso / Colégio de Nossa Senhora do Bom Sucesso	Religiosa: mosteiro feminino	Educativa: colégio de ensino regular	Séc. 17	Privada: Igreja Católica
Mosteiro de Nossa Senhora dos Remédios / Mosteiro das Trinitárias do Rato	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Política e administrativa: direção-geral Educativa: colégio Assistencial: organismo de acção social estatal Segurança: Posto da Polícia de Segurança Pública (PSP)	Séc. 17 / 19	Pública: Estatal Privada: Igreja Católica
Mosteiro de Odivelas / Mosteiro de São Dinis e São Bernardo / Instituto de Odivelas	Religiosa: mosteiro feminino	Educativa: colégio de ensino regular	Séc. 14 / 17 / 18 / 19 / 20	Pública: Estatal
Mosteiro de Pombeiro	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Residencial unifamiliar: casa Criação e exploração animal: vacaria	Séc. 13 / 16 / 18	Pública: Estatal Pública: Municipal Privada: Pessoa singular
Mosteiro de Refóios do Lima	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Educativa: escola superior	Séc. 16 / 18 / 20	Pública: Estatal (mosteiro) Privada: Pessoa singular (igreja)
Mosteiro de Sandelgas	Religiosa: mosteiro feminino	Residencial: casa Cultural e recreativa: edifício multiusos	Séc. 17	Privada: Pessoa singular
Mosteiro de Santa Ana / Edifício da Congregação da Caridade	Religiosa: mosteiro feminino	Assistencial: lar	Séc. 17 / 18 / 19 / 20	Privada: Pessoa colectiva
Mosteiro de Santa Clara / Mosteiro de Nossa Senhora Conceição	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: mosteiro feminino Educativa: jardim de infância creche	Séc. 16 / 17 / 18 / 19	Pública: Estatal
Mosteiro de Santa Clara-a-Nova	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: santuário Cultural e recreativa: museu Militar: quartel	Séc. 17 / 18 / 19 / 20	Pública: Estatal

Mosteiro de Santa Clara-a-Velha	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: monumento	Séc. 13 / 14 / 15 / 16 / 17 / 19	Pública: Estatal
Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra)	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Cultural e recreativa: associação cultural e recreativa	Séc. 12 / 15 / 16 / 18	Pública: Estatal
Mosteiro de Santa Maria das Júnias	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Cultural e recreativa: marco histórico-cultural	Séc. 12 / 13 / 17 / 18	Privada: Igreja Católica
Mosteiro de Santa Maria de Belém / Mosteiro dos Jerónimos	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Cultural e recreativa: monumento Cultural e recreativa: biblioteca	Séc. 16 / 17 / 18 / 19 / 20	Pública: Estatal
Mosteiro de Santa Maria de Ceiça / Mosteiro de Seiça	Religiosa: mosteiro masculino	Armazenamento e logística / Devoluto	Séc. 12 / 18	Pública: Municipal
Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão	Religiosa: mosteiro masculino	Agrícola e florestal: quinta	Séc. 13 / 14 (conjectural) / 17 / 18	Privada: Pessoa singular
Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Residencial: casa	Séc. 12 / 16 / 17 / 18 / 19	Privada: Igreja Católica (igreja) Privada: Pessoa singular (dependências monacais: sala do capítulo, capela do Desterro, cerca e parte agrícola)
Mosteiro de Santa Maria de Semide	Religiosa: mosteiro masculino	Educativa: escola profissional Assistencial: centro de juventude	Séc. 12 / 16 / 17 / 18	Pública: Estatal Privada: Igreja Católica
Mosteiro de Santa Maria de Vila Boa do Bispo	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Comercial: espaço para eventos	Séc. 12 / 13 / 15 / 17 / 18 / 20	Privada: Igreja Católica (Diocese do Porto - Arciprestado de Marco de Canaveses) (igreja) Pessoa coletiva (mosteiro)
Mosteiro de Santa Marinha da Costa	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Comercial e turística: pousada	Séc. 12 / 16 / 17 / 18 / 20	Pública: Estatal
Mosteiro de Santa Mónica	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: edifício multiusos	Séc. 16 / 18	Pública: Estatal
Mosteiro de Santa Rosa de Lima	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja paroquial Cultural e recreativa	Séc. 17 / 18	Privada: Igreja Católica (Diocese de Braga - Arciprestado de Guimarães e Vizela) Pública: Municipal
Mosteiro de Santa Teresa de Jesus de Carnide	Religiosa: mosteiro feminino	Assistencial: lar Educativa: jardim de infância / creche	Séc. 17	Privada: Igreja Católica
Mosteiro de Santo Alberto / Palácio Alvor / Museu Nacional de Arte Antiga	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: museu	Séc. 17 / 18 / 20	Pública: Estatal
Mosteiro de Santo André / Escola de Artesanato	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Educativa: escola de ensino especial	Séc. 17 / 18 / 20	Privada: Misericórdia

Mosteiro de Santo Tirso / Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento / Museu Municipal Abade Pedrosa	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Educativa: escola profissional Cultural e recreativa: museu municipal	Séc. 14 / 17 / 18 / 19 / 20	Privada: Igreja Católica (Diocese do Porto) (Igreja e 1.º claustro) / Pública: municipal (Museu) / Privada: Misericórdia (2.º claustro e cerca)
Mosteiro de Santos-o-Novo / Recolhimento de Santos-o-Novo	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Residencial coletiva: residência estudantil Assistencial: lar	Séc. 17 / 18 / 20	Pública: Estatal (mosteiro) Privada: Igreja Católica (igreja)
Mosteiro de São Bento da Saúde / Palácio de São Bento / Palácio das Cortes / Assembleia da República	Religiosa: mosteiro masculino	Político-administrativa: parlamento	Séc. 16 / 19 / 20	Pública: Estatal
Mosteiro de São Bento de Arnóia / Mosteiro de São João de Arnóia	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Assistencial: lar	Séc. 10 / 11 (conjectural) / 17 / 18 / 19	Privada: Igreja Católica (Diocese de Braga) Privada: Misericórdia
Mosteiro de São Bento de Murça	Religiosa: mosteiro feminino	Política e administrativa: departamento municipal	Séc. 17 / 20	Pública: Municipal
Mosteiro de São Bernardo de Portalegre / Escola Prática do Agrupamento de Instrução da Guarda Nacional Republicana, GNR, de Portalegre	Religiosa: mosteiro feminino	Educativa: academia / Escola militar e paramilitar	Séc. 16 / 18	Pública: Estatal
Mosteiro de São Cristóvão de Lafões	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Comercial e turística: casa de turismo de habitação	Séc. 17 / 18	Privada: Igreja Católica / pessoa singular
Mosteiro de São Félix / Convento de Chelas	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja paroquial Cultural e recreativa: arquivo	Séc. 16 / 17 / 18 / 19	Pública: Estatal
Mosteiro de São Fins de Friestas	Religiosa: mosteiro masculino	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural	Séc. 12 / 13 (conjectural) / 16 / 18	Pública: Estatal (igreja) / Municipal (Mosteiro e cerca)
Mosteiro de São João das Donas / Café Santa Cruz	Religiosa: mosteiro feminino	Comercial: estabelecimento de restauração	Séc. 16 / 19	Pública: Municipal
Mosteiro de São Jorge de Milreus / Escola Universitária Vasco da Gama	Religiosa: mosteiro masculino	Educativa: colégio universitário	Séc. 12 / 13 / 16 / 17 / 18 / 19	Privada: Pessoa colectiva
Mosteiro de São Marcos / Mosteiro dos Jerónimos / Panteão dos Silvas (Coimbra)	Religiosa: mosteiro masculino	Cultural e recreativa: monumento	Séc. 15 / 16 / 17 / 18	Pública: Estatal
Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto / Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Política e administrativa: câmara municipal Judicial: tribunal Educativa: escola	Séc. 17 / 18 / 19 / 20	Pública: Estatal / Municipal (registo em curso) / Privada: Igreja Católica
Mosteiro de São Paulo / Mosteiro de Nossa Senhora dos Remédios	Religiosa: mosteiro masculino	Comercial e turística: hotel	Séc. 17 / 18 / 20 / 21	Pública: Estatal
Mosteiro de São Pedro das Águias / Quinta de São Pedro das Águias	Religiosa: mosteiro masculino	Agrícola e florestal: quinta	Séc. 12 / 17 / 18	Privada: Pessoa singular

Mosteiro de São Pedro de Roriz	Religiosa: mosteiro masculino	Residencial: casa	Séc. 13 (conjectural)	Privada: Pessoa singular
Mosteiro de São Salvador	Religiosa: mosteiro feminino	Educativa: escola básica Cultural e recreativa: edifício multiusos	Séc. 14 / 19	Pública: Municipal
Mosteiro de São Salvador de Palme	Religiosa: mosteiro masculino	Residencial: casa		
Mosteiro de São Simão da Junqueira	Religiosa: mosteiro masculino	Residencial	Séc. 11	Privada: Pessoa singular
Mosteiro de São Veríssimo	Religiosa: mosteiro	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural		Privada: Igreja Católica (Diocese de Portalegre - Castelo Branco)
Mosteiro de Sião / Convento das Inglesinhas / Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)	Religiosa: mosteiro feminino	Educativa: faculdade / instituto superior	Séc. 17 / 20	
Mosteiro de Vilela	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Cultural e recreativa: edifício multiusos	Séc. 19 / 20	Privada: Igreja Católica (Diocese do Porto) / Pública: Municipal (zona conventual)
Mosteiro de São Pedro / Mosteiro de Folques	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Educativa: escola de ensino especial	Séc. 10 / 15 / 16 / 17 / 18 / 19 / 20	Pública: Municipal
Mosteiro do Bom Jesus de Barrosas	Religiosa: mosteiro	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural	Séc. 18 (conjectural)	Privada: Igreja Católica
Mosteiro do Desagravo do Santíssimo Sacramento	Religiosa: mosteiro feminino	Política e administrativa: política e administração central Devoluto	Séc. 18 / 20	Pública: Municipal
Mosteiro do Desterro de Jesus, Maria e José	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja paroquial Assistencial: centro de dia Assistencial: recolhimento Educativa: escola de ensino especial Comercial: estabelecimento de restauração comparticipada	Séc. 18 / 20	Privada: Igreja Católica
Mosteiro do Monte Calvário (Évora) / Convento de Santa Helena do Monte Calvário	Religiosa: mosteiro feminino	Administrativa	Séc. 16	Pública: Estatal
Mosteiro do Monte Calvário (Lisboa) / Edifício da Polícia de Segurança Pública, PSP, do Calvário / Escola Prática de Polícia	Religiosa: mosteiro feminino	Segurança: posto da Polícia de Segurança Pública (PSP) Educativa: escola paramilitar	Séc. 18 / 20	Pública: Estatal
Mosteiro do Santíssimo Coração de Jesus	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja paroquial Política e administrativa: sede de fundação Saúde: hospital	Séc. 18 / 19	Pública: Estatal
Mosteiro do Santíssimo Sacramento / Convento dos Paulistas / Convento dos Eremitas de São Paulo da Serra da Ossa	Religiosa: mosteiro masculino	Cultural e recreativa: biblioteca Segurança: posto da Guarda Nacional Republicana (GNR) Assistencial: centro paroquial Extração, produção e transformação: oficina	Séc. 17 / 18	Pública: Estatal

Mosteiro do Santíssimo Sacramento / Convento dos Vimiosos	Religiosa: mosteiro feminino	Assistencial: recolhimento	Séc. 17	Pública: Estatal
Mosteiro do Senhor Jesus da Boa Morte / Edifício da Assistência Infantil de Santa Isabel	Religiosa: mosteiro masculino	Assistencial: centro de acolhimento infantil	Séc. 18 / 19	Pública: Estatal
Mosteiro e Igreja de São João de Tarouca	Religiosa: mosteiro masculino	Cultural e recreativa: monumento	Séc. 12 / 17 / 18 / 20	Pública: Estatal
Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição / Igreja de Nossa Senhora da Conceição / Museu Rainha Dona Leonor	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: museu	Séc. 15 / 16 / 17 / 18 / 19	Pública: Estatal
Abadia de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo / Convento das Bernardas do Mocambo / Real Mosteiro da Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo	Religiosa: mosteiro feminino	Residencial: edifício Cultural e recreativa: museu	Séc. 17 / 18 / 20	Pública: Municipal
Convento da Madre de Deus / Igreja do Convento das Capuchinhas / Centro Juvenil de São José	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Assistencial: centro de juventude	Séc. 18	Pública: Estatal
Convento da Penha Longa	Religiosa: mosteiro masculino	Comercial e turística: hotel	Séc. 16 / 17 / 18 / 20	Privada: Pessoa colectiva
Convento da Saudação / Convento de Nossa Senhora da Anunciada	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: edifício multiusos Residencial unifamiliar: casa corrente	Séc. 16 / 17 / 18 / 19	Pública: Estatal
Convento das Concepcionistas	Religiosa: mosteiro feminino	Política e administrativa: sede de organização religiosa Assistencial: lar		Privada: Misericórdia
Convento das Donas / Quartel da Polícia de Segurança Pública, PSP, de Santarém	Religiosa: mosteiro feminino	Segurança: quartel da Polícia de Segurança Pública (PSP)	Séc. 13 / 17 / 20	Pública: Estatal
Convento das Teresinhas / Asilo de São José	Religiosa: mosteiro feminino	Assistencial: recolhimento	Séc. 18	
Convento de Corpus Christi / Instituto de Reeducação Bom Pastor	Religiosa: mosteiro feminino	Política e administrativa: departamento municipal / Devoluto	Séc. 14 / 18 / 20	Pública: Estatal
Convento de Jesus / Mosteiro de Jesus	Religiosa: mosteiro feminino	Residencial: casa corrente / Devoluto	Séc. 16 / 18	Privada
Convento de Jesus, Maria, José / Estalagem do Convento	Religiosa: mosteiro feminino	Comercial: estabelecimento de restauração Comercial e turística: hotel	Séc. 19 / 20	Privada
Convento de Nossa Senhora da Conceição de Marvila / Igreja Paroquial de Marvila / Igreja de Santo Agostinho / Mansão de Santa Maria de Marvila	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja paroquial Assistencial: lar	Séc. 17 / 18 / 20	Privada: Igreja Católica (Diocese de Lisboa) Pública: Estatal (convento)

Convento de Nossa Senhora da Visitação / Convento das Salésias / Colégio Nuno Álvares	Religiosa: mosteiro feminino	Educativa: colégio	Séc. 18 / 19	Pública: Estatal
Convento de Nossa Senhora do Carmo	Religiosa: mosteiro feminino	Comercial e turística: casa de turismo rural	Séc. 17	Privada: Pessoa singular
Convento de Santa Ana / Quartel de Santana	Religiosa: mosteiro feminino	Militar: quartel	Séc. 17 / 20	Pública: Estatal
Convento de Santa Clara / Biblioteca Municipal de Portalegre	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: biblioteca	Séc. 14 / 16 / 18 / 20	Pública: Estatal
Convento de Santa Clara / Câmara Municipal de Guimarães	Religiosa: mosteiro feminino	Política e administrativa: câmara municipal	Séc. 16 / 17 / 18	Pública: Municipal
Convento de Santa Clara / Casa da Cerca	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural Cultural e recreativa: biblioteca	Séc. 13 / 16 / 18 / 20	Pública: Municipal
Convento de Santa Clara / Centro Paroquial de Pinhel	Religiosa: mosteiro	Assistencial: centro paroquial	Séc. 17	Privada: Igreja Católica (Diocese da Guarda)
Convento de Santa Clara / Quartel da Polícia da Segurança Pública, PSP, do Porto	Religiosa: mosteiro feminino	Segurança: quartel da Polícia de Segurança Pública (PSP)	Séc. 15 / 17 / 18 / 19 / 20	Pública: Estatal
Convento de Santa Maria do Bouro / Pousada de Santa Maria do Bouro	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Comercial e turística: pousada	Séc. 12 / 13 / 16 / 17 / 18 / 20	Pública: Estatal
Convento de Santa Marta / Hospital de Santa Marta	Religiosa: mosteiro feminino	Saúde: hospital	Séc. 17 / 18 / 20	Pública: Estatal
Convento de Santa Mónica / Magistério Primário / Escola Básica do 1.º Ciclo de São Mamede / Serviços Académicos da Universidade de Évora	Religiosa: mosteiro feminino	Educativa: escola básica Política e administrativa: reitoria e serviços académicos	Séc. 15 / 19 / 20	Pública: Estatal
Convento de Santo Agostinho / Edifício do Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana, GNR, de Portalegre	Religiosa: mosteiro masculino	Segurança: quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR)	Séc. 17 / 18	Pública: municipal
Convento de Santo André / Museu Carlos Machado	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: museu		Pública
Convento de São Bento da Vitória	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: Igreja Cultural e recreativa: arquivo	Séc. 17 / 18	Pública: Estatal
Convento de São Bento de Cástris	Religiosa: mosteiro feminino	Política e administrativa: repartições públicas	Séc. 12 / 13 / 16 / 19	Pública: Estatal
Convento de São Jerónimo / Palácio Nacional da Pena	Religiosa: mosteiro masculino	Cultural e recreativa: monumento	Séc. 16 / 18 / 19	Pública: Estatal
Convento de São João Baptista	Religiosa: mosteiro feminino	Residencial: casa	Séc. 16 / 20	Privada: Pessoa singular
Convento de São José / Centro Cultural de Lagoa	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: centro de exposições	Séc. 18	Pública: Municipal
Convento de São Paulo / Convento de São Paulo da Serra de Ossa / Convento de Serra d' Ossa	Religiosa: mosteiro masculino	Comercial e turística: unidade hoteleira Política e administrativa: sede de fundação	Séc. 16 / 17 / 18	Privada: Pessoa singular

Convento de São Romão de Neiva / Igreja Paroquial de Neiva / Igreja de São Romão	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Residencial: casa Devoluto	Séc. 17 / 18 / 19	Privada: Igreja Católica (Diocese de Viana do Castelo) (igreja) / Pessoa singular (mosteiro)
Convento do Bom Jesus de Monforte / Biblioteca Municipal de Monforte	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: biblioteca	Séc. 16 / 18 / 20	Pública: Municipal
Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento / Pousada do Desagravo	Religiosa: mosteiro feminino	Comercial e turística: pousada	Séc. 18 / 19 / 21	Privada: Pessoa colectiva
Convento do Espírito Santo / Galeria de Arte Municipal / Instituto Superior D. Afonso III	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: galeria de exposições Educativa: instituto superior	Séc. 17 / 18	Pública: Municipal
Convento do Salvador / Lar Conde de Agrolongo	Religiosa: mosteiro feminino	Assistencial: lar	Séc. 17 / 18 / 19 / 20	Privada: Pessoa colectiva
Convento dos Cardais / Convento de Nossa Senhora da Conceição / Capela de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Assistencial: associação de beneficência Cultural e recreativa: museu	Séc. 17 / 18	Privada: Igreja Católica
Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo / Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Cuba	Religiosa: mosteiro feminino	Funerária: capela funerária Assistencial: lar	Séc. 17 / 18	Privada: Misericórdia
Convento e Igreja de Santa Iria	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: marco histórico-cultural Residencial unifamiliar: casa Comercial: loja Comercial: estabelecimento de restauração Devoluto	Séc. 16 / 17 / 19 / 20	Privada: Pessoa singular; Pessoa colectiva Pública: Municipal
Convento e Igreja de São Paulo / Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação / Hospital de São Paulo	Religiosa: mosteiro masculino	Saúde: hospital	Séc. 17	Privada: Misericórdia
Convento e Igreja do Salvador	Religiosa: mosteiro feminino	Política e administrativa: direção regional	Séc. 16 / 17	Pública: Estatal
Edifício da Associação Protetora da Infância Bispo D. António Barroso	Religiosa: mosteiro feminino	Assistencial: recolhimento	Séc. 18 / 19 / 20	Pública: Estatal
Edifício no Largo da Sé, n.º 2 a 2A	Religiosa: mosteiro	Residencial: casa Comercial: loja	Séc. 18	Privada
Igreja da Madre de Deus / Mosteiro da Madre de Deus / Museu Nacional do Azulejo	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: museu Religiosa: igreja	Séc. 16 / 17 / 18 / 19 / 20	Pública: Estatal
Igreja e Colegiada de Guimarães / Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira / Museu Alberto Sampaio	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Cultural e recreativa: museu	Séc. 12 / 13 (conjectural) / 14 / 15 / 16 / 17 / 18 / 19 / 20	Pública: Estatal

Igreja e convento da Esperança de Vila Viçosa	Religiosa: mosteiro feminino	Reliogiosa: igreja Residencial: casa Armazenamento e logística: armazém	Séc. 16 / 17 / 18	Pública: Estatal
Igreja e Convento das Chagas / Pousada D. João IV	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Funerária: panteão ducal Comercial e turística: pousada	Séc. 16 / 17 / 18 / 19 / 20	Privada: Fundação
Igreja e Convento das Maltezas / Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz / Centro de Ciência Viva	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja de confraria irmandade Educativa: instituto superior	Séc. 15 / 16 / 18	Privada: Misericórdia
Igreja e Convento de Nossa Senhora do Espinheiro / Hotel Convento do Espinheiro	Religiosa: mosteiro masculino	Comercial e turística: hotel	Séc. 15 / 16 / 18 / 19	Pública: Estatal Privada: Pessoa coletiva
Igreja e Convento de Paderne / Igreja Paroquial de Paderne / Igreja do Divino Salvador	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja paroquial Residencial: casa	Séc. 13 / 17 / 18	Pública: Estatal (Igreja) Privada: Pessoa singular (mosteiro)
Igreja e Convento de Santa Cruz	Religiosa: mosteiro feminino	Cultural e recreativa: associação cultural e recreativa	Séc. 16 / 17 / 18	Privada: Igreja Católica (igreja) Pública: Municipal (convento)
Igreja e Convento do Carmo / Lar de Santa Estefânia	Religiosa: mosteiro feminino	Religiosa: igreja Assistencial: centro de juventude Educativa: jardim de infância	Séc. 17 / 18 / 19 / 20	Privada: Igreja Católica / Pessoa colectiva
Igreja e Mosteiro de Tibães	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Cultural e recreativa: monumento Educativa: escola profissional (conservação e restauro)	Séc. 17 / 18 / 20	Pública: Estatal
Igreja e Mosteiro de Vilar de Frades / Mosteiro de São Salvador	Religiosa: mosteiro masculino	Religiosa: igreja Assistencial: lar	Séc. 11 / 16	Pública: Estatal
Convento de São João de Cabanas	Religiosa: mosteiro masculino	Residencial: casa	Séc. 13 / 17 / 18	Privada: Pessoa singular
Cartuxa de Laveiras / Reformatório de Caxias / Centro Educativo Padre António de Oliveira	Religiosa: mosteiro masculino	Prisional: edifício de internamento para menores	Séc. 16 / 18 / 20	Pública: Estatal
Convento de Santa Clara de Évora / Escola Secundária de Santa Clara	Religiosa: mosteiro feminino	Educativa: escola secundária / Devoluto	Séc. 15 / 16 / 17 / 18	Pública: Estatal
Recolhimento das Escravas do Menino de Deus / Casa do Menino Deus	Religiosa: mosteiro feminino	Assistencial: recolhimento	Séc. 18	Privada: Igreja Católica